



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

RICARDO LUIZ CHAGAS AMORIM

TEORIA DA DEPENDÊNCIA? A PROBLEMÁTICA HOJE

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE
ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO.**

PROF. DR. MARCIO POCHMANN – ORIENTADOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR RICARDO LUIZ CHAGAS
AMORIM E ORIENTADO PELO PROF. DR. MARCIO
POCHMANN.**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Amorim, Ricardo Luiz Chagas, 1969-
Am68t Teoria da dependência? A problemática hoje / Ricardo Luiz Chagas Amorim. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Marcio Pochmann
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.

1. Dependência – Teoria. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. I. Pochmann, Marcio, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

12-015-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Dependency theory? The problem today

Palavras-chave em inglês:

Dependency theory

Economic development – Brazil

Área de Concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Dari Krein

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Eduardo Fagnani

Jorge Abrahão de Castro

Claudio Roberto Amitrano

Data da defesa: 16-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Tese de Doutorado

Aluno: RICARDO LUIZ CHAGAS AMORIM

“Teoria da Dependência? A problemática hoje”

Defendida em 16 / 02 / 2012

COMISSÃO JULGADORA



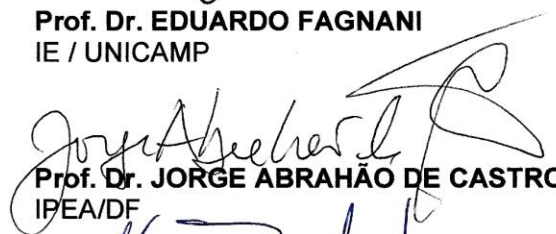
Prof. Dr. JOSÉ DARI KREIN
Presidente – IE / UNICAMP



Prof. Dr. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. EDUARDO FAGNANI
IE / UNICAMP



Prof. Dr. JORGE ABRAHÃO DE CASTRO
IPEA/DF



Prof. Dr. CLAUDIO ROBERTO AMITRANO
IPEA/DF

Esta tese é dedicada a minha mãe, D. Lucy. Sinto muito sua falta. Onde estiver, saiba que nada teria valido à pena se não fosse seu amor.

Gostaria também de homenagear neste trabalho a professora Maria da Conceição Tavares — economista impar e guerreira — e a todos os colegas que lutam e não desistiram de construir um país muito mais igual, justo e fraterno. A eles, meu abraço e meus melhores sonhos.

AGRADECIMENTOS

Tese é um livro que dá trabalho. Mas este é o caso comum e esta é uma tese comum. Mesmo assim, o caminho é difícil e os apoios, os incentivos, os comentários, mas também as críticas, as broncas e os empurrões fizeram toda a diferença entre escrever ou não o texto.

No entanto, foi o carinho o que tive de mais valioso em todo esse processo. Seria impossível fazer alguma coisa que valesse a pena sem as pessoas que fazem parte da minha vida.

Algumas, eu quero lembrar aqui. Com o professor Marcio Pochmann, por exemplo, tenho uma série de dívidas. Em primeiro lugar, sua orientação durante o mestrado foi um divisor de águas entre o que eu imaginava ser ciência econômica e o que, agora, acredito ser o compromisso de um economista. Em segundo lugar, sua confiança em mim permitiu que eu imaginasse e escrevesse textos para debate que provavelmente nunca teriam vindo à luz sem seu incentivo. Por fim, minha vida acadêmica não teria sequer acontecido sem seu apoio.

A minha família... Puxa, agora falta seu elo mais importante. Minha mãe se foi em 2003 e acho que nunca mais o mundo será o mesmo para mim. Agora, meu irmão, o Tigrão, responsável por minha iniciação no mundo dos livros e na política, e minha irmã, Luiza, cuidadosa e atenta, são ainda minha referência. Aos meus irmãos, meu amor e a crença de que seguir em frente vale a pena.

E uma mulher. Há sempre uma mulher para mover os moinhos que realmente importam. Seu nome ao meu lado é Vida, mas para os outros é Keila... “Rosa, morena / morena Rosa”. Agora, homem adulto, com você aprendi o valor do amor.

A todo Instituto de Economia da UNICAMP que, por ser uma escola e não apenas uma faculdade, me ajudou a lavrar a terra arrasada do neoliberalismo e lá se vão já muitos anos. Ali, certos colegas e professores foram, e ainda são, fonte de inspiração e motivação para continuar a luta intelectual que move corações e mentes.

Preciso ainda abraçar meus amigos queridos. Eles foram chegando pela vida e nunca mais saíram: Alexandre Barbosa, Andre Campos, Ângela Tepassê, Ronaldo Garcia, Martinha Cassiolato, João Abreu, Raphael Bicudo, Álvaro Alves Junior, Ana Paula Higa, Paulo Scarano (alguns deles membros efetivos do CCJ). Outros amigos de meu “exílio” (pois assim me sentia), gente que me ouviu pacientemente reclamar de Brasília: a querida Andrea, Victória, Samira, Leonardo, Fabão, Marcão, Roberto, Luciana, Ana Luiza, a bela Aline, . . .

Aos dois primeiros, Alexandre e André trago ainda a gratidão pelos comentários e o apoio para construção desta tese. Meus amigos do peito: muito obrigado!

Por fim, queria deixar minha gratidão aos mestres inconformados com o Brasil, com a sua pobreza e a terrível desigualdade. E para ter certeza de sua importância, basta perguntar se os sonhos nasceriam com os jovens? Eu respondo: é claro que não! O contrário é verdade. Se são as utopias que movem os corações mais novos e criam suas “verdades”, aquelas só surgem das esperanças que lhes emprestamos e eles reconstroem a sua imagem e semelhança.

Escapar a isso é fugir a responsabilidade que cabe aos mais velhos, aos mestres. É permitir a existência de uma esperança restrita, fechada sob questões individuais. É capitular ante a cultura imediatista do sucesso fácil e do ‘vale tudo’. É abandonar a maior das fortunas do homem: a possibilidade de conhecer, apreender e mudar a si próprio e ao mundo.

Essa mistura de *logos* e esperança – geralmente tão difícil de ser praticada - talvez seja o maior legado de professores como Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Maria da Conceição Tavares, ...

Por fim, repito o que disse em trabalho anterior sobre várias pessoas lindas que conheci: *“há tantas outros mais... Gente que vem, deixa suas marcas e parte. Para esses, as minhas saudades e esperanças”*.

“How abolish an evil without first having clearly perceived in what it consisted?”

Simone Weil. Factory Work , 1942.

“(...) we often neglect to ask ourselves whether the old barrels are still able to hold the new wine”

Piero Sraffa. The Laws of Returns... , 1926.

“(...) a economia, em si, é coisa que evidentemente não existe (...)”

Fernand Braudel, 1977.

Resumo

A tese procura resgatar a preocupação básica dos autores da dependência, buscando formas de utilizá-la, hoje, em pesquisas aplicadas sobre temas especializados da economia brasileira. Para tanto, o trabalho está dividido em uma introdução que apresenta o problema, outros cinco capítulos que discutem o tema e uma conclusão que avalia o resultado da proposta. No primeiro capítulo, debate-se a problemática do desenvolvimento até formular-se um conceito que será utilizado em toda a tese. Já no segundo, o assunto é o debate sobre o desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960, porta de entrada da ideia de dependência. No terceiro capítulo está o debate em torno da problemática da dependência, suas correntes e a desmistificação de tentativa de transformá-la em teoria. O capítulo seguinte discute uma forma de servir-se dos avanços da ideia de dependência, propondo um primeiro passo para resgatá-la para aplicação em pesquisas especializadas sobre a economia brasileira. Por fim, o último capítulo faz três aplicações da proposta, a partir de informações do antigo debate, com o objetivo de testar sua viabilidade.

Palavras chave

Teoria da dependência, método, crescimento, desenvolvimento, Brasil.

Abstract

The thesis tries to redeem the basic concern of the authors of the dependence, seeking ways to use it, today, in applied research on specialized issues of Brazilian economy. For this, the work is divided into an introduction that presents the problem, other five chapters that discuss the theme and a conclusion that evaluates the result of the proposal. The first chapter discusses the problem of development to formulate a concept that will be used throughout the thesis. In the second, the subject is the debate on the development in the 1950s and 1960s, portal of entry for the idea of dependence. In the third chapter is the debate around the issue of dependence, their currents and the demystification of attempt to turn it in theory. The following chapter proposes a first step to use the advances of idea of dependence, redeeming her for application in specialized research on the Brazilian economy. Finally, the last chapter makes three applications of the proposed, based on the information of the old debate, with the objective of testing its viability.

Keywords

Dependence theory, method, growth, development, Brazil

Índice de figuras

Figura 1.1 – Crescimento e distribuição de renda na América Latina	34
Figura 1.2 – Mapa da fome no Brasil, 1957	41
Figura 1.3 – índice de Exclusão Social no Brasil, 2000	41
Figura 4.1 – Categorias da Teoria Francesa da Regulação	215
Figura 4.2 – Diagrama de aproximação do objeto	230
Figura 4.3 – Formas institucionais segundo a Teoria Francesa da Regulação	230

Índice de gráficos

Gráfico 1.1 – Brasil: PIB por setor, 1900-1947	22
Gráfico 2.1 – Expansão do setor capitalista no modelo de Lewis	65

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – O Problema do Desenvolvimento, seus Fantasma e a Dependência	17
1.1. Introdução	18
1.2. A modernização truncada do Brasil	20
1.3. O difícil desenvolvimento	29
1.4. Por que voltar a discutir a dependência?	42
1.5. Considerações finais	51
Capítulo 2 - O Debate sobre Crescimento e Desenvolvimento	55
2.1. Introdução	56
2.2. O ambiente internacional	58
2.3. O debate nos anos 1950	62
2.4. A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL	68
2.5. O imperialismo e os países não-industrializados	79
2.6. Comentários finais	88
Capítulo 3 – A Abordagem da Dependência	93
3.1. Introdução	94
3.2. As abordagens da dependência	98
3.2.1. <i>A abordagem da dependência a partir dos neomarxistas</i>	105
3.2.2. <i>A abordagem da dependência a partir dos cepalinos</i>	114
3.2.3. <i>A abordagem da dependência a partir da dominação de classe</i>	127
3.3. As Críticas a Teoria da Dependência	144
3.3.1. <i>Os problemas conceituais e metodológicos</i>	147
3.3.2. <i>O distanciamento da realidade e o isolamento</i>	162
3.4. Comentários finais	176
Capítulo 4 – A Dependência como Abordagem	181
4.1. Introdução	182
4.2. A dependência como abordagem necessária	184
4.2.1. <i>A insuficiência das abordagens sobre o desenvolvimento</i>	185
4.2.2. <i>A idéia de dependência retomada</i>	192
4.3. A dependência como abordagem: procurando novos elementos	205
4.4. A dependência como abordagem: uma sugestão esquemática de interpretação	225
4.5. Comentários finais	241

Capítulo 5 – A Dependência como Abordagem: uma tentativa de aplicação	245
5.1. Introdução	246
5.2. Aplicando a dependência como abordagem	247
5.2.1. <i>A aplicação do Bloco 1</i>	249
5.2.2. <i>Aplicando o Bloco 2: emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente</i>	250
5.2.3. <i>Aplicando o Bloco 2: o crescimento econômico a partir de 2004</i>	254
5.2.4. <i>Aplicando o Bloco 2: a pobreza e a desigualdade</i>	259
5.3. Uma avaliação da dependência como abordagem	263
5.4. Comentários finais	266
 Últimas palavras	 269
 Referência Bibliográfica	 279

INTRODUÇÃO: a problemática da dependência

“É, certamente, desejável romper aqui com a velha tradição da Economia acadêmica de sacrificar a relevância do assunto à elegância do método analítico; é melhor tratar imperfeitamente o que é importante do que atingir a habilidade extrema no trato de questões irrelevantes.”

Paul Baran. ‘A Economia Política do Desenvolvimento’

“O problema crucial da abordagem da dependência é o de uma definição confusa dos conceitos centrais e daí a dificuldade de se apresentar explicações consistentes das questões sob análise.”

Vilma Figueiredo. ‘Desenvolvimento Dependente Brasileiro’

Esta introdução esclarece o problema proposto pela tese e os caminhos escolhidos para buscar alguma resposta válida. Para tanto, divide-se em seis partes. A seção inicial discute o problema que dá origem a toda a discussão levada a cabo no trabalho. A segunda afirma a questão da dependência como centro da preocupação capaz de fornecer as pistas para resolver o problema. A terceira seção aponta a hipótese central deste trabalho. Já a seção quatro expõe os objetivos desta tese. A quinta expõe o método e a estrutura do trabalho e, por fim, os comentários finais reforçam a necessidade de realizar o estudo.

1.1. Primeiras palavras

A leitura das duas epígrafes que abrem esta introdução não deveria chocar por parecerem fruto de preocupação contraditória. Na verdade, o problema que surge com elas deveria inquietar de maneira incessante toda pesquisa social, marcadamente a econômica, sobretudo, em países com questões sociais tão graves como o Brasil.

Numa das pontas, o professor Paul Baran ataca as investigações feitas sobre porções cada vez menores do todo social, impedindo que se observe o conjunto, o sistema com suas contradições. Pautando seu olhar sobre a problemática do desenvolvimento, ficava claro para seu viés marxista que as escolhas de foco e tema feitos rotineiramente nos estudos da academia têm, muitas vezes, o papel de velar o que há de mais importante e socialmente criticável no capitalismo e evitar, assim, discussões muito profundas a cerca da sua capacidade de permitir ao homem viver seu potencial pleno.

Na outra ponta, a professora Figueiredo expõe outra importante preocupação. Os debates sobre a problemática do desenvolvimento latino-americano nem sempre se pautaram pelo rigor teórico e o esforço de definir categorias de análise extraídas a partir da observação da realidade. Foi comum importar, sem a devida crítica, modelos científicos a partir do centro do capitalismo mundial e impô-los ao caso concreto dos países da região, gerando conclusões e projeções que pouco aderiam aos fatos. Tanto a esquerda quanto a direita, apaixonadas em sua disputa, sentiram na pele as dificuldades geradas pelo confronto “radicalizado” de posições.

Estes problemas, somados a grave crise econômica que varreu a América Latina na década de 1980, parecem ser as razões que explicam o quase esquecimento dos avanços alcançados pelo debate sobre o desenvolvimento econômico da região.

Antes disso, no final dos anos 1960, quando a teoria do subdesenvolvimento da CEPAL sofria críticas severas – e nem sempre justas – uma nova abordagem dos problemas havia surgido com a grande promessa de dar conta da difícil complexidade que envolve as sociedades nacionais do subcontinente e suas transformações restritas ao longo da história. Ou seja, o desenvolvimento com pouca melhoria dos padrões de vida da maioria da população.

A nova abordagem ficou conhecida como *teoria da dependência*. As perspectivas que abria na forma de enfrentar as questões mais graves da vida social dos países latino-americanos empolgaram cientistas e estudantes numa época de grande efervescência política e cultural em

praticamente todo o mundo. Sua preocupação (chamada aqui de *idéia de dependência*) estava em esclarecer que *o desenvolvimento dos países do subcontinente é embotado não diretamente pela situação periférica ou exploração imperialista, mas, sim, devido às condições sociopolíticas internas que dão aos grupos dominantes a possibilidade de vincular seus objetivos aos interesses do capital internacional e filtrar os impulsos externos, fazendo uso do Estado e da sobre-exploração do trabalho. O resultado é o condicionamento dos rumos da nação e a manutenção do subdesenvolvimento.*

De outro modo, estava claro que a problemática latino-americana não se esgotava nas questões econômicas. Ela envolvia todas as esferas, marcadamente a política, afinal é na interação dos grupos sociais, em luta, que se define a trajetória do futuro, se escolhe qual será a forma da nação. O que era relevante, portanto, não era apenas a economia, mas todo conjunto social, em sua complexidade.

Assim, se a relevância deve ser o guia principal das escolhas temáticas em pesquisa social, estava claro para aqueles pensadores que a complexidade é algo inerente ao objeto. O motivo é que no tratamento de problemáticas sociais, os personagens são difusos, seus interesses complexos e seus atos nem sempre parecem lógicos a um olhar externo que desconhece a ordem social que os envolve. As múltiplas faces ou esferas que compõe a vida social são exatamente os condicionantes para ação (ou inação) no dia-a-dia e são elas que, em conjunto, determinam o leito do rio por onde corre o cotidiano e os conflitos do convívio em sociedade. Destarte, fragmentar o real em porções cada vez menores e tratar tudo que ficou de fora como *coeteris paribus* é, no mínimo, insuficiente¹. A idéia de dependência trouxe em sua origem essa inquietação.

Infelizmente, porém, a promessa que carregava não foi cumprida, apesar dos esforços e do sucesso que seus textos e estudos fizeram em todo continente americano. A chamada “teoria” da dependência talvez tenha sido a abordagem que mais sofreu com a multiplicidade de sentidos dos conceitos emitidos por seus autores (Figueiredo, 1978), dentro do debate sobre o desenvolvimento das nações. Por isso mesmo, apesar da relevância do tema, as dificuldades e problemas teóricos logo foram notados e atacados pelos críticos e uma ótima idéia foi colocada em cheque e quase esquecida. Mais grave ainda, os problemas que a abordagem (“teoria”) possuía

¹ Como se verá no capítulo 2, é difícil fazer, diretamente, essa mesma crítica ao pensamento da CEPAL.

conduziram, por fim, a algumas análises inconsistentes e mais próximas da ideologia do que da ciência.

Entretanto, se houve problemas na sua construção enquanto aparato científico, sua inquietação e crítica continuam válidas e atuais. Hoje, após décadas de baixo crescimento econômico do país, a preocupação com o desenvolvimento, a transformação social do Brasil e o longo prazo voltaram à pauta e destacaram-se como questões fundamentais para parcelas importantes de pesquisadores, estudiosos, elites econômicas e políticos. Esta problemática, porém, é indissociável de olhares abrangentes e capazes de vislumbrar o real da maneira mais completa possível. Em outras palavras, está se recuperando o valor daquilo que o debate sobre o desenvolvimento havia tentado alcançar: a visão multidisciplinar da vida social.

Assim, a “teoria” da dependência voltou a ser percebida como uma contribuição e a idéia que trazia consigo voltou a ter peso nas discussões sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro. O abrangente escopo de sua preocupação permite que, agora, os avanços alcançados no passado sejam resgatados para enfrentar a dificuldade de tratar a complexidade social, sem, no entanto, sucumbir à armadilha da imprecisão conceitual e a construção de modelos generalistas com pouca base empírica.

Esta tese procura enfrentar este dilema, resgatando a muito promissora a *idéia de dependência*. A problemática, o tratamento dado a ela, a proposta/hipótese da tese e seus objetivos serão os assuntos das próximas seções.

1.2. A problemática da dependência

A problemática da dependência já fez derramar muita tinta sobre o papel. Repetida e demasiadamente se falou em nome do “conceito” de dependência e, por isso mesmo, também muito se criticou seu *status* de teoria, marcadamente devido às diferenças definicionais e de pensamento entre seus principais autores. No entanto, seu nascimento e enorme repercussão deixaram claros que havia ali qualquer coisa muito importante e nova que precisava ser incorporada às explicações do desenvolvimento latino-americano.

Para os autores do debate havia algo muito claro. No período logo após a II Guerra Mundial, quando países como o Brasil, por exemplo, viveram altos índices de crescimento

econômico, os principais problemas sociais daquelas sociedades não foram resolvidos e a desigualdade sequer amenizada. Se houve importantes progressos na renda *per capita* e na estrutura produtiva, patinou-se sobre indicadores sociais desconcertantes. Contudo, se as auspiciosas taxas de crescimento e complexificação industrial conseguidas pelo Brasil ano após ano não foram suficientes, o que faltou para superar (ou ao menos reduzir) os graves problemas sociais? Como vencer a péssima distribuição de renda e o subemprego desesperadores? Qual a característica social que impediu a distribuição dos frutos do progresso?

As respostas, então, caminharam para a observação da sociedade, ou melhor, das relações que se estabelecem dentro dos países entre os grupos sociais. Isto é, percebeu-se que havia uma íntima relação entre a estrutura produtiva, sua ligação com o capital estrangeiro, a tecnologia empregada, a ação do Estado e a concentração da renda, do poder e da cultura nas mãos de uns poucos. Em outras palavras, compreendeu-se que perguntar qual a melhor forma de promover o desenvolvimento do país não é, definitivamente, uma pergunta técnica ou estritamente econômica. Primeiro porque, em uma sociedade, o que reforça um grupo, enfraquece outro e, naturalmente, quem irá perder, resistirá o quanto puder. Como desenvolver é modificar, obviamente não é possível consenso nessa matéria. Outro problema e ainda decorrente desse, é que a escolha num sentido ou noutro não independe da identificação de “*que forças sociais comandam as decisões econômicas estratégicas*” (Furtado, 1998: 11).

Logo, ficou claro que para os autores da dependência, o desenvolvimento não é um

“(...) processo de remoção de obstáculos, nem admite um pólo predefinido de desenvolvimento a ser alcançado pelas sociedades dependentes. O processo de desenvolvimento — isto é, o processo de expansão capitalista — na estrutura social das economias periféricas deve ser compreendido ao nível das características internas destas estruturas e de seus relacionamentos com as estruturas sociais das economias capitalistas centrais. A abordagem da dependência argumenta ainda que o desenvolvimento capitalista ocorre na periferia enquanto a dependência permanece como um sistema de dominação/subordinação entre as nações e as classes sociais e do Estado” (Figueiredo, 1978: 13)

Por tudo isso, os estudos dos autores simpáticos à abordagem da dependência mostraram alguns aspectos comuns muito importantes que deram uma clara idéia da direção para a qual olhavam. Para Sanjaya Lall, em artigo publicado em 1975 na *World Development*, por exemplo, há cinco características dos países dependentes sobre os quais há quase um consenso na literatura simpática à abordagem:

- “1. *Income distribution in most LDCs [less developed countries] is highly skewed and in many (but not all) instances is getting worse with economic growth;*
2. *The consumption patterns of the élite in the periphery (the LDCs) are strongly influenced by tastes crested in the centre (the highly developed countries);*
3. *The technology utilized in the process of industrialization is taken in a more or less unadapted form from the centre, either by means of direct investment by multinational companies (MNCs) or by means of licensing of local enterprises. This technology serves to perpetuate the inequitable distribution of income and fulfill the consumption demand of the élites;*
4. *There is usually a strong foreign economic presence in the shape of MNCs, foreign aid, foreign loans, and trade with the centre. The growth of industrialization, whether import-substituting or export-promoting, does not usually reduce the reliance on foreign financing and technology, but tends to increase it; there is no indigenous technological advance of economic significance;*
5. *Foreign influence is not confined to economic sphere, but extends to cultural, educational, legal and political spheres. No direct domination is necessary; it is sufficient to assume that the peripheries inherit and propagate systems used in the centre, and that their ruling élites – (...) – perceive an identity of interest, at some level, with economic interests of the rich capitalist countries.” (Lall, 1975: 801)*

Neste sentido, Lall afirma mais a frente que “(...) *This ensures that there exists what is termed a ‘symbiotic’ relationship between the dominant classes in the centre and the élites, or some part of the élites, in the periphery.*” Lall (1975: 801)

A questão é que, embora haja muita realidade factual nessa caracterização generalista dos países dependentes, não é possível com elas formatar uma categoria *dependência* analiticamente útil (Lall, 1975)².

Esse foi um dos motivos que levou ao enfraquecimento da chamada “teoria” da dependência. Na verdade, o debate intenso, os óbices teóricos e, por fim, a Crise da Dívida no início dos anos 1980 terminaram por deslocar a discussão sobre o desenvolvimento e o longo prazo e aproximaram as preocupações de economistas e demais cientistas sociais da urgência da conjuntura econômica e das dificuldades da transição democrática. O problema é que diante da mudança de pauta no debate social, somado às críticas teóricas sofridas pela teoria da dependência, uma ótima idéia quase foi esquecida. Enfim, o avanço que os autores que enfrentaram o debate alcançaram — a partir dos limites da teoria do subdesenvolvimento da

² Esta crítica será retomada mais longamente no capítulo 3, seção 3.3.

CEPAL³ — foi envolvido e diluído pelo curto prazo da conjuntura macroeconômica caótica, a ascensão do pensamento neoliberal e as dificuldades conceituais da própria abordagem.

De qualquer modo, é muito interessante observar que, se a economia brasileira deu saltos incríveis naqueles anos sem que os problemas sociais arrefecessem, por outro lado, *houve avanços na teoria social que tentava explicar este aparente dilema ou contrassenso*. Mais importante ainda é perceber que boa parte das respostas enveredou para aquela promissora idéia de dependência, mesmo sendo ela de difícil tratamento teórico. Isto é, o avanço do debate havia conduzido parte importante dos pesquisadores a olhar para as relações sociais que se estabeleceram aqui dentro e perceber nelas que os grupos sociais dominantes tiveram e têm enorme interesse na manutenção dos padrões históricos de inserção externa, absorção de tecnologia, atração de investimento estrangeiro, diferenciação social, etc. Em outras palavras, toda transformação produtiva vivida pelo país surgiu, então, como que filtrada na luta social cotidiana em favor do que parecia ser a manutenção do *status quo* tradicional, apenas com outra roupagem. Desse modo, a continuar nesse processo, por mais que o Brasil desse saltos em sua estrutura produtiva industrial e urbana, pouco se poderia esperar de transformação social favorável à maioria pobre de sua população⁴.

Hoje, passados tantos anos, o Brasil apresenta uma estrutura produtiva moderna, de alta produtividade, com enormes plantas fabris, porém concentrada no centro-sul do território e localizada em grandes cidades cercadas de pobreza e violência. Diante desse quadro, ao observar os poucos, mas valiosos, avanços conseguidos recentemente, tem-se a impressão de que a maioria (senão, todos) dos ganhos foram frutos de forças extra-econômicas, oriundos do embate social e da luta política na escolha dos rumos dos gastos públicos do Estado. Na verdade, pouco ou quase nada parece nascer do conjunto econômico estrito senso⁵.

É por isso que ganha interesse, mais uma vez, a problemática sugerida pelos autores que, durante os anos de crescimento, chamaram a atenção para forças extra-econômicas que manteriam

³ CEPAL, ao tentar explicar porque a industrialização não conduziu a superação ou, ao menos, redução significativa da pobreza e da desigualdade nos países latino-americanos, teve dificuldades e, como se verá no capítulo 2, coube a Raul Prebisch, mais uma vez, propor um caminho.

⁴ É muito importante ter em mente que a CEPAL, embora criticada por não ter oferecido uma leitura mais abrangente e multidisciplinar da realidade latino-americana, parece ter, sim, consciência de que as questões de poder, classes e interesses eram fundamentais na definição dos caminhos escolhidos pelos países da região em termos de desenvolvimento. O prefácio escrito por Prebisch ao livro de Octávio Rodrigues (1981) é muito enfático quanto a esse ponto.

⁵ Mesmo o crescimento econômico recente não esconde sua origem nos atos e estímulos produzidos pelo Governo, marcadamente o Federal a partir de 2004.

a sociedade e sua dinâmica em condição de elevada concentração dos frutos do progresso, lado a lado com a fraqueza, em sentido amplo, da franca maioria da população. A idéia de dependência voltou, então, a merecer atenção e principalmente debate, para que, afinal, a profundidade da análise que propõe não seja desculpa para expor dificuldades teóricas, nem os problemas das discussões do passado escondam sua potencialidade de colocar o dedo na ferida do subdesenvolvimento brasileiro.

A tese, portanto, se debruçará sobre esta problemática, *resgatando a idéia de dependência e buscando formas de voltar a aplicá-la nos estudos econômicos sobre a realidade brasileira*. A ambição, todavia, é pequena. Não se falará em teoria e muito menos em novos conceitos. Não se pretende aqui construir ou reconstruir a “teoria” da dependência e nem mesmo estabelecer definições inéditas a partir dos debates travados no terceiro quartel do século XX.

O objetivo é mais simples e modesto, como se verá. A tentativa situa-se no resgate da idéia da dependência, encontrando um meio termo entre as preocupações das duas epígrafes que abriram esta introdução: evitar que a fragmentação do real esconda mais do que mostre e fazer isso com bom nível de precisão conceitual. Ou seja, escapar aos problemas de imprecisão que poderiam comprometer a análise, mas também evitar cair no problema tão bem apontado pelo professor Baran (1984).

O caminho escolhido para dar conta da proposta será o assunto das seções abaixo. Sua leitura permitirá compreender qual o objetivo deste esforço.

1.3. Hipótese: o que discute a tese?

Voltar a falar de “teoria” da dependência pode parecer extemporâneo para alguns (os conservadores), mas principalmente ambicioso para a maioria dos economistas heterodoxos. Isso acontece porque ao tratar do tema, dois parecem ser os caminhos possíveis:

1. recuperar os antigos textos e autores para analisar a realidade atual, fazendo, quando muito, algumas poucas adaptações;
2. construir e apresentar uma nova “teoria” da dependência, capaz de superar as diversas críticas contundentes que o formato original dos anos 1970 sofreu.

O esforço deste trabalho, contudo, não é nenhum dos dois caminhos apontados acima. A tese, na verdade, advoga o *resgate da idéia de dependência e sua aplicação nos estudos econômicos especializados sobre a economia brasileira, sem, todavia, retomar ou recriar as antigas abordagens da dependência e menos ainda construir novos conceitos e teorias para tratar dessa realidade vivida intensamente pelo Brasil.*

O intuito desse resgate é mostrar a validade e a importância da idéia básica percebida pelos autores do debate nos anos 1960 e 1970, agora, porém, atento às deficiências e limites do que se propunha então. Em outras palavras, *defende-se que a idéia da dependência é muito importante para toda análise que se realiza sobre a economia brasileira, afinal a mesma evidencia questões, condicionamentos e impõe preocupações e análises que passariam despercebidos das pesquisas que se debruçam diretamente sobre um objeto recortado da realidade, aplicando-lhe teorias e métodos oriundos, na maioria das vezes, dos países do centro do capitalismo.* De maneira mais específica, sustenta-se que não é razoável estudar uma questão especializada, como o câmbio, por exemplo (ou fiscal ou monetária ou qualquer outra), partindo-se do que é mais comum nas análises hoje. Isto é:

1. *sob um olhar restrito*, que utiliza apenas variáveis tipicamente econômicas e cria modelos explicativos por meio de hipóteses extremamente restritivas a acerca do comportamento social dos agentes e sobre o conjunto das demais esferas sociais, marcadamente as de fundo político;
2. *sob um olhar um pouco mais amplo*, que utiliza variáveis tipicamente econômicas para a análise profunda, tentando contextualizar, com fatos históricos estilizados, a situação encontrada.

O que falta em ambas? A conexão intensa que atrela o preço fundamental da divisa internacional, por exemplo, à luta social cotidiana pela maior fatia do bolo econômico, de poder e *status* social. Em outras palavras, não há, mesmo ‘*sob o olhar um pouco mais amplo*’, a clareza de que as forças sociais enfrentam-se na arena política e econômica, produzindo pressões que impelem à disponibilidade ou não de crédito, atuação expansiva ou restritiva do Estado, liberdade ou não de circulação de capitais e moeda estrangeira, intervenção das autoridades em favor deste ou daquele preço de câmbio, enfim. Não percebem que se houver um pouco mais de compreensão sobre o que provoca o movimento da sociedade numa direção ou noutra, somado a percepção da

posição ocupada pelo país nas trocas mundiais, a seleção das variáveis que comporão os modelos será muito mais apurada e precisa, a interpretação dos resultados diferenciada e os prognósticos muito mais efetivos, pois irrefutavelmente conhece-se melhor a dinâmica social e suas implicações sobre aquele tema de pesquisa escolhido.

Por isso, neste estudo, defende-se a idéia da dependência. Não mais, é verdade, como uma teoria ou abordagem capaz de dar respostas melhores sobre as conhecidas dificuldades do Brasil. O que se propõe aqui é resgatar a importante preocupação central dos autores simpáticos à idéia, utilizando-a para construir uma base a partir da qual seria possível realizar análises temáticas especializadas que se sustentariam sobre um recorte social mais abrangente e um conhecimento mais profundo sobre a dinâmica econômica e social brasileira dependente que cerca o objeto.

A tese central do trabalho, portanto, é *propor uma forma de abordar um objeto especializado de preocupação do pesquisador econômico, formulando um conjunto de perguntas que lhe forneça um quadro analítico prévio da realidade onde se insere seu problema. Este quadro deverá revelar, por etapas, desde a posição periférica e dependente do Brasil até a influência e impacto que tais condições impõem ao significado social, a lógica dos movimentos e a possibilidade de interferência sobre o objeto especializado escolhido como tema*. Em outras palavras, propõe-se erguer um conhecimento anterior à investigação especializada profunda, a fim de exatamente permitir que a mesma seja balizada por um melhor entendimento da dinâmica dependente que cerca e certamente condiciona os movimentos do objeto especializado de pesquisa.

Com isso, espera-se resgatar a preocupação dos autores do debate sobre a dependência e colaborar para que os economistas, marcadamente os heterodoxos, sofram menos com os enfrentamentos metodológicos em que se veem regularmente enfronhados cada vez que iniciam uma nova pesquisa.

Diante dessa proposta (“hipótese”) central, surgem outras necessidades ou sub-propostas derivadas que devem ser esclarecidas desde já. As mesmas podem ser elencadas como segue:

1. é preciso ter clareza sobre o conceito de desenvolvimento a ser adotado durante todo o trabalho;
2. o debate que se trava antes do surgimento da “teoria” da dependência deve ser estudado com o objetivo de conhecer os contendores da problemática;

3. as diferentes correntes daquilo que ficou conhecido como “teoria” da dependência necessitam ser bem conhecidas;
4. por fim, as críticas a ela dirigidas tanto a partir da esquerda como as oriundas do pensamento conservador de direita precisam ser observadas e debatidas.

1.4. Objetivo⁶

Ao se examinar parte significativa da literatura econômica atual, fica evidente que muitos pesquisadores ligados ou próximos à teoria tradicional insistem em apontar problemas e repisar soluções microeconômicas para as questões do desenvolvimento brasileiro. Em outras palavras, põe de lado autores e descobertas absolutamente fundamentais para o entendimento do problema tanto do crescimento econômico como do desenvolvimento.

Em primeiro lugar, ignoram a história e isso naturalmente os faz abstrair as instituições sobre e com as quais se construiu o país até o presente. Isto é, devido à suas crenças sobre ciência e método, demonstram fé na universalidade geográfica e atemporal de modelos lineares, ignorando propositadamente que qualquer desenvolvimento se faz sobre mudanças nas instituições e nas formas das relações sociais e de produção estabelecidas.

Isso lhes dá uma falsa sensação de segurança ao afirmarem problemas e apontarem soluções para países como o Brasil, afinal seus modelos lógicos e universais — portanto descolados da realidade — não permitem espaço a dúvida. O problema é que ao se trazer a solução apontada para a aplicação, nem os parâmetros, nem o ambiente, nem os resultados caminham na direção esperada e as experiências, normalmente liberais, pesam sobre a cabeça exatamente de quem merecia maior proteção.

Em todo caso, a culpa dos problemas é, segundo eles, da sociedade atrasada ou do governo renitente, incapaz de implementar as reformas “estruturais” (leia-se liberais) necessárias à retomada do crescimento econômico do país.

⁶ A parte inicial desta seção está baseada em artigo de publicado pelo autor no jornal Valor Econômico. Para o texto integral, ver AMORIM, Ricardo L. C. *Sobre neoliberais, psiquiatras e Estado*. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A18 - A18, 04 abr. 2008.

Quanto aos seus economistas, o problema tem a mesma dimensão de uma gravíssima comédia de erros. Estes pesquisadores não observam (e não se sabe se de propósito ou por desconhecimento) o que autores heterodoxos clássicos como Hobson, Hilferding, Marx, Kalecki, entre muitos outros afirmam: nunca houve desenvolvimento econômico acelerado sem forte e direcionadora política econômica por parte do Estado. Qualquer país, mesmo a Inglaterra da I Revolução Industrial, passando pelos de industrialização retardatária (França, Estados Unidos e Alemanha, seguidos por Itália e Japão) nunca alcançariam suas posições geoeconômicas sem a participação indutora do Estado. Isso vale também para os países que alcançaram recentemente a categoria de industrializados dentre os periféricos: nenhum deles, em seus momentos de acelerado crescimento, abriu mão de políticas indutoras por parte de seus respectivos Estados.

Em palavras mais duras, a primeira aproximação do objeto levada a cabo por esses pesquisadores é superficial, não adentrando a questões fundamentais que lhes mostraria que o poder, os grupos sociais dominantes, o espaço geográfico, a posição do país no conjunto das nações, etc. são aspectos fundamentais para se compreender a trajetória dos fenômenos sociais mais importantes. Se tantas variáveis lhes tornassem a pesquisa impossível, ao menos as interações entre os grupos sociais e a distribuição do poder na sociedade necessariamente precisariam ser levadas em conta. Mas o caminho escolhido mostra-lhes apenas a incompreensão frente a um país complexo que, a seus olhos, parece sempre aquém e atrasado em relação às nações ricas.

Nesse sentido, Goldenstein (1994: 21) está absolutamente correta quando afirma que os

“(...) problemas isolados de uma discussão estrutural, acabam perdendo sua devida perspectiva. Assumem um caráter técnico, despolitizado, sendo apresentados como mera questão de bom senso, de racionalidade quando, na verdade, são problemas absolutamente dependentes, subordinados às determinações estruturais mais profundas.”

Mas como superar esta superficialidade dos autores da teoria tradicional se, por vezes, também os pensadores heterodoxos sofrem com a complexidade do ambiente em suas múltiplas faces e influências recíprocas? Afinal, como observa corretamente Furtado (1998), é fundamental entender que o próprio objeto das ciências sociais não é algo perfeitamente definido, pois ele está em plena e contínua formação, criado e recriado na vida cotidiana dos homens em sociedade⁷.

⁷ “A ciência social admite a evidência de que a vida humana é, em parte significativa, um processo criativo consciente, o que implica postular o princípio da responsabilidade moral.” (Furtado, 1998: 14) Embora este não seja o local para essa discussão, surge aqui uma ponte evidente entre economia e ciência moral.

Facilitar o trato com esse problema é o objetivo desta tese: contribuir para tornar mais fáceis os esforços de identificação da dinâmica dos fenômenos especializados que ocorrem na economia brasileira. Mais precisamente, pretende-se voltar as lentes e o empenho no sentido de *auxiliar os economistas heterodoxos a evitar a fragmentação da realidade, propondo uma maneira de, antes de realizar a pesquisa, formular um quadro capaz de informar como seu objeto especializado de investigação é condicionado pela realidade periférica e dependente do país.*

Com essa disposição, esta tese deve ajudar a:

1. localizar mais precisamente o objeto de pesquisa dentro da vida social brasileira;
2. compreender que sua posição lhe traz determinados condicionantes e estes são frutos da interação e luta entre os grupos sociais que compõe a nação;
3. ter maior clareza em relação à dinâmica dependente da economia brasileira e sua influência sobre o tema escolhido, facilitando, assim, a seleção das perguntas sobre o objeto;
4. auxiliar na escolha da teoria ou método a ser empregado para análise do fenômeno econômico a ser explicado.

Diante desse objetivo, é preciso esclarecer a estrutura do trabalho que apresentará a proposta. Este é o assunto da próxima seção.

1.5. Método e estrutura do trabalho

Avançar sobre a problemática das economias periféricas do capitalismo mundial exige mais do que clareza, exatidão e um método de abordagem que mereça o epíteto de científico. Aqui não basta aplicar modelos consagrados para explicar os porquês mais importantes, capazes de trazer luz aos fenômenos, por vezes, inesperados da sociedade.

O motivo é simples: o Brasil não é uma economia capitalista rica e desenvolvida. Ao contrário. O país sofre com sua posição periférica e uma dinâmica social marcada por possuir elevado grau de dependência⁸. Logo, possui forças sociais diferentes dos países desenvolvidos e

⁸ A idéia de grau de dependência tem origem em Lall (1978) e será discutido no capítulo 4.

instituições, marcadamente um Estado, que pouco se assemelham ao padrão esperado por economistas que tem nas nações ocidentais mais ricas a régua para medir todo o resto do mundo.

Assim, quem vai estudar o Brasil ou suas partes precisa, primeiro, obter uma nova régua. De preferência uma que tenha sido criada ou, ao menos, redesenhada a partir da realidade e da dinâmica do país. Por isso mesmo, nessa tese, o tema escolhido, mesmo não sendo novo, é visto sob um prisma diferente: a busca de fazer convergir o apuro técnico da pesquisa especializada com a necessidade de ter clareza sobre o ambiente onde está inserido o objeto.

Como já foi dito anteriormente, para conseguir propor uma abordagem que realmente auxilie os economistas heterodoxos na labuta de melhor aproximar-se do tema de sua preocupação, a tese trabalhará resgatando a preocupação dos autores da chamada (erroneamente) teoria da dependência. Deste modo, o que se convencionou chamar de *teoria da dependência* será tratado aqui como um método de análise e dividida em correntes, da mesma forma como proposto por Gabriel Palma em seu excelente artigo de 1978.

Para realizar a tarefa, a aproximação da proposta será efetuada gradativamente, seguindo, passo a passo, a estrutura de apresentação dos capítulos. Deste modo, no **capítulo 1** será entabulada uma longa discussão cujo centro é a definição de um conceito de desenvolvimento que permeará todo o trabalho dali em diante. Por fim, esclarece-se porque voltar a discutir a dependência é importante nesse momento. No **capítulo 2**, recupera-se o debate ocorrido no pós-guerra sobre a problemática do desenvolvimento econômico. Ali será discutida a criativa teoria do subdesenvolvimento da CEPAL e as respostas oferecidas pelas abordagens neoclássicas de crescimento econômico. Também estará presente o olhar marxista, através dos autores do imperialismo. O objetivo aqui é esclarecer quem são os contendores da peleja e suas teses, assim como as proposições contrárias a cada escola envolvida, intuindo, daí, o caminho teórico para o nascimento da idéia de dependência. Já no **capítulo 3**, a preocupação estará totalmente voltada para a discussão da “teoria” da dependência e sua desmistificação enquanto teoria. Ali, seus avanços e limites, contribuições e problemas serão apresentados por meio da separação dos autores em escolas de pensamento consolidadas que escolheram tratar da questão da dependência. Será desse debate que os elementos da proposta central desta tese serão extraídos. O **capítulo 4**, de posse das discussões acima, afirmará a insuficiência das abordagens do desenvolvimento apresentadas para dar conta da problemática de países como o Brasil. Assim, frente a esse

obstáculo, somado a necessidade de incorporar nas pesquisas especializadas a dinâmica dessa sociedade, será formulada a proposta tema deste trabalho: uma pré-abordagem dos fenômenos da economia brasileira, com vistas a auxiliar os economistas heterodoxos em suas investigações empíricas. Por sua vez, o **capítulo 5** fará a aplicação daquela proposta em três casos de temas especializados: *emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente*, *crescimento econômico a partir de 2004* e *pobreza e desigualdade*. O objetivo é testar o valor da proposta apresentada no capítulo anterior. Por fim, os **comentários finais** farão uma avaliação dos resultados obtidos e analisarão o esforço realizado.

1.6. Considerações finais

Os altos índices de crescimento econômico pelos quais passou o Brasil nas décadas de 1950, 1960 e 1970 não resolveram alguns de seus principais problemas. Se a “teoria” da dependência fez esforços para esclarecer o porquê desse aparente dilema, com avanços muito interessantes, infelizmente os resultados teóricos não foram suficientes para dar conta da questão e propor um novo aparato teórico para aplicação em estudos futuros.

Mesmo assim, a preocupação dos autores e os problemas que levantaram⁹ têm ainda hoje grande interesse e relevância. O Brasil dos anos 2000 tem seus principais setores industriais sob controle do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, o capital nacional surge como fornecedor de bens e serviços padronizados àquele capital e é usuário da tecnologia disponibilizada por aquelas empresas. Sua expansão, sucesso, produtividade e, portanto, seus interesses estão em maior ou menor grau atrelados a acumulação alcançada pela empresa multinacional aqui localizada. Isso sem comentar a atenção da elite brasileira sobre os padrões de consumo e cultura oriundos dos países do centro do capitalismo e seu desprezo pela produção cultural e científica nacional.

Apenas esses relâmpagos já trazem alguma desconfiança de que o Brasil continua sendo um país que sofre com elevado grau de dependência. Se isso for verdade, dado que a dependência é um determinante da dinâmica social, resta pouca dúvida de que a franca maioria dos aspectos da

⁹ Por exemplo, observar que a exploração internacional do país só ganha sentido quando se percebe que uma parcela poderosa da população ganha com isso.

vida social, marcadamente a econômica, sofre influência dessa condição. Em outras palavras, boa parte dos fenômenos sociais e econômicos é condicionada pelas relações sociais tipificadas (às vezes de maneira caricata) pelos autores clássicos da dependência.

Com isso, essa tese faz o esforço de tentar resgatar essa problemática sem, contudo, ambicionar criar algo novo, seja conceito ou teoria. O que se pretende fazer nos próximos capítulos é mostrar que as questões levantadas pelos pensadores simpáticos a idéia de dependência podem ser, ao menos parcialmente, recuperadas através de uma abordagem prévia do objeto especializado de estudo aplicado à economia brasileira.

É sobre isso que versará este trabalho.

O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO, SEUS FANTASMAS E A DEPENDÊNCIA

*"In Latin America, therefore, the claim that underdevelopment was the product of capitalist expansion was a new departure."
Samir Amin. 'On Development: for Gunder Frank', 1996*

Tratar a questão do desenvolvimento nunca foi tarefa simples. Este capítulo, primeiro, lança o problema e as escolhas realizadas para discutir o assunto. Em seguida, de maneira muito sucinta, aponta alguns pontos importantes, para essa tese, da formação histórica da sociedade brasileira. Na seção três, expõe a complexidade do fenômeno desenvolvimento. A quarta seção pergunta: *por que voltar a discutir a dependência?* Por fim, as considerações finais encaminham a discussão para o próximo capítulo.

1.1. Introdução

O Brasil do século XX foi um país em transformação em *quase* todos os sentidos. Sua economia diversificou-se, cresceu muito e até mesmo industrializou-se. Suas cidades multiplicaram de tamanho, sua estrutura social ganhou novos personagens e o setor rural tradicional perdeu peso.

Mas isso é uma parte da narrativa. A outra conta um dos fenômenos mais marcantes da história do país e provavelmente de toda América Latina: a incrível continuidade no poder político e econômico dos grupos oligárquicos antigos. Muitos autores já se debruçaram sobre o tema¹⁰, então, aqui, outra será a questão.

Se ao analisar o desempenho histórico da economia brasileira, por exemplo, um economista ficar eufórico com as taxas de crescimento, rapidamente seu sentimento se transformará em confusão e depois em terror ao observar os números apresentados pelos indicadores sociais. De outro modo, o excelente progresso vivido na produção e na tecnologia não foi acompanhado por melhoras similares na distribuição de renda, apesar de algum avanço nas condições materiais de vida ter sido alcançado com o abandono do campo.

A pergunta é: por quê?

Se houve progresso material e a maioria não usufruiu dele na mesma proporção de uns poucos é porque outros se apropriaram dele. Se o fizeram, é possível crer que estes possuíam força social suficiente para impedir que a pressão dos grupos mais fracos resultasse em maior distribuição da renda. E isso leva a outra pergunta: de onde veio (vem) esse poder? Em grossas linhas, essa questão persegue, há décadas, como uma sombra, todo o debate social brasileiro.

Muitos já propuseram respostas simples, mas inadequadas. Outros, soluções que levaram a mais perguntas, sem um final claro. Terceiros, mais ousados e corretos, buscaram na própria sociedade razões para o descompasso entre um país que se quer moderno e onde sempre se promete o futuro, mas que, cotidianamente, afunda em um atoleiro de arcaísmos e exploração pura e simples do trabalho. O conjunto das argumentações, contudo, confunde. A maioria das análises é parcial e restrita à especialidade (economia, sociologia, política, etc.) e o resultado é um aparente fantasma no imaginário da minoria que ainda tenta entender o país. Estes espectros

¹⁰ Para essa discussão, ver Faoro (2000), Cardoso e Faletto (2004), Silva (1986), Mello (1991), Florestan Fernandes e Celso Furtado em vários estudos.

rondariam o que o senso comum chama desenvolvimento, impedindo, retardando, demorando o pretense alvorecer de destino grandioso que o país possui.

As ciências sociais, porém, não falam em fantasmas. O problema é que cada ciência social parece trabalhar com fragmentos perigosos da realidade, impedindo que, por interação das partes, se observe o todo e seu movimento de conjunto. Para Prado Jr. (1999: 18), “*História, Sociologia, e Ciência Social em geral, podemos dizer que quase se confundem ou se devem confundir no Brasil*”.

Essa afirmação, continua o professor um pouco a frente, é especialmente pertinente para a problemática do desenvolvimento, pois, em realidades como a brasileira, na curta experiência histórica não foi possível romper com o passado ou decantar características nacionais próprias, com contornos nítidos. Por isso, em razão da necessidade de buscar pistas seguras onde elas existem, ou seja, na história, ainda não é possível isolar atenções¹¹, pois é nos

“fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento”. (Prado Jr.: 1999: 18)

O papel das ciências sociais, então, é espantar as imagens de fantasmas que habitam a imaginação leiga e expor teorias e hipóteses para explicar por que países como o Brasil não vão, aparentemente, além do crescimento econômico. Os esforços dos pesquisadores, alguns mais outros menos frutíferos, portanto, prossegue. E o faz porque dentro dos países as pessoas continuam a trabalhar e produzir riqueza e os grupos sociais nunca cessaram de lutar, dia após dia, para que a organização coletiva permita a eles apropriar-se de maior parcela, se não da renda, do prestígio social. Em outras palavras, está claro que nada está definido ou dado. Nenhum destino é manifesto e nenhum país tem no futuro a certeza do sucesso ou da derrota.

É sobre essa problemática que se debruçará esse capítulo. As próximas seções tentarão esclarecer que não há fantasmas rondando o progresso das sociedades subdesenvolvidas. O que há são ações coletivas e lutas sociais que levam os países, cada um, em determinada direção. Em outras palavras, o que há é gente de carne e osso identificada com grupos de interesses e que, por mal ou por bem, exercem pressão por convenientes caminhos. De outro modo, não há modelos,

¹¹ Se é que isso pode ou deve ser feito, a qualquer tempo, em ciências sociais.

teorias, métodos ou fórmulas que provam que a aventura histórica, por exemplo, do Brasil será inevitavelmente a fortuna ou o trágico fado da crise social.

Para tanto, a próxima seção observará um pouco da história do país para salientar alguns traços muito importantes da formação da estrutura social brasileira. A partir desse desenho será possível questionar o significado e o conceito de desenvolvimento. A tarefa da terceira seção será exatamente responder o que significa desenvolver um país e apontará as dificuldades que surgem para explicá-lo. A seção seguinte proporá retomar uma já conhecida abordagem do problema do desenvolvimento: a chamada “teoria” da dependência. Mas, agora, o que se quer não é apreender o processo de desenvolvimento, e sim, tentar jogar luz sobre as possibilidades e limites de países, como o Brasil, em alcançá-lo. Isto é, perceber a abordagem da dependência como uma ferramenta valiosa. Por fim, as considerações finais encaminharão os passos do trabalho para a avaliação das respostas já dadas pela ciência econômica.

1.2. A modernização truncada do Brasil

O padrão que assume a posse dos meios de produção, já se sabe há muito¹², define boa parte das relações sociais que se estabelecem em qualquer forma de convívio humano. No Brasil, a concentração desses meios — basicamente a terra — nas mãos de poucos foi a característica marcante desde o começo da formação do território¹³. Ali, devido à enorme concentração da propriedade, sua posse garantia o comando regional de coisas, pessoas e da política local, refletindo claramente o caráter oligárquico da sociedade brasileira de então. Nessa ordem, o que definia qual fatia da oligarquia nacional teria maior influência sobre o poder central e seria privilegiada nas atenções e serviços públicos eram os diferentes ciclos de produtos primários exportados.

¹² Para isso, ver Marx (1986), OLIVEIRA, Carlos Alonso B., *O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado*. Campinas: IE/Unicamp, 2003 e DOBB, Maurice, *A Evolução do Capitalismo*, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983.

¹³ É interessante, para além das observações econômicas, atentar para as implicações sociais da imensa concentração social da propriedade. Para tanto, ver Gilberto Freyre nos dois clássicos *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. Outro clássico imperdível, mas com outro olhar é Sérgio Buarque de Holanda em *Visões do Paraíso*.

Já era claro, portanto, que embora a propriedade fosse de brasileiros sobre as terras do Brasil e sobre a mão-de-obra escrava para cá trazida, o comando ou a dinâmica definia-se a partir de fora, das necessidades européias e estadunidenses de produtos tropicais. Mesmo com a independência e, logo depois, o crescimento da mão-de-obra assalariada, pouca coisa mudou nas relações sociais estabelecidas a partir da grande propriedade rural exportadora¹⁴. O senhor de terras continuou a comandar pessoas e coisas nas fazendas e na região e a oligarquia da vez — no caso a cafeeira, urdida ainda pela demanda dos países mais ricos — apropriou-se do Estado, forçando decisões a seu favor¹⁵.

Foi só com a Crise de 1929 nos países ricos e a Revolução de 1930 aqui dentro que o antigo arranjo oligárquico começou a ‘fazer água’. Naquele momento, por razões que inicialmente escaparam ao controle do Estado e dos capitais que aqui atuavam, o Brasil acentuou e deu outro caráter a uma incipiente substituição de produtos importados por produção nacional. Ali, iniciou-se um *processo de substituição de importações* que levou a mudança do centro dinâmico, internalizando o impulso econômico (Furtado, 2000), e a industrialização (Tavares 1979). Desse modo, crescentemente a propriedade mais importante deixou de ser a terra para ser o capital industrial e urbano, dono da maior rentabilidade, da proteção do Estado e do melhor potencial de acumulação e realização contínua de sua produção (Oliveira, 1972). O gráfico 1.1 mostra claramente a inflexão das participações dos setores industrial e de serviços em relação à produção agrícola. A ultrapassagem dos primeiros em relação ao segundo deve ser ainda mais realçada, posto que, naquele momento, a produção agrária sofreu dramática mudança na sua composição, reduzindo o peso do café e aumentando a cultura para consumo interno nacional.

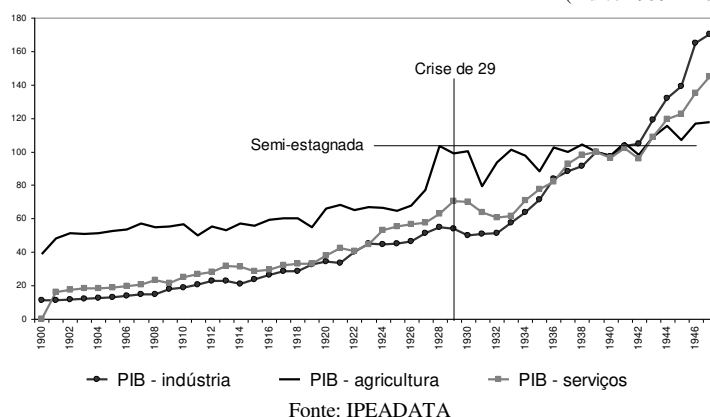
Tantas transformações, naturalmente, forçaram, mas não sem acordos com as muitas oligarquias regionais¹⁶, o crescimento aos poucos do poder para os novos grupos econômicos em ascensão no país, marcadamente no Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, sul de Minas gerais e norte do estado do Paraná.

¹⁴ Embora não houvesse mais escravos, os trabalhadores assalariados rurais recebiam, em termos monetários, muito pouco pelo eito e parte da sua sobrevivência vinha de hortas plantadas sob consentimento do proprietário. Ver Oliveira (1972).

¹⁵ Para isso, ver Furtado (2000) e Caio Prado Junior em História Econômica do Brasil. 40.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 e Formação do Brasil Contemporâneo. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

¹⁶ Ver para isso, Fiori (1989).

Gráfico 1.1 – Brasil: PIB por setor, 1900-1947
(índice 1939 = 100)



A partir desse momento, diferentemente do que se via no período primário-exportador, a sociedade tornara-se mais e mais complexa e os antigos grupos transformaram-se. O tradicional abismo entre os poucos ricos proprietários e quase todo o resto da população foi lentamente substituído por uma sociedade urbanizada onde surgia e ganhava força uma massa operária votante — que oscilava entre a luta reivindicatória e a pelegagem¹⁷ — e uma classe média cada vez mais significativa. Ou seja, havia novos jogadores a disputar espaço no tabuleiro e naturalmente o Estado teria de responder a essa nova constituição social e às suas forças.

Nesse ambiente de industrialização e crescimento econômico, outras formas de propriedade também ganharam relevo quantitativo. Eram os serviços, marcadamente o comércio urbano voltado ao atendimento da crescente massa assalariada, que, tendo dinâmica subordinada à indústria, crescia a olhos vistos no Sudeste. Por tudo isso, apesar de que a propriedade dominante fosse a indústria, outras atividades de apoio e reprodução do padrão de organização social também passaram a ter destaque, empregando boa parte da mão-de-obra urbana.

É por isso que, em todo esse processo, destacam-se os seus reflexos sobre a estrutura social do país. Ali, mais precisamente no surgimento de novas classes operária e média, formando

¹⁷ Pelego, segundo o CEPDOC da FGV é o “termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Em seu sentido próprio, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados “de fachada” ou “de carimbo”, entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não. Muitas vezes, a designação pelego é atribuída aos dirigentes das federações e confederações sindicais, que têm acesso direto ao Ministério do Trabalho e vivem à sua sombra.” (Capturado dia 20/12/2011 do site: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/pelego>.)

um conjunto social muito diferente daquele visto no período pré-industrialização, surgiram algumas continuidades fundamentais para se analisar a dinâmica social e o Brasil de hoje.

Por exemplo, a antiga classe média brasileira que despontou com a Declaração de Independência e as necessidades de organização do Estado a partir de suas ligações de amizade ou parentesco com a classe alta (Fausto, 1996), logo foi ultrapassada, no segundo quartel do século XX, por uma nova e moderna classe média urbana, agora, estreitamente vinculada ao processo produtivo que se modificava. A industrialização, a urbanização e o crescimento paralelo do Estado passaram a demandar quadros profissionais especializados, mas distantes das decisões dentro das empresas e do governo. Em outras palavras, uma burocracia de nível intermediário capacitada¹⁸, fruto e parte do avanço de uma nova estrutura produtiva. É nesse sentido que Bresser-Pereira (2003) afirma ter essa moderna classe média nascente três características básicas: a) uma **progressiva integração** às novas formas de produção através do fornecimento de mão-de-obra qualificada; b) com o forte crescimento da economia e a expansão do Estado desde 1930, atinge **rápida multiplicação** em número de componentes; e c) com o progresso e diferenciação econômica e alargamento das ações do Estado, alcança **enorme diversificação** de suas atividades profissionais¹⁹.

É preciso atentar para outro fato, então: a ascensão dessa classe média moderna indica uma mudança no eixo na estratificação social que passa a basear-se crescentemente não no emprego por favor, mas, sim, no contrato de trabalho. Isto é, reduzia-se aos poucos o peso do apadrinhamento para cargos do Estado e mesmo nas empresas que, cada vez mais, buscavam capacidade de trabalho. Wright Mills (1969)²⁰, ao estudar o fenômeno para os Estados Unidos, observou que a classe média moderna dependia das empresas e, conseqüentemente, de sua posição dentro da hierarquia profissional no interior do grande capital. Em outras palavras, *sua posição social dependia (e depende ainda hoje) do contrato de trabalho*²¹.

¹⁸ Tratava-se de “(...) uma imensa gama de profissões, incluindo não só profissionais liberais e funcionários públicos, mas também técnicos, administradores de empresas, assessores, empregados de escritório, empregados de empresas de serviços auxiliares da indústria e comércio, vendedores, operários especializados e uma infinidade de outras profissões.” (Bresser-Pereira, 2003: 84)

¹⁹ É importante ter em mente que falar em classe média como um grupo homogêneo pode conduzir a interpretações equivocadas. Por isso as afirmações feitas aqui têm caráter geral e buscam ater-se aos movimentos predominantes na sociedade brasileira do período.

²⁰ Dentro do livro citado (Mills, 1979), ver principalmente a parte II.

²¹ Apenas a título de exemplo, Mills (1969: 83) afirma, para a sociedade estadunidense, que, no início do século XIX, a antiga classe média era formada por pequenos empresários independentes e esse grupo “(...) representava, por volta de 1870, um terço da população, e em 1940, apenas um-quinco. Hoje, muitos dos quatro- quintos restantes trabalham para os 2 ou 3% da

Desse modo, o nascimento, crescimento e consolidação da moderna classe média brasileira são frutos da industrialização e urbanização do país e, por isso mesmo, subordinados à continuidade desse progresso. Por isso, os problemas começam quando a economia brasileira sofre com a gravíssima Crise da Dívida, a partir da semi-estagnação iniciada a princípios dos anos 1980²².

Nesse novo quadro, a *integração* da classe média continuou a obedecer à mesma motivação, porém, em uma década sem investimentos, a estabilidade do aparato produtivo não engendrou novas oportunidades de incorporação; ao mesmo tempo, sem ampliação das atividades produtivas, o *crescimento* do grupo foi prejudicado e as novas gerações viram as oportunidades de mobilidade social ascendente reduzir-se drasticamente; por fim, em uma economia semi-estagnada, não houve *diversificação* do parque produtivo, minguando o surgimento de novas especializações e profissões (Pochmann *et ali*, 2006). Mas o maior golpe viria com os anos 1990 e suas reformas.

O que se tem como resultado é um grupo social numeroso, relativamente bem remunerado, dono de um consumo moderno e que oscila entre o conservadorismo aferrado ao gosto por alguns privilégios que vem perdendo e, em parcela menor, o desejo de transformação social em direção a superação dos arcaísmos típicos da sociedade brasileira. Em nenhum momento no passado, porém, a classe média apresentou homogeneidade ideológica ou de projetos (Ianni, 1979). Essa característica, hoje, permanece.

Na base da pirâmide social²³, o nascimento da massa trabalhadora urbana tem raízes semelhantes — o crescimento econômico e a industrialização — mas, assumiu suas feições a partir de dois movimentos paralelos, e, infelizmente, concorrentes. O primeiro nasceu do progresso urbano e da miséria no campo, isto é, a população rural se viu atraída para os novos grandes centros devido às melhores oportunidades, condições de vida e salários (Fausto, 1996). De outra maneira, a situação dos trabalhadores rurais no Brasil era tão ruim nos quatro primeiros quintos do século XX que, abandonar o campo em favor da cidade, mesmo vivendo sob a informalidade e

população que possuem de 40 a 50% da propriedade privada nos Estados Unidos. Entre esses trabalhadores encontram-se os membros da nova classe média, os colarinhos-brancos, que recebem salários-mês.”

²² É preciso lembrar que nesse momento o Brasil também vivia a delicada transição da ditadura militar para a democracia formal. A transição foi lenta e gradual, como queriam os grupos ligados ao ex-presidente Ernesto Geisel, mas não foi fácil, ocorrendo inclusive pequenos atentados à bomba em grandes cidades do país, impetrados, ao que parece, por grupos da chamada ‘linha dura’ do regime militar. No entanto, com o xadrez político bem jogado pelos conservadores, foi segura, jamais questionando a estrutura tradicional de privilégios do país. Para detalhes, ver Gaspari (2004).

o subemprego, implicava em melhora nas condições de vida das pessoas e, por isso, em mobilidade social ascendente (Ianni, 1979). O segundo movimento teve origem na expulsão de trabalhadores rurais das fazendas devido as importantes modificações e modernização por que passava o campo (Oliveira e Henrique, 1990). Assim, juntando os dois fenômenos, observa-se o êxodo rural brasileiro, inchando extraordinariamente as áreas urbanas²⁴. Diante desse quadro, não havia crescimento econômico suficiente para absorver em empregos modernos a quantidade de mão-de-obra disponível. Se ainda for levado em conta o tipo de industrialização vivido pelo país — com padrões e tecnologia importados e, portanto, poupadores de mão-de-obra —, não é de espantar o crescimento volumoso do subemprego e da pobreza nas grandes cidades brasileiras.

Em outras palavras, se o desenvolvimento urbano capitalista leva ao surgimento de um mercado de trabalho comum a qualquer estrutura oligopólica internacionalizada, em países com grandes massas rurais e estruturas agrárias atrasadas, este movimento é acompanhado de marginalização rural e urbana. Isso significa que se criam excedentes de mão-de-obra inabsorvíveis pelo mercado de trabalho capitalista (Tavares, 1986). Ou seja, diferentemente do que se pensava na década de 1950, os contingentes que migraram para as cidades, ao não poderem ser absorvidos, foram marginalizados e sua inclusão não era possível através do crescimento industrial. E por quê?

Nas palavras de Tavares (1986),

“en este mercado [urbano-industrial], las condiciones de ‘oferta’ de mano de obra son creados por la dinámica del sistema capitalista, sin necesidad (o exactamente: sin posibilidad) de ofrecer empleo productivo a la población marginal”. (TAVARES, 1986: 10. Grifo nosso)

Em outras palavras, o mercado urbano-industrial cria seu próprio fluxo de mão-de-obra, inclusive com seu exército de reserva, tornando francamente excedente e marginal aquele grupo que imigrava desde o campo. Assim, quando o capital industrial tornou-se dominante em uma economia de industrialização tardia e se consolidou um mercado de trabalho urbano, as migrações campo-cidade deixaram de ter importância para a definição do salário base. A importância das migrações afetou a possibilidade de ocupação e nível de renda das pessoas que viviam no *setor informal*, onde as regras não são capitalistas. Essas massas, segundo Tavares (1986), estavam e

²³ Não se discutirá aqui a pobreza rural e urbana devido a sua voz política não ser ouvida.

²⁴ “De 1940 a 1980 passa de 26,35% do total para 68,86%. No final deste período, aproximadamente quarenta milhões de pessoas (33,6% da população) haviam migrado do lugar de origem.” (Maricato, 1996: 40)

estão excluídas das *relações capitalistas de produção*, portanto, marginalizadas do processo de exploração do trabalho e submetidas a rudimentares regras de sobrevivência²⁵.

Na cidade, os despossuídos, além do mercado de trabalho saturado, sofriam ainda outro tipo de exclusão com a ocupação e o padrão especulativo que vigora(va) sobre o uso do solo. Na palavras de Maricato (1996: 12),

“foi baseado no binômio loteamento clandestino e ônibus urbano que a periferia da cidade de São Paulo se expandiu horizontalmente nas décadas de 40, 50, 60 e 70.”

Deste modo, se o crescimento econômico aliviava a febre do doente, ele dificilmente resolveria os problemas de um desenvolvimento capitalista periférico e dependente²⁶. Mesmo assim, o pacto populista era bem visto pelas massas urbanas, sendo do seu interesse sua continuidade e avanço, ainda que sob a legalidade restrita dos direitos sociais instituídos por Getúlio Vargas²⁷.

Sob essa lógica, a tendência é a formação de uma população urbana desenraizada e sem história, de difícil organização e politização. Ao mesmo tempo, o avanço pessoal e social alcançado com a migração campo-cidade legitimou parte do desconcerto do crescimento econômico vivido pelo país. Por fim, caso fosse necessário fazer frente a organização popular, a repressão cumpria o papel de desbaratar qualquer tentativa importante de rebeldia e reivindicação social (Oliveira e Henrique, 1990)²⁸.

Diante desse cenário, o processo de formação das massas urbanas no Brasil traduziu-se em um grupo social com dificuldades para organização e relativamente frágil do ponto de vista político. Um agente, desse modo, rotineiramente desrespeitado e uma força social cuja atuação

²⁵ Deste modo, a hipótese de funcionamento do mercado de trabalho proposta por Tavares (1986) afasta a explicação cepalina sobre a pressão dos migrantes, na forma de mão-de-obra excedente, sobre os salários e, muito mais grave, sobre a possibilidade de sua absorção no setor moderno da economia. A compreensão de que o capitalismo cria, por si só, seu próprio mercado de trabalho, portanto, escapou a CEPAL clássica. Por isso, como se verá no capítulo 2, a marginalização aparece na escola devido à insuficiência dinâmica da acumulação de capital, enquanto, na verdade, é impossível e nem interessa ao capital absorver a mão-de-obra migrante rural. O único agente capaz de reverter o problema do migrante é o Estado, através de políticas de emprego e renda. Mas este não o faz.

²⁶ Observe que se fala aqui do crescimento a olhos vistos da pobreza nas cidades. Todavia, não se pode falar em crescimento da pobreza no país. Há uma grande transferência da pobreza rural para o meio urbano e, como já apontado antes, mesmo assim, esta, ao assentar a vida na urbe, tem melhores condições de vida do que a que sofria no campo.

²⁷ Para a questão da cidadania e principalmente a importância dos direitos sociais no Brasil, utilizou-se, nessa tese, o livro de CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Ver principalmente os três primeiros capítulos.

²⁸ A longo prazo, aparentemente, a industrialização, ao gerar crescimento econômico e aumento da produtividade, tendem a ajudar significativamente para a superação da pobreza. Todavia, essa é uma discussão não colocada nesta tese.

oscila frente as muitas forças de opressão. De outro modo, a consciência sobre sua importância coletiva ainda hoje é limitada²⁹.

E o topo social? A ponta da pirâmide? Quando a classe média moderna surge e ascende, é também o momento em que os novos industriais, muitos deles imigrantes, surgem e aos poucos ocupam posições de destaque em *aliança* com a elite tradicional do país (Mello, 1991). De outro modo, a ascensão desses novos ricos e crescentemente poderosos empresários não se deu por meio de revoluções ou golpes violentos na ordem estabelecida. Pelo contrário, desde o começo do século XX, a indústria que crescia no Brasil tinha entre seus sócios as casas de exportação e importação e os homens ligados, de uma forma ou de outra, ao comércio exterior (Silva, 1986). Quando a crise do café põe capitais no risco da ociosidade, é para as novas atividades urbanas que a maioria deles caminha, seguindo o novo leito construído pelo governo Vargas em favor da indústria (Oliveira, 2003).

É interessante notar que as lutas e embates mais significativos dos novos ricos contra a velha oligarquia do café chegaram à violência armada, mas logo foram temporizados e a própria elite paulista foi cooptada por necessidade no Governo Vargas (Fausto, 1996). Mesmo que no plano ideológico, nas pressões sobre o Estado e, mesmo, nos diferentes discursos em que se projetava o país permanecesse a verve, as rupturas não vieram de fato e as acomodações predominaram (Fiori, 1989).

Desse modo, o traço mais importante que se observa do grupo dominante no Brasil é a continuidade. Tal continuidade, porém, não pode confundir-se com imutabilidade. Ao contrário, a permanência do grupo tradicional no topo da sociedade nacional só foi possível devido à sua grande capacidade de adaptação aos tempos que chegam. Isso fica claro quando se observa como a dominação social tradicional a partir da posse de terras, ao acompanhar as oligarquias até hoje, não entrou em choque com a dominação racional dos centros modernos e industriais da economia do país. Por quê?

Porque os representantes e mesmo os capitais da indústria nascente tinham origem na cafeicultura e nos negócios dela derivados com o exterior (Mello, 1991). Ou seja, o grupo social dominante não enfrentou, mas, sim, incorporou os novos elementos e as novas atividades ao seu

²⁹ Movimentos recentes nas periferias das cidades trazem a dúvida se o cenário está mudando. Afinal, depois de 22 anos de Constituição democrática, a população poderia estar aprendendo sobre seu direito de lutar por uma melhor atenção por parte do Estado. Todavia, o dia a dia de trabalho, transporte, saúde, segurança e lazer não parece confirmar essas esperanças.

domínio. Com o tempo, os ganhos e a proteção crescendo aos setores urbanos, os nomes das famílias dominantes no capitalismo brasileiro, mesmo que novos, revelavam raízes oligárquicas antigas, mantendo sempre a ordem em favor do *status quo* (Faoro, 2000)³⁰.

Deste modo, o que se tem nos grupos dominantes brasileiros é um curioso ar de modernidade e cosmopolitismo, mas que esconde, de fato, um conservadorismo necessário e inevitável, dada sua origem histórico-social que construiu uma sociedade marcada pela desigualdade e assustadora exploração do trabalho (Schwarz, 1973).

O conjunto social brasileiro, por conseguinte, mudou significativamente desde o início do século XX. Consolidou-se numa aparência moderna que inclui uma importante classe média profissional e uma numerosa classe operária urbana, porém, não perdeu a característica da concentração do poder nas mãos dos grupos dominantes tradicionais. Em outras palavras, viveu-se uma “modernização conservadora” que se refletiu na maior concentração econômica da renda — já que o patrimônio e, principalmente, os meios de produção permaneceram nas mãos de poucos —, na repressão política e na fragilidade educacional.

Vê-se, portanto, que se tratou de um processo histórico complexo, que relacionou progresso econômico e manutenção de arcaísmos, surgimento de novos grupos poderosos, mas sem ruptura com as antigas elites do poder e industrialização com crescente marginalização. Ao mesmo tempo, sua continuidade como padrão de expansão da economia — dependente da permanência do *processo de substituição de importações* — chama a atenção por seu vigor, com potência suficiente para estender-se, mesmo em marcha forçada, até 1980³¹. Deste modo, quando a Crise da Dívida, os problemas inflacionários e a fraqueza financeira do Estado esgotaram esse modelo de desenvolvimento no último quinto do século XX, todo aquele processo descrito pareceu desmoronar e o país estagnar, inclusive as vigorosas transformações sociais.

Ao mesmo tempo, tudo isso se tornou um grande problema. Problema porque como se pode falar, então, em desenvolvimento? De outro modo, é possível utilizar o conceito para o que viveu o Brasil nesse período? Se a resposta for positiva, que tipo de desenvolvimento viveu o país

³⁰ Naturalmente, isso não exclui conflitos de várias ordens. Todavia, dois fatos precisam estar sempre presentes: 1. os conflitos mais violentos foram reprimidos e depois acomodados; 2. era claro à maioria da elite brasileira que um conflito maior, ainda que houvesse vencedores, enfraqueceria a todos frente aos grupos subalternos. E isso deveria ser evitado sempre.

³¹ Para o processo de substituição de importações, ver Tavares (1979). Já para sua continuidade, ver Carneiro (2000) e Castro (1985).

que transformou profundamente sua estrutura econômica, modificou sua sociedade, mas não as relações de poder, distribuição de renda e conhecimento?

No fundo a pergunta correta é: *o que é desenvolvimento?*

Essa dúvida também estava na origem de onde emergiu a idéia de dependência.

1.3. O difícil desenvolvimento

Muitas teorias que discutem o desenvolvimento, desde o auge dos debates na metade do século XX até hoje, sofrem de um grave problema: o descolamento da realidade. Essas teorias ignoram o que há de mais importante no fenômeno que são os processos, as relações causais e os papéis específicos dos grupos sociais na construção temporal e geográfica do desenvolvimento. Ignoram, portanto, o concreto³². Como bem observa Cardoso (1964: 47), neles

“(...) ora a mudança social aparece como resultado de um mecanismo em que ‘fatores’ econômicos determinados operam para produzir um ‘resultado’ econômico, sem referência às modificações que se verificam nas relações entre os homens e nos projetos de ação coletiva, ora o ‘arranco’ para a modernização da economia passa a ser resultado da interferência de motivos psico-sociais num conjunto de homens que exercem o papel de ‘elite dirigente’ e assumem os riscos da aventura do futuro tentando imprimir a toda a sociedade a marca peculiar dos desígnios do grupo social particular a que pertence.”

De outro modo, não satisfazem por não compreenderem ou explicitarem que além da economia e da tecnologia há, concomitantemente e sinergicamente, algo muito importante e profundo se transformando no interior da sociedade: as relações de poder e dominação.

Por isso mesmo, ao se estudar o fenômeno do desenvolvimento é preciso estar atento à concretude do processo de transformação, que a questão não se resume a variáveis operadas por um grupo de vanguarda modernizador — uma elite — e que, em termos sociais, o destino final não é neutro (Cardoso, 1964). Isso não quer dizer, naturalmente, levar essa preocupação ao extremo de se crer que cada caso é um caso específico, tornando impossível teorizar sobre o problema. Aliás, pelo contrário.

³² A defesa que faz Friedman em seu famoso ensaio metodológico de 1953, sobre a irrelevância de os modelos possuírem hipóteses irreais, não resolve esse problema.

Na verdade, a problemática do desenvolvimento só se coloca quando diferentes países e culturas se tornam comparáveis, esposando valores relativamente comuns (Gonzáles, 1998)³³. Nas palavras de Fernandes (1972: 150),

“tende-se a pensar o desenvolvimento como um problema isolado, como se ele dissesse respeito a uma sociedade dada, considerada em um momento histórico particular. No entanto, em termos sociológicos, ele deve ser encarado através de um grupo de sociedades, que compartilhe um mesmo padrão de civilização, e as diferentes possibilidades que este oferece às sociedades que o compartilham para realizar um destino social historicamente comum.”

Essa universalização de aspirações só é possível sob o capitalismo, o único sistema de caráter mundial e que traz, nas suas características, a transformação das relações entre os homens em relações de mercado, posto que, dentro dele, os indivíduos são sociáveis primordialmente enquanto possuidores de mercadorias para serem trocadas no mercado (Marx, 1986)³⁴. Ou seja, sob ele, há uma uniformização das relações sociais mais importantes nas diferentes partes do globo, de acordo com as relações de produção estabelecidas, e, por isso mesmo, um conjunto de valores e aspirações sociais comuns surge no horizonte das sociedades de modo a tornar possível e aparentemente legítimo ilações sobre o grau de desenvolvimento de cada país que vivem agora sob um sistema comum.

Destarte, apenas quando os grupos sociais líderes dos países passam a partilhar aspirações semelhantes e impõe sua ideologia a toda sociedade é concebível surgir comparações entre grupos humanos diferentes (Cardoso, 1964)³⁵. Só então é possível que surjam temas e debates sobre os pólos economicamente atrasado e desenvolvido no sistema capitalista mundial e também a procura, muitas vezes tosca, de caminhos para superar o suposto atraso, como no caso dos debates nos anos 1950. A idéia de subdesenvolvimento surge, então, nesse período, a fim de circunscrever as sociedades que o sofrem. Segundo Furtado (1995), essas sociedade poderiam ser diferenciadas através da:

1. forma de inserção subordinada no mundo capitalista, marcadamente por causa da expansão do capital internacional;

³³ A “(...) idéia de um povo mais ou menos desenvolvido somente pode ter sentido a partir da universalização [de valores] do capitalismo, que cria um mercado mundial unificado progressivamente (...)” (Gonzáles, 1998: 15).

³⁴ Para uma discussão muito interessante sobre as consequências da mercantilização das várias esferas da vida social, ver Polanyi (2000).

³⁵ “(...) Carece de sentido histórico-estrutural e é, portanto, abstrata, a noção de subdesenvolvimento, quando aplicada a povos ou tipos de sociedade cuja existência prescinde de relações políticas e econômicas com os países desenvolvidos e cujas

2. os requerimentos de tecnologia importada que limitam a demanda por mão-de-obra;
3. as formas sociais de dominação de grupos privilegiados sobre os demais que dificultam, dado suas prováveis alianças e interesses comuns com o capital internacional, a tomada de decisões internamente aos países.

A própria teoria do desenvolvimento nasce, então, para rejeitar a visão simplista de difusão industrial, expondo as formações geradas por essa difusão e retirando a máscara de neutralidade da expansão do capital (Furtado, 1995).

Assim, como apontado por Celso Furtado, ao observar os modelos de geração de crescimento econômico próximos do *main stream*, marcadamente em Arthur Lewis e Walt Rostow, fica evidente a incapacidade da *teoria tradicional*³⁶ de esclarecer o processo que envolve a transformação social produzida pelo processo de desenvolvimento. A inconsistência aparece claramente já na abordagem estática do fenômeno, reproduzindo dois pontos ideais, sem levar em conta a trajetória que conduz de um a outro³⁷. Em outras palavras, se as demais esferas da vida social (política, cultura, religião, etc.) não interferirem — o que é impossível — tudo deve ocorrer de acordo com a lógica estritamente econômica, a ponto de a sociedade poder ser quase traduzida numa fórmula matemática.

Nessa mesma cor do espectro ideológico, o profundo sentimento anticomunista de Rostow (1963) não o ajudou a formular uma teoria historicamente defensável para explicar o processo de desenvolvimento dos países. Seus trabalhos não deixam claro qual é a relação entre o tradicional e o moderno dentro das sociedades subdesenvolvidas. Pior, debruça-se sobre unidades nacionais fechadas, em franca contradição com a construção histórica, marcadamente, da América Latina, da África e da Ásia³⁸.

formas de ser, por isto mesmo, definem-se por estruturas constituídas por outros tipos de relações essenciais, entre os quais não conta a divisão internacional do trabalho, nem o tipo de dominação que lhe é correlato.” (Cardoso, 1964: 68)

³⁶ A *teoria tradicional* a que se refere esta tese tem origem nos pensadores da teoria marginalista (Marshall, Menger, Walras e outros) e abrange os desenvolvimentos que suas idéias alcançaram ao longo do século XX. Incluem-se aí: 1. a moderna teoria microeconômica e suas aplicações; 2. as correntes dominantes do pensamento macroeconômico: *neo-keynesianos*, *novos-clássicos* e *novos-keynesianos*; e 3. as derivações aplicadas dos princípios marginalistas em economia do setor público, economia regional e urbana, comércio internacional e mercado financeiro. Pensamento dominante até hoje, essa teoria tradicional (que na verdade são muitas teorias com uma mesma raiz) é logicamente impecável e afirma que o mercado regula os interesses dentro de uma sociedade, tornando mais eficiente sua performance produtiva, comercial e mesmo social da melhor maneira possível. Em grossas linhas, para algumas correntes, se houver falhas, estas podem ser contornadas por ações estritamente pontuais do Estado.

³⁷ As discussões propostas por Arthur Lewis e Walt Rostow serão apresentadas no capítulo 2.

³⁸ Ver nota 37.

Isso tudo aponta para outro grave problema: estas teorias, tão divulgadas, parecem extrair sua força muito mais da propaganda e do apelo ideológico, em momento de Guerra Fria, do que de sua capacidade explicativa. Sua pouca profundidade em relação à história da América Latina, por exemplo, conduziu a redundantes fracassos na compreensão e proposição de políticas para o desenvolvimento da região.

Por outro lado, também os economistas heterodoxos responderam de maneira insuficiente à problemática do diferencial entre países ricos e pobres. Seu principal avanço foi afirmar peremptoriamente que não havia automatismo para que as nações menos favorecidas realizassem o *catch up* em relação às mais ricas. A principal escola econômica heterodoxa latino-americana, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), por exemplo, realizou análises bastante inovadoras quando falou das diferentes dinâmicas de *países centrais* e dos *países periféricos* do sistema capitalista, inclusive chamando a atenção para a subordinação destes últimos.

A CEPAL, contudo, ao não romper com a teoria econômica vinda dos países centrais, inscreveu sua visão sob uma dualidade incapaz de dar conta dos processos de transformação dos países: a) há o modelo *desenvolvido*, que trata dos países que apresentam indicadores sociais muito bons, PIB *per capita* elevado, ausência de grandes diferenças de renda e de produtividade³⁹, indústrias e governo produzindo e difundindo tecnologia em grande quantidade e investimentos dominados por capitais nacionais (Fajnzylber, 1990); e b) o modelo *subdesenvolvido*, com todos os seus problemas de heterogeneidade e subordinação dinâmica, mas que — e isso é importante — não se configura em economias atrasadas e, sim, funcionais nas trocas internacionais. Trata-se de dois grupos de países coevos historicamente.

Diante disso, a escola não observou que o primeiro grupo de países construiu sua industrialização a partir de histórias complexas, algo inerente ao processo de desenvolvimento. Ou seja, o centro, na forma apresentada pela escola, assemelhar-se-ia a um quadro estático, um modelo, não comportando uma análise histórica e deixando escapar questões fundamentais, como acumulação de capital e lutas sociais, lá também, dolorosamente vividas.

Naturalmente, o segundo grupo, caso alcançasse seu caminho para o desenvolvimento, também sofreria as dores sociais do parto de uma nova estrutura de classes. Isto é, o processo não

seria uma progressão em direção ao interesse nacional, mas, sim, uma luta interna entre grupos ganhadores perdedores, capaz mesmo de verter sangue entre nacionais. A CEPAL não explicitou a rude crueldade desse tipo de transformação implícita ao processo de desenvolvimento.

Em outras palavras, embora crítica e inovadora, a abordagem cepalina ainda não enxergava (ou explicitava) que, mais do que apenas a economia e a divisão internacional do trabalho, as relações internas de poder nos países definiam o caminho particular seguido pela acumulação capitalista. Por consequência, enfatizou o confronto e os impedimentos para o progresso na esfera das relações internacionais, destacando a exportação por parte da América Latina de porções significativas do seu excedente econômico. Não avançou, naquele período, para uma análise das relações entre as classes sociais, algo fundamental para compreender os caminhos e transformações vividos em qualquer território geográfico que se desenvolva.

Não é coincidência, portanto, que esteja implícita no pensamento da escola, segundo Rodríguez (1981), a suposição de que o Estado possui elevado grau de autonomia em relação aos grupos sociais. Mais: que a idéia de progresso podia conduzir suas preocupações e políticas em favor da nação inteira. Em suas palavras:

“(...) pode ser dito que eles concebem o Estado como uma entidade externa ao sistema sócio-econômico, capaz de apreendê-lo de uma forma consciente e de atuar sobre ele, imprimindo-lhe uma racionalidade que, por si só, não possui e conduzindo-o a resultados que, de outra maneira, seria impossível atingir. (...) sob sua tutela é factível a consolidação das relações sociais capitalistas e sua fluida expansão, nas áreas chamadas de periféricas ou subdesenvolvidas.” (Rodríguez, 1981: 265)

Em resumo, Furtado (1998: 25), reconhece na CEPAL o

*“(...) único esforço de criação de um corpo de pensamento teórico sobre política econômica surgido na vasta área do planeta que veio a ser referida como Terceiro Mundo. Esse trabalho de teorização se desdobrou em duas frentes. Em primeiro lugar, está a visão global da estrutura da economia mundial a partir da dicotomia Centro-Periferia, que nos permitiu captar a especificidade do subdesenvolvimento e superar a doutrina rostowiana das etapas de crescimento, a qual ignorava as diferenças qualitativas entre estruturas desenvolvidas e estruturas subdesenvolvidas. Em segundo lugar, está a percepção do sistema de poder subjacente à economia mundial, o que permitiu explicar a tendência à degradação dos termos de intercâmbio dos produtos primários nos mercados internacionais. Trata-se, em verdade, de uma **teoria do efeito da dominação, que está na origem da dependência a que se referiram em etapa posterior os economistas latino-americanos**. Essas duas idéias iluminaram de ângulos diversos o fenômeno do poder nas estruturas econômicas mundiais, fato praticamente ignorado pelas teorias econômicas convencionais que privilegiam a idéia de equilíbrio. A CEPAL representou, portanto, um esforço de restauração da economia*

³⁹ A questão da disparidade na produtividade é bastante questionável. Todavia, aceite-se momentaneamente a idéia cepalina que associa homogeneidade produtiva a desenvolvimento.

como ramo da ciência política, o que se explica pela influência de Keynes sobre Prebisch e de Marx sobre alguns dos jovens cepalinos de maior valor.” (Grifo nosso)

Assim, apesar dos avanços, a questão levantada por Oliveira (2003) é a chave que explica porque a CEPAL foi melhor criticada por não-economistas e deu margem aos questionamentos que levarão a abordagem da dependência: “*a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?*”

Porém, ainda permanece a pergunta que deu razão a essa seção: *o que é desenvolvimento?* Primeiro são importantes algumas palavras sobre um seu companheiro quase inseparável: o **crescimento**, tão louvado pelo debate dos anos 1950. Por quê? A história e a teoria apontam que há uma direção unívoca quando se discute crescimento e desenvolvimento. O último, para existir e consolidar-se dinamicamente, precisa do primeiro, isto é, são necessários processos de expansão da produção e de acumulação de capital que se realimentem e cujos frutos dos ganhos de produtividade sejam distribuídos na sociedade, de acordo com as relações de produção estabelecidas ou que estão se estabelecendo. Em outras palavras, como bem mostra a figura 1.1, criada por Fajnzylber (1990), para conseguir o desenvolvimento, é preciso que o país cresça, *mas outra pergunta surge: apenas isso basta?*

Figura 1.1 – Crescimento e distribuição de renda na América Latina

Equidade = $\frac{\Sigma \text{ da renda dos 40\% mais pobres}}{\Sigma \text{ da renda dos 10\% mais ricos}}$		Período: 1970-84
Período: 1965-84		
Crescimento do PIB Habiente	< 0,4 ^a	≥ 0,4
	< 2,4%^b Bolívia El Salvador Chile Guatemala Perú Honduras Venezuela Nicarágua Costa Rica Haiti 15,3%^c	Argentina Uruguai 11,5%^c
	≥ 2,4% BRASIL Colômbia México Equador Panamá Paraguai Rep. Dominicana 72,6%^c	VAZIO

a. metade da relação média dos países industrializados;

b. crescimento médio do PIB/hab nos países industrializados;

c. participação do grupo no PIB regional.

Fonte: Fajnzylber (1990: 12)

É possível definir, de maneira direta, *crescimento* como um processo onde alguns indicadores clássicos de atividade econômica apresentam expansão (produção, renda, consumo de energia, etc.), traduzindo um fenômeno basicamente quantitativo de aumento da oferta de bens e

serviços, sem explorar as mudanças que essa marcha inerentemente acarreta⁴⁰. Em outras palavras, se um processo de crescimento leva à expansão da capacidade produtiva – através da inclusão de novas levas de bens de capital e, provavelmente, de mão-de-obra – é inevitável que a produtividade da economia também se altere. Isso traz conseqüências, como: introdução de novos processos e produtos, barateamento da produção, necessidade de pessoal treinado para as novas máquinas, possíveis mudanças na distribuição de renda, concentração da capacidade de acumulação em alguns grupos, entre outros. Mas não é essa a preocupação quando se fala de crescimento econômico. Tal transformação qualitativa na sociedade, subjacente ao processo de crescimento e seu alcance, deve ser analisado no conceito de *desenvolvimento*.

O senso comum parece intuir que *desenvolvimento econômico* envolve a melhoria dos indicadores sociais de um país, permitindo que mais e mais cidadãos desfrutem de elevados padrões materiais. Essa associação quase direta entre transformação das forças produtivas e distribuição mais equitativa dos ganhos de produção e produtividade nasceu ou ganhou força com o início da Guerra Fria, mas ganhou popularidade nos anos 1960. Ali, como se verá no próximo capítulo, o debate em torno da diferença e dos caminhos para aproximação entre nações mais ricas e as demais é acirrado e esconde por trás das discussões enormes interesses (Hobsbawn, 1996). A questão, todavia, é bem mais complexa.

Quando se fala em desenvolvimento, normalmente tem-se como guia um modelo comparável, no caso, o modelo dos países avançados. Estes, mesmo com todas as diferenças, apresentam traços em comum muito marcantes: são países social e economicamente articulados (distribuição de renda equilibrada, elevada escolaridade, representação e poder político melhor distribuídos), padrão de consumo, produção e tecnologia gerados endogenamente e participação no mercado internacional baseado em elevada especialização no comércio e no fábriço de manufaturas (Fajnzylber, 1990).

Neste sentido, Rodríguez (1981) e Furtado (1992), cepalinos que são, chamam a atenção, por exemplo, para a questão da produtividade e da distribuição ao definirem desenvolvimento como a superação positiva dos grandes contrastes de renda e produtividade, através do aumento

⁴⁰ Observe, no entanto, que crescimento não pode ser confundido com *recuperação*. Esse último acontece, quando uma economia, passadas as dificuldades, aproxima-se do seu produto potencial, ocupando a capacidade ociosa. Diferentemente, o crescimento econômico, portanto, só ocorre quando a produção e o produto potencial crescerem simultaneamente.

do bem-estar material da população, condicionado ao aumento da produtividade média do trabalho.

Mas, infelizmente, tais definições não satisfazem plenamente⁴¹, pois impedem que se reconheça: a) em alguns países ditos “desenvolvidos”, há grande disparidade de produtividade do trabalho entre setores modernos e não-modernos⁴²; b) a continuidade da condição subalterna, inclusive na tecnologia, de países periféricos, apesar de alguns terem alcançado elevada produtividade da mão-de-obra devido à industrialização.

Além disso, Cardoso (1964) observa muito bem que desenvolver implica transformar e nenhuma transformação social é isenta e, por isso mesmo, pacífica. Todas são fruto e levam a lutas sociais entre grupos que querem impor, de uma forma ou de outra, seus interesses, crenças, organização das trocas e valores de modo a situarem-se privilegiadamente dentro da sociedade. Assim, o desenvolvimento deve ser entendido, antes de tudo, como a

“(...) transformação de um tipo de estrutura (no sentido mais amplo: não só intensificação da divisão do trabalho, da especialização das profissões e da utilização da tecnologia científica, mas também a formação conseqüente de novas camadas sociais, a redistribuição do poder e a transformação das instituições e representações sociais que garantiam a antiga ordem) no outro tipo de estrutura econômico-social, a dinâmica do desenvolvimento deve ser vista em termos de um ‘movimento social’.” (Cardoso, 1964: 70)

Anos mais tarde, o mesmo Cardoso, agora na companhia de Enzo Faletto, definiria desenvolvimento, em contraposição as concepções economicistas da época, como

“o resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que as diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade.” (Cardoso e Faletto, 2004: 34)

Fica claro, então, que a análise da problemática do desenvolvimento necessariamente precisa passar pelas relações de classe e pelos sistemas de dominação, caso contrário, suas definições ficam carentes de significado social por não observarem a história⁴³. Por tudo isso,

⁴¹ A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL aparentemente continha a ilusão de que o manejo das corretas variáveis econômicas pudesse levar à superação da condição periférica, tornando possível sua transformação e assumindo as condições de desenvolvimento do centro. Isto é, o crescimento, e as transformações por dele decorrentes, conduziriam os países para outros trilhos do seu processo histórico.

⁴² Ver Pochmann (1995).

⁴³ Fernandes (1972: 149), por exemplo, expõe duas definições sociológicas de desenvolvimento onde uma destaca a diferenciação das formas de integração social e a multiplicação das formas de interação social e, a outra, salienta o modo pelo

nesta tese, *desenvolvimento capitalista* será entendido como um processo de transformação social intimamente associado à acumulação de capital que amplia e/ou moderniza as forças produtivas de uma sociedade e que favorece e é levado a cabo por um grupo de interesse que, por meio da luta social, alcança destaque econômico e ascende a parcelas maiores de poder e status dentro de um espaço geográfico definido: o país, agora entendido como Estado-Nação e espaço onde se vive a nação. Essa transformação implica em modificações mais ou menos profundas nas relações de classe, no caráter do Estado e nas instituições em geral⁴⁴.

E por que chamar a atenção para o ‘espaço em que se vive a nação’? Ianni (1979: 6) é muito claro quando salienta que, nessa problemática do desenvolvimento, a “(...) *expansão quantitativa como a diferenciação qualitativa do sistema econômico*” não pode ser compreendida sem levar em conta que

“na prática, o desenvolvimento econômico somente se realiza quando uma parte do excedente econômico produzido pelos trabalhadores (isto é, pelo trabalho social produtivo) é investida produtivamente. Mas isto ocorre quando as relações e estruturas políticas estabelecem e preservam as condições ‘não-econômicas’ de produção, apropriação e utilização do excedente econômico. Esta é, provavelmente, a principal razão por que o Estado aparece como elemento essencial nas relações e estruturas econômicas.” (Ianni, 1979: 6)⁴⁵

É por isso que a questão do Estado e seu domínio sobre um território são importantes. O espaço em discussão é a área geográfica controlada por uma entidade ordenadora dona dos meios de repressão necessários para manter a ordem e o *status quo*. A CEPAL já havia chamado a atenção para o momento crucial da constituição do Estado-Nação — confundindo-o intencionalmente com a Nação — quando falava em desenvolvimento (Mello, 1991). Isto é, com o início do ‘*desenvolvimento para dentro*’, substituiu-se a variável exógena (demanda externa) pela variável endógena (investimento) como motor da economia, deslocando o seu centro dinâmico (Furtado, 2000). Tal movimento equivale a deslocar, para o interior da Nação, os *Centros de Decisão* que traduzem os impulsos — internos ou externos —, domesticando-os em estímulos ou limites na forma de ações econômicas de gastos e investimentos. Ou seja, em termos keynesianos, traz para dentro da nação as principais variáveis definidoras da demanda efetiva.

qual os homens transformam a ordem através da luta social, buscando alterar o destino do mundo em que vivem e o domínio sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes.

⁴⁴ Esta definição está baseada, embora não seja idêntica a apresentada por Palma (1978), página 904. Observe ainda que não há qualquer referência a “desejabilidade”, coletiva ou não, dessas transformações.

Mas, para ficar claro, o que é exatamente uma ou a *nação*? Hobsbawn (1990) chama a atenção para o fato de que o sentido atual de nação só ganhou seus contornos no século XVIII, configurando esses grupos em entidade históricas novas, incompatíveis com critérios de permanência e universalidade que lhes querem impingir. Mas o fundamental é perceber que a nação está situada na interação da política, da tecnologia e da transformação social. Por exemplo, segundo o autor, não é possível falar em uma língua nacional enquanto não se alcançar sua mínima padronização, algo ligado a uma elite educada e naturalmente à difusão de um padrão através da “educação”⁴⁶ em massa. Por isso, a nação aparece como um fenômeno construído a partir do topo da sociedade e que, desta forma, demanda apoio — com algumas resistências, mas não protagonismo — das demais camadas sociais. A idéia é reforçada quando afirma que, independente da natureza do primeiro grupo social interessado na construção da nação, as massas populares (basicamente operários, empregados de serviços e camponeses) são os últimos a interessar-se por ela⁴⁷.

Com isso, fica evidente, portanto, que a problemática do desenvolvimento está duplamente determinada do ponto de vista histórico. Primeiro, sua percepção depende do espalhamento do capitalismo com suas ideologias e criação/percepção de desigualdades comparáveis. E, além disso, o espaço onde pode realizar-se é dentro do Estado-Nação, entidade histórica recente e mutável, intimamente relacionada com a dominação e acumulação de capital e seu espalhamento ao redor do globo.

Então, para se falar em desenvolvimento brasileiro, é útil apreender a construção do Brasil, enquanto Estado-Nação. No caso da formação desse país, cujo Estado tem domínio sobre espaço e gente e é capaz de influenciar os esforços produtivos do conjunto social, foi peculiar e o momento da independência não se fez através de uma luta violenta contra a opressão colonial. Tratou-se, a época, do amadurecimento dos interesses dos poderosos locais em aprofundar e modificar suas relações com o capitalismo internacional, ambos em plena expansão. Na verdade,

⁴⁵ De outro modo, as forças produtivas “(...) não se organizam, desenvolvem ou reproduzem apenas devido a ação empresarial. Para compreendermos como elas podem ser organizadas dinamicamente e desenvolver-se, é necessário que tenhamos em conta também a ação governamental.” (Ianni, 1979: 6)

⁴⁶ Educação está entre aspas porque, embora Hobsbawn (1990) refira-se a educação escolar, fora da Europa, um país como o Brasil parece ter conseguido tal padronização por outros meios: comunicação de massa (rádio e televisão), imposição da fala do colonizador sobre grupos ainda em formação (os índios foram derrotados), etc.

⁴⁷ A ideologia nacional diz, desde fins do século XIX, que a nação é “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. [Isto é,] a equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo

trocou-se um grilhão, a posição colonial, por outro, a posição de semi-colônia inglesa, inclusive permanecendo o vazamento de parte do excedente econômico para o exterior.

Naturalmente, portanto, a construção da nação não foi fruto de um chamado interesse geral. A maior parte da população pouco ou nada influenciou nos acontecimentos de 1822. O processo, na verdade, nasce da elite e a ela é dirigido e a constituição do mito nacional segue a necessidade de apoio ao projeto e ao domínio de um grupo, agora capitalista, sobre o restante da sociedade (Chauí, 2000)⁴⁸.

Deste modo, é importante reparar nisso, o próprio surgimento do Estado-Nação brasileiro se faz em contexto de manutenção das relações de super-exploração interna da mão-de-obra e dos laços interessados na subordinação do país em relação aos países do centro do capitalismo. De outro modo, o grupo que realizou a independência o fez no sentido de aprofundar sua dominação interna e manter e ampliar suas relações comerciais com a Europa e os Estados Unidos (Fernandes, 1972).

Dentro desse conceito, o domínio do Estado nascido por parte dos grupos oligárquicos implica transformação na face política, mas pouca mudança econômica no curto prazo (Barbosa, 2009). Tanto assim que os limites do período primário-exportador, já óbvios no início do século XX, só serão ultrapassados com a decisiva ação do Estado que transita para as mãos de novos grupos, mesmo que ainda majoritariamente com laços na oligarquia (Fiori, 1989). Será então iniciado um processo de significativo desenvolvimento do país, mas que não implicará em redução das desigualdades sociais de renda, poder e educação escolar.

Veja, portanto, que, nessa tese, desenvolvimento nada tem a ver com o senso comum que associa crescimento econômico e a distribuição mais igualitária de seus frutos para descrever o fenômeno. O que está em jogo aqui é o desenvolvimento das forças produtivas ligado a uma nova distribuição de poder e, conseqüentemente, renda e *status* dentro da sociedade. Na verdade, a ascensão de um grupo dentro de uma sociedade capitalista só pode ocorrer por meio do desenvolvimento das forças produtivas, capaz de exacerbar o conflito de classes ou frações de classe, que por meio da luta social, robustecem politicamente os que, até então, eram subalternos.

soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais.” (Hobsbawn, 1990: 32)

⁴⁸ O processo geral de criação do mito nacional está descrito em Hobsbawn (1990).

Todavia, não se deve ignorar que há, sim, uma relação entre desenvolvimento e as chances de superação da pobreza e da desigualdade. Não há contradição. Essa relação, contudo, não é unidirecional e menos ainda infalível. Em outras palavras, não há, pela esfera econômica, automatismo entre desenvolvimento e redução da pobreza e da desigualdade. O caminho parece ser outro. Por exemplo, se o desenvolvimento está ligado ao avanço das forças produtivas e a ascensão social de algum grupo, o momento de transformação favorece a luta e a negociação dos trabalhadores em sua busca por maior parcela de renda e poder (Hobsbawm, 1995) e, aí, sim, pode ocorrer a distribuição dos frutos do progresso técnico. Assim foi na Europa, quando, após a guerra e sua tragédia inenarrável, o enorme desenvolvimento das forças produtivas e a pressão socialista permitiram que o grupo cuja renda tem origem na venda da sua força de trabalho ascendesse a padrões de consumo, organização e acesso ao poder inimaginados⁴⁹. Na verdade, nessas nações nas quais se baseia o modelo de desenvolvimento estimado pelo senso comum, a homogeneização social ligada às políticas econômicas e sociais (Oliveira e Henrique, 1990) foi possível apenas no momento em que o Estado alcançou elevados níveis de arrecadação e o *Welfare State* foi construído. Antes disso, havia apenas o desenvolvimento capitalista como foi definido acima e uma elite socialmente pressionada⁵⁰.

Em outras palavras, se a industrialização européia facultou aos seus Estados altos níveis de exação, a distribuição destes recursos não foi uma escolha técnica ou aleatória. Foi fundamental para escolha dos beneficiários o momento político que dava aos trabalhadores um poder impar na história do capitalismo.

Este problema fica muito claro na América Latina, marcadamente no Brasil, onde a superação da pobreza através da industrialização e do crescimento econômico não foi verificada e com o agravante de que a mobilidade social ascendente, devido à migração campo-cidade, minimizou, junto com a repressão política, o papel da negociação entre as classes sociais. Ou seja, embora houvesse transformação e desenvolvimento, os trabalhadores não conseguiram apropriar-se de maior parcela da renda nacional e pouco ascenderam a novos níveis de poder e educação.

O quadro fica mais completo quando se observa, como faz Anibal Pinto (1965), que os frutos do progresso não se concentravam apenas a nível social, mas também em termos setoriais e

⁴⁹ Para uma discussão sobre os Trinta Gloriosos ver o capítulo 2.

⁵⁰ Mattoso (1995) mostra como o Estado foi historicamente importante na mudança das condições de vida da população dos países ricos.

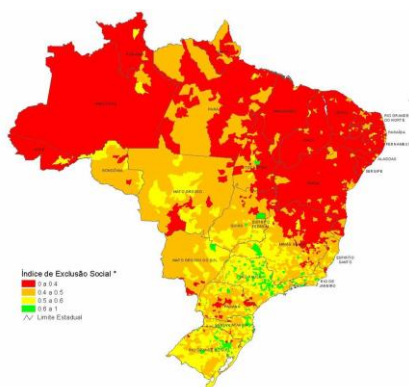
regionais, reproduzindo, na era industrial, os mesmos problemas do tempo agro-exportador, apenas mudando sua roupagem. Ou seja, o subdesenvolvimento, sem uma intervenção, tendia a perpetuar-se, apesar do crescimento econômico e industrial⁵¹. Os mapas abaixo confirmam sua hipótese.

Figura 1.2 – Mapa da fome no Brasil, 1957



Fonte: CASTRO (1957: 48b)

Figura 1.3 – Índice de exclusão social no Brasil, 2000



Fonte: Pochmann e Amorim (2004: 27)

⁵¹ Para Aníbal Pinto, a industrialização havia superado a situação de quase enclave do setor exportador e alcançado certa autonomia interna, crescendo a partir de suas próprias forças. Contudo, isso não significou uma maior irradiação dos frutos do seu progresso técnico junto às atividades e regiões ‘atrasadas’. Isto é, o modelo industrial implicou uma transformação parcial, determinada pelo alcance do progresso técnico no setor industrial e nas atividades complementares (Pinto, 1965), deixando grande parte do corpo econômico à margem das transformações. Ou seja, o efeito homogeneizador esperado não aconteceu. Para o autor, isso se deveu à: a) dinâmica de desenvolvimento, que estava longe de consolidar-se ou acelerar-se; b) mudança apenas na forma das relações entre centro e periferia, mas que ainda mantinham o segundo em posição subordinada (endividamento, subordinação tecnológica, estrangeirização de atividades básicas); e c) parcela elevadíssima da população que ficou fora do pólo dinâmico da economia, permitindo concentração social, setorial e regional. Essa concentração tripla implicava uma estrutura social que obstaculizava o próprio progresso técnico e, desse modo, segundo ele, o desenvolvimento (Pinto, 1970).

O que se vê nos mapas, nas áreas vermelhas (mais pobres) e áreas amarelas e verdes (menos pobres), é um indicador da continuidade da má distribuição regional da renda no país, mesmo que o período abrangido tenha sido de altas taxas de crescimento do PIB e de intensa industrialização do país.

Por isso mesmo, estudar o problema do desenvolvimento na periferia do capitalismo, mais precisamente, na América Latina, e, no caso específico de preocupação dessa tese, no Brasil, exige um olhar que capte tanto a expressão econômica *stritu sensu* do desenvolvimento como sua contraparte, a transformação da ordem e das relações de dominação.

E é exatamente aqui que a chamada “teoria” da dependência ganha importância. Sua abordagem permite problematizar essa discussão e abre diversos caminhos para responder a perguntas fundamentais e necessárias sobre os limites e as possibilidades de desenvolvimento com distribuição de renda em países como o Brasil.

1.4. Por que voltar a discutir a dependência?

A primeira pergunta a ser feita em um país como o Brasil já o foi expressa por Celso Furtado em 1962⁵²: por que o desenvolvimento vivido entre as décadas de 1930 a 1980 implicou em um custo social tão elevado? As respostas poderiam vir de vários lados. Mas se o foco for o debate sobre o desenvolvimento e a dependência, ficará claro que as respostas que chegaram foram todas logicamente razoáveis, mas poucas capazes de juntar, em uma análise de largo escopo, casos reais, interpretação multidisciplinar e números. Isso sem falar da capacidade de refletir os movimentos e tendências da sociedade para além de fenômenos localizados no tempo. Embora os heterodoxos tenham se saído um pouco melhor, na teoria econômica tradicional, quase nenhuma abordagem interpretou os países da América Latina, observando, analisando e explicando as grandes tendências vividas pelas nações do subcontinente. Para cada novo momento histórico, uma nova interpretação e hipóteses *ad hoc*.

Isso aconteceu porque a maioria das análises da ciência lúgubre descolou-se da complexa e pouco conhecida realidade da região ao aplicar as ideias e os métodos que eram a ponta do debate

⁵² Ver Furtado (1962), primeiro capítulo.

nas academias e institutos dos países ricos e desenvolvidos. Essa escolha — há muita controvérsia a respeito — parece surgir de três motivos por ordem crescente de importância: 1. a real dificuldade de tratar, sem existir um paradigma consolidado e de prestígio, uma realidade rebelde ao senso comum e que não se parecia com nada do que foi descrito nas teorias econômicas mais famosas; 2. a costumeira formação acadêmica absolutamente reflexa do pensamento econômico tradicional criado, mais uma vez, nos países ricos e reproduzido no mundo inteiro como a ponta da ciência econômica, quando, na verdade, trata-se apenas da corrente dominante (*main-stream*)⁵³; 3. diante da realidade rebelde e da formação que louva os livros-texto, a crença e a busca de reconhecimento conduziram muitos pesquisadores a aplicar os modelos propagandeados como ciência de ponta diretamente aos países subdesenvolvidos, alcançando com isso admiração e influência, ornamento das revistas acadêmicas *hard science* e a fidalguia dos congressos científicos internacionais⁵⁴.

Esses modelos, porém, eram tão abstratos em relação aos movimentos concretos das reais sociedades latino-americanas que pouco ou nada conseguiram prever para além do curto prazo. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, não tinha dúvida sobre o descolamento dessas teorias sobre o desenvolvimento em relação à realidade vivida pelos países pobres. Para ele, nesses estudos em voga a partir da segunda metade do século XX

“as modificações previstas nem sempre ocorreram, pelo menos da forma esperada. Diante da multiplicidade do real, parece que o recurso interpretativo utilizado tem sido, cada vez mais, a construção de modelos abstratos capazes de reter variáveis simples e universais que, por estas mesmas qualidades, suportam a prova da história: de ‘redução’ em ‘redução’ as teorias da transição aproximaram-se do inefável da sociologia sistemática, explicando com ela processos diferenciais que, por sua natureza, são histórico-sociais. Como resultado, eliminou-se pouco a pouco, além da preocupação com os ‘porquês’, a preocupação com a ‘natureza’ dos processos sociais para reter-se o ‘como’ das combinações possíveis entre variáveis abstratas.”
(Cardoso, 1964: 60)

Pior, continua, o professor:

“para manter a adequação dos esquemas interpretativos, as explicações sobre a ‘transição’ das sociedades tradicionais para as sociedades modernas foram empobrecendo. Não apenas o mecanismo de mudança assumiu conotações abstratas (...) como as próprias situações sociais de partida e de chegada se esvaeceram em

⁵³ Mas para quem começa nos estudos de economia, em geral sem bagagem política, cultural e, portanto, crítica, os modelos surgem como uma luz pois são lógicos, tem forte apelo intuitivo e, no Brasil pelo menos, seus resultados convergem com o que se lê e fala todos os dias na mídia local. Por que será?

⁵⁴ A alusão aqui é ao artigo de Schwarz (1973).

conceitos gerais que nada retêm das condições concretas da vida social.” (Cardoso, 1964: 60)

Assim, quando muitos pesquisadores ligados ou próximos à teoria tradicional insistem hoje em apontar problemas e repisar soluções de livre mercado para as questões do desenvolvimento brasileiro, renasce a impressão de deslocamento discutida por Schwarz (1973) em *As idéias fora do lugar*. De maneira direta e com base na literatura do conjunto das ciências sociais, aqueles pesquisadores põem de lado autores e descobertas absolutamente fundamentais para o entendimento do problema tanto do crescimento como do desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, ignoram a história e isso naturalmente os faz tratar como dados *coeteris paribus* as instituições sobre e **com as quais** se construiu o país até o presente. Isto é, por fé em um paradigma, crêem e rezam a universalidade geográfica e atemporal de modelos distantes da realidade dos países, ignorando propositadamente que qualquer desenvolvimento se faz exatamente através de transformações, criação e supressão daquelas mesmas “imutáveis” instituições e nas formas das relações sociais e de produção antes estabelecidas. Tudo isso lhes dá a falsa sensação de segurança para afirmar, sem dar-se ao luxo de ouvir outras correntes, quais são os problemas e apontar essa ou aquela solução para países como o Brasil. Sempre baseados em pressupostos que crêem universais — portanto, inevitavelmente descolados da realidade — extinguindo o espaço à dúvida.

O problema é que, ao se trazer a solução apontada para a aplicação, nem os parâmetros, nem o ambiente, nem os resultados convergem para o previsto e essas experiências, normalmente liberais, pesam sobre a cabeça exatamente de quem merecia maior proteção. Em todo caso, segundo eles, a culpa dos problemas no modelo é da realidade: ou fruto da incompreensão dos agentes ou oriundos de uma sociedade atrasada e inculta ou, ainda, gerados por um governo renitente, incapaz de implementar as reformas “estruturais” (mais uma vez, liberais) que constavam nas hipóteses teóricas do esquema que previa o equilíbrio ou o crescimento econômico do país.

O problema tem a mesma dimensão de uma gravíssima comédia de erros. Os mesmo pesquisadores não observam (e não se sabe se de propósito ou por desconhecimento) o que autores heterodoxos clássicos como Hobson, Hilferding, Hobsbawn, Polanyi, entre muitos outros afirmaram: *nunca houve desenvolvimento econômico acelerado sem forte e direcionadora*

política econômica por parte do Estado. Qualquer país, mesmo a Inglaterra da I Revolução Industrial, passando pelos de industrialização retardatária (França, Estados Unidos e Alemanha, seguidos por Itália e Japão) nunca alcançariam suas posições geoeconômicas sem a participação indutora do Estado⁵⁵. Isso vale também para os países que galgaram recentemente a categoria de industrializados dentre os periféricos: nenhum deles, em seus momentos de acelerado crescimento, abriu mão de políticas indutoras por parte de seus respectivos Estados.

Em palavras mais duras, desde a primeira aproximação do objeto levada a cabo por esses pesquisadores não há a profundidade necessária, abrindo-lhes um caminho perigoso de incompreensão da realidade.

No entanto, é preciso admitir que perguntar qual a melhor forma de promover o desenvolvimento de um país não é, definitivamente, uma questão de resposta nem fácil, nem eminentemente técnica. Primeiro porque o movimento que em sociedade reforça um grupo, enfraquece outro e, naturalmente, quem irá perder, resistirá o quanto puder. Como desenvolver é transformar, obviamente não é possível consenso nessa matéria. Outro problema, ainda decorrente desse é que a escolha da direção, num sentido ou noutro, depende da identificação de “*que forças sociais comandam as decisões econômicas estratégicas*” (Furtado, 1998: 11).

Por esse motivo, o próprio Furtado (1998) afirma com razão que o valor do trabalho do pesquisador vem da sua imaginação e da coragem para arriscar, sem medo do incerto ou do isolamento momentâneo da inovação. Assim sendo, não é preciso — e de nada vale — sofrer o mal o vivido pelos intelectuais do início do século XX que, conhecendo as teses liberais da Europa, mas percebendo sua irreabilidade para compreender ou explicar o país, deslocavam seu conteúdo, transfigurando o que lá era apelo ideológico-transformador em ornamento e fidalguia aqui (Schwarz, 1973). O importante em países como o Brasil, cuja dinâmica social foi esmaecida da literatura econômica nas últimas décadas, é partir do concreto (recortado inevitavelmente em função de alguma visão prévia⁵⁶), perceber padrões, estabelecer relações, formular hipóteses e voltar ao concreto. Mas o que é o concreto?

⁵⁵ Para isso, ver OLIVEIRA, Carlos A. B. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: UNICAMP, 2003

⁵⁶ Isso não só é inevitável, como é mesmo salutar de acordo com Schumpeter (1971: 57): “(...) resulta perfectamente claro que existe una ancha via por donde los factores ideológicos pueden introducirse en el análisis. En realidad la ideología ainda en la base misma, en el acto cognoscitivo preanalítico que hemos mencionado. La investigación comienza por manejar el material suministrado por nuestra representación de las cosas, y ésta, por definición, es en gran parte ideológica: nuestra representación

Não há qualquer dubiedade aqui. Concreto é a realidade em suas múltiplas faces e processos. Naturalmente, todas as minúcias e detalhes não são capturáveis pela razão. O trabalho aqui é apreender o movimento que se estabelece a partir da ação em conjunto, coletiva, dos agentes sociais. Por que coletiva? Porque indivíduos não existem fora da sociedade, da sua identificação com uma comunidade e, dentro dela, com um grupo. Os homens, na verdade, compõem grupos mais ou menos identificáveis, cujos interesses tendem a convergir e seus valores e crenças, se suas histórias materiais e afetivas se assemelharem, lhes dão comportamentos, em média, parecidos. Ou seja, formam grupos que aparecem como unidades coletivas marcadamente condicionadas em seu comportamento pelas instituições. Estas, por sua vez, são as partes que compõe o conjunto social e que lhe garantem a regularidade no tempo e no espaço dos comportamentos (Bruno, 2005a). Logo, cada indivíduo ou grupo só tem significado social (e, então, pode ser interpretado) quando encarnado no todo (Dowbor, 1982). O indivíduo fora do coletivo é uma abstração de pouca relevância científica (Marx, 1985), pois aquele só se define, assim como seu papel, valores, crenças e motivos desde que imerso em um ambiente social. Fora disso, é difícil vê-lo como algo além de apelo ideológico.

De outro modo, o importante é observar o conjunto social, intuir sua forma e dinâmica⁵⁷, identificar as unidades que são capazes de exercer força sobre a sociedade em alguma direção, perceber o que as motiva, como fazem seus movimentos entre as suas múltiplas possibilidades de ação (e limites) dentro da realidade a que se subordinam, montar o quebra-cabeça da sua interação cotidiana e construir um quadro geral.

Logo, se o importante são os coletivos ou grupos (pois estes é que têm força para mover o conjunto) e cada um destes possui internamente interesses relativamente comuns, fala-se, então, em esforço para alcançar esses interesses. Do mesmo modo, se algum daqueles interesses passa a predominar, ou seja, os demais interesses se subordinam ao primeiro, o assunto agora é dominação e sujeição. Se, todavia, há dominação e sujeição, também é possível verificar resistência e luta social entre os grupos. Ou seja, o tema relevante é o poder⁵⁸.

expresa la imagen de las cosas tal como nosotros la vemos, y ocurre que, siempre que existe algún motivo concreto que nos inclina a verlas preferentemente en una perspectiva determinada, es muy difícil distinguir la forma en que realmente las vemos de la forma en que desearíamos verlas”.

⁵⁷ Ver nota anterior, número 38.

⁵⁸ Por esse caminho é possível justificar a afirmação de que a economia é um ramo da ciência política. Contudo, exceto pela sua origem, hoje parece mais correto vincular subsidiariamente a economia política (ciência econômica) à história e a historiografia.

Todavia, o que é poder? Naturalmente o poder que interessa aqui é poder social e mais precisamente o político. Assim, Bobbio *et alli* (2010) definem poder como uma relação social que envolve um indivíduo ou grupo com capacidade de induzir outro indivíduo ou grupo a comportar-se tal qual seu desejo. Os meios envolvidos para isso são exatamente isso: meios⁵⁹.

E como se exerce o poder? O poder é exercido dentro dos limites impostos pela luta política, mas nunca existe por si, pela força bruta ou pela pressão econômica apenas. De outro modo, o poder é uma rede de dominações onde é difícil achar o começo ou o fim (Lebrun, 2004). Suas faces vão desde a tradicional — e longa, mas nunca ausente — força bruta e repressão até o “controle” ideológico das consciências que passam a acreditar na naturalidade das relações sociais daquele tempo⁶⁰ (Bobbio *et alli*, 2010). Assim, apreender o movimento dos grupos internos a uma sociedade é um pouco mais do que identificar os grupos, estimar seu poder e distinguir seus movimentos. É preciso estar atento às alianças, as convergências momentâneas e a origem social e histórica de cada grupo. Em suma, para entender os movimentos da sociedade, significando-os a partir dos grupos sociais que os engendram, é inescapável somar conhecimentos de campos diferentes da economia e juntar história, política, sociologia e, também, economia (Braudel, 1985).

Então, é preciso incorporar algo ignorado na maioria dos estudos acadêmicos de economia: a questão do *poder* e da *dominação* e sua *associação com a produção e a distribuição*. Sem percebê-lo não se compreende os movimentos e a dinâmica econômica de um país, principalmente dos mais pobres. Isso não significa minorar o significado dos clássicos do pensamento econômico e social estrangeiros. Mas, ao contrário, usá-los. Por exemplo, se, em *O Capital*, Marx (1986) ofereceu as chaves para o entendimento do sistema capitalista em seus movimentos e tendências essenciais, nos estudos de casos concretos o problema político, das classes e das formas como é exercido o poder — o mais forte contrapondo-se à reação dos outros grupos — são determinantes para que se perceba os caminhos seguidos e os desenhos específicos das relações que se estabelecem no interior dos países na maioria das suas dimensões.

⁵⁹ De outro modo, poder não é uma coisa, um objeto, mas, sim, uma relação que se estabelece para qual se possui meios (Bobbio *et alli*, 2010).

⁶⁰ E nesse último ponto as ciências sociais têm um papel destacado. Na verdade, “as ciências sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem para conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade. Por esse lado, elas servem de cimento a um sistema de dominação social que legitimam” (Furtado, 1998: 11). Naturalmente, observa ainda Furtado, isso explica porque o controle da orientação da pesquisa científica é tão disputado e controverso.

Se a discussão, então, avançar para a interação entre países, algo necessário quando se fala de América Latina, o quadro se torna mais complexo. A partir desse momento, a lógica das relações de classe extrapola o território e são mediadas por um elemento novo: o Estado-Nação (Cardoso e Faletto, 2004). Ou seja, a luta de classes, definida em elevado nível de abstração, sofre a interferência do agente Estado quando é analisada em níveis menos abstratos e próximos da realidade. Nesse sentido, agora passam a contar não mais apenas as relações internas a uma determinada sociedade, mas tornam-se importantes os interesses e as alianças que se estabelecem entre os grupos sociais locais e os estrangeiros, entre os interesses atendidos ou reprimidos das classes locais e o desejo dos grupos externos que querem trocar com o país. Tudo filtrado pelo poder nacional (Furtado, 1974).

Se isso por si só complexificaria a análise, é preciso levar em conta que a mediação por parte do Estado se faz através de homens investidos de poder oriundos ou vinculados a alguns dos grupos que compõe a sociedade. Logo, apenas essa observação já informa que não será toda e qualquer troca ou interesse internacional que será permitido ou atendido. O Estado necessariamente submeterá a controle o que for considerado positivo ou não a uma determinada ordem e/ou a um grupo social dominante⁶¹.

Diante disso, a CEPAL já havia desmascarado o mito do subdesenvolvimento. Mais, a partir de sua análise ficava claro que não há atraso relativo e o subdesenvolvimento não é pobreza. Como já citado e se verá mais profundamente no capítulo 2, para a instituição não é razoável falar em subdesenvolvimento sem ter um contraponto desenvolvido, comparável, coisa possível apenas quando o capitalismo se generaliza. Na verdade, as duas situações, desenvolvimento e subdesenvolvimento, são coetâneos, inseparáveis, trocam entre si e mantêm uma relação de domínio e subordinação apontados implicitamente pelos escritos da comissão. A questão do poder e dos interesses dos grupos emerge, então, como fundamental para se entender essa relação internacional.

Já em relação à grave questão da pobreza, confundir subdesenvolvimento com pobreza é misturar o efeito com a causa e sua explicação. Se a característica mais aparente do subdesenvolvimento é a elevada taxa de pobreza, isso não fornece um quadro mínimo dos mecanismos, dinâmica e estrutura dos complexos países nessa situação. É apenas uma constatação

de sua realidade, uma fotografia, uma inferência, portanto, estática. De outra forma, não percebe que a pobreza, como resultado da dinâmica social interna, é influenciada pelas escolhas derivadas da luta social dentro dos países e que os grupos em disputa têm amplos e poderosos interesses em suas ligações com o exterior.

É nesse ponto que a “teoria” da dependência ganha interesse e destaque. Se a intenção é compreender o desenvolvimento de economias capitalistas periféricas, não se pode realizar a análise a partir de modelos abstratos que não enxergam as situações concretas de onde partem as sociedades subdesenvolvidas. Nas palavras de Cardoso (1964: 183),

“não se chega a compreender o desenvolvimento econômico quando se omitem as condições políticas e sociais do desenvolvimento e não basta referir-nos a elas como se fossem ‘perspectivas complementares’ ou fatores que se somam.” (Cardoso, 1964: 183)

Sendo o desenvolvimento uma transformação social, é preciso ter em mente, como discutido acima, que são processos impulsionados a partir de grupos que, buscando tornar dominantes seus interesses, valores e ideologia, lutam cotidianamente com outros grupos ou pela ascensão social ou pelo lugar hoje ocupado por outro grupo de interesse. Assim, são os movimentos sociais causados por aqueles grupos em conflito (às vezes em aliança para algum objetivo específico ou em detrimento de outros grupos) o ponto de intersecção a partir do qual se desvenda a natureza e o sentido do processo de desenvolvimento (Cardoso, 1964).

Isso é exatamente o que a abordagem da dependência busca. A dependência

“não considera o processo de desenvolvimento como processo de remoção de obstáculos, nem admite um pólo predefinido de desenvolvimento a ser alcançado pelas sociedades dependentes. O processo de desenvolvimento — isto é, o processo de expansão capitalista — na estrutura social das economias periféricas deve ser compreendido ao nível das características internas destas estruturas e de seus relacionamentos com as estruturas sociais das economias capitalistas centrais. A abordagem da dependência argumenta ainda que o desenvolvimento capitalista ocorre na periferia enquanto a dependência permanece como um sistema de dominação/subordinação entre as nações e as classes sociais e do Estado” (Figueiredo, 1978: 13)

Dessa maneira, ao contrário da teoria convencional e algumas correntes do marxismo⁶¹, Cardoso (1993b) lembra que a abordagem da dependência, marcadamente em sua versão que

⁶¹ Essa discussão será aprofundada no capítulo 3, juntamente com a análise das principais correntes que tratam da problemática da dependência.

⁶² Ver Bielschowsky (1996) para os intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro.

ênfatiza a luta e a dominação de classes nos países⁶³, não aceita que a história tenha um curso pré-determinado, levando inexoravelmente os países periféricos ou a um desenvolvimento natural ou à estagnação de seu crescimento econômico. A dependência, recuperando o método histórico-estrutural para analisar situações concretas, permite olhar exatamente, e de maneira mais próxima, aqueles movimentos reais vividos pelas sociedades, abrindo um horizonte de análises, conhecimento e prognósticos totalmente fechados a outras abordagens do problema do subdesenvolvimento. Além disso, devido ao seu escopo, a dependência não permite o estudo limitado a problemas específicos. Isto é, para essa abordagem é sempre necessário observar o quadro geral para, com o desenho claro das dinâmicas dos grupos sociais, aí sim, se poder analisar uma questão particular. Na verdade, continua o professor, ao comentar seu livro escrito com Enzo Faletto em 1969,

“não nos interessava apenas descrever abstratamente as conseqüências da acumulação de capital e de sua expansão à escala mundial, mas também colocar questões a partir do ponto de vista historicamente dado às sociedades dependentes: quais as forças que se movem nelas e com que objetivos? Como e em que termos é possível superar uma situação dada de dependência?” (Cardoso, 1993b: 131)

Por isso mesmo, a abordagem, então proposta, permitia,

“(...) retomando o tema do desenvolvimento, definir questões que eram relevantes tanto para as políticas nacionais como para analisar as relações entre as economias capitalistas centrais e a periferia dependente e não industrializada, seguindo, neste aspecto, a tradição dos enfoques cepalinos.” (Cardoso, 1993b: 131)

Ou seja, como ficará bastante claro no capítulo 3, os principais problemas acima discutidos das teorias do desenvolvimento têm, na abordagem da dependência, francas possibilidades de serem enfrentados e superados, pois, em sua versão de dominação de classes, ela permite:

1. entender por que o crescimento econômico não reverteu em melhor qualidade de vida para a maioria da população, redução da pobreza e diminuição das desigualdades regionais;
2. explicar por que, apesar da industrialização, países, e o Brasil entre eles, continuaram subordinados, mesmo que indiretamente, aos padrões produtivos, tecnológicos, culturais e financeiros oriundos dos países do centro;

⁶³ As diferentes correntes que compõe a literatura sobre a dependência serão apresentadas no capítulo 3.

3. justificar por que, para desespero da teoria convencional, reformas tão básicas e aparentemente racionais não são nunca implementadas;
4. apreender o significado social da movimentação e da dinâmica dos países subdesenvolvidos e, dessa forma, dar sentido interpretativo correto e inteligível aos fenômenos e acontecimentos políticos e econômicos nacionais;
5. a partir de tudo isso, decifrar, tanto quanto possível, os limites e possibilidades de os países periféricos viverem processos de desenvolvimento com maior justiça social.

Assim sendo, a abordagem da dependência defendida nessa tese parte do pressuposto de que

“(...) a história é movimento e de que as estruturas são resultados de imposições que, se bem podem cristalizar-se, contém tensões entre as classes e grupos que as tornam sempre, pelo menos potencialmente, dinâmicas.” (Cardoso, 1993b: 139)

O mérito, portanto, da abordagem da dependência é que

“(...) ao falar de ‘desenvolvimento capitalista dependente’, fala-se necessária e simultaneamente de exploração sócio-econômica, repartição desigual da renda, apropriação privada dos meios de produção e subordinação de umas economias por outras. Por outro lado, indaga-se, necessariamente, sobre as condições de negação desta ordem de coisas.” (Cardoso, 1993b: 139)

Tudo com origem nos movimentos concretos que acontecem na sociedade, a partir de seus grupos em luta por impor seus interesses, valores e modos de ordenamento social. Ou seja, parte-se do concreto para analisar as estruturas sociais reais e suas dinâmicas, muito antes de qualquer pressuposto abstrato aplicado diretamente às nações de fato.

1.5. Considerações finais

Frente à discussão no presente capítulo, o desenvolvimento na América Latina poderia parecer ao leigo, que observa o momento atual, um caminho fechado. Uma transformação impossível, vedada aos países da região, porque forças e energias misteriosas impedem e assombram os esforços de homens, governos e sociedade.

Todavia, claro é que nada em termos sociais é milagre ou assombração. As explicações existem e exigem esforço, mas rapidamente permitem vislumbrar que são homens, na sua lida

diária, que manejam as fantasmagóricas “forças ocultas” e do “além”. Um breve olhar sobre a história social do Brasil (seção 1.2) já deixou ver que as transformações sociais do país, em meados do século XX, ocorreram sem que o poder e a posse dos meios de produção se distribuíssem ou mesmo trocassem de mãos. Isso, naturalmente, tem implicações e causas muito humanas. Diante disso, ficou claro que todo o crescimento econômico vivido então, não se converteu em melhoria das condições de vida ou redução da pobreza que golpeia o cotidiano da maioria dos cidadãos.

O Brasil e outros países da região, porém, viveram transformações importantes, mudaram suas faces sociais e mesmo as pessoas não viviam, já nos anos 1960, da mesma forma que era o seu cotidiano nos anos 1900. Isso não é desenvolvimento? A seção 1.3 discutiu o problema, mostrando a complexidade social que implica desenvolver uma sociedade, tanto no sentido de surgirem novos atores como na resistência, nem sempre velada, dos grupos privilegiados pelo arranjo da ordem anterior. Foi além ainda: propôs um conceito operacional para desenvolvimento, o mesmo que será utilizado em toda a tese. Como se viu, de agora em diante, desenvolvimento será entendido *como um processo de transformação social intimamente associado à acumulação de capital que amplia e/ou moderniza as forças produtivas de uma sociedade e que favorece e é levado a cabo por um grupo de interesse que, por meio da luta social, alcança destaque econômico e ascende a parcelas maiores de poder e status dentro de um espaço geográfico definido: o país, agora entendido como Estado-Nação e espaço onde se vive a nação*. Naturalmente é uma mudança profunda que implica em modificações nas relações de classe, no caráter do Estado e nas instituições em geral.

Diante disso, outra conclusão oriunda das seções anteriores surgiu. Ficou claro que, apesar dos esforços dos economistas e outros cientistas sociais, a maioria das teorias formuladas não dá conta de analisar um processo tão profundo que abriga e é fruto de transformações sociais tão complexas. Por esse motivo, a seção 1.4 propôs o resgate da chamada “teoria” da dependência, uma abordagem capaz de realizar um olhar penetrante e abrangente sobre os movimentos sociais vividos pelos países e, partindo deles, procurar compreender a dinâmica das sociedades, seus limites e possibilidades de desenvolvimento.

A seção, no entanto, apenas lançou a idéia que será explorada melhor nos capítulos 3 e 4. O objetivo agora, no próximo capítulo, é, para melhor analisar a idéia de dependência, explorar o

debate de onde se originou a abordagem. Quais foram as escolas e pensadores sobre os quais os autores envolvidos nessa discussão subiram nos ombros? Com isso será possível esclarecer porque o pensamento social latino americano, nos anos 1960 e 1970, precisou ir além dos avanços já obtidos pela CEPAL e entender mais profunda e internamente suas próprias sociedades.

Esse será o assunto do próximo capítulo.

O DEBATE SOBRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

“Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala.”

Ruy Mauro Marini. ‘Dialética da Dependência’

O debate sobre desenvolvimento econômico era inevitável ao final da II Guerra Mundial. O presente capítulo tratará desse debate, jogando algumas luzes sobre o pensamento que alimentou o nascimento da abordagem da dependência. As seções que compõem o capítulo iniciam-se por uma apresentação dos fatos históricos e as seguintes examinam alguns dos principais contendores daquela discussão.

2.1. Introdução

O mundo ao final da II Guerra Mundial não permitia dúvidas quanto à necessidade de mudanças na governança mundial. Nesse mesmo momento, alguns países da América Latina, marcadamente o Brasil, depois de viverem processos dolorosos de readaptação de suas estruturas produtivas frente às profundas e repetidas crises da primeira metade do século XX, alteraram seus discursos e passaram a reivindicar o progresso econômico e a industrialização como meta do Estado e da Nação. Simultaneamente, e não por coincidência, é o momento de reconstrução européia e japonesa e o surgimento da Guerra Fria, com a ascensão da União Soviética e o medo propalado pelos Estados Unidos.

O tempo, como não poderia deixar de ser, é de profunda controvérsia, mas o debate traz algo novo, uma preocupação nova: o *desenvolvimento econômico*. Aqui, como citado no capítulo anterior, ainda não se diferenciava com clareza crescimento econômico de desenvolvimento, acreditando-se que o primeiro levaria necessariamente ao segundo. Tratava-se, de todo modo, de uma preocupação nova para a maioria dos economistas da época.

Para os países periféricos, muitas eram as novidades. Uma delas merece destaque: sociedades, como o Brasil, passaram a atrair importantes capitais industriais estrangeiros, internalizando plantas fabris impossíveis para os recursos e tecnologia local. Isto é, se antes as trocas mais significativas com o exterior haviam sido as exportações de bens primários, as nações latino americanas passaram agora fazer parte do circuito industrial internacional, com multinacionais produzindo aqui volumes expressivos de bens de consumo e até mesmo, no caso brasileiro, de alguns bens de capital.

Tais transformações na estrutura produtiva, acompanhadas da rápida mudança demográfica nesses países, além de rápidas, impactaram a literatura econômica do desenvolvimento em duas direções: primeiro, trouxeram ainda mais água para o debate travado no ocidente sobre a problemática do desenvolvimento; e, segundo, nos anos 1960, colocaram em questão o *processo de substituição de importações*⁶⁴, caminho trilhado por vários países do subcontinente. De outro modo, nos anos 1960, percebeu-se que todo o crescimento industrial e da produtividade não foi acompanhado por transformações no papel periférico desempenhado por essas economias no cenário internacional e, menos ainda, reduzida a gravidade das históricas

mazelas sociais latino-americanas. Uma vez mais: percebia-se o crescimento econômico, mas não o desenvolvimento como se concebia a época.

Para piorar, o final dessa década e a seguinte praticamente inteira formaram um longo período de crise internacional e da potência capitalista hegemônica. O dólar foi questionado em seu papel de moeda mundial, obrigando os Estados Unidos a abandonar a paridade ouro-dólar, e a principal fonte de energia mundial, o petróleo, sofreu seu primeiro choque de preços⁶⁵.

Esses anos, a partir da segunda metade dos anos 1960, serão fundamentais para o nascimento ou, pelo menos, a emergência das idéias que tomarão conta do debate sobre o desenvolvimento dos países periféricos. Aqui se pode localizar quando a idéia de *dependência* ganha a literatura e torna-se referência obrigatória tanto para pesquisa como para a crítica do pensamento, das políticas nacionais e da história.

No entanto, antes de chegar à abordagem centro das preocupações desta tese⁶⁶, é preciso ter clareza da acirrada peleja anteriormente travada entre os cientistas sociais em torno da questão do desenvolvimento. Essa discussão é fundamental, pois será sobre esse debate, nessa fonte, que a maioria dos autores da dependência irá beber para produzir e aprofundar o conhecimento sobre uma América Latina em transformação e sempre difícil de ser compreendida.

Para apresentar esse debate, o capítulo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na seção dois, será discutido o ambiente internacional em franca transformação e as preocupações que levaram pensadores e governos a preocupar-se com a questão do desenvolvimento. No segmento seguinte, a polêmica entre as diferentes correntes econômicas sobre o tema será apresentada, ainda que baseada apenas nos seus autores mais famosos. A próxima seção apresentará o pensamento econômico da CEPAL, escola que influenciou fortemente parte importante dos pensadores da dependência. O penúltimo trecho discute, sem aprofundar, o imperialismo, conceito que tanto que influenciou os neomarxistas em sua visão da dependência latino americana. Por fim, os comentários finais recuperam a discussão ao preparar as questões a serem discutidas no próximo capítulo.

⁶⁴ Para esse tema ver o clássico ensaio de Maria da Conceição Tavares, *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil* (Tavares, 1979).

⁶⁵ A importância da variação nos preços do petróleo não pode ser subestimada. Para apresentação dos fatos, ver Velloso (1986), principalmente o capítulo VII, 'Os visitantes da noite'.

⁶⁶ A dependência, suas visões, hipóteses e críticas serão assunto do capítulo 3,

2.2. O ambiente internacional

Após a II Guerra Mundial, o mundo não poderia ser o mesmo do período anterior. O quadro financeiro-produtivo surgido no final dos 1900s, a II Revolução Industrial⁶⁷, a crise e a reincidência da guerra no segundo quartil do século XX permitiram ver que a competição entre os grandes capitais, as instabilidades econômicas e a fragmentação do mundo em blocos opostos precisavam ser alterados. A destruição da II Guerra Mundial não deixava dúvidas de que o mundo precisava de um reordenamento e os avanços da União Soviética não permitiam mais aos Estados Unidos fugirem ao papel de novo centro hegemônico (Hobsbawn, 1995).

Por conta disso, já durante o período conflagrado, ações e articulações moviam-se para criar uma nova ordem econômica mundial a nascer depois da guerra. Por outro lado, nesse mesmo momento, a rivalidade e o medo entre as duas nações emergentes do conflito fazia crescer um dos principais motes da segunda metade do século XX: a Guerra Fria. Nesse ambiente, com apoio dos Estados Unidos, os países capitalistas castigados pela destruição trataram com urgência da sua reconstrução, uma necessidade para que se afastasse o risco da revolução social (Hobsbawn, 1995). Financiamento para isso passou a existir. O fluxo internacional de dinheiro alterou-se em direção ao Japão e à Europa, que se reerguiam. Ambos não só passaram a receber apoio financiado pelo Plano Marshall, mas também a atrair, para seus protegidos mercados internos, o investimento produtivo norte-americano.

Se a reconstrução permitia um rápido crescimento das economias européias, a guerra — e suas demandas —, somada à concorrência entre capitais, trouxe avanços tecnológicos muito importantes não só em novos produtos, mas também em níveis de produtividade (Hobsbawn, 1995). Tais avanços, em nome do progresso e dos interesses do capital e do Estado norte-americano, conseguiram espalhar o padrão industrial estadunidense para o resto do mundo

⁶⁷ A partir dali, século XIX, a concentração do capital em escalas nunca vistas tornou mais e mais rígido o funcionamento dos mercados (Oliveira, 2003). Ao mesmo tempo, seguindo a administração científica de Taylor, a organização da produção tornava-se crescentemente sistematizada e subdividida, dissociando a concepção da execução do trabalho, através do controle do conhecimento das suas diferentes fases (Mattoso, 1995). Nesse processo, reduziu-se a mão-de-obra ao denominador comum de semi-especializada. Todavia, o fenômeno mais importante e associado ao gigantismo das empresas foi o surgimento do capital financeiro e sua face externa o imperialismo (Lênin, 1987).

capitalista, consolidando sua posição de liderança econômica e seu padrão tecnológico em nível mundial⁶⁸.

Tudo isso permitiu, segundo Mattoso (1995), em resumo:

- a) rápido e prolongado crescimento da produção e da produtividade;
- b) liderança econômica do setor industrial, através dos bens de consumo duráveis, bens de capital e química;
- c) criação de um importante sistema de filiais multinacionais;
- d) crescimento mais acelerado do comércio internacional do que o vivido pelas taxas de expansão industrial — embora o mercado interno se constituísse o principal responsável pelo crescimento econômico; e
- e) “(...) [crescimento] *da participação do emprego industrial e do emprego nos serviços (agora sob a lógica industrial) e [queda na] participação do emprego agrícola nos mercados de trabalho nacionais.*” (Mattoso, 1995: 24)

Sim, naturalmente, as relações de trabalho também apresentaram nítidas mudanças e as novas direções não se resumiram ao processo produtivo. A destruição e o horror das duas guerras havia tornado os dirigentes mundiais ciosos dos problemas gerados pela insatisfação social (Belluzzo, 1995). Pior, havia agora um contraponto claro ao sistema capitalista: a União Soviética e a consolidação de suas posições no leste europeu. Esses ‘perigos’ da luta de classes deram novo e forte impulso à entrada de um ator que engatinhava na cena política: os sindicatos de trabalhadores amparados na lei, na regulação pública do desemprego e na sua própria organização (Mattoso, 1995)⁶⁹.

Nesse ambiente, os homens que estavam em posição de fazê-lo reformaram o capitalismo (Hobsbawn, 1995). Os Estados dos países desenvolvidos passaram a conciliar propriedade privada dos meios de produção, planejamento, gestão democrática da economia e elevação do padrão de vida da população por meio do *Estado de Bem-estar Social*, arcando com parte dos custos de reprodução da mão-de-obra (Mattoso, 1995). Agora, os Estados tomavam as rédeas da regulação social melhorando a distribuição de renda.

⁶⁸ É bom lembrar que o baixíssimo preço do petróleo, na época, possibilitava tal avanço. O barril de petróleo saudita, no período de 1950 a 1973, custava em média menos de dois dólares. (Hobsbawn, 1995)

⁶⁹ Os esforços para melhoria das condições de vida dos trabalhadores, os chamados direitos sociais, já eram objeto de contenda desde o século XIX. Para um relato formidável dessa luta ao longo do século XX na Europa, ver Eley (2005).

O resultado desse período nos países centrais foram anos de um crescimento econômico superior a qualquer período do passado — exceto para os EUA — somado a uma taxa de desemprego aberto mínima, estacionada em 1,5% na Europa Ocidental nos anos 1960. Os trabalhadores, por sua vez, frente à enorme nova oferta de bens, crescimento econômico, ganhos de produtividade, pleno emprego e força política, tiveram sua situação material francamente melhorada. Tudo em um ambiente de baixa inflação (Hobsbawn, 1995). Por tudo isso, esses anos foram chamados os ‘Trinta Gloriosos’, uma época *excepcional* do capitalismo.

As mudanças, todavia, não ficaram restritas às nações ricas⁷⁰. Na verdade, o mundo que nasce do pós-II Guerra é um mundo em plena transformação e efervescência. Não só pela formação da Cortina de Ferro que “protegia” a URSS e fornecia motivos aparentes para os EUA e a Inglaterra darem início a Guerra Fria, mas também pela própria movimentação do resto do mundo não desenvolvido ou europeu. O Oriente Médio libertava-se do domínio estrangeiro, formando Estados-nacionais e intrincando as questões que envolviam o principal centro petrolífero do mundo. Índia e China nasciam como potências locais depois da submissão ao exterior. Também organismos internacionais mostram que a geopolítica internacional ganhou novos jogadores e tornou-se mais complexa: CEPAL, UNCTAD, não-alinhados, FAO, etc. (Santos, 2000).

Em importantes países da América Latina, as transformações também são de grande monta. Aqui, algumas sociedades transitavam para uma nova dinâmica econômica, baseada na demanda e investimento internos. A partir da Crise de 29, as indústrias de algumas regiões do subcontinente responderam criativamente às dificuldades de importação, principalmente por meio da produção de bens de consumo não duráveis⁷¹. Com a guerra, os problemas agravaram-se e o mercado interno passou a funcionar como mola propulsora da economia e os investimentos foram novamente facilitados pelo preço dos bens de capital importados (Suzigan, 2000). Alguns centros urbanos passaram a ser os pólos dinâmicos da produção e, neles, uma classe burguesa latino-americana surgiu carente de uma ideologia que representasse sua visão de mundo e seus interesses (Bielschowsky, 1998). Foi também nesse período do pós-guerra que a América Latina acelerou seu processo de urbanização.

⁷⁰ O resto do mundo também colheu os frutos da época. Por exemplo, exceto por momentos de guerras regionais, não havia fome endêmica e mesmo a oferta de alimentos *per capita* aumentou em quase todas as regiões (Hobsbawn, 1995).

⁷¹ No Brasil, Silva (1986) afirma que a acumulação de capital industrial já era visível desde o começo do século XX, porém sua lógica e dinâmica ainda dependiam do comércio internacional de café.

No entanto, em alguns países os setores burgueses locais não realizaram uma revolução ou tomada de poder. Ao contrário. No Brasil, por exemplo, as ligações entre a oligarquia rural e a burguesia emergente eram nítidas⁷². Logo, não houve nenhum atrito relevante entre esses grupos, revelando-se, então, indiscutível continuidade em termos de centralização do poder, disparidades regionais e concentração da renda e da riqueza nos países. Em outros termos, sob uma roupagem moderna, o domínio das elites tradicionais permanecia⁷³ e isso demoraria a ser percebido.

Foi assim que, nesse país, sob a ausência proposital de uma reforma agrária, a velocidade da migração campo-cidade superou e muito o crescimento econômico e o emprego. Na verdade, não se constituiu ali, comparativamente a alguns países desenvolvidos, uma responsabilidade do Estado para com uma situação de ‘pleno emprego’⁷⁴. Desse modo, a mesma economia que se transformava a taxas não desprezíveis era incapaz de reduzir a pobreza (CEPAL, 1951)⁷⁵.

Foi nesse ambiente que nasceram as idéias que formaram o chamado *desenvolvimentismo*⁷⁶ e a base do pensamento crítico posterior: um mundo em reestruturação que ainda olhava com medo seu passado recente; em que Estados Nacionais percebiam a necessidade de intervir no funcionamento da sociedade capitalista a fim não só de evitar tragédias, mas também de sobreviver soberana e geopoliticamente; e com trabalhadores que se organizavam e conquistavam direitos, influenciando cada vez mais na direção do desenvolvimento dos países industrializados. Ao mesmo tempo, em uma América Latina que crescia economicamente, mas com grandes diferenças internas e que se tornava mais e mais consciente da sua vulnerabilidade externa. Países esses donos de uma indústria nova, mas já crescentemente responsável pela dinâmica da economia. De uma burguesia com vínculos oligárquicos, porém, constituída sem respaldo teórico e ideológico para seus interesses. E, logicamente, uma região possuidora de enormes e inumeráveis problemas sociais.

⁷² Para isso, ver Mello (1991), Silva (1986), Suzigan (2000), entre outros.

⁷³ Raimundo Faoro (2000) discute essa capacidade da elite luso-brasileira de manter-se a frente do país.

⁷⁴ Mattoso (1995), em seu capítulo 1, descreve como na Europa o Estado, ao chamar para si a responsabilidade de parte dos custos sociais da reprodução do trabalho, fez com que o crescimento do funcionalismo público puxasse positivamente as estatísticas de emprego.

⁷⁵ Oliveira (1990) argumenta que apesar da baixa renda per capita, os fatores que mantinham os elevados níveis de miséria eram políticos: golpes, partidos e sindicatos cassados, etc.

2.3. O debate nos anos 1950

Não interessa esmiuçar as discussões dos anos 1940 e 1950. O importante aqui é apenas mostrar o contexto intelectual do debate sobre o desenvolvimento econômico que fez nascer a análise crítica latino-americana.

A Crise de 29 e as duas guerras mundiais elevaram o tom dos questionamentos à ‘Teoria do Comércio Internacional’⁷⁷ e sua conclusão de que a difusão dos frutos do progresso técnico se realizaria através do livre comércio entre as nações. Mesmo com a superação de sua limitação mais visível — o trabalho como único fator relevante — por Bertil Ohlin, avançando sobre os escritos de Eli Hecksher, sua conclusão permanecia mesma (Cardoso, 1993a). A partir dessa teoria, cada país deveria especializar-se na produção dos bens em que tivesse insumos abundantes — posto que o custo fosse menor — e trocá-los pelo que necessitava ou fosse comparativamente mais caro produzir internamente. Com isso, o comércio livre e a concorrência internacional tenderão⁷⁸

“(...) a igualar o preço dos fatores e será[ão] em alguma medida um substituto para o movimento dos fatores.” (Merhav, 1987: 177)

Mas essa teoria, para muitos estudiosos, não correspondia às experiências históricas dos países latino-americanos. Furtado (1974), por exemplo, apontou para a existência de enorme diferença na difusão dos frutos do progresso técnico entre os países e para o fato de o excedente criado nos países subdesenvolvidos não ser dedicado à formação de capital, sendo utilizado apenas para a difusão de padrões de consumo similares aos existentes nos países desenvolvidos. Para ele e outros, caso as recomendações da ‘Teoria do Comércio Internacional’ fossem levadas a cabo, tais economias não se desenvolveriam, permanecendo especializadas na produção de bens primários baratos e tornando-se incapazes até de reter os frutos do seu próprio progresso técnico. Pior, seus problemas sociais seriam agravados (CEPAL, 1951b)⁷⁹.

⁷⁶ O conceito será explorado na próxima seção.

⁷⁷ A Teoria do Comércio Internacional a que se refere esta tese tem origem no pensamento de Adam Smith e David Ricardo, sendo Charles Kindleberg seu representante na época.

⁷⁸ Cabe salientar que Paul Samuelson, em seu artigo de 1948 (International Trade and the Equalization of Factor Prices), levou às últimas consequências as descobertas de Hecksher e Ohlin. Tudo dentro de uma sedutora roupagem matemática (Cardoso, 1993a).

⁷⁹ O nome central desse período e autor de estudos seminais, inclusive o acima citado, foi Raul Prebisch. Seu inconformismo com o ideário neo-clássico a partir de 29 e a percepção histórica das transformações de médio e longo prazo por que passava a América Latina nasceu de sua longa passagem pelo Estado. Foi essa vivência que o conduziu ao princípio normativo da *necessidade* da contribuição do Estado para a realização do desenvolvimento econômico. O papel de Raul Prebisch na CEPAL é contado por Celso Furtado em ‘A Fantasia Organizada’ (1985). Ali, não só seus aspectos acadêmicos e políticos são apresentados, mas também traços louváveis de sua personalidade. Ver especialmente página 110.

Esse novo olhar crítico ficou evidente em dois seminais estudos publicados pela CEPAL⁸⁰: o ‘Manifesto dos Periféricos’ e ‘Estudo de 49’⁸¹. Nesses trabalhos percebia-se que, seguindo a especialização indicada pela ‘Teoria do Comércio Internacional’, o progresso técnico aplicado à produção primária criaria um excedente de mão-de-obra a ser absorvido em outras atividades. Se as últimas não se desenvolvessem em países como os da América Latina, não haveria como incorporar a mão-de-obra sobrando e os problemas relativos à baixa produtividade da população e à subsistência permaneceriam. Isso sem contar as dificuldades de retenção dos frutos do progresso técnico alcançado (CEPAL, 1951a).

Mas Prebisch não estava sozinho. Em 1943, portanto antes do ‘Manifesto dos Periféricos’, Paul Narcyz Rosenstein-Rodan publicou artigo com vários pontos de contato com a futura escola cepalina (Rosenstein-Rodan, 1963). Segundo ele: a) as regiões atrasadas caracterizavam-se por excesso de mão-de-obra na área rural e, por isso, havia baixa renda e poder de compra; b) para que essa renda crescesse, era necessário **industrializar** esses países, única forma de absorver aquela população excedente e elevar a produção mundial; c) para industrializar, era preciso superar o reduzido mercado interno e a inabilidade das firmas de internalizar as economias externas que produziam; d) esses constrangimentos poderiam ser resolvidos através de **investimento estatal** em **planejamento** e **organização** de um programa de investimentos em larga escala; e) a **intervenção estatal** também era requerida para permitir a mobilização dos recursos necessários ao investimento (Rosenstein-Rodan, 1963). Ou seja,

“(...) Rosenstein-Rodan set the stage for the emergence of a body of literature on underdeveloped economies that emphasized market failure and need for state interventionism.” (Hunt, 1989: 54)

Mas o debate não se reduzia à momentaneamente enfraquecida ‘Teoria do Comércio Internacional’. Na verdade, a luta seria travada nos campos ideológico e político através de uma avalanche de estudos sobre desenvolvimento econômico (Furtado, 1985)⁸². Naquele período, a visão da destruição e do desespero causados pela guerra, somados ao receio da expansão soviética, indicavam que o capitalismo não poderia continuar sem rédeas (Hobsbawn, 1995). Em

⁸⁰ CEPAL é um órgão criado no pós-guerra por pressão dos países pobres e vinculado à ONU. Sua importância é tamanha para o pensamento crítico do sub-continente que merecerá, em seguida, uma seção dedicada a ela.

⁸¹ Estes textos chamavam-se oficialmente “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas” (CEPAL, 1951b) e “Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico” (CEPAL, 1951a). Ambos de autoria de Raul Prebisch.

⁸² Para maiores detalhes sobre aquele momento de franco e, por vezes ríspido, debate, assim como a criação a criação e a luta pela manutenção da CEPAL nos primeiros anos, ver Furtado (1985).

outras palavras, havia a necessidade de compreender e promover o crescimento econômico dos países em ruínas ou atrasados, inclusive de regiões como a América Latina, para que se mantivesse a estabilidade mundial⁸³ (Belluzzo, 1995).

Desse contexto nascem vários estudos e um caloroso debate cujo tema central era o desenvolvimento econômico. Todavia, chama a atenção que

“a característica principal dessa literatura era a concepção de desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca máxima da produtividade, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente de riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional.” (Santos, 2000: 16)

Essa forma de ver o problema do desenvolvimento é reveladora do caráter estritamente econômico da discussão e da dificuldade das várias escolas em abranger outras áreas do conhecimento no debate. Mais do que isso, é reveladora da predominância da razão capitalista (e suas derivações) na confusão entre bem-estar e consumo, na identificação das diferenças entre o que o centro considera correto e o que existe nos demais países e sobre a acumulação de capital. Associa-se, desse modo, naturalmente, crescimento econômico e desenvolvimento.

Dentro desse debate, no campo da teoria econômica convencional, os estudos de Arthur Lewis e W. Rostow destacaram-se (Hunt, 1989). Para ambos, havia um diagnóstico muito claro que associava os problemas do baixo desenvolvimento às características dos países pobres. Isto é, ao comparar países ricos e pobres, as diferenças que surgiam, para além dos problemas imediatos de consumo e produção, eram vistas como os obstáculos que impediriam aqueles países de alcançar o patamar vivido pelas nações de maior sucesso econômico (Figueiredo, 1978). Em outras palavras, as características sociais moldadas pela história dos países pobres eram o problema, posto que atravancassem a atuação livre da “essência humana” que conduzia a riqueza e a acumulação.

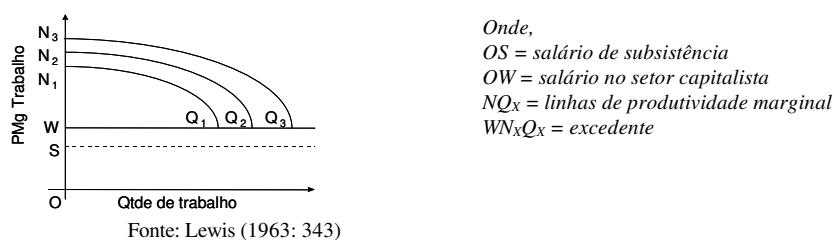
Arthur Lewis, por exemplo, em seus trabalhos na década de 1950, preocupava-se em compreender as causas do crescimento e o que o limita. Seu modelo parte da premissa de que as economias atrasadas estão divididas em dois setores: um capitalista pequeno e um de subsistência grande, com oferta ilimitada de mão-de-obra, recebendo salários de subsistência (Lewis, 1963⁸⁴).

⁸³ Para Hobsbawn (1995), a URSS não possuía pretensões expansionistas. No entanto, isso foi enormemente alimentado no imaginário ocidental.

⁸⁴ Artigo original publicado em maio de 1954 na revista *The Manchester School*.

O setor capitalista é definido como o que usa capital reproduzível e paga salários apenas suficientemente maiores para que o trabalhador requerido entre no setor. Nesse sentido, a acumulação de capital produtivo torna-se o fator limitante para o crescimento econômico e, por outro lado, a elevação da taxa de poupança a solução para o problema. É preciso, portanto, entender como uma sociedade que poupa muito pouco passa a fazê-lo a taxas elevadas. Em primeiro lugar, o autor alerta que não será através da frugalidade dessas comunidades, pois a maioria de sua população ou é pobre ou aplica seus recursos em terra. Assim, sobra aos capitalistas a tarefa de poupar e investir seus lucros. Isso leva a questão para o seguinte ponto: em que circunstâncias a participação dos lucros na renda nacional cresce? O modelo afirma que, com os salários ao nível de subsistência, a participação dos lucros na renda nacional cresce a cada novo investimento. Logo, num círculo virtuoso, a cada novo aumento da renda nacional, maior será a poupança e, “naturalmente”, maior o investimento. Com isso, maior será a incorporação de mão-de-obra ao setor capitalista, posto que a produto marginal do trabalho cresce⁸⁵. Desse modo, uma vez constituído o setor capitalista, até que se torne dominante é apenas uma questão de tempo (Lewis, 1963). Ou seja, para Lewis “(...) a pobreza decorre da reduzida dimensão do setor capitalista” (Oliveira, 2003: 15). Em termos do clássico gráfico de demanda de mão-de-obra, o que se tem é a expansão da quantidade de mão-de-obra empregada de Q_1 até Q_3 (no exemplo), de acordo com a expansão da *fronteira de possibilidade de produção*⁸⁶ devido aos investimentos realizados:

Gráfico 2.1 - Expansão do Setor Capitalista no Modelo de Lewis



⁸⁵ Hunt (1989: 90) é precisa ao explicar o ciclo imaginado por Lewis: “Where a capitalist nucleus exists, however small, and where there is an unlimited supply of cheap labor, then the capitalists will reinvest at least part of their profits, so expanding the capital stock. More labor is then drawn into the capitalist sector. With each round, as the surplus is reinvested, total profits increase.”

⁸⁶ A *fronteira de possibilidade de produção* não aparece no gráfico, mas seu deslocamento é dedutível a partir da teoria microeconômica tradicional.

Walt Rostow por sua vez, preocupava-se com o desenvolvimento dos países de Terceiro Mundo, fundamentado em forte sentimento anti-comunista (Hunt, 1989). Para ele, assim como para Lewis, o principal fator de desenvolvimento é o aumento da participação da poupança e do investimento na renda nacional. Mas, para que tal ocorra, uma nova classe de empreendedores deveria surgir e isso se faria aos poucos, através da superação de fases históricas que implicam em diferentes organizações da sociedade (Rostow, 1963)⁸⁷.

Segundo ele, todo o processo de desenvolvimento, da sociedade tradicional à maturidade industrial, aconteceria em etapas. A primeira delas, a *sociedade tradicional*, é caracterizada por uma economia essencialmente agrícola que utiliza métodos de produção rígidos e investe pouco mais do que o necessário para cobrir a depreciação. A segunda é caracterizada pelo estabelecimento *das pré-condições à decolagem*, que podem ser resumidas em: a) transformações na agricultura que permitam a ela fornecer alimentos, mercados e recursos financeiros ao setor moderno; b) desenvolvimento de capital social básico: comunicações, transporte, etc; e c) não só a ascensão de uma nova elite, mas também

“la existencia o surgimiento rápido de una estructura política, social e institucional que explote los impulsos de expansión del sector moderno y los posibles efectos de economías externas del despegue, y conceda al crecimiento un carácter de proceso en marcha.” (Rostow, 1963: 143)

Atingidas essas pré-condições, a sociedade estaria pronta para a *decolagem* (terceira etapa) e para o *caminho em direção à maturidade* (quarta etapa), caracterizados pelo aumento na taxa de investimento produtivo, desenvolvimento de setores industriais com elevado crescimento e processos de mudanças sociais⁸⁸. Seguindo esse caminho, a sociedade atingiria a *maturidade industrial* (quinta etapa) marcada pelo alto consumo de massa. Nesse estágio, a estrutura produtiva se transforma e as indústrias que permitiram a decolagem desaceleram, enquanto outras novas surgem e assumem a liderança. Logo, a taxa média de crescimento é mantida em longo prazo (Hunt, 1989).

Em resumo, esse conjunto de teses sobre o desenvolvimento das economias afirma que o subdesenvolvimento é uma etapa de um *continuum* que leva em direção ao desenvolvimento e é, portanto, passageiro. Um processo gradual, por etapas, e que se baseia na remoção de obstáculos. Entretanto, o mais interessante é notar, que o pólo desenvolvido, para onde todas as sociedades

⁸⁷ Artigo originalmente publicado em março de 1956, no *The Economic Journal*.

⁸⁸ Apesar de assinalar essa preocupação, Rostow não aprofunda a discussão.

caminhariam, se extrai da experiência da América do Norte e da Europa, enquanto o que é problemático, tradicional e subdesenvolvido das demais (Figueiredo, 1978). A modernização, o processo, é exatamente essa transição de uma organização da sociedade para outra.

Assim, como afirma a professora Vilma Figueiredo (1978), essa

“análise baseia-se na identificação de obstáculos à modernização, fatores que perturbam o funcionamento esperado dos sistemas, e não vai além da descrição e da generalização empírica sobre tais fatores que são apresentados como atributos isolados do subdesenvolvimento ao invés de como fatores teoricamente relacionados”. (Figueiredo, 1978: 21)

Vê-se, portanto, que o reducionismo nessas teses é enorme e dificilmente defensável do ponto de vista histórico. Do mesmo modo, Cardoso (1964) observa com razão que a redução feita pelos autores não é razoável. Todo o complexo processo de desenvolvimento é traduzido em economia simples e pode ser resumido no aumento da taxa de investimento para além do crescimento demográfico. Mais: há uma completa despolitização do processo. A reformulação do sistema social surge magicamente (afinal o modelo resume milhares de anos de história humana) na forma da transição entre sociedade tradicional e de consumo de massas. Com esse tratamento da problemática da transformação social, o desenvolvimento pode ser medido por índices abstratos, incapazes de exprimir as formas, a natureza e a dinâmica das sociedades.

Goldenstein (1994) tem a mesma opinião quando observa a teoria tradicional. Segundo ela, os

“(...) problemas isolados de uma discussão estrutural, acabam perdendo sua devida perspectiva. Assumem um caráter técnico, despolitizado, sendo apresentados como mera questão de bom senso, de racionalidade quando, na verdade, são problemas absolutamente dependentes, subordinados às determinações estruturais mais profundas.” Goldenstein (1994: 21)

Do outro lado, a teoria do subdesenvolvimento da CEPAL ganhava terreno e conseguia algo inédito: mobilizar os governos da região em direção a políticas de crescimento econômico, baseadas nas cidades, na indústria e na defesa dos mercados domésticos. Sua importância é tão grande para a América Latina e para o surgimento das teses da dependência que é útil observá-la em detalhes.

2.4. A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL (anos 1950 e 1960)

O pensamento crítico latino americano não brotou no vazio. O crescimento industrial e as transformações decorrentes por que passava parte importante da América Latina eram movimentos internos de defesa das economias frente às crises da primeira metade do século XX. Deste modo, alimentada pelas transformações por que passava a América Latina e o resto do mundo, uma visão do desenvolvimento a partir de olhos da região veio a público em 1949 através do provocador ‘Manifesto dos Periféricos’ (CEPAL, 1951b), o primeiro estudo importante da recém criada Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Tratou-se de um texto de enorme impacto seguido, já no ano seguinte, pelo mais importante documento dessa fase: o ‘Estudio de 49’ (CEPAL, 1951a). Juntos, os dois trouxeram as idéias e os conceitos de onde derivaram investigações, pesquisas e recomendações de política econômica para toda a América Latina⁸⁹.

Essa forma diferente de olhar o processo de desenvolvimento agrupou em torno da entidade uma gama significativa de economistas e pensadores sociais que não se alinhavam ao pensamento conservador dominante, tornando a Comissão em centro polar de irradiação de idéias, propostas e críticas à situação vivida no subcontinente.

Mas o que diziam as teses cepalinas? Para começar, para a CEPAL desses anos, o problema não era de atraso de uns países em relação a outros. Na verdade, a estrutura produtiva de um país da América Latina era fruto da forma como este se inseriu na divisão internacional do trabalho e, portanto, os problemas e modelos eram modernos e não se resolveriam automaticamente com o tempo⁹⁰. Em linhas gerais, é possível descrever que a CEPAL dividia o mundo em:

1. *países desenvolvidos* que se tornaram industriais no século XIX, construindo estruturas produtivas crescentemente integradas, concorrentes entre si, com *grande dinamismo*

⁸⁹ A forma de tratar o problema também era diferente do usual. A abordagem baseava-se em um método histórico e indutivo que matizou, sem alterar profundamente, a teoria econômica tradicional, criando, a partir dela, uma concepção particular. O grande mérito da CEPAL foi realizar a tarefa de dar aporte ideológico aos interesses da burguesia latino-americana, através da crítica à divisão internacional do trabalho e da exigência da superação da condição periférica (Flechsig, 1991).

⁹⁰ “Deve excluir-se, portanto, a idéia corrente de que ambos os fenômenos [desenvolvimento e subdesenvolvimento] ‘são meramente relativos e quantitativos, no sentido de que um representa um maior desenvolvimento econômico que o outro’.” (Rodríguez, 2009: 263. Citando Andre Gunder Frank).

tecnológico e papel ativo dos seus Estados⁹¹. Por isso, esses ocuparam o papel de vanguarda na indústria mundial, tornando-se exportadores de produtos manufaturados;

2. *América Latina* especializada na produção de bens primários (ou de baixo valor agregado) para exportação, de onde retirava seu dinamismo econômico e para onde fluía todo seu progresso técnico. Somado a esse setor, outro voltado para subsistência: tecnologicamente arcaico, abrigando a maior parcela da população e incapaz de sustentar e manter trabalhando um número elevado de pessoas que ingressavam na idade adulta. Enfim, uma economia vulnerável às flutuações externas, que abrigava um setor moderno de reduzido alcance interno e, portanto, uma estrutura produtiva não integrada, cuja população rural crescia aceleradamente e se tornava ‘excedente’.

Ou seja, quando alguns países da América Latina iniciaram seu processo de industrialização, ainda no segundo quarto do século passado, os países industrializados já usufruíam de um capitalismo cuja dinâmica obedecia a lutas monopolistas e padrões tecnológicos que impediam a simples cópia ou compra a partir de poucos recursos. A produção industrial agora exigia grandes recursos, vultosos capitais por trabalhador, conhecimentos científicos e mercados.

Partindo dessa perspectiva sobre o funcionamento da economia mundial, Prebisch (CEPAL, 1951b) definiu o par de conceitos mais importante do pensamento da instituição nos anos 1950 e 1960: o binômio *centro e periferia* para identificar o papel de cada país na divisão internacional do trabalho. Assim, o segundo grupo era caracterizado como: a) **especializado** na produção de bens primários ou de baixo valor agregado; e b) **heterogêneo**⁹², isto é, convivência de processos produtivos modernos e arcaicos, com o segundo abrigando parcela significativa da população (Rodríguez, 1981).

O fundamental, no entanto, era perceber que esses dois grupos de economias têm estreita troca entre si e vão se formando em permanente relação, não havendo atraso ou estágio pretérito de desenvolvimento. Em outras palavras, a diferenciação feita pela CEPAL indicava que a divisão internacional do trabalho produzia um desenvolvimento desigual e combinado. Por isso, para Prebisch (CEPAL, 1951b), a teoria tradicional das vantagens comparativas negava a realidade ao defender que o comércio internacional levaria a *difusão* dos frutos do progresso técnico.

⁹¹ Incluímos, aqui, os que conseguiram industrializar-se atrasadamente, no final do século passado (ver Oliveira, 2003).

⁹² Esse é basicamente o conceito de heterogeneidade, como definido por Pinto (1985).

Como acontecia esse desenvolvimento desigual na visão dos os cepalinos? Para a *versão dos ciclos*, por exemplo, na fase ascendente em que se ampliam as trocas, o funcionamento das economias centrais demandaria maiores quantidades de produtos primários, elevando seus preços. Por isso mesmo, ali os salários subiriam e os preços industriais cresceriam ainda mais, já que a procura excederia a oferta. Porém, na descendente, o quadro inverter-se-ia e os salários mostrariam resistência à queda⁹³, impedindo uma redução maior dos preços industriais. Deste modo, acumular-se-iam estoques em toda a cadeia até que a pressão se exercesse sobre a produção primária (CEPAL, 1951a). Quanto maiores fossem os estoques, maior seria a pressão sobre a produção primária. Essa pressão resultaria em queda nos preços dos bens exportados pela periferia e consolidar-se-ia na forma de queda nos salários dos trabalhadores desses países, posto não apenas terem menor organização como ainda haver excesso de mão-de-obra⁹⁴. Trata-se de um movimento irresistível para a periferia, dada sua posição no início da cadeia produtiva (Rodríguez, 1981). Ou seja, para a CEPAL, ciclo após ciclo, os preços primários tenderiam a cair frente aos dos bens industrializados, movimento que constituiria o bastante discutido processo de **deterioração dos termos de troca**.

O mais grave desse processo é a sua consequência: a periferia exportaria para o centro parte dos *frutos do seu próprio progresso técnico*, isto é, os ganhos de produtividade que gerariam uma renda real maior (Rodríguez, 1981)⁹⁵.

O quadro é de uma armadilha. Se se introduzissem melhorias técnicas na agricultura, aconteceriam aumentos da produtividade por trabalhador, reduzindo a necessidade de braços por tonelada de produto. O primeiro resultado seria a formação de mão-de-obra excedente nesse setor. Haveria, também, melhoria da renda da comunidade, seja através de maiores lucros ou menores preços. A absorção dessa mão-de-obra, na melhor das hipóteses, em outras atividades, representaria aumento de renda real que se somaria ao ganho anterior. Porém, os países periféricos tinham alto coeficiente de importação e o aumento de renda faria crescer as importações. Ao mesmo tempo, as exportações dependeriam de fatores alheios ao controle dos países latino-americanos. Pior: o novo país central, os Estados Unidos, possuía baixo coeficiente

⁹³ É preciso levar em conta, ainda, o tamanho das empresas, configurando oligopólios.

⁹⁴ Para uma discussão detalhada sobre a versão ciclos, ver Rodríguez (1981).

⁹⁵ E o motivo seria muito simples: o setor industrial, concentrado nos países centrais, apresentaria ganhos de produtividade significativamente maiores do que o setor primário. Assim, mesmo que a paridade entre preços dos bens primários e industriais

de importação. Resultado: não adiantaria investir o progresso técnico na produção de primários para exportação, pois o aumento da renda pressionaria o Balanço de Pagamentos e somado ao excesso de oferta de mão-de-obra, redundaria em deterioração dos termos de troca.

A grande armadilha era que, para conter a tendência ao desequilíbrio havia duas sortes de atitudes:

1. causar forte recessão nas economias periféricas nos momentos de descenso do ciclo e ainda crescer mais lentamente que os países centrais nos bons momentos; ou
2. reduzir o coeficiente de importação para poder crescer, significando

“(...) uma mudança no padrão de crescimento da periferia que, em vez de apoiar-se na expansão das exportações, passa a um novo modelo baseado na implantação e ampliação de um setor industrial que se destina ao mercado interno.” (Rodríguez, 1981: 71)⁹⁶

Ou seja, realizar um *processo de substituição de importações*⁹⁷.

Sintetizando, para desenvolver-se, absorvendo a mão-de-obra excedente, não havia outra saída, para a CEPAL, que não a **industrialização**⁹⁸. Esse seria o caminho para resolver

“o problema econômico fundamental de América Latina [que] consiste em aumentar a renda per capita por meio de um incremento da produtividade, uma vez que a elevação do nível de vida das massas mediante uma redistribuição de renda tem alcance muito limitado.” (CEPAL, 1951a: 16)

O problema é como fazer isso. Aqui começa, na visão da CEPAL, o papel do Estado. Um papel que, embora se materialize em proposições de políticas, tem importância muito maior, pois assume o selo de resumo da vontade nacional na busca coletiva da construção da Nação (Mello, 1991). Sendo suposto⁹⁹ que o objetivo do país é desenvolver-se, então cabe ao Estado racionalizar, direcionar e incentivar atividades no sentido desejado. Como isso só é possível através da industrialização, então ele deve organizar e planejar a aplicação dos escassos recursos

fosse mantida, a produtividade industrial cresceria e, com isso, o último setor produziria maior quantidade de bens ao mesmo custo, conseguindo, então, adquirir mais bens primários com menos esforço. Ou seja, haveria concentração de renda.

⁹⁶ Todavia, seguindo as teses da CEPAL, para industrializar-se ainda era preciso importar máquinas e equipamentos e, portanto, eram necessárias divisas. Isso torna claro que para a escola não se devia esquecer a agricultura de exportação, posto que sua contribuição era considerada fundamental para acelerar a intensidade do ritmo do desenvolvimento econômico (CEPAL, 1951a). Enfim, a agricultura e desenvolvimento industrial eram partes do mesmo problema: o desenvolvimento econômico.

⁹⁷ Bianchi e Salviano (1996) analisam o ‘Estudo de 49’ do ponto de vista da retórica utilizada por Prebisch. A conclusão, que em nada diminui a qualidade das idéias contidas no texto, é que o autor usou recorrentemente elementos e técnicas retóricas para convencer a platéia a quem o estudo se destinava. Ou seja, mais que um texto ‘acadêmico’, trata-se também de uma peça política.

⁹⁸ Repare, portanto, que a análise cepalina aproxima-se nesse ponto a de Michal Kalecki, quando afirma que é exatamente esse o problema das economias subdesenvolvidas. Para ele, *“(...) o problema crucial que os países subdesenvolvidos enfrentam é aumentar consideravelmente o investimento, não para gerar demanda efetiva (...), mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável ao rápido crescimento da renda nacional.”* (Kalecki, 1987: 25)

cambiais, incentivar indústrias e tecnologias compatíveis com o quadro populacional e financeiro, proteger a indústria local, subvencionar a agricultura, facilitar o aproveitamento de plantas e tecnologias através da integração regional, etc.

De outro modo, para superar o subdesenvolvimento, a CEPAL acredita que

“(...) os três conceitos - desenvolvimento, industrialização e planejamento - são inseparáveis do ponto de vista cepalino e, ademais, devem ser concebidos nessa ordem”. (Figueiredo, 1990: 144)

Ou como observa Rodríguez (2009), concordando com Cardoso e Faletto (1970), é preciso, então, ter em mente que a CEPAL chama atenção para dois pressupostos:

1. a importância das mudanças induzidas pelo processo de industrialização espontânea surgida com as crises da primeira metade do século XX; e
2. a *“(...) viabilidade de se impulsionar e racionalizar essas mudanças por meio de uma política deliberada, transformando-as em um processo de desenvolvimento autossustentado, baseado na ampliação da produção industrial e do mercado interno.”* (Rodríguez, 2009: 269)

Ou seja, de acordo com esses pressupostos, estava implícito que se tratava da crença e da busca de um tipo de desenvolvimento claramente nacional.

Porém, nos anos 1960, percebeu-se que a industrialização era insuficiente para vencer as chagas sociais da América Latina. A indústria não era mais um sonho e muitas empresas estrangeiras haviam se fixado no subcontinente¹⁰⁰. Era preciso ir além, e mais uma vez Prebisch (1968) inicia a reflexão com *‘Hacia una Dinâmica del Desarrollo Latinoamericano’* de 1963. Para ele, era necessário *“(...) alterar la estructura social y redistribuir el ingreso, especialmente a través de la reforma agraria.”* (Bielschowsky, 1998: 11).

Além disso, outro problema era apontado: a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa, mas apenas mudado sua natureza. A crítica desenvolvida pela própria CEPAL observava que a industrialização havia superado a situação de quase enclave do setor exportador e alcançado certa autonomia interna, crescendo a partir de suas próprias forças. Isso não significou, contudo, uma maior irradiação dos frutos do seu progresso técnico junto às atividades e regiões ‘atrasadas’ (Pinto, 1965), deixando grande parte do corpo econômico à

⁹⁹ Suposto, sim, pois, como se verá adiante, isso não é consenso.

¹⁰⁰ Segundo Bielschowsky (1998), foram basicamente três os fenômenos que levaram a se questionar o que se pensava na CEPAL até então: a) apesar do crescimento econômico de muitos países latino-americanos, a região se vê em condições de crescente instabilidade macroeconômica, em boa medida causada pela restrição às importações; b) a industrialização seguia,

margem das transformações. Para Anibal Pinto (1970), isso se deveu à: a) dinâmica de desenvolvimento, que estava longe de consolidar-se ou acelerar-se; b) mudança apenas na forma das relações entre centro e periferia, mas que ainda mantinham a segunda em posição subordinada (endividamento, subordinação tecnológica, estrangeirização das atividades mais dinâmicas); e c) parcela elevadíssima da população que ficou fora do pólo dinâmico da economia, permitindo concentração social, setorial e regional.

Dos estudos e debates surgiram, então, novos conceitos, como o de *heterogeneidade estrutural*, proposto por Anibal Pinto, o qual permitia mostrar que os frutos do progresso técnico se concentravam individual, setorial e regionalmente, reproduzindo os mesmos problemas do tempo agroexportador, apenas mudando sua roupagem¹⁰¹. E a conclusão mais grave: o subdesenvolvimento, sem uma intervenção, tendia a perpetuar-se, apesar do crescimento econômico e industrial.

No entanto, distribuir renda simplesmente não resolveria, posto que as disparidades surjam do próprio funcionamento vicioso da economia (Prebisch, 1968). As raízes históricas desses problemas de concentração estavam em questões que ainda não resolvidas: a *destruição do privilégio da terra*, à que depois se agregou a proteção excessiva contra a concorrência internacional.

Via-se, assim, o nascimento de um excedente de mão-de-obra que, em não sendo absorvido na agricultura e/ou vivendo em péssimas condições, migrava para as cidades e somava-se aos que lá já constituíam mão-de-obra excedente ocupada em serviços que exigiam reduzida qualificação, de baixa remuneração e produtividade¹⁰².

Ou seja, ao tentar industrializar-se seguindo padrões dos países centrais, a América Latina viveu uma *sobreposição do complexo industrial moderno sobre o sistema produtivo tradicional*, traduzindo-se em heterogeneidade da estrutura produtiva, com alta concentração de renda e dos frutos do progresso técnico (Pinto, 1965). O resultado era a inadequação tecnológica incentivada pelo consumo e comportamento copiado dos países centrais e que exigia importação de técnicas e

mas a urbanização criava empobrecimento e favelização crescente nas cidades; e c) a Revolução Cubana e a polarização do mundo com a Guerra Fria.

¹⁰¹ Na verdade, a mobilidade social estava longe de ser insignificante em alguns países da América Latina. No Brasil, por exemplo, experimentou-se importante movimento de mudança na distribuição populacional: houve migração campo-cidade (e todos os seus impactos), investimento em educação e grande crescimento da ocupação industrial.

¹⁰² Afinal, o desemprego é um luxo a que o trabalhador latino-americano não pode se dar. (Tokman, 1991)

máquinas. O custo disso traduziu-se em formas de desperdício de poder de mercado e, principalmente, em empregos¹⁰³.

O conjunto *estrutura agrária e inadequação tecnológica* impunham, desse modo, ao mercado de trabalho uma *tendência estrutural ao desemprego*, resultado esperado das transformações da industrialização somado à modificação da importância relativa do urbano e do rural. A soma final desses processos aparecia sob a forma de *insuficiência dinâmica* do desenvolvimento econômico da América Latina [Prebisch (1968) e também Rodríguez (1981)]. Ou seja, a mão-de-obra excedente, para ser absorvida adequadamente, precisaria ser empregada nas atividades dinâmicas, isto é, na indústria e atividades correlatas. No entanto, para esses setores cumprirem a função de absorvedores, necessitavam crescer a um ritmo que não era aleatório. Essa era a insuficiência dinâmica: *a incapacidade de a economia fazer os setores modernos (indústria e atividades correlatas) crescerem o suficiente, através de investimentos, para que absorvessem a população expulsa das atividades arcaicas e/ou desempregada tecnologicamente* (Prebisch, 1968).

Por tudo isso, para CEPAL, *resolver a questão da insuficiência dinâmica do crescimento latino-americano é o mesmo que superar os obstáculos à industrialização e, portanto, ao desenvolvimento econômico*. Na verdade, superar os obstáculos significava criar mercado para as indústrias mais dinâmicas e criar, portanto, um mercado de massas (Pinto, 1965).

Mas como fazer? Nas condições descritas da economia latino-americana, elevar a taxa de capital por trabalhador só é possível se se comprimir o consumo das classes superiores, atacando, a uma só vez, *e é necessário que fosse assim*, a acumulação e distribuição (Prebisch, 1968). Não se poderia tratar de políticas redistributivas típicas, mas sim de alteração das condições de fundo que conduziam à desigualdade (Pinto, 1970).

O que faz, então, voltar à pergunta: como fazer? Mais uma vez surge o **Estado** como recurso (quase) *ad hoc* para a CEPAL. Por outra forma, se nos anos 1950 a preocupação do Estado era com o crescimento industrial, nos 1960 a complexidade do seu envolvimento cresceu: agora, o Estado devia alterar privilégios, direcionar o crescimento industrial e remover barreiras.

¹⁰³ Nesse ambiente, a acumulação que se dava no setor moderno apresentava dois problemas: a) esse setor era relativamente pequeno e com isso não tinha dimensão suficiente para transformar as relações de trabalho e de posse da terra no campo. Menos ainda para absorver a população expulsa pelo último (Pinto, 1965); e b) a tecnologia utilizada era desenvolvida nos centros e economizava mão-de-obra, agravando o fato do impulso econômico gerado pelo investimento ser em grande parte direcionado para fora através da importação de bens de capital.

Este era identificado como único em posição de conceber, articular e gerenciar um **planejamento**, capaz de, atuando sobre as forças impessoais, alterar a motivação dos agentes no sentido de atingir o máximo social.

Ou seja, em resumo, para os economistas da CEPAL, a transformação almejada claramente não era concebível que se processasse sozinha, apenas através dos agentes no mercado. Na verdade, pode-se dizer, observando a discussão acima e o prefácio ao livro de Rodríguez (1981), que era claro a Raul Prebisch e provavelmente aos demais cepalinos o quanto a luta política era fundamental nesse processo. Para eles, a busca pelo desenvolvimento passava pela industrialização e esta, na América Latina, era vista como problemática e específica, tornando imprescindível, para que prosseguisse, a intervenção consciente sobre a realidade¹⁰⁴. (Mello, 1991)

Nesse sentido, o intuito de transformação parece permeado por uma ideologia¹⁰⁵ forte nesses anos do pós-guerra: o *desenvolvimentismo*. Este é entendido como

“(...) a ideologia de transformação da sociedade (...) [latino-americana], definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a **industrialização** integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento (...);*
- b) não há meio de alcançar a industrialização eficiente e racional (...) [na América Latina] através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o **Estado** a planeje;*
- c) o **planejamento** deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção da expansão; e*
- d) o **Estado** deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.”*
(Bielschowsky, 2000: 7. Grifo nosso)

Em outras palavras, de acordo com essa ideologia, o Estado era requisitado para que desse sua contribuição ao desenvolvimento. E qual contribuição? De planejador e promotor de investimentos, capaz de ordenar a utilização dos recursos nacionais¹⁰⁶.

2.4.1. As críticas à teoria do subdesenvolvimento da CEPAL

Mas é nas críticas que está, para essa tese, o maior interesse¹⁰⁷. O pensamento conservador apontou sua artilharia para os perigos gerados pela justificação da intervenção do Estado. Com

¹⁰⁴ Segundo Figueiredo (1990: 144), “(...) os três conceitos - desenvolvimento, industrialização e planejamento - são inseparáveis do ponto de vista cepalino e, ademais, devem ser concebidos nessa ordem.”

¹⁰⁵ Ver CHAUI, Marilena. *O Que é Ideologia*, São Paulo, Editora Brasiliense, (1980). 126p.

¹⁰⁶ Essa perspectiva parece reforçada pela ação da CEPAL, após ganhar o *status* de órgão permanente da Organização das Nações Unidas. Ali, seu diretor, Raul Prebisch, buscou aproximar o órgão dos governos latino-americanos a fim não só de conseguir apoio, mas, e principalmente, para capacitar os homens dos governos em política e planejamento econômico (Furtado, 1985).

ele, além de retirar-se do mercado sua eficiência alocativa (seja lá o que isso quer dizer¹⁰⁸), a discriminação contra os preços agropecuários, a redistribuição de renda em favor da indústria (levando à diversificação exagerada e à sub-ocupação), o desincentivo às atividades tradicionais de exportação e aumento da importação de bens de capital e matéria-prima conduziria ao extravio de recursos escassos e necessários ao alcance da maior disponibilidade de bens a preços baratos aos consumidores. Para a CEPAL, porém

“(...) habiendo recursos productivos desocupados, sobre todo la fuerza de trabajo, no cabía decidir la producción interna de manufacturas comparando exclusiva y directamente los precios nacionales posibles, al ser fabricados en la periferia, con sus precios importados. En efecto, lo decisivo consistía en contrastar la expansión del ingreso interno logrado con el incremento de la producción industrial, con el ingreso adicional factible con el crecimiento de las actividades de exportación”.
(Assael, 1984: 553)

Nesse sentido, quando se observam os questionamentos feitos pelos pensadores de direita, fica claro que não há críticas radicais. Discutem aspectos parciais, não ignoram facetas, mas passam incólumes pelo formalismo do pensamento e pelo caráter indiferenciado dado aos grupos de interesse e classes sociais¹⁰⁹ e suas interações a mover a história dos países. E só assim poderiam fazer, pois a CEPAL debatia a América Latina sem romper com a teoria econômica tradicional. Na verdade, os conceitos expõem a especificidade histórica dos países periféricos em relação ao centro, utilizando, para isso, sua inserção particular na divisão internacional do trabalho (Bielschowsky, 1998)¹¹⁰.

Diferentemente, os intelectuais de esquerda criticaram a CEPAL apontando a inadequação de sua abordagem para o entendimento de questão tão complexa quanto o desenvolvimento econômico nacional. À época, Cardoso e Faletto (2004: 19), observando a CEPAL, afirmaram que

¹⁰⁷ Para uma discussão detalhada das críticas formuladas à CEPAL, ver Amorim (2002).

¹⁰⁸ O pensamento tradicional coloca o problema da *eficiência alocativa* dentro do debate sobre a escassez de recursos e frente a uma (estranha) infinita necessidade ou aspirações humanas. Isto é, a capacidade limitada de produção de uma sociedade para dar conta da demanda ilimitada de seus integrantes obrigaria a escolhas que podem ser ótimas do ponto de vista alocativo, desde que obedecida certa hierarquia. Na verdade, esconde-se por trás da decisão sobre escolhas binárias (investimento ou consumo e espadas ou arados, por exemplo), muito bem ordenadas por meio de gráficos que exporiam a fronteira de possibilidade de produção e curvas sujeitas a rendimentos marginais decrescentes, questões sociais que desmobilizariam completamente este aparato. Fica escondido, aliás, como sempre, quem faz as escolhas, de onde vem seu poder, quem ganha com essas preferências, qual escala de valores definiu o que é mais importante, etc.

¹⁰⁹ Talvez essa afirmação seja muito forte para o pensamento cepalino, principalmente após a publicação, em 1963, do livro já citado de Prebisch. Todavia, marcadamente nos primeiros textos, é isso que transparece.

¹¹⁰ Pode especular-se que alguns teóricos cepalinos quisessem fazer uma crítica mais profunda do capitalismo na periferia do sistema, no entanto, sua posição como organismo das Nações Unidas e a vontade de influir nos processos de desenvolvimento nacionais, impedia-os que expressassem claramente os conflitos sociais latentes.

“as condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse.(...) [Deste modo,] o fortalecimento e a modernização do Estado pareciam os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento eficaz.”

Havia a crença na idéia de desenvolvimento nacional, autônomo, independente, baseado na história vivida por algumas industrializações, marcadamente do Brasil. Nos anos 1950, parecia que havia convergência das condições estruturais e mesmo conjunturais a favorecer o novo salto da industrialização para alcançar o desenvolvimento autossustentado. Principalmente para os economistas desenvolvimentistas, o desenvolvimento dependeria, agora, da capacidade de cada país tomar as decisões de política econômica mais adequadas às suas situação. Nesse sentido, *“tratava-se de fortalecer o mercado interno e organizar os centros nacionais de decisão de tal modo que se tornassem sensíveis aos problemas de desenvolvimento de seus próprios países”* (Cardoso e Faletto, 1970: 12).

É nesse sentido que alguns afirmam, provavelmente com exagerado rigor, que a CEPAL havia elaborado uma relação mecânica, um nexos imediato, entre constituição de centros de decisão autônomos e a diferenciação da estrutura produtiva do país (Goldenstein, 1994). Segundo eles, trata-se de um ‘evolucionismo’ desfeito teoricamente¹¹¹ e historicamente negado, haja vista a complexidade que assumiu a base industrial brasileira e a posição acomodada dos centros internos de decisão ao domínio de setores chaves pelo capital estrangeiro e a cópia das trajetórias tecnológicas utilizadas nos países centrais¹¹².

Tal crítica, porém, como visto na seção 2.4, marcadamente quando da menção ao livro *‘Hacia una Dinâmica del Desarrollo Latinoamericano’* de 1963, não parece correta ou é pelo menos exagerada. Como discutido ali, Prebisch, entrevendo os problemas da industrialização latino-americana, adianta-se e expõe a percepção de que as relações sociais e de poder são fundamentais para a construção de um crescimento econômico associado à distribuição de renda e dos frutos do progresso técnico (Prebisch, 1968). Logo, a luta política surge nos textos do nome

¹¹¹ Para isso ver Cardoso e Faletto (2004).

¹¹² Rodríguez (2009: 269) vai na mesma direção ao analisar Cardoso e Faletto (1970): “Os autores afirmam que essa expectativa otimista sobre a viabilidade de um desenvolvimento industrial autônomo, de base nacional, foi desvanecendo nos primeiros anos da década de 1960. As três economias de maiores dimensões [Brasil, Argentina e México], pareciam as mais promissoras, mas em nenhuma delas se confirmavam as expectativas favoráveis geradas previamente.”

mais importante entre os cepalinos como inextricável à constituição de um desenvolvimento socialmente justo dos países da América Latina (Prebisch, 1981).

Na mesma direção dessas observações parece caminhar a interpretação de Mello (1991). Segundo ele, o determinismo econômico no pensamento da CEPAL, expõe uma questão da maior relevância: a construção da Nação. Para o professor,

“(...) todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de ‘sua situação periférica’. [Ou seja,] (...) o núcleo do problema da industrialização reside na antinomia entre a plena constituição da Nação e uma certa divisão internacional do trabalho que a havia convertido em periferia (...)”. (Mello, 1991: 20. Grifo do autor)

Ou seja, pelo menos na mente dos pensadores daquele organismo internacional, os temas políticos pareciam estar muito presentes, embora não explícitos nos textos da instituição¹¹³.

Com a mesma preocupação, porém mais radical na crítica, o Prof. Francisco de Oliveira (2003) põe os conceitos de centro e periferia como alvos da sua preocupação. Segundo ele, a ênfase dada ao binômio levou os cepalinos a

“(...) tratar [pouco] os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre as nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre as nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre as classes sociais internas”. (Oliveira, 2003: 33)

No entanto, o Prof. Oliveira faz uma crítica ainda mais grave: o discurso cepalino teria impedido a formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, ‘ideologizando’ o debate ao excluir da disputa perguntas como “*a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?*”. Nas palavras do professor,

“com seus estereótipos de desenvolvimento ‘auto-sustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’, que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara.” (Oliveira, 2003: 34)

¹¹³ Isso fica confirmado no prefácio que Raul Prebisch escreve para o livro de Octávio Rodriguez. Ali, o grande economista latino-americano expõe, sem muitos rodeios, o quanto a questão política e social estavam impregnadas no pensamento cepalino. Para esse prefácio, ver Rodriguez (1981).

2.5. O imperialismo e os países não-industrializados

O capitalismo do final do século XIX mudou rápido e levou consigo o mundo para outra fase de relações internacionais, produtivas e sociais. As transformações ocorriam nos países ricos (industrializados), mas foram tão significativas que arrastaram para dentro do fluxo de riqueza e renda a maioria dos países com trocas importantes no cenário global. Esse movimento, contudo, preocupou estudiosos da época, posto que o sistema mostrasse definitivamente suas garras não só na forma de exploração do trabalho, mas também no expansionismo e opressão violenta a povos distantes, tornando mais do que nunca claro o seu poder.

Entre as mais importantes transformações é possível listar:

1. explicitação dos efeitos da II Revolução Industrial, com mudanças evidentes de escala de produção e das plantas fabris;
2. importância crescente da mobilização de grandes volumes de capital-dinheiro para a continuidade e expansão dos capitais produtivos;
3. confluência de interesses entre o capital industrial em franca expansão e o capital bancário já sólido, tanto no que se refere aos créditos como aos lucros;
4. expansionismo territorial, econômico e político dos países mais desenvolvidos em direção a seus pares e aos países mais pobres, inclusive pré-capitalistas;
5. enorme elevação da produtividade do trabalho;
6. completa separação entre a execução direta das tarefas e a concepção, o gerenciamento e o controle do processo produtivo;
7. redução sem pressa da coerção violenta sobre as organizações da classe trabalhadora e mesmo sua cooptação através da instauração de mecanismos de negociação para obtenção de parcelas maiores do produto social.

Ou seja, mudanças muito importantes que pareciam apontar para uma nova fase do capitalismo e da sua forma histórica de acumulação. O quadro foi tornando-se claro quando obras seminais começaram a vir a público e, dentre elas, duas que alcançaram maior fama: “*O Capital Financeiro*” (1910) de Rudolf Hilferding e “*Imperialismo: fase superior do capitalismo*” (1916)

de Wladimir Lênin¹¹⁴. Ambas trazem uma análise similar de todas essas transformações ocorridas na época, porém, enquanto o primeiro aprofunda-se na economia e explica pormenorizadamente como ocorre a transição da concorrência para o domínio de grandes empresas, o segundo dá maior ênfase a problemática política e as consequências da nova fase.

Hilferding (1985), por exemplo, afirma que nesse momento da história do capitalismo, as companhias, através da concentração e centralização do capital, ganham tamanho peso que a continuidade da sua expansão demanda quantidades de recursos muito elevadas. Este volume para ser conseguido torna imprescindível a participação do capital bancário, centralizador que é da poupança da sociedade.

É interessante notar que a forma pela qual as empresas buscaram esse capital-dinheiro necessário a sua expansão nem sempre foi o crédito tradicional. Além dele, desenvolveu-se no período a chamada sociedade anônima, isto é, empresas grandes cuja propriedade do capital é fragmentada em títulos (ações) que são vendidas a outros capitalistas e também a instituições financeiras, marcadamente bancos. Tais operações tiveram duas consequências complementares e fundamentais para a transformação do capitalismo a época:

1. transformou o capitalista industrial, dono e gestor de sua empresa, em um possuidor de ações que lhe conferiam direito sobre o lucro do negócio, mas não o mantiveram necessariamente como seu administrador. Em outras palavras, o capitalista tornou-se um portador de títulos negociáveis na praça, portanto, portador de uma riqueza muito mais líquida e mutável e que, por isso, poderia distanciar-se da gestão da fábrica;
2. fez crescentemente convergir os interesses do capital bancário e das indústrias, não só pelo lucrativo crédito oferecido a empresas fortes, em grande expansão e com elevada rentabilidade, mas principalmente pela posse em seus cofres de títulos de propriedade de parcela daquele capital e também pela administração de riquezas privadas de clientes na forma de papéis financeiros e ações.

Tem-se, deste modo, que a expansão das empresas industriais passou a depender cada vez mais do capital social centralizado nos bancos e, também, estes últimos garantiram elevados

¹¹⁴ Outros autores muito importantes sobre a problemática desse período são John A. Hobson (*Imperialismo: um estudo*), Rosa Luxemburgo (*A acumulação de capital*), Nicolai Bukharin (*Imperialismo e economia mundial*). Posteriormente a esses autores seminais surgiram diversas abordagens do problema do capitalismo moderno, inclusive com versões sobre o reflexo da sua expansão sobre os países periféricos e seus povos. Para isso, ver Samir Amin, Gunnar Myrdal, André G. Frank, Raul Prebisch, Celso Furtado, Florestan Fernandes, entre outros.

retornos aos seus negócios através do suporte financeiro dado aos primeiros. Contudo, essa aparente mera convergência vai muito mais longe e foi isso que tornou específica a relação que se construiu entre capital produtivo e capital bancário: a distância tradicional entre ambos desapareceu (Hilferding, 1985). A partir daquele momento, não só os bancos compravam e vendiam ações de empresas, mas tornavam-se sócios delas, inclusive, no limite, mas nada incomum, com nomeação mútua de representantes entre as diretorias de bancos e indústrias. Além disso, os bancos, ao centralizar os pagamentos e recebimentos das grandes firmas, passaram a deter o conhecimento completo dos fluxos de caixa, permitindo acompanhamento e, se necessário, alguma ação sobre a gestão das mesmas.

Ou seja, constituiu-se ali o que Hilferding (1985) chamou de *capital financeiro*, isto é, blocos de capital compostos basicamente por indústria e capital bancário e que possuíam não só confluência de interesses, mas iam além construindo relações comerciais íntimas nas quais o capital bancário vai assumindo lentamente a preponderância. A grande importância desse fenômeno é que ele criou uma enorme capacidade de multiplicar os processos de concentração, centralização e de mobilidade intersetorial do capital através da arregimentação de recursos na esfera financeira (Lênin, 1987). Foi este desdobramento que, ao permitir a exasperação da concorrência, conduziu à grande empresa oligopólica e monopólica, cuja estruturação na forma de capital financeiro, dominou e geriu as importantes mudanças que ocorriam na dinâmica da acumulação capitalista. Trata-se, portanto, de uma realidade social com força política suficiente para, inclusive, pressionar por políticas econômicas no âmbito interno e outras de impacto e expansão internacional. Deste modo, em outras palavras, as enormes escalas de produção eram frutos da acumulação de capital em grandes empresas que, por sua vez, estavam ligadas cada vez mais aos poderosos bancos, dominantes na relação. Nas palavras de Hilferding (1985: 27),

“os traços mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na ‘abolição da livre concorrência’, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata (...).”

Diante desse quadro, fica clara a dificuldade para a sobrevivência de pequenas empresas ou para a formação de novos capitais individuais concorrentes com os grandes grupos. Mas não foi só na indústria que o liberalismo ruiu. No âmbito das trocas internacionais foi visível a crescente

difficuldade em manter-se o sistema de Padrão Ouro com livre fluxo de capitais¹¹⁵. As mudanças no valor relativo das moedas nacionais, gerado pelo mecanismo — muitas vezes só idealizado — do Padrão Ouro, tinham impacto direto sobre a produção e o comércio, afetando o bem-estar e a estabilidade política dos países. Assim, em meio à urbanização, crescimento das cidades, das massas operárias e do interesse dos blocos de capital financeiro com amplos negócios no exterior, o fim ou o controle dessas flutuações passou a ser de interesse comum, implicando no aumento da imposição de barreiras protecionistas às importações, ao fluxo de capital na forma dinheiro e, talvez mais importante, na criação dos bancos centrais. O grande papel destes últimos foi o de controlar a moeda e o crédito dentro dos países e, principalmente, a centralizar e administrar as reservas nacionais em ouro e moedas estrangeiras, tudo a fim de servir como amortecedores contra os altos e baixos do comércio exterior (Eichengreen, 2000). Naturalmente, todas essas medidas levaram à falência do mercado auto-regulável e do capitalismo concorrencial.

Contudo, havia outro fenômeno ainda mais famoso que se alimentava de todas essas transformações e que estava mudando a face das trocas internacionais: o *imperialismo*. Aqui, o autor mais famoso é sem dúvida Lênin e seu estudo de 1916 que, em relação ao trabalho de Hilferding, diferencia-se por enfatizar as tendências agressivas do capital financeiro e sua disposição, no limite, para a guerra.

Todavia, poucos foram os temas, como este, tratados de maneira tão múltipla e descuidada a ponto de gerar não só problemas de consistência teórica, mas principalmente desconfiança em relação à própria idéia. Muitos foram os autores que sobre ele se debruçaram, porém poucas foram as reais contribuições para o entendimento do fenômeno após o debate do começo do século XX.

Se concentrarmos a análise em Lênin (1987), o imperialismo pode ser entendido como o processo de acumulação de capital que passa a acontecer em escala mundial em uma fase específica do capitalismo: o chamado *capitalismo monopolista*¹¹⁶. Trata-se de uma fase do modo de produção capitalista no qual a concorrência nos mercados é superada pela força das grandes empresas, marcadamente industriais. Estas, donas de imensas quantidades de capital, eram fortes o suficiente para abocanhar fatias condizentes da demanda, estabelecerem preços, definirem a

¹¹⁵ Para esse tema ver, Eichengreen (2000).

¹¹⁶ Para maiores detalhes ver Lênin (1987) e Braverman, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

tecnologia empregada e organizar, de acordo com seu interesse, as formas específicas de trabalho. Com isso, já se afirmou, a concorrência não mais comandaria a regulação do sistema, mas sim as grandes corporações, capazes, inclusive, de firmar acordos e associações entre si que garantissem a continuidade da valorização de seu capital. Nas palavras de Lênin (1987: 122): “*atendendo à sua essência econômica, o imperialismo é o capitalismo monopolista.*”

Em outras palavras, houve uma mudança fundamental ocorrida entre o final do século XIX e início do XX. Ali, naquele momento, era visível uma crescente e enorme concentração de capital em poucas empresas e estas passaram a comandar a dinâmica das economias mais avançadas do globo. Tudo isso, perceberam alguns autores, estava vinculado à já discutida confluência de interesses entre o capital industrial em franca concorrência intercapitalista e o capital bancário, agente centralizador do capital-dinheiro da sociedade. Na verdade, esses dois fenômenos, o capital financeiro e o capitalismo monopolista, somavam-se, completavam-se e geravam-se mutuamente, constituindo-se nos responsáveis por uma nova forma de acumular capital e de organizar as relações de produção dentro do sistema capitalista (Bottomore, 1988). Nas palavras de Lênin (1987: 46),

“concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro e o conteúdo desta noção.”

Foi essa nova organização da produção surgida dentro dos países ricos, marcada pelo domínio das grandes corporações financeiras e por sua capacidade de expansão e mobilização de capital no enfrentamento de oportunidades e concorrência, que, buscando sua expansão, forçaram seu transbordamento em direção a outros países. Ou seja, foi a busca contínua de sua valorização que levou os blocos de capital financeiro a estabelecer o imperialismo como a face internacional do capitalismo monopolista. Portanto, o capital financeiro, para Lênin, é um aspecto fundamental e inseparável da etapa monopolista do capitalismo ou, se preferir, do imperialismo.

Tanto assim que, nesse período, os grandes oligopólios agravaram a luta pela conquista de fontes de matérias-primas e essas, quando dominadas, elevaram enormemente o poder do grande capital sobre os demais. Além disso, é importante ter sempre em mente que o monopólio surgiu da associação com os bancos. Mas é importante ressaltar: ***não qualquer banco***. Foram três a cinco entidades de cada país avançado que se responsabilizaram pela união de interesses entre capital industrial e capital bancário, concentrando em suas mãos a maior parte dos capitais e rendimentos

em circulação (Lênin, 1987). Um tão seletivo conjunto que permitiu ao grupo social dominante formar então uma oligarquia financeira, estabelecida dentro de uma rede de relações que extrapolavam a esfera econômica estrito senso, alcançando inclusive as instituições políticas¹¹⁷. Com isso, não só se estabeleceu uma amplíssima teia de interesses associados entre os diversos blocos de capital e suas empresas específicas, como também se ganhou poder real sobre a sociedade através da proximidade com as pessoas e órgãos do Estado. Todos esses movimentos são traços distintivos do capitalismo monopolista e sua face internacional, o imperialismo. E quem não se enquadrou aos acordos, associações, trustes e cartéis sofreu boicotes, *dumping*, privação de matérias-primas, etc., até unir-se ou ser destruído. Na verdade, como afirma Hilferding (1985), com a anuência de Lênin (1987), o capital financeiro não buscou a liberdade tão propalada pelos liberais. O que ele queria e conseguiu foi o domínio.

Esse domínio, como já foi afirmado, transborda a fronteira dos países sede do capital financeiro. Agora, mostrando sua diferença em relação ao velho capitalismo, o novo, na fase monopolista, exporta cada vez mais capital, ao invés de apenas mercadorias como se fazia antigamente. Por isso, onde imperava o monopólio, a exportação de capital ganhou cada vez mais relevo. Tal situação aparece clara quando, além da Inglaterra, os novos países industrializados — Alemanha, França e Estados Unidos — constituíram seus capitais financeiros, donos de enormes quantidades de capital e com domínio monopólico sobre seus mercados internos.

Porém, esse processo de internacionalização do capital, baseado em sua exportação, não pode ser dissociado da atuação dos respectivos Estados Nacionais. Na verdade, muitas vezes os negócios afetavam diretamente os interesses de diferentes frações das classes dominantes dos países envolvidos, exigindo então uma intervenção mais geral e política no caso. Assim, na situação de pleno domínio dos mercados internos, a busca de valorização dos capitais conduz, por necessidade e acomodação de interesses, a sua exportação.

Quando em direção aos países atrasados, ele assumiu muitas vezes a forma de infraestrutura, capaz de assegurar a valorização do capital já investido e o fornecimento de bens primários a baixos preços (exemplo: café) ou o retorno dos novos investimentos (exemplo: ferrovias). Esse movimento de expansão do capital financeiro para além de suas fronteiras

¹¹⁷ Lênin fala, inclusive, na contratação de antigos servidores do Estado pelos grupos econômicos a fim de facilitar o relacionamento com as autoridades. Isso, hoje em dia, é conhecido como... *consultoria*.

nacionais se por um lado traz retornos muito atraentes aos recursos empregados, por outro acarreta uma posição subalternizada dos países mais pobres em relação aos mais ricos.

Na verdade, os países mais pobres ou pré-capitalistas tornaram-se, segundo os autores marxistas que interpretaram o imperialismo a partir desses Estados-Nação, países *dependentes*. Isto é, sociedades cuja dinâmica econômica e social passou a ser determinada a partir dos interesses e movimentos do capital internacional, condicionado agora, não mais por laços legais de fundo colonial, mas, sim, por vantagens econômicas que uniam o proveito estrangeiro aos privilégios das elites locais.

Essa interpretação afirma algo fundamental sobre os países ditos dependentes: a percepção de que, marcadamente nos mais avançados economicamente, a forma de integração com o exterior através da condição dependente seria impossível sem a ação do Estado. No caso dos países pobres, o papel do Estado teria sido relevantíssimo a ponto de este ganhar novo *status* com a internalização do imperialismo, chegando mesmo a ser visto como pré-requisito para o surgimento do ‘desenvolvimento dependente’ (Evans, 1980). Isto é, a necessidade ordenamento legal, criação de infraestrutura, apoio aos investimentos multinacionais, estímulo à atividade nacional complementar aos capitais estrangeiros, entre outros, deram ao Estado dos países subdesenvolvidos o papel, se não de sócio, de avalista da nova estrutura econômica e social. Esse papel, contudo, não incluiu a distribuição dos frutos do progresso. Na verdade, se isso fosse feito, é provável que todo consenso da elite local sobre o qual se baseia a industrialização fosse ameaçado (Evans, 1980).

Mas o problema não se esgota aqui. Se o capital exportado era o carro chefe desse processo, a criação de infraestrutura, capaz de dar guarida para a atividade das multinacionais, criou novos e *suspeitos* caminhos para a dependência. Por exemplo, os pedidos de recursos (empréstimos) dos países pobres eram normalmente atendidos mediante a obtenção de vantagens comerciais ou de exploração de alguma atividade produtiva. Este traço foi tão comum que chegou a constar nos contratos de empréstimos, onde havia mesmo cláusulas prevendo essa aquisição de vantagem (Catani, 1992). Lênin (1987: 63), por exemplo, afirma que:

“o capital financeiro criou os monopólios. Ora, os monopólios introduzem seus métodos em toda a parte: no mercado público a concorrência é substituída pela utilização de ‘relações’ com vista à obtenção de transações vantajosas. Antes da concessão de um empréstimo, é vulgar exigir que ele seja utilizado, em parte, na compra de produtos do país mutuante, sobretudo em encomendas de armamentos, barcos, etc. (...) Krupp, na Alemanha, Schneider na França, dão-nos exemplos destas

empresas intimamente ligadas a bancos gigantescos e ao governo, não sendo fácil quando se contrai um empréstimo 'passar sem elas'. ”

O autor mesmo, um pouco mais a frente, afirma que

“os países exportadores de capitais partilham (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também a partilha direta do globo.”
(Lênin, 1987: 65)

Todavia é bom ter claro que *a disputa entre os blocos de capitais financeiros e entre países industrializados não se dá apenas através da ampliação do domínio sobre áreas pré-capitalistas do globo em busca de mercados e matérias-primas. Talvez até pelo contrário, — e os neomarxistas que trabalharam com o conceito de dependência parecem ignorar esse fato — a luta imperialista também se desenrola com muita força na expansão de blocos de capital financeiro estrangeiros sobre economias industriais já estabelecidas.* Por isso mesmo, é preciso entender que o imperialismo é um fenômeno mais complexo do que se costuma postular, quando se afirma a grave opressão sofrida pelos países mais fracos por meio das políticas expansionistas das nações ricas. Na verdade, os blocos de capital financeiro ultrapassaram as fronteiras em busca de valorização do seu capital que por vezes, no seu país, naquele ramo de atividade, não encontrava boas oportunidades de inversão. Por isso, outros mercados tornaram-se muito interessantes para a exportação de capital, marcadamente com relação a alguns ramos de atividade. Nos países mais ricos, por exemplo, os mercados para os mais diferentes produtos já estava constituído e, na maioria das vezes, em crescimento, tornando-se muito atraente. Tanto assim que para grupos de países diferentes os capitais exportados também eram diferentes. De outra forma, para países mais pobres, principalmente na época analisada, exportava-se capital que gerava infraestrutura (estradas de ferro, iluminação pública, transporte urbanos, etc.). Já entre as nações desenvolvidas, o capital exportado tinha também outra natureza, variando de plantas fabris ao fluxo de papéis financeiros.

Por tudo isso, em resumo, pode-se se dizer que, segundo Lenin (1987: 88), o imperialismo poderia ser resumido em cinco características importantes:

*“1. concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;”*¹¹⁸

¹¹⁸ É curioso (mas não coincidência) que os primeiros passos no sentido da cartelização e formação de trustes foram dados por países com elevadas barreiras alfandegárias como Estados Unidos e Alemanha.

2. *fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base no ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira;*
3. *diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular;*
4. *formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;*
5. *termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.*

[Assim,] *o imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação de capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas.*”

Entretanto, foi nesse ambiente de forte disputa por espaços econômicos mundiais, mediados por Estados Nacionais fortes, que os grandes grupos econômicos viram a cada dia o espaço para expansão reduzido em função dos protecionismos, ocupação de territórios e acordos de divisão do mundo feitos no passado. Para Lênin (1987), essas disputas tinham um caráter eminentemente perigoso, capaz de facilmente descambar para o conflito armado. Em outras palavras, as tensões econômicas e políticas geradas pelo imperialismo desencadeariam — e desencadearam de fato —, situações explosivas. Se a isso for somado o caráter da população transformada cada vez mais em *massa*, e por isso manipulável e sujeita a reações impulsivas e irracionais, surgem os motivos e a carne de canhão necessários para o surgimento dos horrores da guerra¹¹⁹.

Contudo, passada a primeira metade do século XX, é possível afirmar, observando a obra de Lênin e sua aderência a realidade, que, embora o mérito e as descobertas tenham sido fundamentais, o sistema teórico construído merece ressalvas. Por exemplo, muito da sua interpretação nasce da observação do que ocorria na Europa Central, onde o banco alemão realmente possuía ações de empresas, sendo, portanto, sócio delas, e também ocupava cargos na

¹¹⁹ Na verdade, esses movimentos e mudanças provocaram na sociedade reações pela perda de identidade e pela forma de opressão que deixa de ser política, armada ou religiosa para ser cada vez mais coerção econômica. Por isso, as sociedades onde o capitalismo mais avançava reagiu a mercantilização de alguns bens fundamentais ao funcionamento do mercado auto-regulável: da força de trabalho, da terra e da moeda. A reação poderia vir da canalização de desejos e frustrações conduzidas por líderes carismáticos bradando ideologias facilmente assimiláveis. As brigas e revoltas não foram frutos de interesses mesquinhos ou mentes despreparadas. Destarte, defendidos mais enfaticamente por grupos determinados (trabalhadores urbanos e proprietários fundiários), atendiam ao interesse social de evitar que o mercado levasse ao rompimento do caráter humano das

diretoria das indústrias¹²⁰ (Bottomore, 1988). Algo muito diferente da Inglaterra, o primeiro país industrial, onde os bancos permaneciam atrelados à atividade estritamente financeira.

Outra crítica é a que observa as multinacionais de hoje. O gigantismo dessas empresas faz com que dominem a produção industrial e administrem seus próprios fundos de investimento — criados a partir de lucros retidos ou de recursos tomados ao mercado por meio de títulos financeiros —, associando dentro de si o capital industrial e o de financiamento, dificultando a aplicação do conceito de capital financeiro nessas que são o carro chefe da economia globalizada (Bottomore, 1988).

Também é observado pelos detratores da idéia de imperialismo que a internacionalização das empresas não levou o mundo ao caos depois da Segunda Guerra Mundial. Pelo contrário. *Criou uma exportação de capital que levou à forte troca de progresso tecnológico entre os países industrializados e mesmo à rápida modernização do parque produtivo dos países periféricos em tempo de paz duradoura* (Amsden, 1990). Isso se tornou uma discussão importante mesmo entre marxistas que questionavam se o imperialismo poderia ter um papel progressista nos países de capitalismo fraco, posto que os investimentos diretos realizados ali lograssem modernizar as relações de produção¹²¹.

2.6. Comentários finais

As controvérsias e os debates desses anos de intensa transformação na ordem mundial poderiam imaginar alguns, desaguaria, em algum instante, na mansidão de uma baía de um só paradigma científico dominante e bem estabelecido. A verdade, contudo, foi bem outra. O que se discutiu, pesquisou e aprofundou de conhecimento sobre os países periféricos serviu para aguçar ainda mais as diferenças de visão e método entre as principais escolas de pensamento econômico e mesmo social.

instituições em benefício de pequenos grupos interessados no lucro. Para uma interessante e surpreendente discussão sobre o tema ver Poulanyi (2000).

¹²⁰ Muito embora Hilferding mostre-se consciente das diferenças entre as trajetórias dos países. Isso aparece em trechos do capítulo oito, onde destaca o papel da bolsa como mobilizadora do capital monetário na Inglaterra.

¹²¹ Essa será uma crítica importante levantada contra a corrente neomarxista que trabalhou sobre o conceito de dependência.

O vigoroso debate, por vezes bem remunerado¹²², que se travou entre as doutrinas e seus seguidores não deixava dúvidas sobre a importância do que estava em jogo: *o domínio de corações e mentes a favor ou contra o domínio imperialista*.

A teoria tradicional representada por Rostow e Lewis, entretanto, não conseguiu, pelo menos naqueles anos, impor-se e fazer frente às heterodoxias que surgiam no pensamento Latino Americano. Suas análises não correspondiam à premência dos fatos vividos no subcontinente e a quase naturalidade atribuída ao processo de desenvolvimento não parecia razoável aos pensadores de cá. Tudo era pouco prático, útil e estava distante demais do dia a dia. Na verdade, como observado na seção 2.3, para este grupo, o subdesenvolvimento era fruto de obstáculos que impediam os países pobres de progredir economicamente. Deve ficar claro, contudo, que esses obstáculos nada mais eram do que as diferenças entre as nações ricas e pobres, suas instituições, cultura, comportamento. Em outras palavras, sem compreender nada das regiões subdesenvolvidas, para esses modelos, o ideal e o correto era o que representavam e viviam as nações ricas e, portanto, para que as sociedades subdesenvolvidas se desenvolvessem, era preciso aproximar instituições, cultura, comportamento. Eram modelos que, desse modo, olhavam o Terceiro Mundo a partir da visão — no sentido dado por Schumpeter — dos países centrais.

A CEPAL ao criticar esses modelos e sua distância em relação às nações periféricas permitiu mostrar, como observado na seção 2.4, que não havia atraso a ser superado nesses países. O problema, segundo seus autores, estava nos papéis diferentes que exerciam as nações na divisão internacional do trabalho. Essa posição específica de cada um dava às suas sociedades formas de organização e dinâmica que, no caso dos países pobres, dificultava sobremaneira qualquer projeto de desenvolvimento. Por isso mesmo, não se podia compreender o subdesenvolvimento sem contextualizá-lo dentro do mundo capitalista e as trocas internacionais. Isto é, só se poderia entender a periferia em seu papel conjugado com o centro.

A escola, apesar do enorme avanço que realizou no conhecimento da América Latina, não conseguiu, contudo, dar conta das transformações vividas pelos principais países do subcontinente nas décadas de 1950 e 1960. A industrialização do Brasil, por exemplo, claramente não foi acompanhada do desenvolvimento como concebido pela CEPAL. Ao contrário: a subordinação

¹²² Furtado (1985) cita a enxurrada de financiamento legal estadunidense recebido pelos pesquisadores que partilhavam o *mainstream*.

internacional mudou apenas de forma, mas permaneceu, assim como os extremos problemas sociais do país.

De modo algum, no entanto, a experiência e o conhecimento adquirido pela escola foram inúteis. Na verdade, seu apogeu e sua crise, dada a bagagem acumulada, exerceram um duplo e relevante papel. Primeiro, a CEPAL tornou-se ponto de partida da maior parte do pensamento heterodoxo que floresceu na América Latina dali em diante. Mesmo que outros autores, marcadamente em outras ciências sociais, tenham se antecipado a Prebisch e seus colegas, foi apenas com a CEPAL que este pensamento ganhou espaço na academia, governos e jornais. Essa contribuição, por si só, já seria fundamental. Segundo, o belo edifício teórico da casa, quando começou a ruir nos anos 1960, dado o espaço conquistado no debate, escancarou portas para uma ampla discussão a cerca do desenvolvimento latino americano, suas possibilidades e limites. Ou seja, foi a necessidade de dar respostas e superar o estruturalismo cepalino que permitiu a emergência da idéia de dependência.

Sob esse ambiente efervescente criado pela CEPAL, a linha neomarxista, sob influência de Paul Baran, também conseguiu espaço para expor suas interpretações sobre a América Latina. Aqui, recuperando as teses do imperialismo (seção 2.5), seus autores contribuíram significativamente para o debate ao apontar problemas reais que pesquisadores moderados, muitas vezes, não quiseram ou não puderam discutir com clareza. Em seus textos apareceram as formas de domínio dos países ricos e a subordinação dos mais pobres, a exploração trabalho na periferia e a acentuada exportação do excedente econômico e, mais grave de tudo, as consequências sociais desse arranjo internacional em termos de pobreza nos países não-desenvolvidos. Certos ou errados em suas análises, esses autores tentaram desmascarar o capitalismo e seus resultados ao redor do globo, levando, logo em seguida, ao surgimento de um olhar do imperialismo a partir das nações pobres. Era o surgimento da dependência sob o ponto de vista neomarxista.

Diante do quadro histórico e cientes do que diziam os cientistas sociais da época, é possível hoje perceber o quanto da idéia de dependência é fruto de um longo, pedregoso, suado e, em muitos momentos, amargo caminho. A crítica e o “triunfo”¹²³ sobre a teoria convencional no campo do desenvolvimento econômico, os avanços na compreensão da realidade do subcontinente

¹²³ As aspas estão aí lembrando que falar em triunfo serve apenas para os economistas heterodoxos e lembrar que a teoria convencional sempre volta (apesar de tudo).

alcançados pela CEPAL, a condenação de suas teses e a superação, em poucos anos, dos seus limites teóricos não foram nem em vão e nem um passeio no parque.

Foi só a partir desse processo, não importando se se tratou de uma ruptura necessária com a crítica comedida da CEPAL ou sua superação, que a percepção dos processos mais profundos vividos dentro das sociedades latino-americanas puderam ser compreendidos e levados em conta na teoria do desenvolvimento. Foi só então que a idéia de dependência pôde emergir.

Capítulo 3

A ABORDAGEM DA DEPENDÊNCIA

“Crescimento é a multiplicação ou aumento em dimensão, volume, quantidade ou intensidade.

“Desenvolvimento é o crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade, etc.

“Dependência é o estado ou qualidade de dependente; subordinação, sujeição.

Antônio Houaiss. Dicionário da Língua Portuguesa

O objetivo agora é esclarecer de onde vem, o que disseram os autores e qual os problemas da abordagem da dependência. Primeiro, a breve introdução questionará a visão mais comum sobre a origem da abordagem. Aqui surgirão mais perguntas do que respostas. Em seguida, serão apresentadas as principais linhas de interpretação da dependência e, por fim, as críticas mais relevantes ou comuns sobre cada uma das linhas discutidas.

3.1. Introdução

A explicação do dicionário para os três conceitos acima expõe o que as palavras, deslocadas do ambiente das ciências sociais, dizem aos leigos e, por isso mesmo, já fornecem uma pista dos equívocos que o uso indiscriminado dos conceitos pode acarretar de confusão e desentendimento.

O debate sobre a dependência carrega essa dificuldade. A problemática nunca foi algo simples, de conceitos aceitos ou mesmo de questões teoricamente resolvidas. Ao contrário. Quando se observa a literatura sobre o tema, a partir da segunda metade dos anos 1960, verifica-se o quanto foi intenso, criativo e politizado o período. Naqueles anos, autores de diferentes cores ideológicas estudaram, pensaram, criticaram e fizeram avançar a fronteira do conhecimento sobre a América Latina, debatendo o que talvez fosse o coroamento de uma inquietação antiga que perseguia os intelectuais não-conservadores dos países do subcontinente.

No campo das ciências econômicas, um tremendo caminho já havia sido percorrido pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Como visto no capítulo anterior, pensadores do porte de Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, entre outros, construíram e conseguiram difundir um sofisticado edifício teórico que, separando o mundo entre países centrais e periféricos do sistema capitalista, descreveram uma América Latina que ocupava um papel específico na divisão internacional do trabalho e isto impedia que suas sociedades alcançassem o desenvolvimento econômico. É bom lembrar que até aquele momento, desenvolvimento era sinônimo de industrialização. O mais interessante, entretanto, é que a teoria do subdesenvolvimento da CEPAL mostrou, com pouca margem a dúvida, que a região não sofria atraso relativo e, além disso, não era possível esperar um progresso social “natural” como sugerido pelas teorias tradicionais que falavam de crescimento econômico.

Se a CEPAL abriu as portas para idéias diferentes das defendidas pelo *main-stream*, porém, ela também apresentou problemas e não conseguiu explicar por que a industrialização de algumas nações não foi acompanhada de maior independência em relação aos países ricos e, menos ainda, por que, mesmo com o progresso e os ganhos de produtividade e produto na região, não se observou uma redução da pobreza e uma melhora na distribuição de renda.

É exatamente aqui que muitos analistas importantes enxergam e datam o nascimento da “teoria” da dependência¹²⁴. As dificuldades enfrentadas pela teoria cepalina e por sua proposta emancipadora apontaram, segundo alguns, para onde os canhões deveriam mirar agora, já que a industrialização – que se apresentava como uma luta contra o imperialismo e seus aliados internos –, se mostrou claramente insuficiente.

Daqui, teriam surgido duas principais correntes que formularam idéias e hipóteses sobre o que seria e as implicações da dependência. Entretanto, de forma um pouco mais detalhada e seguindo as indicações de Palma (1978), seria melhor atentar para o nascimento de três correntes que trabalharam sobre o tema:

1. os neomarxistas, liderados por Andre Gunder Frank;
2. os herdeiros mais próximos da CEPAL, como Celso Furtado e Osvaldo Sunkel; e
3. os autores preocupados com a dominação interna de classes, marcadamente Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Florestan Fernandes.

Os detalhes de cada uma será o assunto da próxima seção. Cabe agora apenas assinalar que a primeira corrente busca suas fontes nas teorias do imperialismo e no neomarxismo norte americano de Paul Baran, mesclando a isso alguns avanços difundidos pela CEPAL¹²⁵. Suas contribuições trazem um forte apelo político e o sentimento de urgência para uma ação transformadora da América Latina. Também será por essas características que sofrerá fortes críticas.

A segunda corrente bebe basicamente nos avanços realizados pelos autores da CEPAL e nas críticas oriundas de dentro da própria casa. Assim, se Prebisch publica, em 1963, importante discussão em que reconhece a necessidade de ir além da industrialização (Prebisch, 1968), pesquisadores da casa não tardarão a reconhecer que o comportamento e os interesses das elites locais são fundamentais para explicar a dificuldade de o subcontinente dar os passos em direção a democracias econômicas e políticas plenas. Ficará claro, então, que os laços de dependência estabelecem-se desde dentro, dada a história dos países.

¹²⁴ Para uma discussão sobre as origens da “teoria” da dependência, ver: Palma (1978), Mantega (1997), Santos (2000), Rodriguez (2009) e Cardoso (1993b).

¹²⁵ Entre algumas idéias de origem cepalina é possível citar a deterioração dos termos de troca, a divisão do mundo entre metrópoles e satélites e a contemporaneidade das estruturas econômicas e sociais dos países pobres, marcadamente a América Latina.

Por fim, também bebendo em fontes cepalinas e marxistas, autores que Mantega (1997) prefere chamar de Nova Esquerda estabelecem releituras sobre os países da região, marcadamente o Brasil, e despertam para interpretações mais complexas a cerca do papel das classes sociais, seus interesses, suas alianças e os reflexos das suas lutas na construção da história dos países da periferia do capitalismo mundial. A partir deles, a idéia de dependência ganha conotações muito menos rígidas e adquire a forma de análises concretas de casos de dependência, capazes de apontar quais as forças sociais e seus poderes estão na arena social e qual a possibilidade de os países superarem a condição de dependência.

Esta forma de descrever o nascimento da chamada “teoria” da dependência, contudo, é contestada por importante autor sobre o tema e um dos mais renomados cientistas sociais brasileiros. O Prof. Fernando Henrique Cardoso, em artigo publicado originalmente em 1976 (Cardoso, 1993b), afirma que as categorias e comentários acima são plausíveis e permitem uma tipificação provavelmente correta dos grupos que trabalharam com a dependência, porém, estão longe de descrever a história real do pensamento que levou ao surgimento da abordagem da dependência.

Para o professor, as análises e propostas surgidas no debate dos anos 1960 não traziam realmente uma novidade metodológica, pois refletiam uma corrente antiga do pensamento latino americano que, naquele momento, dada a crise do pensamento desenvolvimentista, alcançou espaço em um debate antes fechado a ela. Em outras palavras, se a escola cepalina e autores relativamente próximos formavam uma crítica fundamental às teorias tradicionais de comércio exterior e de desenvolvimento dos países, também nasceu, em simultâneo, a “crítica aos críticos”, olhando exatamente as limitações do pensamento desenvolvimentista da CEPAL (Cardoso, 1993b).

Estavam inscritos nessa posição crítica, nomes fundamentais como Aníbal Pinto e Jose Echeverría dentro da CEPAL. Outros, ligados à universidade, já apontavam para os problemas das desigualdades de renda e riqueza inerentes às formas de desenvolvimento experimentado pelos países que sofreram a expansão do capitalismo de fora para dentro e o fortalecimento do imperialismo. São eles Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Jorge Graciarena, entre outros, marcantes no debate.

Nesse contexto,

“no esforço da dupla crítica, tentando evitar o ‘marxismo vulgar’, alguns grupos intelectuais em Santiago, em meados da década de 1960, retomaram a problemática cepalina e tentaram redefini-la radicalmente.” (Cardoso, 1993b: 129)

Redefini-la, porém, em que sentido? Basicamente através da pesquisa e compreensão das forças internas que criam e recriam cada sociedade. Em outras palavras, a ênfase agora deixava de assentar-se nas trocas externas e no papel do país na divisão internacional do trabalho, ***um condicionante tido como suposto***, para levar em conta os grupos sociais internos, seus interesses, suas alianças políticas, ideologias e ações que movimentam as estruturas econômicas e políticas do país. Nesse sentido, continua Cardoso (1993b: 130)

“os estudos sobre a dependência constituem parte do esforço para restabelecer a tradição de análise das estruturas econômicas e de dominação que não sufoque o processo histórico ao retirar dele o movimento decorrente da luta permanente entre grupos e classes.”

De qualquer modo, fosse qual fosse a corrente a tratar da problemática da dependência, a questão do desenvolvimento e superação das mazelas sociais latino-americanas estavam no centro das preocupações. Os modos, os métodos, as hipóteses diferiam, mas sempre com olhos sobre a realidade dos países. Contudo, em todo esse debate, a idéia de transformação social parece ser uma constante difícil de precisar. A maioria das teorias e abordagens, em seus avanços e inconsistências, não discutem com a clareza necessária os complicados processos que envolvem a dinâmica do desenvolvimento.

Este será o assunto deste capítulo. Para tanto, ele será dividido em três seções, além desta introdução. A próxima discutirá as principais abordagens da dependência, ou seja: a *neomarxista*, a de *origem cepalina* e a que *ênfatiza a dominação de classe*. Na seção três, serão apresentadas as mais comuns e, às vezes, relevantes críticas desferidas contra a abordagem da dependência. Aqui dois serão os focos: os problemas conceituais e metodológicos e os problemas causados pelo isolamento. Por fim, os comentários finais retomarão o debate acima, mas, principalmente, lançará a proposta de recuperar a idéia de dependência de acordo com o a discussão a ser levada a cabo no capítulo quatro.

3.2. As abordagens da dependência

As idéias sobre fenômenos sociais têm o grande mérito de nunca nascerem acidentalmente ou serem fruto de mentes privilegiadas. Todo surgimento de teorias ou conceitos sociais importantes são processos de construção coletivos, em que se sobe sobre os ombros de autores passados e debate-se com pensadores do presente uma realidade mutável. Na verdade, não é possível ser diferente. Cada pesquisador está imerso em uma história particular e uma situação concreta local e nacional que, ao possuir dinâmicas diversas em relação a outras realidades sociais, influenciam seu trabalho e formulações.

A questão fica ainda mais complexa quando se tenta teorizar sobre períodos de transformação social e se está mergulhado nele tanto no tempo como no espaço. Em outras palavras, em um momento, a sensação de permanência de atores, processos e resultados parece inegável. De uma hora para outra, o que até então parecia sólido traz surpresas repentinas, e, rapidamente, o concreto sofre transformações aceleradas, pouco previsíveis e de difícil apreensão. Naturalmente, em meio ao contexto de movimentos sociais mais acelerados ou mais lentos vividos pelo pesquisador, sua percepção muda e ele tende a descrever o comportamento do sistema social, enfatizando, de acordo com o que vê, transformações ou continuidades.

A correção dessas dificuldades só pode nascer do debate. De outra maneira, se intuições nascem parciais e limitadas, é no estudo que se tornam idéias defensáveis e no debate que se aprimoram até tornarem-se importantes e gerais.

Esse parece ser bem o caso típico do surgimento da abordagem da dependência. O avanço do debate levado a cabo nos anos 1950 e 1960 e a evolução de algumas das principais economias latino-americanas, marcadamente a brasileira, apontaram os problemas que a teoria clássica do subdesenvolvimento da CEPAL carregava. Na verdade, as expectativas estruturalistas não se cumpriram. Isto é,

“houve aumentos de produtividade do trabalho, mas estes não foram acompanhados por uma forte absorção de mão-de-obra e, portanto, tampouco se refletiram em aumentos de salários e melhorias na distribuição de renda; sim, houve diversificação da estrutura produtiva, mas os graus da sua complementaridade intersetorial e integração vertical — sobretudo no que corresponde aos ramos produtores de bens de capital — ficaram longe do esperado; o desenvolvimento careceu do caráter nacional que supostamente teria; o Estado foi partícipe, mas não garantiu esse caráter, nem os outros resultados.” (Rodríguez, 2009: 270)

Nos anos 1960, já era claro que o *catching-up* em busca da cópia dos países mais ricos, não dependia apenas da superação do passado primário-exportador e que a redução das desigualdades sociais não viria logo que o processo de industrialização, sob comando do Estado, se instalasse (Bielschowsky, 1996).

Estas dificuldades, percebidas mais claramente pelos críticos à esquerda, concentravam-se no fato de que as teses clássicas nascidas com Raul Prebisch não davam conta da complexa problemática do poder, dos grupos sociais internos com objetivos diversos e das alianças interessadas que se faziam dentro das sociedades do subcontinente¹²⁶. Cardoso e Faletto, segundo Rodríguez (2009), viam que a insuficiência teórica daquela abordagem situava-se em uma visão exageradamente econômica do desenvolvimento. Ou seja, com as teses estruturalistas não era possível observar que os países socialmente muito desiguais da região possuíam grupos privilegiados que eram beneficiados pelos *status quo* e que, por isso, estavam diretamente interessados na manutenção da posição tradicional dos países na periferia da divisão internacional do trabalho¹²⁷. E aí poderiam estar as razões tanto do impulso para o desenvolvimento econômico da América Latina como, também, a sua perda. Em outras palavras, a complexidade histórica da vida social se perdeu na clássica teoria do subdesenvolvimento cepalina e ela parecia ser capital para entender-se a dinâmica do processo.

Se até aquele momento, como bem percebe Cardoso (1993), as teses cepalinas foram fortes o suficiente para desqualificar as teorias vigentes do comércio internacional e unificar as mentes críticas em torno da necessidade de superar a subordinação dos países do subcontinente, em meados da década de 1960, isso já não se repetia. Como observa Mantega (1997), o Golpe Militar de 1964 expôs definitivamente as insuficiências da interpretação estruturalista¹²⁸ tradicional, pois

“assim que o sapato apertou e o movimento popular ficou incômodo, a burguesia ‘nacionalista’ pulou fora de uma aliança de classes que era tênue e existia mais na teoria dos nacional-desenvolvimentistas do que na prática. E ainda por cima uniu-se aos proprietários de terra, aos latifundiários, ao capital estrangeiro, enfim a todos

¹²⁶ Como se viu no capítulo 2 e se verá na subseção 3.2.2, já em no final dos anos 1960 os cepalinos, ainda encabeçados por Raul Prebisch, realizam uma importante revisão das teses clássicas e expõe com clareza a necessidade de reformas e ação política para superar os impedimentos que mantém a América Latina em subdesenvolvimento.

¹²⁷ Tal perspectiva tornou-se evidente quando, em 1964, Fernando Henrique Cardoso publicou pesquisa empírica na qual tornava claro que a burguesia brasileira, marcadamente a industrial paulista, não faria esforços em favor de qualquer alteração significativa no país fosse ela social, política ou econômica. Ver Cardoso (1964).

¹²⁸ Nesta tese, o título estruturalismo fica restrito ao pensamento cepalino. Diferente do que faz o Prof. Octavio Rofríguez em seu livro *O Estruturalismo Latino-Americano* (2009). Ali, o professor prefere incluir a abordagem da dependência e a teoria do capitalismo tardio sob o guarda chuva do nome estruturalismo.

aqueles a quem ela deveria se opor, segundo a doutrina desenvolvimentista.”
(Mantega, 1997: 29)

Mais ainda: a economia latino-americana já se apresentava sob outro aspecto. A brasileira, por exemplo, não era mais primário-exportadora. Na década que se iniciava, alguns países¹²⁹ tinham conseguido avançar muito no processo de industrialização, mas sem alterar significativamente sua posição subordinada em relação aos países ricos e, principalmente, sem superar seus marcantes problemas sociais.

É nesse momento de crise e crítica ao desenvolvimentismo da CEPAL que a percepção mais aguda dos desafios latino-americanos faz surgir as primeiras e interessantes idéias em torno da problemática da dependência. No mesmo sentido argumenta o Prof. Theotônio dos Santos quando, por exemplo, citando Blomström e Hettne, identifica dois condicionantes para o nascimento da abordagem da dependência (Santos, 2000):

1. criação da tradição crítica ao eurocentrismo implícito nas teorias tradicionais do desenvolvimento, marcadamente a partir das críticas da teoria imperialista e da CEPAL;
2. o intenso debate latino americano sobre o desenvolvimento.

Segundo Rodríguez (2009), se o estruturalismo cepalino nasce no momento em que teses harmônicas e complementares em torno do subdesenvolvimento vêm à luz,

“o mesmo não acontece com a versão do enfoque da dependência (...). Ela não se inicia com a redefinição daquele conteúdo estruturalista básico ou com a definição de um conteúdo novo. Ela parte de uma avaliação metodológica geral, que discorre a respeito das insuficiências das interpretações acerca do desenvolvimento latino-americano mais difundidas na época, tanto econômicas quanto sociológicas.”
(Rodríguez, 2009: 268)

As análises que surgiam em torno da idéia de dependência ofereciam algo fundamental que a clássica teoria do subdesenvolvimento cepalina deixava escapar. Como apontado por Oliveira (2003), na *Crítica à Razão Dualista*, o desenvolvimentismo mascarou por trás de conceitos de foro nacional¹³⁰ quem eram os reais contendores na luta política e econômica nos países em busca do desenvolvimento e da distribuição dos frutos do progresso. Na verdade, a própria defesa da idéia de desenvolvimento como nacional já revelava os limites do pensamento estruturalista de inspiração cepalina (Faria e Haines, 2006).

¹²⁹ Brasil, Chile, México e Venezuela são os mais importantes.

¹³⁰ Tais como internalização dos centros de decisão, centro dinâmico, etc.

Com isso, a idéia de dependência ganhou terreno ao propor

“um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior.”
(Cardoso e Faletto, 2004: 44)

Ou seja, embora para as abordagens da dependência a subordinação e a exploração externa de uma nação por outra tenha ênfases diferentes, não se tratava mais de lidar apenas com a oposição de interesses entre Nações. Para essa nova literatura que surgia, as economias latino-americanas, desde a expansão comercial européia, foram incorporadas ao comércio mundial de maneira subordinada. Se antes havia o monopólio e a exploração legal pela metrópole, depois da independência não havia mais laços formais que justificassem a continuidade da subordinação. Mas ela aconteceu e acontece. Em outras palavras, passadas várias fases do capitalismo, os países periféricos são os mesmo diante dos tradicionais países centrais. Por quê?

Foi exatamente isso que os vários estudos lançados na América Latina do pós-guerra tentaram explicar. Ou seja, a problemática da dependência vem nessa esteira, depois da percepção de que o estruturalismo clássico da CEPAL não era suficiente para responder a questão. Para os novos autores, o Brasil e outros países latino-americanos viviam, sim, um desenvolvimento capitalista, mas diferente do modelo clássico, dada sua associação subalterna em relação ao capital internacional. A grande discussão entre os partidários da abordagem da dependência era se o capitalismo e a industrialização eram viáveis aqui ou tenderia a um desenvolvimento distorcido, incapaz de gerar soberania, progresso técnico e, menos ainda, distribuição de renda e poder (Mantega, 1997). A hipótese básica desses estudos vinculados à idéia da dependência está na organicidade de interesses dos grupos dominantes internos e do capital estrangeiro com seus fluxos internacionais de riqueza. Para uns, a organicidade era insuperável nas condições de dominação imperialistas impingidas pela expansão do capital internacional e, portanto, o máximo que os países da América Latina alcançariam sob essas condições era o desenvolvimento do subdesenvolvimento¹³¹. Para outros, a dependência tem raízes externas ao território político do país, porém é a relação interna entre as classes que a torna possível e dá sua forma histórica (Cardoso e Faletto, 2004), por isso, o conhecimento sobre os possíveis caminhos futuros depende explicitamente da análise dos casos concretos.

¹³¹ Esta tese de cunho neomarxista e ligada ao nome de Andre Gunder Frank será explorada na próxima seção.

No fundo, estava inscrita uma crítica severa ao mito do desenvolvimento, entendido como o processo de copiar até igualar (*catching up*) os países ricos do centro do capitalismo. Era claro para os novos autores que esse caminho não só era inviável como também se constituía numa grande ilusão vendida com objetivos de dominação sobre os grupos sociais subalternos (Furtado, 1978). Em outras palavras, a promessa de progresso, traduzida vagamente na elevação dos níveis de consumo, associava mobilidade, ascensão social e *status*, legitimando o modelo de desenvolvimento brasileiro pós-1930. Na verdade, a imagem de um país progressista, em franca expansão econômica, aproximando-se do padrão de consumo dos países ricos, somada à migração campo-cidade e as melhores condições de vida que esse deslocamento trazia, identificava e justificava junto aos grupos em ascensão (como a classe média moderna e os grupos proletários que enchiam as periferias das grandes cidades) o processo de industrialização brasileiro¹³².

A realidade do desenvolvimento econômico brasileiro e dos demais, porém, era bem outra. Os enormes avanços no valor do PIB e no crescimento das grandes cidades eram o resultado de um progresso tortuoso, amparado em tecnologias produtivas quase sempre importadas, em diferenças sociais e desigualdades regionais crescentes, na fragilidade do sistema educacional, fraqueza de seguridade social e enorme pobreza.

Esse, talvez, seja um dos grandes méritos da abordagem da dependência: permitir superar o mito do desenvolvimento do país — traduzido em cópia e emparelhamento dos padrões de vida alcançados pelos países ricos, legitimando o *status quo* —, fornecendo caminhos para a crítica do nosso processo histórico a partir da problemática da interna. Ou seja, propor analisar a forma como os grupos sociais enfrentaram os problemas e enfrentaram-se, construindo a história, as hierarquias e as soluções sociais para os conflitos, definindo direções e instituições. Nesse mesmo sentido, mas com palavras mais duras, o Prof. Florestan Fernandes (1975: 18-19) observa que

“(...) uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais de e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelas forças da sua burguesia (isto é, lato sensu, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas consequências. [Isso porque] como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas.”

¹³² Não só processo econômico estrito senso, mas também a ação do Estado (com Getúlio Vargas concedendo os direitos sociais aos trabalhadores com carteira assinada) e a péssima qualidade de vida no campo, contribuíram para legitimar o modelo de industrialização brasileiro, através da migração campo-cidade.

Ou seja, para o professor, quando a decolagem se aproxima, ela é, no fundo, impulsionada por interesses poderosos de fora do país. É, portanto, uma ilusão imaginar a burguesia local realizando uma revolução industrial.

Na crítica aos modelos cepalinos e à teoria tradicional do desenvolvimento, os estudos dos autores simpáticos a idéia da dependência mostraram aspectos comuns muito importantes que dão uma clara noção da direção para a qual olhavam. Para eles:

a. tal como para CEPAL, os países da América Latina padeciam de algo mais do que ausência de desenvolvimento;

“[b]. *o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;*

[c]. *o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos do mesmo processo universal;*

[d]. *o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição para um processo evolucionista;*

[e]. ***a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).***” (Santos, 2000: 27. Grifo nosso);

f. há evidente e fundamental aliança entre o capital nacional e o internacional.

Estava visível para alguns teóricos, portanto, que a idéia de Estado-Nação e Nação não serviam e não ajudariam no tratamento do problema do desenvolvimento da América Latina, posto que coloquem a problemática das sociedades como se fossem blocos, tornando a explicação realmente ambígua em relação ao binômio de fatores: classe (relações de produção) e Nação (Weffort, 1971)¹³³. Na verdade, era preciso ressaltar que a dependência é um problema carregado de determinantes internos, de luta de classes, e que é realimentado pela condição periférica e subordinada dos países.

Para os autores que foram mais longe muito mais importante era tornar claro o mecanismo que permitia a reprodução de uma estrutura social extremamente desigual e que mantinha o país na mesma posição vassala dentro divisão internacional do trabalho. O motivo para essa realidade já foi apontado: havia se formado uma conjunção dos interesses do capital financeiro internacional e das elites locais dos países periféricos, dificultando qualquer alteração importante das estruturas sociais, políticas e, principalmente, econômicas. Em outras palavras, observavam como a expansão do capital internacional aliou-se a classes dominantes nos países periféricos e, desse modo, de

acordo com seus interesses negociados com os grupos locais, criou as relações de dependência.

Segundo o Prof. Theotônio dos Santos (2000: 26),

“se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento era o resultado da superação do domínio colonial e do surgimento de burguesias locais desejosas de encontrar seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial, a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria a oportunidade para o processo de descolonização.”

Nessa nova e rica literatura que surgia, contudo, não havia unidade sequer metodológica. O professor Gabriel Palma, em seu famoso artigo de 1978, por exemplo, divide os autores que nasciam com a abordagem da dependência em três grupos bem distintos: o primeiro, os neomarxistas, parte das análises sobre o imperialismo e conclui pela impossibilidade de desenvolvimento capitalista nos países periféricos. Nas palavras de Palma (1978: 898):

“its essential is that it attempts to construct a ‘theory of Latin American underdevelopment’ in which the dependent character of these economies is the hub on which the whole analysis of underdevelopment turns: the dependent character of Latin America economies would trace certain processes causally linked to its underdevelopment.”

O segundo grupo, oriundo do estruturalismo cepalino, nessa tese representado por Raul Prebisch, Celso Furtado e Fernando Fajnzylber, busca reformular o pensamento desenvolvimentista que havia entrado em declínio na metade dos anos 1960. Essa perspectiva, como se verá, vai além da mera adição de novas variáveis sociais e políticas à análise econômica clássica da CEPAL. Sua intenção é caminhar crescentemente em direção a uma perspectiva mais abrangente sobre o desenvolvimento latino-americano.

Por fim, o terceiro conjunto de autores avança sobre as duas outras abordagens da dependência e propõe não mais um modelo mecânico para explicar os problemas do subcontinente, mas, sim, se concentra nas chamadas ‘situações concretas de dependência’. Ou seja, para esses pesquisadores, era necessário estudar os diferentes casos históricos, integrando dialeticamente os fatores externos — o sistema capitalista mundial e o imperialismo — com o ambiente interno — classes sociais, dominação e estrutura econômica — para perceber os reais processos de desenvolvimento vividos e as possibilidades de superação do subdesenvolvimento.

¹³³ Essa discussão será aprofundada nas seções seguintes.

Serão essas três correntes que se examinará abaixo, a partir de alguns dos seus principais autores.

3.2.1. A abordagem da dependência a partir dos neomarxistas

Os autores da dependência neomarxistas parecem ter como ponto de partida o livro ‘*A Economia Política do Desenvolvimento*’, de 1957, escrito pelo ucraniano Paul Alexander Baran (Palma, 1978). Nele, seguindo a tradição marxista de análise do imperialismo, Baran percebe algo fundamental, mas muito pouco discutido: a formação de alianças entre as elites locais dos países da periferia e o capital internacional sediado nos países centrais. Assim, não apenas os países ricos evitavam a transformação dos países pobres em economias desenvolvidas como ainda garantiam um concerto altamente funcional à divisão internacional do trabalho com concentração dos benefícios em suas mãos.

Na verdade, como afirma Paul Baran (1984: 42),

“o fundamental é que o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas é profundamente contrário aos interesses dominantes dos países capitalistas avançados.”

É nesse sentido, da exploração internacional do excedente produzido na periferia, do bloqueio ao desenvolvimento nacional dos países pobres organizado pelos países ricos e devido à força da aliança com os grupos elitizados internos que Baran não vê possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia.

Foi dentro dessa tradição que o pensamento e o olhar sobre a dependência tiveram, na América Latina, sua origem entre os marxistas. Entre eles, o nome de Andre Gunder Frank aparece como um dos pioneiros da abordagem, realizando um pensamento radical de grande influência internacional¹³⁴ (Amim, 1996). Nascido na Alemanha (1929), Frank estudou nos Estados Unidos e doutorou-se em economia na Universidade de Chicago. Contudo, sua movimentação pela América Latina foi intensa: no início dos anos 1960 morou no Chile, vindo, logo em seguida, a morar no Brasil, onde trabalhou no Rio de Janeiro e em Brasília. Após o golpe

¹³⁴ Seu ensaio *México: The Janus Face of Inequality*, de 1962 (publicado na *Monthly Review*) formula sua tese da dependência e será sobre ela que se aprofundará posteriormente (Amim, 1996).

de 1964, mudou-se novamente para o Chile e depois para o México, voltando ao Chile e lá permanecendo até 1973 (Love, 1998).

Nesses anos havia um grande debate na literatura marxista e de esquerda sobre o papel da burguesia local na superação do subdesenvolvimento latino-americano. Uma das vozes dissonantes da orientação soviética que guiava o Partido Comunista no Brasil foi a de Caio Prado Junior. O historiador defendia, desde 1947, que não houve ou havia feudalismo no Brasil e que a realidade, aqui, era fruto da expansão do moderno capitalismo e, portanto, trazia a essência desse modo de produção (Love, 1998). A interpretação resultante disso, em outras palavras, era que o Brasil, sem passado feudal, não poderia sofrer uma revolução burguesa nos mesmos moldes vividos pela Europa¹³⁵. Assim, a dúvida passava a ser se o capitalismo teria sido capaz de criar uma classe tipicamente burguesia e nacional. Caso contrário, dificilmente seria possível levar a frente uma revolução nacional e democrática.

Assim, influenciado pela tese de Caio Prado, Gunder Frank estudou a agricultura brasileira¹³⁶ e, avançando posteriormente naquela tese, responderia negativamente sobre as possibilidades revolucionárias da burguesia brasileira (Santos, 2000). A partir desse artigo, os principais estudos de Gunder Frank¹³⁷ o levariam a afirmar que:

1. “*we cannot hope to formulate adequate development theory and policy for majority of the world’s population who suffer from underdevelopment without first learning how their past economic social history gave rise to their present underdevelopment .*” (Frank, 1970: 4);
2. não há dualidade na estrutura produtiva ou entre as áreas geográficas ocupadas nos países latino-americanas;

¹³⁵ A própria idéia de um modelo de revolução burguesa, na verdade, pode ser questionado. O padrão aceito como geral, de fato, restringe-se à França e talvez mais alguma nação européia e nada mais. A crítica de Caio Prado Junior, no entanto, foi extremamente valiosa ao perceber as diferenças e especificidades do país em relação ao suposto modelo canônico do Velho Continente e contribuir para evitar o transplante mecânico da visão marxista ao Brasil. Para uma discussão abrangente sobre a problemática das revoluções burguesas, ver MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. 1.ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

¹³⁶ O artigo fundamental, segundo Santos (2000), foi FRANK, Andre G. *Agricultura Brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo*. *Revista Brasiliense*. São Paulo: janeiro/fevereiro de 1964.

¹³⁷ Entre os mais famosos estão FRANK, Andre G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1969 e FRANK, Andre G. *The Development and Underdevelopment*. In: RHODES, Robert (org). *Imperialism and Underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1970.

3. as diferentes áreas mantêm relações de troca entre si de modo a serem interligadas e cumprirem papéis determinados no processo de reprodução dos privilégios sociais e de exportação de boa parte do excedente econômico (Love, 1998).

Nas palavras de Frank (1970: 6),

“a mounting body of evidence suggests, and I am confident that future historical research will confirm, that the expansion of the capitalist system over the past centuries effectively and entirely penetrated even the apparently most isolated sectors of the underdevelopment world. Therefore, the economic, political, social and cultural institutions and relations we now observe there are the products of the historical development of capitalist system no less than are the seemingly more modern or capitalist features of the national metropolis of these underdeveloped countries.”

Ou seja, não há nações ou regiões vivendo contemporaneamente em diferentes idades históricas, nem mesmo dentro dos países (Palma, 1978)¹³⁸. Na verdade, desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces da mesma moeda, ambas parte de uma única estrutura e fruto do processo de expansão do capitalismo e acumulação de capital comandada pelos países metropolitanos (Rodríguez, 2009), abrangendo e explicando inclusive as diferenças regionais dentro dos países subdesenvolvidos.

Para chegar a essas conclusões, Gunder Frank apropriou-se de diversas fontes, sintetizando uma visão de grande influência a época. Por exemplo, fez uso da tese da CEPAL sobre a deterioração das relações de troca, ressaltando, porém, o elemento monopolista do processo. Também seu par de conceitos metrópole-satélite tem raiz cepalina (Palma, 1978). Além disso, aprofundou a proposição de Paul Baran — o capitalismo produz o desenvolvimento em algumas áreas, obstaculizando-o e limitando-o em outras (Frank, 1970) — ao afirmar que o capitalismo era a **causa** do subdesenvolvimento na América Latina. No cientista político mexicano Pablo G. Casanova, buscou a idéia de que os satélites possuem seus próprios centros que, por sua vez, exploram outras regiões do país por meio de políticas fiscais e cambiais que terminam por drenar capital dessas regiões em favor desses subcentros locais (Love, 1998). Ou seja, repete-se dentro dos países um processo semelhante de exploração vivido nas relações internacionais e que

¹³⁸ Palma (1978: 900) vê na crítica à idéia de dualidade a maior contribuição de Gunder Frank. Segundo ele, “Frank shows clearly that the different sectors of the economies in question are and have been since very early in their colonial history linked closely to the world economy”.

termina por gerar áreas mais e menos desenvolvidas dentro dos próprios países latino-americanos¹³⁹.

De outro modo, para Gunder Frank,

“(...) o subdesenvolvimento é uma permanente recriação do imperialismo, uma vez que as metrópoles se apropriam sistematicamente do excedente produzido pela superexploração dos trabalhadores dos satélites, subtraindo todo potencial de acumulação destes últimos países. Além disso, a metrópole provocaria toda sorte de distorções no satélite, fazendo com que se repetisse, no interior deste, o mesmo esquema metrópole-satélite.” (Mantega, 1997: 25)

Isso não quer dizer que os satélites não alcançassem qualquer processo de transformação ou que estagnassem permanentemente. Na verdade, o que se via era uma *“América Latina que vinha se subdesenvolvendo há quatro séculos”* (Love, 1998: 449), num processo guiado pelas formas de monopólio exercido pela metrópole: o comercial inicialmente, o industrial em seguida, o de bens de capital já no século XX e o tecnológico nos tempos atuais. As mudanças vividas, contudo, seriam caracterizadas pelo *‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’*, isto é, um processo histórico de mudança das formas de apropriação do excedente produzido nos países latino-americanos, mas que tem por característica a manutenção da dominação externa sobre a dinâmica das economias satélites e, desse modo, sobre seu excedente drenado continuamente. Isto é,

“when we examine this metropolis-satellite structure, we find that each of the satellites, (...), serves as an instrument to suck capital or economic surplus out of its own satellites and to channel part of this surplus to the world metropolis of which all are satellites.” (Frank, 1970: 7)

O resultado final seriam países incapazes de acumular o suficiente para fugir ao domínio imperialista e, pior, de superar a sua grave pobreza e desigualdade vividas¹⁴⁰. O motivo era claro: para fazer frente ao processo de exploração internacional, reproduzem-se, internamente também, formas de exploração que recaem, inevitavelmente, sobre as regiões economicamente mais fracas e os trabalhadores.

Assim, em resumo, Frank tenta demonstrar que, primeiro

¹³⁹ “The development of industry in São Paulo has not brought greater riches to the other regions of Brazil. Instead, it converted them into internal colonial satellites, decapitalized them further, and consolidated or even deepened their underdevelopment.” (Frank, 1970: 9)

¹⁴⁰ Frank (1970: 8) observa que diferentes regiões que viveram auges exportadores: “(...) experienced what may have appeared as economic development during the period of its respective golden age. But it was a satellite development which was neither self-generating nor self-perpetuating.” Em outras palavras, tratava-se de processos de crescimento vinculados aos interesses e ciclos econômicos dos países ricos e, deste modo, incapazes de auto-sustentar-se no tempo.

“(...) Latin America and others areas in the periphery have been incorporated into the world economy since the early stages of their colonial periods. The second is that in which attempts to show that such incorporation into the world economy has transformed the countries in question immediately and necessarily into capitalist economies. Finally, there is a third level, in which Frank tries to prove that the integration of these supposedly capitalist economies into the world economy is necessarily achieved through an interminable metropolis-satellite chain, in which the surplus generated at each stage is successively drawn off towards the centre.” (Palma, 1978: 900)

Ou seja, o fenômeno do subdesenvolvimento é resultado da própria expansão do capitalismo e se expressa numa lei do desenvolvimento desigual (Rodríguez, 2009). Além disso,

“(...) underdevelopment is not due to the survival of archaic institutions and the existence of capital shortage in regions that remained isolated from stream of world history. On the contrary, underdevelopment was and still is generated by the very same historical process which also generated economic development: the development of capitalism itself.” (Frank, 1970: 9)¹⁴¹

Diante disso e com uma burguesia incapaz (e também desinteressada) de realizar o mesmo papel histórico que realizou na Europa, Gunder Frank não vê outro caminho para a superação do subdesenvolvimento do que a revolução. Porém, naturalmente, não uma revolução burguesa, posto que esta classe estivesse integrada e desfrutava as benesses de sua posição privilegiada na América Latina. A revolução, na verdade, teria de ser socialista (Palma, 1978), pois só assim os vínculos exploradores do imperialismo seriam quebrados e os frutos do trabalho seriam acumulados no próprio país a partir do interesse dos trabalhadores¹⁴² (Love, 1998).

Todo esse trabalho de Frank, mesmo que sofra críticas¹⁴³, tem méritos que precisam ser reconhecidos. Em primeiro lugar, e talvez sua contribuição mais importante, é a superação da idéia de que os países periféricos possuem estrutura econômica dual. Frank mostra que os diferentes setores produtivos estão ligados a economia mundial desde seu nascimento colonial. Tal avanço foi um divisor de águas no debate internacional sobre o desenvolvimento dos países pobres, marcadamente entre os marxistas¹⁴⁴. Em segundo lugar, denunciar a situação dos países

¹⁴¹ Para Rodriguez (2009: 267), Frank acredita que “as características das economias dependentes, que em geral são concebidas como próprias do subdesenvolvimento (...), provém de um traço específico da evolução do capitalismo mundial: sua tendência ao desenvolvimento desigual.”

¹⁴² Não será discutido agora o alcance e as limitações das teses e do trabalho de Andre Gunder Frank. O interesse era apenas apresentar as principais teses que geraram debates e influenciaram tantas mentes dentro e fora dos autores da abordagem da dependência. Para as críticas, ver a seção seguinte deste capítulo.

¹⁴³ As críticas ao pensamento dos autores da dependência estão na seção 3.3 desta tese.

¹⁴⁴ É bom lembrar que Caio Prado Junior já havia afirmado muito antes sobre a inexistência de feudalismo no Brasil e que a CEPAL já afirmava, no início dos anos 1950, que a América Latina não era atrasada em relação aos países ricos. Tinha, sim, uma posição diferente na divisão internacional do trabalho. Cardoso (1993b: 132), tem um ponto de vista diferente e afirma que

subdesenvolvidos em relação aos mais ricos e as relações — por vezes, pouco defensáveis — que se estabelecem entre os interesses do capital local e o internacional e que contribuem para a manutenção das péssimas condições sociais dessas sociedades. Por fim, apenas para efeitos desta tese, está a admirável capacidade de mobilizar pesquisadores contra e a favor dos seus argumentos, trazendo grande luz sobre a problemática da dependência (Palma, 1978)¹⁴⁵.

Em direção semelhante, aparece outro importante autor da abordagem da dependência: Ruy Mauro Marini. Pós-graduado da Universidade de Brasília, Marini foi aluno de Gunder Frank e colega de outros nomes importantes do debate da dependência a época: Theotônio dos Santos e, sua mulher, Vânia Bambirra. Nesse período conturbado de golpes militares pela América do Sul, Marini é obrigado a mudar de país mais de uma vez e primeiro vai para o México e depois para o Chile, onde fica até queda do governo de Allende. Com o golpe de Pinochet, volta ao México e lá produz alguns de seus trabalhos mais importantes.

E é exatamente no início da sua obra mais famosa, *Dialética da Dependência*, de 1973, que Ruy Mauro Marini afirma que o capitalismo que se forma na América Latina é *sui generis* e isso estaria relacionado diretamente com a inserção subordinada que os países da região viveram e vivem em relação aos países centrais na divisão internacional do trabalho (Marini, 2000). Na verdade, segundo Palma (1978), neste estudo, Marini faz um esforço no sentido de aplicar, para a América Latina, o esquema analítico concebido por Rosa Luxemburgo, em 1913, em “*A Acumulação de Capital*”.

Segundo Mauro Marini, desde os tempos coloniais, os países da região construíram sua organização econômica e política de acordo com os interesses metropolitanos de acumulação. Se o início foi marcado pela exportação de gêneros exóticos e metais preciosos, na era industrial a venda de matérias-primas e alimentos favoreceu a manutenção da mesma ordem de subordinação, apesar do período ser marcado pelos processos de independência nacional. Tanto assim que, apesar da autonomia formal, fica claro que a vida política dos países girou em torno das antigas estruturas administrativas e demográficas coloniais e, pior, isoladas entre si, mas voltadas para o comércio exterior com a Inglaterra.

Frank assumiu a mesma posição de pesquisadores como Caio Prado, mas “(...) simplificou o debate e desdenhou a especificidade da situação”. Ver nota de pé de página 5 do mesmo artigo de Cardoso.

¹⁴⁵ Os vários livros e ensaios em homenagem a Andre Gunder Frank publicados até recentemente são a prova cabal de sua importância e influência sobre o pensamento social latino americano e internacional.

A partir daí, os países latino-americanos passaram a ter uma relação definida com os países do centro através de uma divisão internacional do trabalho: exportavam bens primários de forma crescente em troca de manufaturas de consumo e dívidas. A dependência surge e será definida, então, como:

“(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode ser por isso senão mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.” (Marini, 2000: 109)

Essa relação de dependência permitirá aos países centrais avançar não apenas quantitativamente na acumulação, mas, principalmente, a

“(...) participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa (...)” (Marini, 2000: 112),

fazendo a acumulação depender menos da exploração pura e simples do trabalhador e mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho. Aqui, na América Latina, porém, o avanço que a permitiu coadjuvar esta mudança importante se fará através de uma maior exploração do trabalhador, por meio da extração de maior volume de mais-valia absoluta (Love, 1998).

Para Marini (2000), isso ocorre porque as nações não-industriais exportam, por meio do intercâmbio desigual, parte importante do valor que produzem, levando o capitalista local a tentar compensar essa perda. Como esta compensação é impossível nas trocas comerciais, volta-se ele para uma maior exploração do trabalhador, aumentando a jornada de trabalho ou simplesmente reduzindo seu rendimento. Assim, apesar da deterioração dos termos de troca, a oferta de bens primários cresce, pois as nações desfavorecidas não buscam corrigir o desequilíbrio, mas, sim, compensar a perda por meio de maior volume de exportação.

Essa relação de exploração no mundo do trabalho é congruente com o pouco desenvolvimento das forças produtivas da América Latina, mas traduz-se, em termos nacionais, na incapacidade do país em reagir, acumular e superar sua posição subordinada, perpetuando estruturalmente a dependência. Em resumo,

“não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala.” (Marini, 2000: 118)

O processo é complexo, mas explicável a partir da observação de que, ao desenvolverem-se em função do mercado mundial, os países latino-americanos fizeram da superexploração da mão-de-obra sua forma de manter-se na divisão internacional do trabalho, incorrendo, contudo numa contradição. Se nos países industriais as esferas da produção e da circulação completam-se de modo a realizar a mais-valia e permitir a acumulação, aqui, as duas esferas estão separadas em termos dinâmicos, posto que as vendas que realmente contam para o país são realizadas no exterior, obedecendo a outra lógica. Enquanto isso, a produção é realizada internamente. Deste modo, fica evidente que, para Marini (2000), antes do processo de industrialização, o consumo do trabalhador não interferia na realização da mais-valia e o consumo do capitalista (importação) confundia-se com a realização da mesma nos países ricos (exportação).

As esferas da produção e da circulação não caminham juntas como no caso clássico europeu, restando ao capitalista local a superexploração do trabalhador como forma de criar condições para sua própria acumulação¹⁴⁶. Ou seja, trata-se de uma formação social baseada no modo de produção capitalista, mas específica, e que engendra relações de exploração também específicas e que tendem a reproduzir e ampliar a dependência frente à economia internacional (Marini, 2000).

Mesmo com a industrialização, a fuga para a superexploração do trabalhador continua. Se antes a separação entre a esfera da produção e da circulação no país levava o capitalista a exigir elevadas taxas de exploração, com a industrialização o problema permaneceu. O que muda, segundo o modelo de Marini (2000), é a contradição. Afinal, com os obstáculos internacionais depois de 1930, o consumo importado volta-se para a produção interna, porém buscando bens e padrões do que antes se trazia da Europa. Ou seja, um nível sofisticado para o estado das forças produtivas da região. Isso se reflete nos limites do mercado consumidor local, posto que a compressão do rendimento vivida pelos trabalhadores significou que o grupo apto a esse tipo de consumo era reduzido.

Nas palavras de Marini (2000: 141),

“a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na super exploração do trabalhador. (...) Já não é a dissociação entre produção e circulação de mercadorias em função do mercado mundial que

¹⁴⁶ O modelo de Ruy Marini não será criticado agora, pois, como no caso de Gunder Frank, o objetivo aqui foi apenas explicitá-lo e tornar claros alguns de seus conceitos para uma melhor análise da abordagem da dependência nos capítulos seguintes.

opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior da mesma economia (...)" (Marini, 2000: 141)

e que, não sofrendo outra resposta, adquire o caráter mais radical presente nos países latino-americanos.

De outro modo, Marini acredita, segundo Mantega (1997), na mesma tese de Gunder Frank. Para eles, a superexploração do trabalho acontece devido à necessidade que a burguesia local tem de retirar o máximo do trabalhador para que possa transferir parte disso à metrópole e ainda reste o suficiente para valorizar seu capital. Assim, com a superexploração da mão-de-obra somada à estrutura agrária atrasada, não é possível alcançar um mercado consumidor suficiente para escoar a produção industrial, restando, como saída a burguesia local, reproduzir o sistema de exploração sobre regiões mais fracas.

O interessante é notar que, para Ruy Marini, a burguesia local, para evitar a reação dos trabalhadores a esse grau de exploração, necessitaria sempre de regimes repressivos fortes (Love, 1998), tornando-se, desse modo, incapaz de realizar as reformas civilizadoras do capitalismo. Ou seja, para o autor em tela, era impossível a América Latina trilhar o caminho da revolução burguesa nos moldes europeus, e, deste modo, apenas a revolução socialista seria capaz de trazer o desenvolvimento e o fim da pobreza para a região.

Em resumo,

"(...) Marini propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária super-exploração do trabalho na periferia – fonte, para ele, do intercâmbio desigual –, ligou tal teoria às idéias relativas ao esgotamento do mercado interno e à estagnação provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso; sugeriu qual era a alternativa burguesa para sair do impasse – o subimperialismo – e, por implicação, mostrou que o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Theotonio dos Santos entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que a super-exploração requer a repressão e condiciona o desenvolvimento capitalista a moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da revolução socialista. Assim, a aurora revolucionária teria como incubadeira o acicate da estagnação e da crise." (Serra e Cardoso, 1980: 37)

Por trás dessa hipótese, havia uma crença marcante na inviabilidade da industrialização autônoma e do capitalismo na América Latina. Essa crença era dividida também por outros nomes

importantes do pensamento neomarxista na discussão sobre a problemática da dependência, como os colegas de pós-graduação de Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra¹⁴⁷.

3.2.2. A abordagem da dependência a partir dos cepalinos

O segundo grupo nasceu com a tentativa de reformular o importante pensamento cepalino clássico. A inclusão dos seus autores aqui, contudo, é controversa. Nomes fundamentais da escola como os luminares Raul Prebisch e Fernando Fajnzylber não falaram explicitamente em dependência, mas, como se verá à frente, seus escritos publicados a partir da década de 1960 mostraram aproximações significativas com a preocupação descrita pela idéia de dependência. Outro nome expoente da CEPAL, o paraibano Celso Furtado, foi mais próximo ainda da problemática e expôs e discutiu uma visão particular da dependência.

Além disso, como afirmado no capítulo 2¹⁴⁸, os cepalinos liderados por Raul Prebisch deram vários sinais de que, mesmo durante o período clássico, tinham plena consciência do significado da política, do poder, dos interesses e das alianças das elites para a manutenção da situação subdesenvolvida dos países da América Latina (Prebisch, 1981). Os escritos de Prebisch (1968 e 1981), suas entrevistas¹⁴⁹, os estudos de Furtado (1974) e Fajnzylber (1983 e 1990) apontam para isso.

Foi assim que, quando do declínio das teses cepalinas clássicas nos anos 1960, a própria CEPAL (Prebisch, 1968) expressou a preocupação de ampliar o conteúdo das análises, incorporando novas questões para se compreender a dinâmica do desenvolvimento latino americano. Ficou claro, ali, que visão de seus pensadores não era mecânica e nem economicista e, sim, trazia o peso da estratégia de conquista de governos e elites para a causa do desenvolvimento e da industrialização (Bianchi e Salviano, 1996). Em outras palavras, diante dos problemas enfrentados pela América Latina naqueles anos, a CEPAL repensou suas teses e, percebendo que

¹⁴⁷ Os três, embora partidários das idéias socialistas, têm, na opinião de Love (1998), o mérito de não seguirem as dogmáticas interpretações oriundas dos Partidos Comunistas de orientação soviética. Essa característica provavelmente tem origem na forte influência que o Prof. Gunder Frank exerceu sobre o grupo quando ministrou aulas na Universidade de Brasília (UnB.)

¹⁴⁸ Ver seção 2.4.

¹⁴⁹ Para uma dessas boas entrevistas, ver PREBISCH, Raul. *Diálogos con Raúl Prebisch. (Entrevista à Mateo Magariños)*. 1.ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

o processo de substituição de importações não cumpriria sua promessa¹⁵⁰, explicitou, na sua concepção, as travas que mantinham o subcontinente preso ao subdesenvolvimento.

Em outras palavras, mesmo que controversa, parece haver bons motivos para incluir os autores cepalinos nesse debate. Se seus textos não citam explicitamente a dependência, parece estar claro que sua preocupação aproximou-se daquelas expressas por autores de outras escolas.

Há ainda outro motivo para os pensadores da Comissão estarem listados aqui. Foi nos anos 1960 também que as críticas aos limites dos trabalhos da CEPAL conduziram parte importante do pensamento latino americano à idéia de dependência. Isto é, sem negar a origem, vários pesquisadores aproximaram-se da problemática subindo nos ombros dos pesquisadores da casa e avançando sobre seus estudos.

Mas o que aconteceu neste momento (década de 1960) de tão importante que significou um divisor de águas dentro do debate sobre o desenvolvimento Latino Americano? Foi aqui que nasceu a famosa distinção, de corte ético, entre crescimento econômico e desenvolvimento. De acordo com a interpretação de Palma (1978: 908), não existe desenvolvimento, se o crescimento acontece quando:

- “1. increased inequality in the distribution of its benefits;*
- 2. a failure to increase a social welfare, in so far as expenditure went to unproductive areas — or even worse to military spending — or the production of unnecessarily refined luxury consumer durables;*
- 3. the failure to create employment opportunities at the rate of the growth in population, let alone in urbanization; and*
- 4. a growing loss of national control over economic, political, social and cultural life.”*

Toda essa discussão dos conturbados anos 1960 no Brasil refletiu-se claramente no debate sobre a estagnação econômica e as possibilidades de industrialização do país. Celso Furtado (1966), por exemplo, autor fundamental para o debate, insistia que as principais economias da América Latina continuariam mergulhadas na estagnação, posto que houvesse se esgotado o

¹⁵⁰ Mesmo que conduzido na direção apontada por Tavares (1979) — a idéia de construir os andares do edifício da indústria e da estrutura econômica simultaneamente — estava claro que o crescimento não levaria à condição subordinada dos países e à superação de suas mazelas sociais.

impulso vindo do processo de substituição de importações¹⁵¹. Nas palavras de Furtado (1966: 222),

“(...) todo ocurre si la existencia de un sector precapitalista de carácter semifeudal, en conjunción con un sector industrial que absorbe una tecnología caracterizada por un coeficiente de capital rápidamente creciente, diesen origen a un patrón de distribución del ingreso que tiende a orientar la aplicación de los recursos productivos de modo a reducir la eficiencia económica de éstos y a concentrar aún más el ingreso, en un proceso de causalidad circular. En el caso más general, la disminución de la eficiencia económica provoca directamente el estancamiento económico. En casos especiales, la creciente concentración del ingreso y su contrapartida de población subempleada que afluye hacia las zonas urbanas, crean tensiones sociales que per se pueden hacer imposible el proceso de crecimiento.”

A explicação era direta: a) a industrialização não avançara o suficiente sobre o enorme setor pré-capitalista; b) este, com baixo padrão de vida, fornecia mão-de-obra ilimitada e a baixos salários ao setor moderno da economia; c) a industrialização se fizera sobre uma base capital-intensiva, que não absorvia grandes quantidades de trabalhadores, concentrava a renda e resultava em elevada relação capital-produto, deprimindo a taxa de lucro; d) sem mercado e lucro para dinamizar a acumulação, não haveria demanda suficiente para viabilizar uma indústria de bens de capital e de bens intermediários que operam em grande escala (Furtado, 1966). Logo, não se instaura uma dinâmica autossustentada de acumulação (Mantega, 1997).

A preocupação de Furtado com a possível estagnação das economias latino-americanas, marcadamente a brasileira, naqueles anos, confunde-se com sua própria trajetória. Nascido em 1920 no sertão paraibano, filho de magistrados, ainda criança mudou-se para a capital do estado e depois para Recife a fim de terminar os estudos secundários. Em 1940, ingressa na Faculdade Nacional de Direito (RJ), sendo logo depois aprovado em concurso para ingresso no funcionalismo público. Sua pós-graduação acontece na Universidade de Paris, onde doutora-se com tese sobre a economia colonial brasileira em 1948. Porém, é em 1949 que Furtado ingressa naquela que será sua casa intelectual e pela qual será reconhecido internacionalmente: a recém criada CEPAL¹⁵². Ali, por força de ofício, Furtado aprofunda-se na problemática latino-americana e brasileira e, em 1957, já fora da comissão econômica, publica sua obra mais famosa: *Formação Econômica do Brasil*¹⁵³. A partir dali sua reputação estava consolidada e foi convidado pelo

¹⁵¹ Mais tarde, Furtado, em livro de 1974, negaria essa idéia.

¹⁵² Ver seção 2.4 do capítulo 2.

¹⁵³ Furtado conta uma história curiosa, divertida, mas quase trágica sobre o sumiço dos originais do livro enviados ao Brasil (ver *A Fantasia Organizada*). A preservação do livro deveu-se, segundo seu autor, a microfilmagem sugerida por um amigo. A sorte foi toda nossa.

presidente Juscelino Kubitschek, a coordenar um grupo de trabalho que apontasse caminhos para o desenvolvimento do Nordeste¹⁵⁴. Também foi ministro nos difíceis anos de João Goulart, deixando o Brasil em 1964, após o golpe cassar-lhe os direitos políticos. Sua trajetória no exterior não deixa dúvidas quanto à importância do seu trabalho, o reconhecimento que recebia e a tenacidade com que continuou a estudar a problemática do subdesenvolvimento latino americano. Seus livros, vários deles publicados durante seu exílio, discutem questões ainda prementes para os rumos do país e continuam a inspirar debates acalorados na academia e na política¹⁵⁵.

Contudo, no mesmo artigo de 1966, Furtado observa algo fundamental para a discussão da dependência. Em meio aos problemas teóricos que explicitam uma tendência à concentração de renda e queda na relação produto-capital, o autor levanta que uma série de indicadores políticos poderia alertar sobre as graves tensões e até direcionar o marco institucional para correção das mesmas. Todavia, esses mesmos indicadores políticos são insuficiente para registrar as tensões estruturais na região, pois os grupos que controlam a formação de capital são os mesmos que ocupam as posições de poder e assim, os próprios “(...) *organismos de decisión política carezcan de la funcionalidad necesaria para promover oportunamente la remoción de los obstáculos al desarrollo*” (Furtado, 1966: 224).

Desse modo, a história da concentração de renda latino americana mostraria que as atuações racionais do Estado e dos agentes detentores do capital não conduzem à convergência entre seus interesses e uma maior justiça social ou bem estar coletivo. O mais interessante, no entanto, é a percepção de que

“(...) problema no reside en el comportamiento de los agentes que toman decisiones económicas — que pueden regirse por estrictos criterios de racionalidad tanto en función de los medios que utilizan como de sus legítimos objetivos —; está en las relaciones estructurales que delimitan el campo dentro del cual se toman las decisiones relevantes. En este sentido, se puede atribuir al problema del estancamiento latino americano un carácter estructural.”(Furtado, 1966: 224. Grifo nosso.)

Ou seja, para Furtado à época, o processo histórico do subcontinente conduz e é conduzido no sentido de tornar os países altamente desiguais, com baixos níveis de desenvolvimento e *incapazes de superar esses limites, dado o quadro geral sob o qual se movem os grupos internos*.

¹⁵⁴ Esta é a origem da SUDENE.

O autor, porém, ao publicar, em 1974, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, não fala mais em tendência a estagnação. Mas retoma o problema das decisões internas dos grupos dominantes sobre o desenvolvimento do país e o fato de elas se darem em um ambiente fortemente condicionado pelo domínio dos países ricos.

Para Furtado, nesse livro, a história dos países latino-americanos marca-se pela sua inserção especializada na divisão internacional do trabalho, principalmente após a Revolução Industrial. A especialização, claramente baseado em produtos de baixo valor agregado, leva os países a um alto coeficiente de importação de bens elaborados (consumo duráveis, de capital e intermediários).

Sob essas condições, a enorme concentração da propriedade e da renda na região permitem e, mesmo exigem, elevado grau de exploração do trabalho a fim de que, a modernização do consumo das elites¹⁵⁶ aconteça. Ou seja, aqui, o excedente econômico não é aplicado no processo de formação de capital, mas, sim, na difusão dos padrões de consumo existente nos países ricos.

Isso marca, segundo o autor, uma desconexão entre a esfera da produção (alocação de recursos e apropriação do excedente) e a esfera da circulação (utilização do excedente), explicitando, então, a diferença do quadro clássico europeu e a “(...) *dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes*” (Furtado, 1974: 80). O motivo é simples: *a introdução de novos bens de consumo, marcados pela sofisticação e complexidade da sua cadeia industrial original, leva a necessidades de dotações de capital e tecnologia crescentes e que só podem ser financiadas através de um aumento constante da taxa de apropriação do excedente pelo grupo dominante, concentrando ainda mais a renda*. Logo, essa é uma dinâmica que se agrava conforme o processo de modernização dos países ocorre. Nas palavras de Furtado (1974: 82):

“o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação. Assim, a reprodução

¹⁵⁵ Para uma cronologia completa de Celso Furtado, ver TAVARES, Maria C. (org). *Celso Furtado e o Brasil*. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

¹⁵⁶ Quem são essas elites? São grupos alinhados com “a cultura dominante no mundo. Não fundadas em seu universo nacional. Por isso com limites de pensamento claros em razão de modelos, conceitos e categorias disponíveis na cultura dominante é que estão alienados da cultura local. São respostas para os problemas do centro. Não servem para cá. Romper isso exige rompimento cultural, valorização do local. Só assim novas categorias podem nascer, análises e projetos diferentes podem surgir factíveis. Ou seja, só assim a criatividade de um povo pode aparecer” (Furtado, 2004).

das formas sociais, que identificamos com o subdesenvolvimento, está ligada a forma de comportamento condicionadas pela dependência”.

Por isso mesmo, Celso Furtado é taxativo ao afirmar que o modelo desenvolvido não deve ser buscado através da cópia, pois

“(...) a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro de dependência” (Furtado, 1974: 87).

Ou seja, a acumulação nos moldes vividos pelos países da América Latina gerou marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou similares (Furtado, 1995). Mais: levou também a dependência tecnológica, pois o caminho de desenvolvimento escolhido pelas elites locais vai além da introdução de *“(...) novas técnicas, mas impõe a adoção de padrões de consumo sob a forma de novos produtos finais que correspondem a um grau de acumulação e sofisticação técnica que não existe na sociedade em questão”* (Furtado, 1995: 6), abrindo espaço para as multinacionais e a necessidade de importação constante de tecnologia e bens de capital.

Fica claro, portanto, e é importante que se esclareça, não é a propriedade estrangeira do capital que define a dependência — embora a agrave —, mas o fato de se transplantar padrões de consumo vindos dos países ricos. Na verdade, o que importa é a utilização do excedente e esse problema vincula-se a dependência cultural das elites latino americanas.

De outra forma. Em Furtado¹⁵⁷, a origem do subdesenvolvimento está ligada à diferença na difusão do progresso técnico. Para ele, nos países da América Latina, a difusão do progresso técnico no período primário-exportador deu-se, em grande, parte através da *modernização* do consumo de uma parcela da população. As técnicas produtivas, no entanto, ter-se-iam mantido essencialmente tradicionais. Ou seja, a assimilação na região das inovações tecnológicas mundiais foi parcial, afetando, principalmente o consumo e não invadindo significativamente a esfera da produção (Furtado, 1975). Quando da industrialização, ainda segundo Furtado, o ponto de partida são atividades que têm suas condições negociais e de ampliação melhoradas quando a capacidade de importar entra em crise. Trata-se, portanto, de empresas cujo espaço está delimitado pelo tipo e quantidade das importações. Nesse sentido, o progresso tecnológico aparece primeiro no bem

¹⁵⁷ Em textos como: *Análise do ‘Modelo’ Brasileiro, Brasil: A Construção Interrompida, Dialética do Desenvolvimento e O Mito do Desenvolvimento Econômico.*

importado e consumido e só depois, se ocorrer substituição por produção interna, avança e chega copiado aos processos produtivos (Furtado, 1992).

Exatamente isso chama a atenção de Fajnzylber (1990: 8), pois para ele

“(...) una de las características del proceso de industrialización de América Latina hasta ahora ha sido precisamente la asimetría entre un elevado componente de imitación (...) y un componente marginal de innovación económico-social.”

Em outras palavras, o desenvolvimento voltado para fora da fase anterior à industrialização, visceralmente associado à modernização do consumo, impunha um processo de industrialização muito especial: imitativo dos padrões dos países avançados e desconectado dos recursos e do nível de acumulação local. Através dele, a reprodução do processo de modernização do consumo levava a dois resultados:

1. apenas o segmento da população que controlava o aparelho produtivo afetado pelo aumento da produtividade – primeiro os aumentos permitidos pelas vantagens comparativas do comércio internacional e depois pela industrialização substitutiva – desfrutava dos benefícios da modernização (Furtado, 1992);
2. reforço das disparidades de renda e produtividade entre setores da economia e da população.

De outra maneira, os países *subdesenvolvidos* assumiram essa condição ao organizarem sua sociedade em torno da produção especializada de bens primários para exportação, convertendo a economia em um conjunto *estruturalmente heterogêneo*. No arranjo social resultante, a concentração de renda e poder era fatal e a forte ligação das classes detentoras do excedente com o exterior inevitável. Essas classes copiavam não apenas o consumo dos países ricos e centrais, mas também seus hábitos, idéias e instituições. Enfim, eram *dependentes* econômica, política e culturalmente dos países desenvolvidos, desviando, com isso, parte do excedente aqui produzido para o exterior (Furtado, 1974).

Por tudo isso, em resumo,

“o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa surgida de certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (Furtado, 1974: 94).

Essa mesma raiz histórico-estrutural que permeia a análise de Furtado ajuda a esclarecer o pensamento de Raul Prebisch, quando este se aproxima da problemática levantada pela idéia de dependência. Mesmo não falando explicitamente sobre isso ou nesses termos, o compromisso do

ex-Secretário Executivo da CEPAL com a América Latina impulsionaram suas preocupações, conduzindo-o a examinar e rever as teses clássicas defendidas pela Comissão já no início dos anos 1960. O livro fundamental dessa fase, *Dinâmica do Desenvolvimento Latino Americano* (Prebisch, 1968), já foi comentado no capítulo 2¹⁵⁸ e nele ficava claro o quanto era perceptível ao seu autor a importância da concentração da propriedade, da renda e do poder nas mãos de uns poucos grupos favorecidos em detrimento do desenvolvimento e das condições de vida da maioria da população. Assim, para Prebisch (1968) era necessário realizar reformas capazes de alterar a lógica perversa em que funcionava a economia das nações latino-americanas e tornar mais igualitárias as relações sociais dentro dos países. Ou seja, o avanço conseguido com o livro de 1968, mesmo não falando em dependência, aproxima o principal nome da CEPAL da problemática levantada pela idéia e ajuda a esclarecer pontos muito importantes ligados às relações de classe que definiam os rumos dos países da região.

Por isso, é bom que se diga novamente, é bastante injusta a acusação que se faz contra os cepalinos de não terem observado as nações desde dentro, contrapondo o centro e a periferia como se fossem blocos dotados de homogeneidade interna. Como já se discutiu, a posição da CEPAL como órgão internacional multilateral e a estratégia empregada por Raul Prebisch para reformar os países sem afrontar suas retrógradas elites foi fundamental para que seus estudiosos e técnicos expusessem suas teses com muito cuidado e sutileza retórica (Bianchi e Salviano, 1996). Destarte, mesmo tendo conhecimento claro dos vários problemas internos e do interesse dos grupos dominantes na manutenção do *status quo*, Prebisch parece ter evitado taticamente escrever de forma explícita e dura contra os grupos sociais internos ao defender o desenvolvimento da América Latina (Prebisch, 1981).

Isso, contudo, e é bom que se diga claramente, não significa que Prebisch e os demais cepalinos tenham partilhado, sequer veladamente, das teses da dependência como defendidas por outras escolas de pensamento. O que se afirma aqui é que a partir dos anos 1960, com a publicação do livro *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latino Americano*, estes autores explicitaram algumas preocupações antigas e aproximaram-se da problemática proposta pela idéia de dependência.

¹⁵⁸ A CEPAL já foi discutida no capítulo 2 e o pensamento cepalino se confunde com Raul Prebisch. Por isso não se apresentará, aqui, uma pequena biografia do autor. Do mesmo modo, o livro citado já foi comentado e não será aprofundado aqui.

Os escritos posteriores de nomes ligados à CEPAL parecem confirmar essa proposição. Fernando Fajnzylber é paradigmático. Este pesquisador nasceu em Santiago, em 1940, ingressando, em 1958, no curso de ciências econômicas na Universidade do Chile. Trabalhou para organismos da ONU e, em 1971, integrou o governo Salvador Allende (Chile). O golpe militar perpetrado pelo General Augusto Pinochet, em setembro de 1973, todavia, exilou Fernando Fajnzylber no México. Seus trabalhos, com forte viés em economia industrial, ganharam notoriedade nesse período por perceberem a especificidade do processo produtivo-industrial dos países latino-americanos, suas deficiências e a necessidade de reformas sociais. Em 1986, Fajnzylber assumiu a direção do Departamento de Desenvolvimento Industrial da CEPAL e liderou uma difícil transição em direção a uma nova estratégia de desenvolvimento para os países do subcontinente¹⁵⁹.

Seus estudos mais famosos, *La Industrialización Trunca de América Latina* (Fajnzylber, 1983) e *Industrialización en América Latina: de la 'caja negra' ao 'casillero vacío'* (Fajnzylber, 1990), interpretaram o processo de industrialização nessa parte do globo, focando seus problemas e as dificuldades para fazer avançar o desenvolvimento.

Em *La Industrialización Trunca de América Latina*, por exemplo, Fajnzylber percebe a fraqueza do processo de industrialização na região. Segundo ele, embora a nova ordem mundial implantada com a Guerra Fria tenha permitido aos países do subcontinente implantar uma nova dinâmica econômica, apoiada na demanda interna e no investimento, o fez baseado na liderança e no modelo das multinacionais que se espalhavam pelo mundo. Na América Latina, essas empresas têm um papel primordial, pois terminaram por direcionar a industrialização em detrimento de esforços pela construção de um desenvolvimento nacional autônomo. O resultado, nas palavras de Fajnzylber (1983), é que

“se reprodujeron, pues, en la región las tendencias que resultaban estrictamente funcionales a la transformación productiva de los países avanzados: la satisfacción de las necesidades básicas de los países avanzados inducía a o desarrollo de los bienes de consumo duraderos y la creciente diversificación de los mismos. La escasez de recursos naturales, unida a o acceso barato a o petróleo, estimulaba a sustitución de productos naturales por sintéticos, lo que se expresaba en el rápido crecimiento de la rama química, la intensificación de la competencia internacional y, finalmente, la presión salarial y sindical estimulaban una expansión rápida de la maquinaria e equipo.” (Fajnzylber, 1983: 159)

¹⁵⁹ Para maiores detalhes e o conteúdo das propostas da Nova Cepal, ver Amorim (2002).

A adoção desse padrão industrial exigiu crescentes investimentos e, como a industrialização da América Latina se fez através da liderança exercida pelas empresas multinacionais¹⁶⁰, tornou-se muito mais eficiente, do ponto de vista microeconômico, importar bens de capital em detrimento da indústria de máquinas e equipamentos local.

O resultado não podia ser outro: uma indústria local de bens de capital fraca, impossibilitada de investir em tecnologia e, tão grave quanto, incapaz de fechar o “fluxo circular da renda” gerado nos países¹⁶¹. Este era apenas mais um dos problemas da indústria que se somava a outros descritos por Fajnzylber (1983), como

“(…), trunca en su componente de bienes de capital, liderado por empresas que cuya perspectiva a largo plazo era ajena a las condiciones locales y cuya innovación no solo se efectuaba principalmente en los países de origen sino que, además, era estrictamente funcional a sus requerimientos.” (Fajnzylber, 1983: 182)

Todavia, tudo isso, na verdade, refletia a inexistência de um plano de desenvolvimento industrial concebido e levado a cabo por agentes nacionais. Parece estar implícito que a base empresarial latino-americana permitiu e/ou colaborou com a liderança exercida pelas multinacionais, tornando-se incapaz de articular uma estratégia industrial contextualizada com os recursos e carências nacionais.

Longe desses problemas, os países avançados haviam encontrado uma forma sustentada de realizar seu desenvolvimento. Fajnzylber (1983) percebe que há neles um ‘*círculo virtuoso acumulativo*’,

“(...) que vincula e retroalimenta crecimiento con productividad. Se observa así una clara relación entre el crecimiento industrial y el incremento de la productividad en los distintos países avanzados.” (Fajnzylber, 1983: 38)

Essa vinculação se faz através da relação entre maior crescimento gerando maior incorporação de gerações sucessivas de equipamentos portadores de progresso técnico. Essas

¹⁶⁰ A diferenciação entre empresas multinacionais (com clara liderança da matriz) e transnacionais (cujo capital deixa de ter pátria) parece descabida. Se as decisões estratégicas são tomadas na matriz, a tecnologia de ponta é desenvolvida nos países avançados, também os trabalhos principais de *design* vêm do exterior e o treinamentos dos executivos segue padrões ditados pela matriz, não é razoável que crer que as diferenças sejam apenas superficiais. Deste modo, continuaremos trabalhando com o conceito de multinacionais.

¹⁶¹ Também o elevado protecionismo alfandegário que caracterizou a industrialização latino-americana não estimulava o desenvolvimento, caracterizando-se como *frívolo*, posto que “(...) amparaba una reproducción indiscriminada, pela escala pequeña, de la industria de los países avanzados (...)” (Fajnzylber, 1983: 182) *Proteccionismo frívolo* se opõe ao *proteccionismo para aprendizagem*, cujo objetivo era proteger o mercado interno sob uma estratégia para aprendizado visando, futuramente, a conquista do mercado internacional. Segundo Fajnzylber (1983), a elevada proteção alfandegária latino-americano tem suas raízes na fraqueza do setor empresarial nacional, garantindo, dessa forma, a rentabilidade e a sobrevivência dos setores não expostos à concorrência internacional. Ou seja, não poderia surgir daí uma exportação industrial significativa.

novas tecnologias transformam a organização industrial e aproveitam as economias de escala geradas pelo próprio crescimento econômico. Moto contínuo,

“el incremento de la productividad, a su vez, permite incrementar el mercado a través de la elevación de remuneraciones; intensificar (...) los recursos destinados a investigación y desarrollo; financiar la expansión requerida de los servicios públicos de infraestructura sin, por lo tonto, afectar la capacidad financiera de las empresas para sostener la expansión.” (Fajnzylber, 1983: 35)¹⁶²

Somando as duas realidades, fica patente a elevada gravitação da América Latina em relação aos países desenvolvidos (Fajnzylber, 1983), pois:

1. há baixa participação da indústria bens de capital na produção manufatureira dos países latino-americanos. Ou seja, quando comparados aos países avançados, os países da região são fracos exatamente no setor estratégico por excelência em termos de desenvolvimento;
2. isso frente à posição latino-americana de importadora de tecnologia e máquinas em um mundo onde 87,5% das exportações de bens de capital são geradas a partir de países avançados; e
3. nesse contexto, destaca-se a importância das multinacionais na região, em grande parte causadora do problema apontado no item 1.

É dessa mesma maneira que, em 1990, Fajnzylber observa criticamente a realidade latino-americana. Para ele,

“se enfrenta simultáneamente el desafío de reactivar el sector empresarial, reorientar la actividad productora, favorecer la articulación de la industria con los recursos naturales y con los servicios, idear estrategias y políticas, y fortalecer diversas instituciones publicas y privadas que influyen sobre el funcionamiento del sector industrial.” (Fajnzylber, 1990: 35)

A dificuldade para realizar esta tarefa, no entanto, faz Fajnzylber (1990) propor, não o enfrentamento, mas o contorno dos obstáculos, ferindo o atual *status quo* a partir do seu próprio sucesso. Na opinião de Bielschowsky (1998), Fajnzylber reconhece

“(...) las insuficiencias del modelo industrializante del pasado, que habría sido poco receptivo al progreso técnico, y [era] paralizado con frecuencia por las actitudes ‘rentistas’ de las clases empresariales locales” (Bielschowsky, 1998: 18)

¹⁶² Haveria mais. Se o crescimento pode ser sustentado pelos ganhos de produtividade e progresso técnico, maiores ainda eles seriam, caso se aproveitasse os ganhos de escala proporcionados pelo comércio internacional. E foi exatamente isso que alguns países avançados fizeram, afinal, *“(...) mientras mayor sea el crecimiento de la productividad y el ritmo de innovación tecnológica, mayores serán las posibilidades de competir en el mercado internacional, con el estímulo adicional de las correspondientes economías de escala, que a su vez intensifican crecimiento, productividad y progreso técnico.”* (Fajnzylber, 1983: 49)

Era necessário para ele criar uma nova estratégia de desenvolvimento que proporcionasse crescimento econômico e realizasse uma distribuição mais equitativa dos ganhos, a fim de minorar a pobreza e a desigualdade e dar padrões mais austeros de consumo e de poder às sociedades latino-americanas. Todavia, para evitar uma redistribuição muito conflitiva, tornava-se necessário manter circunstancialmente as alianças conservadoras tomando parte do progresso tecnológico mundial e, só assim, a partir do crescimento econômico, rompê-las gradualmente, enfraquecendo os grilhões do atraso.

Segundo ele, a estrutura agrária latino-americana está intimamente relacionada à distribuição de renda dos países da região. Em parte, como na CEPAL clássica,

“en la América Latina, la insuficiente transformación estructural de la agricultura tendría como expresión concreta, además de la desigual distribución del ingreso, cierto componente de rentismo incorporado a las elites nacionales” (Fajnzylber, 1990: 75)

Essa relação é facilitada pela mão-de-obra sobrando que é expulsa do campo, tanto pelas grandes como pelas pequenas propriedades, formando legiões de despossuídos que migram para as cidades e passam a ocupar-se de serviços de menor qualificação, remuneração e produtividade. Ou seja, como em Prebisch (1968), para Fajnzylber (1990) parece tratar-se de uma massa de trabalhadores desempregada ou sob desemprego disfarçado, elevando a temperatura das tensões sociais.

Esse mercado de trabalho urbano, constituído por uma mão-de-obra desqualificada e pobre — devido à ausência de reformas sociais —, é incapaz de tornar-se o elo de consumo massificado, típico dos países avançados¹⁶³. O resultado é, como também vê Furtado (1974), uma

“(...) elite rentista aspira a propagar el modo de vida de los países avanzados y lo logra, cualquiera sea el costo privado y social, no solo en su consumo directo, sino también difundiendo valores y opciones de inversión física congruentes con el hipotético y comprometido acceso de ese modo de vida al resto de la sociedad (...).” (Fajnzylber, 1990: 93)

Em resumo, o que se tem é *uma concentração de renda tanto social quanto setorial e regional que implica em uma estrutura societal que obstaculiza o próprio progresso técnico e, desse modo, o desenvolvimento.*

¹⁶³ Se for possível uma aproximação entre Fajnzylber e Florestan, vê-se que a estrutura da pirâmide social influenciou os caminhos seguidos pela industrialização e até mesmo os ‘medos’ sociais das elites, explicando em parte, suas opções políticas (Fernandes, 1972).

Em outras palavras, há a formação de um círculo ao contrário do identificado por Fajnzylber (1983) nas economias avançadas. Aqui, ele não é virtuoso, embora seja acumulativo, pois uma estrutura agrária concentrada, ao liberar mão-de-obra desqualificada e pobre, põe, nas portas das cidades e das indústrias, trabalhadores capazes de aceitar baixos salários e com dificuldades para organizar-se. Tal situação cria uma dupla aliança e um duplo interesse para as elites:

1. uma população pobre pode tornar-se perigosa ao modelo econômico atual e, assim, cabe a quem está sendo privilegiado tentar, por meio de alianças, sustentar-se no comando estratégico dos países. Dessa forma, a elite industrial preferiu aliar-se à conservadora oligarquia agrária e ao capital internacional;
2. o duplo interesse nasce do fato de as alianças acima permitirem a manutenção da estrutura social que possibilita elevado grau de exploração do trabalho e, por isso mesmo, de um caráter rentista à produção local¹⁶⁴.

Destarte, desenvolver os países da América Latina e superar suas tristes realidades de desigualdade e desarticulação social demanda transformar as sociedades. Uma transformação não só na estrutura produtiva, mas também na distribuição dos ganhos econômicos e do poder, ou seja, uma *transformação produtiva com equidade social*.

De outro modo, o problema está

“en la medida en que la elite de las sociedades latino-americanos siga cifrando su esperanza en la aspiración miope y prosaica de calcar, en la cima de la pirámide de ingresos, el patrón de vida de los países avanzados, haciendo caso omiso del hecho de que ese patrón aun en los Estados Unidos, su país de origen, resulta difícil de sostener y, más aún, intente propagarlo como aspiración colectiva al resto de la sociedad (conformando a ese objetivo la estructura de uso del territorio, de la energía, del transporte y de las comunicaciones), se podría asistir a una evolución tal que donde hoy hay un casillero vacío, mañana se llegaría a otra situación, de consecuencias imprevisibles, cual sería de que el casillero mas concurrido fuera el de estancamiento con desarticulación social.” (Fajnzylber, 1990: 165)

Ou seja, surge dos estudos de Fajnzylber a idéia de que é preciso vencer as alianças conservadoras, evitando conflitos através do crescimento econômico, realizando-se, para isso, uma **transformação produtiva com equidade social**.

3.2.3. A abordagem da dependência a partir da dominação de classe

A última das três abordagens da dependência tem em comum com as duas anteriores a clara visão de que a América Latina não constitui uma região atrasada historicamente. Os países do subcontinente são parte integrante do sistema capitalista contemporâneo, com papéis definidos na divisão internacional do trabalho e movem-se num contexto de crescente internacionalização do capital sob uma dinâmica que não comandam (Palma, 1978). Desse contexto, surgem duas outras semelhanças entre as abordagens: 1. por estarem imersos em um sistema capitalista internacional cuja dinâmica não comandam, estes países têm um conjunto limitado de opções de futuro a sua frente; 2. para entender essas sociedades é preciso, primeiro, compreender os determinantes gerais e contemporâneos do sistema capitalista mundial.

Mas as semelhanças parecem esgotar-se aí. Em primeiro lugar, ao oferecer um olhar mais complexo sobre a sociedade nacional periférica, esta terceira abordagem conseguiu perceber que as multinacionais que para cá vieram colocaram por terra a hipótese da inviabilidade da industrialização da América Latina e, deste modo, também a questão da inviabilidade do desenvolvimento capitalista em países dependentes (Palma, 1978).

Isso não significa que os autores dessa abordagem vissem o desenvolvimento dependente como “promissor” ou “benéfico” para o conjunto da sociedade. Todas as mazelas do subdesenvolvimento são percebidas e explicadas, porém a partir das forças sociais da própria sociedade periférica e não mais como reflexo da exploração imperialista executada pelos países do centro.

A diferença mais importante está no tratamento da realidade histórica da América Latina. Para os autores desta abordagem, não é possível compreender os processos sociais e econômicos latino-americanos se não se perceber como o ambiente geral — o capitalismo mundial, seus movimentos, interesses e pressões sobre as economias periféricas — e o específico — as classes sociais internas, a força política de cada grupo, as condições materiais de produção e as trocas que

¹⁶⁴ Uma abertura radical da economia poderia colocar em evidência o sistema industrial rentista, mas também arriscaria provocar um retrocesso industrial e uma volta ao padrão de integração ao mercado mundial baseado em matérias-primas e intermediação financeira. (Fajnzylber, 1990)

se estabeleceram com o exterior — interação nas situações concretas de cada país. Nas palavras de Palma (1978: 910):

“It is only by understanding the specificity of movement of these societies as a dialectical unity of both, and a synthesis of the ‘internal’ and ‘external’ factors, that one can explain the particularity of social, political and economic process in the dependent society.”

É com essa preocupação histórica, indo além, portanto, da observação econômica e cultural dos grupos anteriores, que surge um dos nomes mais importantes das ciências sociais brasileiras: Prof. Florestan Fernandes. Sua trajetória intelectual e de vida são tão interessantes e ricas quanto seu trabalho teórico.

Filho de imigrante portuguesa pobre, empregada doméstica e “mãe solteira”, Florestan passa sua infância entre casas luxuosas e cortiços¹⁶⁵. Desde cedo obrigado a trabalhar, abandona os estudos, retomando-os apenas aos 17 anos, quando era garçom e um colégio instalou-se perto do bar. Porém, foi a partir da sua entrada na recém criada Universidade de São Paulo que a vida do rapaz pobre mudou. Sua escolha, é bom que se diga, esteve restrita aos cursos de meio período (posto que trabalhar era preciso), ingressando por isso, sem muita convicção, no curso de ciências sociais. Na universidade, sua dedicação aos estudos foi reconhecida, publicando alguns artigos e, ao final da graduação, sendo convidado pelo Prof. Fernando Azevedo a tornar-se seu assistente. A partir dali, resolve seguir a carreira acadêmica, prestando exame para o mestrado da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Ao fim do seu doutorado, é convidado pelo Prof. Roger Bastide para coordenarem, juntos, uma pesquisa importante, encomendada pela UNESCO. O tema, relações raciais brasileiras, marcaria Florestan e mudaria o escopo de suas preocupações, enfatizando agora a formação e a evolução da sociedade brasileira. O retorno para a França do mesmo Prof. Bastide, faz Florestan assumir sua cadeira na Universidade de São Paulo, onde atrai jovens brilhantes como Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, seus auxiliares. A trajetória de Florestan é pontuada por trabalhos importantíssimos para o entendimento do Brasil, revelando também uma atitude engajada na transformação da realidade opressiva do país. Homem acadêmico, mas politizador e atuante, Florestan foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores em 1986 e reeleito em 1990.

¹⁶⁵ A fonte dessas informações foi RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2008.

Sua rica obra exprime uma preocupação clara com a superação das mazelas vividas pelo Brasil e, estas, por sua vez, estariam ligadas à problemática da dependência. Assim, e para o que interessa a esta tese, a primeira coisa a ter claro é que para Florestan Fernandes, o *capitalismo dependente* é uma realidade social *específica* na qual a convivência de forças produtivas em diferentes idades históricas é necessária devido às *relações funcionais que estas possuem entre si*. Isto é, dentro do capitalismo dependente, o *moderno* e o *arcaico* não sobrevivem um sem o outro. Mas o que é, qual a forma, qual a razão de ser de um país dependente?¹⁶⁶

As *economias dependentes*¹⁶⁷ podem ser caracterizadas por: a) possuírem uma *ordem capitalista interna, mas dinamizada a partir de fora* e, portanto, subordinada a um crescimento econômico, político e sociocultural controlado pelas nações hegemônicas *sempre associadas aos interesses dominantes internos*. Assim, através da decisão política sobre o caráter da modernização, esses interesses associados filtram as imposições do mercado mundial e organizam a sociedade, copiando/transferindo instituições típicas das nações hegemônicas; e b) uma inserção muito específica no mercado mundial que lhe dá uma *autonomia apenas relativa*. São economias montadas para serem fontes de excedente para as nações hegemônicas, mas, ao mesmo tempo, dependentes das aplicações desse mesmo excedente para se reproduzirem. Nesse sentido, a expansão não é determinada predominantemente por impulsos ou comandos vindos de fora e nem mesmo exclusivamente por forças internas, mas por uma combinação que define “(...) *os dinamismos da sociedade de classes em função dos requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista*” (Fernandes, 1975: 75).

Por isso mesmo, segundo Fernandes (1972: 26),

“(...) *seu próprio crescimento econômico interno espelha, estrutural e dinamicamente, a natureza, a intensidade e a variação ou a flutuação das economias nacionais a que se associam heteronomicamente*”.

No entanto, é importante ressaltar, isso não significa que o capitalismo dependente seja um acidente ou esteja atrasado. Na verdade, cumpre um papel contemporâneo: constitui-se fonte importante para a acumulação de capital em nível mundial, através da sobre-apropriação repartida do excedente econômico.

¹⁶⁶ O trecho a seguir, sobre Florestan Fernandes, foi escrito em colaboração com Fernando Alberto Sampaio Rocha para artigo ainda não publicado.

¹⁶⁷ É importante ressaltar que tratamos aqui das economias dependentes latino-americanas e, portanto, além de dependentes, subdesenvolvidas.

Como se forma essa dependência? As raízes da dependência nascem no momento da *colonização*. Os portugueses que para cá vieram, trouxeram um modelo de civilização constituída pelas etapas finais da crise do mundo medieval, o que, por si só, traz uma implicação importante: a sociedade que se forma na colônia não pode ser o embrião de uma democracia, mas sim de uma *sociedade segmentada em estamentos de mobilidade social difícil, onde se desprivilegia o trabalho*. A grande lavoura de produtos exportáveis exemplifica isso: uma rígida especialização, associada a grande escala do latifúndio e ao trabalho escravo. Essa estrutura produtiva conduz a uma *extrema concentração da renda* e principalmente do *poder* nas mãos dos homens ricos de origem européia. Ou seja, temos aqui uma segunda dualidade¹⁶⁸ de grande importância para o entendimento da dependência: a segmentação da sociedade entre possuidores e despossuídos.

No processo de independência política, a sociedade não sofreu alterações econômicas significativas. Para o autor em tela,

“(...) a formação de um Estado nacional independente desenrolou-se sem que se processassem alterações anteriores ou concomitantes na organização da economia e da sociedade. Portanto, ela se deu sem que o regime de castas e estamentos sofressem qualquer crise (...). Sob esse aspecto, a inclusão da economia brasileira no mercado mundial representou um simples episódio do ciclo de modificações dos laços coloniais, no quadro histórico criado pela elevação da Inglaterra à condição de grande potência colonial. Os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos”. (Fernandes, 1972: 10)

É durante esse período, pode-se dizer, neocolonial, que os setores dominantes continuam no controle do poder e apenas reorganizam a repartição do excedente econômico. No entanto, as diferenças sociais e a dinamização da economia a partir de fora (primeira dualidade) continuam presentes.

Na esteira dessas transformações está a Revolução Industrial na Europa. Com ela, os países recém saídos de uma situação de colônia inserem-se no mercado mundial de uma nova forma: fornecedores de matérias-primas e alimentos para indústria. É também nesse período que o trabalho livre é aqui implantado. Mas para que isso fosse realizado, o Estado precisou modernizar,

¹⁶⁸ A primeira dualidade apareceu acima: uma economia dependente e seu contraponto, a economia imperialista. É preciso esclarecer, no entanto, que a presença do termo dualidade aqui se deve ao fato do autor usá-lo com o sentido de contraditórios que se relacionam e se constroem. Nesta tese, porém, o termo já foi usado para indicar pólos que pouca interação sofrem no processo de reprodução social. Assim, deve ficar claro que o sentido utilizado por Fernandes não é o mesmo usado na tese e, por isso, apenas nesse trecho, para não ofender o texto do autor, será mantido o termo com o sentido de contraditórios. No restante, optou-se por diferenciar *dualidade* de *contraditórios*, dando-lhes sentidos diferentes.

com modelos e tecnologia importada, a infraestrutura necessária à eficiência e ao barateamento da produção dos bens exportáveis locais.

Nesse momento, e isso é muito importante, fica clara a necessidade de que

“as influências externas atingissem todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura (...). Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”. (Fernandes, 1975: 16)

Observa-se, portanto, que, com esse nível de penetração econômica e intelectual, torna-se crescentemente desnecessária e mesmo sem sentido a repressão violenta de qualquer intenção libertária ou de real autonomia dos povos, posto que as relações sociais internas estejam agora imbricadas, por interesse dos próprios grupos líderes locais, com os destinos e desejos dos países ricos.

De qualquer modo, nessa nova fase, marcada basicamente pela lavoura exportadora de café, a agricultura continuou a fonte de captação de excedentes e de riqueza, constituindo-se peça chave na continuação da extrema concentração de renda e poder, através do comando familiar. Os trabalhadores, no início escravos e depois homens formalmente livres, continuaram em seu papel de despossuídos e não iguais dentro da sociedade. No fundo, isso significa que as mesmas dualidades permanecem.

A última fase da dominação surge com a *transnacionalização* das grandes empresas de nações hegemônicas. Esta expansão reorganizou a maneira de levar a produção adiante, a relação capital-trabalho, a propaganda e a difusão ideológica, etc. Há uma importação de padrões de comportamento, consumo, idéias e instituições que ligam cada vez mais o destino do país dependente ao controle das economias imperialistas, porém, e isso é muito importante, com um agravamento: *exercido a partir de dentro!* A burguesia local associada e interessada na entrada de companhias estrangeiras não tem condições de (e não quer) realizar uma revolução burguesa de caráter nacional até seu limite e romper com setores arcaicos e superar seus laços de dependência. Mas por quê?

Devido a sua evolução histórica. Aqui o capitalismo maduro não irrompe completamente, nascendo, mas fazendo, ao mesmo tempo, o movimento de conciliar-se com o antigo regime. Por se tratar de um capitalismo com formação específica,

“(...) classes e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social inerente a sociedade de classes”. (Fernandes, 1975: 35.)

Em outras palavras, foi necessário ao capitalismo *ajustar-se (e não superar)* a estrutura social brasileira e seus restos de coloniais, criando uma grande distorção em relação ao clássico modelo europeu de sociedade de classes. O capitalismo que faz das classes sociais o elemento dinâmico da sociedade, encontrando aqui a segunda dualidade, teve o dinamismo de seus elementos revolucionários inibidos, ajustando-se, e tornando a sociedade pouco afeita a mudanças.

Por outro lado, não havendo canais pelos quais fluam as tensões sociais, a *instabilidade política tornou-se inevitável*. O receio de mudança da ordem conduz a burguesia aliada e acostumada ao capital estrangeiro, a uma aliança estratégica: unir-se às nações hegemônicas e imperialistas, enfraquecendo e mantendo distante das decisões os demais grupos sociais internos. Assim, mantiveram-se os laços de subordinação das dinâmicas econômica, política e cultural, porém não mais através de laços coloniais armados, mas sim por meio de um arranjo complexo de interesses entre a burguesia local (urbana e agrária) e o capital estrangeiro.

Em outras palavras, agora, são as decisões da burguesia local que realizaram e realizam a dualidade externa, utilizando para isso o poder que possuem para impor sua vontade. No entanto, manter essa estrutura social, na ausência de canais de vazão para as tensões sociais, obriga a burguesia a utilizar também *formas pré-capitalistas de autoproteção*, tanto através da violência econômica, política, cultural e, se necessário, física. Nas palavras de Florestan,

“as classes possuidoras e privilegiadas percebem claramente a falta de alternativas e trabalham no sentido de se protegerem contra a rigidez da situação histórica, que elas mesmas criaram”. (Fernandes, 1975: 40)

Ou, de outra maneira mais geral,

“a base estrutural com que contam [os burgueses], para se firmar como classe em si e para si, é tão fraca, que não podem despojar a ordem social competitiva de arranjos variavelmente pré ou extra-capitalistas. (...) Qualquer ameaça à estabilidade da ordem adquire a feição de uma catástrofe iminente e provoca estados de extrema rigidez estrutural (...)”. (Fernandes, 1975: 70)

Deste modo, é insofismável que a explicação para a dependência esteja na forma como se dá a *relação entre as classes*. Por isso mesmo, encontra-se no capitalismo dependente a coexistência de estruturas econômicas, políticas e educacionais modernas e arcaicas convivendo e articulando-se, posto que sejam funcionais e fundamentais para a continuidade da expansão da

economia dentro da ordem. O motivo, todavia, é *moralmente* condenável: tal articulação permite a existência de uma base para a exploração externa e a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder, perpetuando a liderança de grupos sociais específicos.

Nesse sentido, os *setores dominantes, tradicionais e modernos, unem-se* no resguardo de formas mais ou menos espoliativas de acumulação¹⁶⁹. Porém, essas formas só são possíveis se se mantêm os demais setores sociais, marcadamente os trabalhadores, excluídos dos centros de decisão, da renda e da educação. Isso não pode ser conseguido em uma sociedade verdadeiramente competitiva. Então, só resta aos “donos do poder” manter a exclusão dos setores despossuídos da sociedade e oprimir caso surja alguma força realmente democrática. Em outras palavras, a burguesia, ao unir-se ao capital financeiro internacional, isolando as classes mais baixas, tornou-se dependente econômica e culturalmente das nações hegemônicas. A política interna, então, será expressão dessa dependência que deve ser mantida em favor da continuidade da sua dominação. Nesse sentido, detendo o poder interno, o grupo dominante implantou e mantém, para si e para o capital estrangeiro, um modelo de capitalismo moderno e cosmopolita, mas não autônomo nem desenvolvido.

De outro modo, para produzir e reproduzir essas relações foi necessário impedir a construção uma sociedade competitiva na sua inteireza. Excluindo parcelas significativas da população, colocando-as sob formas não capitalistas de trabalho, tornou a sobre-exploração possível, conseguindo assim uma sobre-apropriação a ser repartida com o capital estrangeiro. Essa exclusão da ordem social competitiva permite ainda manter política, econômica e culturalmente os despossuídos em estado de anomia, com baixa organização e reivindicação de direitos.

Resumindo com as palavras do próprio Prof. Fernandes (1975: 72):

“(...) a ordem social competitiva se estrutura, sob o capitalismo dependente, em função de padrões de extrema desigualdade econômica, sociocultural e política, aparentemente irreconciliáveis com a organização em classes e com o próprio capitalismo. Contudo, são tais padrões de desigualdade estrutural que asseguram não só a existência e a continuidade, mas também o crescimento e o desenvolvimento da ordem social competitiva, que é possível sob o capitalismo dependente.”

Tudo isso compõe, através dos livros e teses do Prof. Florestan Fernandes, um dos modelos para a abordagem da dependência mais ricos e interessantes. Tanto assim que seu

imponente e combativo edifício intelectual influenciou importantes pesquisadores da geração seguinte. Um deles, orientando de Florestan Fernandes durante sua pós-graduação, tem para essa tese importância fundamental: o Prof. Fernando Henrique Cardoso. O seu mérito mais importante no estudo da dependência foi deslocar, com clareza metodológica, a abordagem da dependência das relações externas e do imperialismo para as relações sociais dentro dos países (Love, 1998).

Cardoso¹⁷⁰ nasceu no Rio de Janeiro numa família de militares. Graduiu-se em sociologia pela Universidade de São Paulo e, também lá, sob orientação de Florestan Fernandes, doutorou-se em 1961. Já como professor, fez parte do grupo de discussão organizado na USP para discutir ‘O Capital’ de Karl Marx e que terminou por influenciar sua trajetória intelectual. Com o golpe de 1964, deixa o Brasil e vai morar inicialmente no Chile e, depois, na França¹⁷¹. No primeiro país, trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e no Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), onde também foi professor. Em 1967, já em Paris, lecionou na Universidade de Paris-Nanterre. De volta ao Brasil, ocupou cadeira de política da USP e, mais tarde, ajudou a fundar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Seu livro mais famoso, escrito em parceria com Enzo Faletto, saiu em 1969: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Poucos anos depois, aproximou-se da política e, em 1981, assumiu a cadeira de Franco Montoro no Senado, posto que este último fora eleito Governador de São Paulo. Também exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco (1992-1993) e de ministro da Fazenda (1993-1994). Sua ligação com o plano de estabilização de preços que venceu a inflação no Brasil é hoje lembrado como um dos seus maiores legados para a economia brasileira. Na esteira dos bons resultados desse plano, candidatou-se a Presidência da República, elegendo-se em 1994 e reelegendo-se em 1998. Seu governo é tema de debate acirrado até hoje, sendo acusado por alguns de aliar-se à direita conservadora e exibir perfil neoliberal.

Como pesquisador, antes do seu principal livro, o Prof. Fernando Henrique Cardoso, em sua tese de doutorado, apontou, estudando as relações entre o capitalismo e a escravidão no Rio

¹⁶⁹ “Em suma, as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem.” (Fernandes, 1975: 42)

¹⁷⁰ Essas informações foram extraídas do portal do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) (endereço eletrônico: http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&id_conteudo=7, em 22/01/2010) e também Love (1998).

¹⁷¹ Gaspari (2002) afirma que Cardoso, dentro de um inquérito levado a cabo na USP, era considerado um ‘marxista violentíssimo’. Na verdade, uma bobagem sem tamanho daquele momento político.

Grande do Sul, que o país trazia características aparentemente contraditórias entre as formas de produção e isso estava relacionado com a maneira como o Brasil foi e estava inserido na divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, as formas ‘atrasadas’ de produção e a aparente irracionalidade da classe dominante conviviam bem e podiam ser funcionais com a inserção subordinada do país à economia internacional. Na verdade, as formas arcaicas de exploração do trabalho seriam, por vezes, criação do próprio capitalismo (Mantega, 1997).

Em outro livro importantíssimo para esta tese, *Empresário Industrial e Desenvolvimento*, de 1964¹⁷², Cardoso aproxima-se mais do que viria a ser a abordagem da dependência. Estava claro para o autor que o empresário brasileiro não poderia repetir sua função revolucionária nos mesmos moldes vividos na Europa, pois

“(...) o crescimento industrial nas áreas subdesenvolvidas realiza-se numa época em que não só as condições do mercado internacional são diversas e balizadas pela ação dos monopólios e grandes companhias, como o padrão técnico da produção é imposto pela ciência e pela prática industrial das economias já desenvolvidas.” (Cardoso, 1964: 41)

Todavia, o mais interessante é perceber que, para Fernando Henrique Cardoso,

*“na ‘passagem’ da situação de subdesenvolvimento para uma situação ‘em desenvolvimento’ a resistência e os impulsos não são ‘fatores’, mas ‘interesses’ e ‘oposições’ sociais. Isto quer dizer que, entre a estagnação e o dinamismo, não operam ‘forças’ no sentido de que, por exemplo, uma conjuntura econômica qualquer propicia a formação de requisitos para a industrialização e, como se a sociedade fervesse a 100°, de repente, instaura-se o desenvolvimento como uma forma de ebulição. Entre um momento e outro da história de uma sociedade, há a mediação de uma **luta** que reflete a tensão entre interesses e objetivos sociais diversos num duplo sentido: altera-se a posição da sociedade particular no conjunto das sociedades e modifica-se internamente a posição das camadas da sociedade que se está desenvolvendo. Por isso mesmo, não apenas os movimentos sociais que exprimem estas relações são o resultado de uma situação ‘objetiva’ (isto é, das ‘condições para o desenvolvimento’) como imprimem no curso do processo de desenvolvimento a marca dos interesses e propósitos que os animam.”* (Cardoso, 1964: 70. Grifo do autor)

Ou seja, já nessa publicação, Cardoso dá claros sinais de insatisfação com a forma como as análises sobre o desenvolvimento da América Latina vêm tratando o problema. Nem modelos econômicos mecanicistas, nem generalizações sobre determinados grupos sociais, nem, tampouco, a inobservância das condições específicas sobre as quais se promove as transformações de cada uma das sociedades. Nada disso parece atendido, na visão do professor, pelas teorias então em

¹⁷² Apresentado originalmente como tese de livre-docência em 1963.

debate. Era preciso ir mais a fundo nas próprias sociedades se se quisesse entender os limites, o potencial e os processos de desenvolvimento dos países da região.

Essa posição de Cardoso negava a tese em voga e partilhada pelo Partido Comunista e por estruturalistas, de que a burguesia nacional seria o grupo modernizador dos países, no caso o Brasil, capaz de levar adiante uma transformação em direção ao capitalismo independente e democratizante, o autor provou

“após uma minuciosa dissecação da burguesia industrial brasileira, (...) que essa classe não aspirava realizar qualquer ruptura com as oligarquias agrárias numa revolução burguesa, que a aproximaria do proletariado. Muito menos havia qualquer intenção de se afastar do capital estrangeiro, do qual ela queria mais era se tornar sócia, se não nas empresas, pelo menos no processo de acumulação” (Mantega, 1997: 39)¹⁷³.

O interessante é que percebe isso antes das multinacionais ganharem importância definitiva no país — deixando em segundo plano os industriais nativos — e mesmo do golpe militar de 1964 (Love, 1998).

Mas é na sua obra mais famosa, escrita junto com Enzo Faletto, *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, de 1969, que Cardoso vai além do debate e das aparentes contradições e propõe um esquema de análise, onde o projeto da burguesia local ganha contornos nítidos e a dinâmica da sociedade latino-americana evidencia-se. Este ensaio começa a ser elaborado a partir de 1965 e nele, segundo Love (1998), Cardoso tem responsabilidade sobre a perspectiva teórica, enquanto Faletto sobre a análise de história comparada.

Nesse estudo, os autores não se aproximaram dos problemas latino-americanos como era típico então, isto é, tratar o subcontinente como um subproduto da expansão do capitalismo, tornando sua história quase um mero reflexo dos ciclos dos países ricos. Na verdade, Cardoso e Faletto optaram por trabalhar com dois subsistemas, o externo e o interno, informando, assim, que os impulsos vindos de fora não eram os únicos nem tão pouco os determinantes últimos da vida socioeconômica dos países periféricos (Love, 1998). Isso abria um leque bastante amplo de possibilidades históricas que não se encerravam na inviabilidade do capitalismo industrial na periferia. Afinal, o interesse do capital internacional é acumular e o fazia aqui com sucesso, tendo ainda como sócio o capital local e o Estado como aliado (Love, 1998), criando, inclusive,

¹⁷³ É preciso levar em conta o momento político brasileiro na época da coleta dos questionários. No início dos anos 1960, o pacto populista estava sendo abandonado pela elite assustada com o a força das organizações populares. Assim, a burguesia também conspirava contra o governo João Goulart, aliando-se aos estrangeiros contra os sindicatos.

impedimentos fortes para quaisquer mudanças revolucionárias de poder que pudessem se processar no Brasil. Nas palavras de Cardoso (1995: *¹⁷⁴),

“(...) dentro da análise geral do capitalismo, tentávamos mostrar que as relações entre centro e periferia haviam mudado [no pós-guerra]. Ou seja, em oposição às visões deterministas que uniam a teoria do imperialismo à impossibilidade do desenvolvimento capitalista nos países periféricos, descrevíamos as novas relações de dependência que permitiam a industrialização das economias subdesenvolvidas.”

Esta era a novidade, segundo o autor. Mas aparentemente, apesar da novidade ou sendo ela resultado, Cardoso não se livrou completamente da influência cepalina. Isso fica muito nítido quando, como Love (1998) observa com muita propriedade, que o texto original de *Desenvolvimento e Dependência*, de 1965, possui clara filiação estruturalista e, quando do lançamento do livro em espanhol, verifica-se uma que o texto possui uma linhagem marxista menos óbvia¹⁷⁵. Nas palavras de Love (1998: 451), na primeira versão

“(...) os autores contestam as categorias parsonianas da teoria da modernização e mostram-se pessimistas quanto ao reformismo das burguesias locais, embora de uma perspectiva eclética. No texto original, nenhum autor marxista era citado, e as categorias marxistas estavam quase totalmente ausentes.”

Esta questão fica um pouco mais complexa porque no livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento*, portanto anterior à publicação de 1969, Cardoso inicia a construção de sua contribuição à abordagem da dependência e o faz trabalhando com categorias marxistas. Assim, como faz Love (1998), é possível afirmar que Cardoso era capaz de formular sua tese da dependência tanto sob os pilares da teoria estruturalista do subdesenvolvimento quanto sob o marxismo. Essa dubiedade e a origem cepalina das teses parecem ter impedido que Fernando Henrique Cardoso desse alguns passos fundamentais, superando determinados problemas em seu trabalho¹⁷⁶.

Mas o que dizia este livro polêmico de Cardoso e Faletto? Em primeiro lugar é preciso saber qual o objetivo declarado do estudo:

¹⁷⁴ * Indica que as páginas exatas não podem ser identificadas devido ao texto ter sido colhido da *internet* e não possuírem, por esse motivo, a formatação apresentada quando da sua publicação no jornal diário.

¹⁷⁵ Cardoso (1993b: 135) contradiz Love (1998) ao afirmar que “(...) desde as proposições iniciais partia-se da análise dialética: o que interessa era o movimento, as lutas de classe, as redefinições de interesse as alianças políticas que ao mesmo tempo em que mantém as estruturas, abrem perspectiva de transformação. As estruturas eram concebidas como relações de contradição e, portanto, dinâmicas”.

¹⁷⁶ A aparente dubiedade dos papéis entre a idéia de Nação e as relações de classe na construção da dinâmica das sociedades dependentes, como apontada por Weffort (1971), é um deles. Para uma discussão sobre o problema, ver a seção 3.3, desta tese.

“(...) explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, [requerendo assim] buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou um grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos.” (Cardoso e Faletto, 2004: 36)

Já é possível, então, perceber que o livro não está centrado na problemática da dependência, mas sim na questão do desenvolvimento, ou melhor, nas formas de desenvolvimento das economias periféricas latino-americanas (Mantega, 1997).

Em outras palavras, como discute Rodríguez (2009), a abordagem de Cardoso e Faletto busca observar as *situações concretas* de crescimento e mudança nos países da América Latina, inseridos dentro do contexto de expansão e desenvolvimento do capitalismo mundial. Para tanto, é necessário analisar as classes e grupos sociais que movem e dão direção aos processos, marcadamente na arena política, pois é nela que se criam as condições institucionais e as possibilidades de financiamento que tornam realizáveis os interesses dos grupos vencedores. Passa a estar, portanto, em destaque na pauta da análise as estruturas de dominação, como forma de apreender a dinâmica das relações de classe na busca pela prevalência dos interesses dos grupos¹⁷⁷.

Nesse sentido, é preciso ressaltar: os autores, superando a visão que colocava as economias do subcontinente como reflexo do que acontecia nos países centrais,

“(...) enfatizam justamente uma dinâmica interna ou os fatores internos para caracterizar um processo que tem muitos graus de liberdade ou distintas possibilidades, se bem persistam laços de subordinação. Em outras palavras, deve se considerar, sobretudo, a estrutura social e política desses países, ou as forças sociais e políticas que constituem suas estruturas de dominação, aí compreendidas as forças externas do capital estrangeiro ou do imperialismo, (...).” (Mantega, 1997: 44)

Por isso, deve ser claro, então, que não basta associar aos fatores econômicos fenômenos sociais, sobrepondo-os. Para que a complexidade social ganhe significado, é necessário um duplo esforço:

“(...) considerar a totalidade das ‘condições históricas particulares’ — econômicas e sociais — subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e externo, [e] por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes

¹⁷⁷ Nas palavras de Rodríguez (2009: 261): “(...) essa análise aponta para desvelar as especificidades da conformação e a mudança das estruturas de dominação desses países, marcadas pela coexistência e interação de grupos e classes internas com grupos de interesses externos a eles.”

e os movimentos sociais que 'põe em marcha' as sociedades em desenvolvimento. Requer-se, portanto, e isso é fundamental, uma perspectiva que ao reforçar as mencionadas condições concretas — que são de caráter estrutural — e ao destacar os móveis dos movimentos sociais — objetivos, valores, ideologias — avalize aquelas e estes em suas relações e determinações recíprocas.” (Cardoso e Faletto, 2004: 33)

Com essa aproximação, Cardoso e Faletto em seu livro clássico, superavam o que Cardoso, segundo Palma (1987), considerava cinco erros nas teorias da dependência até então:

1. a idéia de que o desenvolvimento capitalista na América Latina era impossível;
2. que o desenvolvimento dependente estaria baseado em elevada exploração da mão-de-obra e sobre o trabalho mal remunerado;
3. que a burguesia local não existiria enquanto ator social importante;
4. que a entrada das multinacionais levaria os Estados dos países dependentes a praticar políticas expansionistas, tipicamente subimperialistas; e
5. que o desfecho político do arranjo econômico e social dos países latino americanos levaria a apenas duas possibilidades: facismo ou socialismo.

Ou seja, com essa forma de abordar, a idéia de dependência propõe uma hipótese não-determinista em relação à história e às perspectivas do subcontinente, contemplando a possibilidade haver graus diferentes de autonomia em relação aos países centrais e, por isso mesmo, padrões de desenvolvimento vários com suas derivações econômicas e político institucionais (Rodríguez, 2009).

Deste modo, a dependência, entendida como

“(...) as condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno quanto ao externo” (Cardoso e Faletto, 2004: 40),

ao atrelar os países da periferia ao fluxo de riquezas, cultura e poder mundial, assume formas específicas em cada momento, de acordo com: 1. o padrão de acumulação mundial; 2. a principal forma de acumulação de capital; 3. o país dominante; e 4. as relações que se estabelecem entre a economia dependente e o centro. Nesse sentido,

“(...) poder-se-ia dizer que cada forma histórica da dependência produz um arranjo determinado entre as classes, não estático, mas de caráter dinâmico. A passagem de um para outro modo de dependência, considerado sempre de uma perspectiva histórica, deve ter se fundado em um sistema de relações entre classes ou grupos gerados na situação anterior.” (Cardoso e Faletto, 2004: 49)

Explicando melhor: falar no subdesenvolvimento latino-americano não é falar em estruturas econômico-sociais atrasadas ou mesmo desviantes dos processos supostamente sadios de desenvolvimento vividos pelos países ricos. Se o subdesenvolvimento nasceu da expansão do capital comercial e depois industrial, vinculando, num mesmo mercado, economias em graus desiguais de diferenciação produtiva, é de se esperar que estas passassem a ocupar posições distintas no sistema capitalista mundial. Ou seja, não se trata de diferença na etapa de desenvolvimento, mas, sim, de função dos países na divisão internacional do trabalho (Cardoso e Faletto, 2004). Portanto,

“há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma como se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe” (Cardoso e Faletto, 2004: 39),

forjando a raiz do problema da dependência¹⁷⁸.

Deste modo, é preciso ter claro que as diferenças de condições históricas entre o desenvolvimento originário dos países de industrialização antiga e a América Latina são qualitativas e evidentes e, portanto, o sistema capitalista supunha, já no seu início, a relação entre economias centrais e periféricas. As economias subdesenvolvidas que se formam com a expansão mercantil, ao serem incorporadas ao mercado, tendem a assim permanecer, como economias periféricas, posto que seja muito difícil escapar as relações estruturais que se estabelecem interna e externamente desde que se consolida a integração ao mercado mundial. Nas palavras de Cardoso:

“(...) quando se dá a passagem da situação colonial às situações de dependência dos Estados-Nacionais, observa-se:

a) que esta passagem implica em criação de um Estado que responde aos interesses das classes proprietárias locais;

*b) mas que estas têm sua situação estrutural definida no quadro mais amplo do sistema capitalista internacional, articulando-se e subordinando-se às burguesias conquistadoras do mundo ocidental e às classes que a sucedem, de tal modo que se estabelecem alianças que unificam, **dentro do país**, embora de forma contraditória, os interesses externos com os dos grupos dominantes locais.*

c) como consequência, as classes dominadas locais sofrem uma espécie de dupla exploração: devem produzir um excedente que satisfaça ao empresário local e ao internacional.” (Cardoso, 1993b: 134. Grifo do autor)

Mais: essas economias, desde que ligadas aos centros, passam a sofrer agora as distintas fases do capitalismo, pois, tendo sua estrutura econômica organizada pela elite em função dos

¹⁷⁸ Repare que esta forma de ver o problema trará um senão a maneira como Cardoso e Faletto (2004) trabalharam com as questões de classe. Weffort (1971), porém, esteve atento ao problema. O assunto será tratado na seção 3.3.

mercados existentes — até o século XX, sempre externos — orientam suas relações sociais sob enorme influência dos países ricos (Cardoso e Faletto, 2004).

Neste sentido, aplicando o conceito de dependência à América Latina, ressalta-se que “(...) *o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relações dos grupos sociais de cada país entre si e com os grupos externos*” (Cardoso e Faletto, 2004: 43), mas sem atribuir a ele a responsabilidade pela dinâmica do desenvolvimento, um problema que passa, marcadamente, pelos filtros internos. Tanto assim que, como bem observa Goldenstein (1994), para esses pesquisadores não há nexos imediato e direto entre a constituição de centros nacionais de decisão (conceito cepalino) e a diferenciação do sistema econômico, podendo este último avançar para etapas sofisticadas de industrialização. Isso porque, segundo a professora,

“a antiga dicotomia estabelecida pela CEPAL entre industrialização nacional ou dependência é superada. A industrialização, pelo menos no Brasil, já era uma realidade [na época em que Cardoso e Faletto publicaram] e não necessariamente nacional; pelo contrário, os investimentos estrangeiros representavam cada vez mais um elemento de dinamismo para o país.” (Goldenstein, 1994: 42)

Segundo Cardoso e Faletto (2004), quando se coloca o objetivo de criar uma nação, os centros de decisão política tentam sobrepor sua autonomia ao mercado. Todavia, as vinculações econômicas continuam sendo objetivamente definidas pelo mercado. Essa é a problemática sociológica do desenvolvimento latino-americano. A situação de subdesenvolvimento, no entanto, quando existe, organiza o sistema produtivo de modo a depender dos vínculos de subordinação que estabeleceu com o exterior. Esses vínculos, porém, orientam os comportamentos sócio-político-econômicos em função das fontes de negócios, renda, emprego e lucros, que podem estar travestidos de ‘interesses nacionais’. Ou seja, tais vínculos caracterizam essas sociedades não só economicamente, mas também marcam e orientam o comportamento das suas classes. Nas palavras de Cardoso e Faletto (2004: 44),

“a dependência encontra assim não só ‘expressão’ interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes.”

É razoável concluir, então, que, para os autores, a análise das possibilidades concretas de desenvolvimento depende do exame da estrutura econômica, do jogo de forças políticas e das orientações valorativas dos grupos e movimentos sociais, isto é, “(...) *a interpretação só se completa quando o nível econômico e o social têm suas determinações recíprocas perfeitamente delimitadas nos planos interno e externo*” (Cardoso e Faletto, 2004: 52).

Isso permitiu duas grandes aquisições no entendimento do subdesenvolvimento da América Latina. Em primeiro lugar, é preciso ter claro que se o enfoque é histórico e parte da análise da constituição das formações sociais, então, “(...) *o subdesenvolvimento passa a ser visto como um processo*” (Cardoso, 1993b: 133), expondo o papel que as diferentes formas do capitalismo – mercantil, industrial e depois financeiro – exerceram sobre as economias dependentes. Em segundo lugar, ao internalizar os impulsos vindos de fora, o país “(...) *cria um Estado formalmente soberano e disposto a responder pelos interesses da ‘nação’*”, mas que, por responder aos impulsos internalizados, é “(...) *ao mesmo tempo e contraditoriamente instrumento de dominação econômica internacional*” (Cardoso, 1993b: 134).

De qualquer modo, em resumo, para os teóricos da dependência a partir da dominação de classes,

“o novo caráter da dependência (depois de internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes.” (Cardoso, 1993a: 106)

Naturalmente não se está falando do desenvolvimento como costumeiramente é visto: crescimento econômico com distribuição de renda, maior homogeneidade regional e compatibilidade produtiva entre os diversos ramos da economia. A idéia aqui é que do ponto de vista das forças produtivas, permitindo maior acumulação de capital, houve, sim, um desenvolvimento significativo com fortes impactos sobre as classes sociais e as correspondentes relações sociais.

Nesse sentido, o Brasil viveu a dependência associada a um processo de desenvolvimento específico e cujos beneficiários já não eram os previstos pela teoria do subdesenvolvimento. O novo modelo favoreceu as corporações multinacionais e os capitais nacionais associados a elas e as empresas estatais juntamente com a parcela do capital nacional ligado a esses empreendimentos do Estado (Cardoso, 1993a).

Logo, apesar da dependência, o Brasil pôde desenvolver-se, mudar, sem, contudo, alterar os grupos no poder e a essência da dominação, apesar dos avanços na forma. Nas palavras de Cardoso e Faletto (2004: 23),

“ainda que a ‘sociedade tradicional’ haja transformado em grande medida sua face econômica, contudo, alguns dos seus grupos não perderam o controle do sistema de poder, apesar de terem sido obrigados a estabelecer um sistema complexo de alianças com os novos grupos que surgiram.”

A concepção de Cardoso e Faletto da problemática da dependência trouxe, além do debate, um grande interesse, a época, sobre os mecanismos que impediam os países da América Latina de avançar para além do crescimento econômico lastreado na industrialização. A quantidade de artigos escritos, contra e a favor, pontuando aqui e ali conceitos e registros históricos, fornecendo pistas e aprofundando questões ajudaram a tornar mais claro o que até então era intuído, mas não esclarecido: a responsabilidade dos grupos dominantes internos no subdesenvolvimento dos países da região.

A discussão gerou tamanho tumulto nos anos 1970, principalmente porque ficava claro que a idéia de dependência não possuía uma única filiação, que trouxe um problema para a própria abordagem: muitos passaram a tratá-la como uma teoria, inclusive seus críticos. Isso obrigou seus autores, marcadamente Cardoso, a esclarecer, mais de uma vez, que a dependência não constituía uma alternativa teórica ou a construção de uma teoria do capitalismo da periferia econômica mundial (Love, 1998).

Esse problema, na verdade, somou-se a outros como a profusão de conceitos diferentes e a imprecisão definicional nos inúmeros artigos e debates da época. As dificuldades em trazer a discussão para campos menos apaixonados, dado o momento histórico vivido pelos países latino-americanos, parece ter sido um dos motivos para o ocaso da abordagem da dependência. Será exatamente os problemas e a fragilidade da discussão sobre a dependência o assunto da próxima seção¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Não será abordado aqui o debate levado a cabo entre os partidários da abordagem da dependência de viés marxista e a chamada nova-esquerda na qual se incluem Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares, José Serra e João Manoel Cardoso de Mello. Sobre o debate ver, Palma (1978) e Love (1998), principalmente as páginas 455 a 461. Já para uma breve história intelectual desses grupos, ver Mantega (1997).

3.3. As críticas à teoria da dependência

A dependência, na mesma escala que produziu paixões, gerou desconfortos e uma avalanche de opositores em todo espectro ideológico. A teoria econômica tradicional não tinha, obviamente, nada a concordar com as novas hipóteses dos estudiosos sociais da América Latina. No outro extremo das cores políticas, os marxistas mais ortodoxos desconfiavam das idéias que pareciam associar socialismo à desvinculação do país dependente em relação à economia internacional, confinar a pobreza à periferia do capitalismo e supor um socialismo periférico sem os problemas pós-revolucionários.

O motivo de tanta paixão e crítica está na riqueza da proposição feita pela idéia de dependência, mas que também se revelou sua fraqueza. Na verdade, a questão das debilidades dessa idéia deriva exatamente do que há de melhor nela, isto é, seu olhar abrangente — analisando em conjunto o poder, a estrutura social, as disputas ideológicas, a economia e a inserção internacional — voltados para interpretações e estratégias de longo prazo (Bienefeld, 1987)¹⁸⁰.

Tamanha ambição deu margem para que um dos grandes problemas da dependência ganhasse corpo e levantasse a ira dos seus críticos: a aparente confusão conceitual e a disparidade de análises, modelos e resultados. Nesse ponto, é Sanjaya Lall quem observa com precisão a origem das diferenças:

“even within the dependencia school, moreover, the word is given different meanings according to the user’s beliefs about the particular historical processes which have caused underdevelopment and about the relative role of the various factors which are at present governing the future development of the poorer countries.” Lall (1975: 800 – grifo do autor)

Ou seja, na busca de razões históricas, econômicas ou políticas para os graves quadros sociais vividos pelos países mais pobres, diferentes autores de ideologias variadas olharam realidades também díspares para formular suas hipóteses, intuindo modelos explicativos razoáveis para países específicos, mas, em seguida generalizando-os para o conjunto da periferia do capitalismo. Em outras palavras, a aparente confusão conceitual e a diferença entre modelos tem motivo e não é a fragilidade da problemática proposta pelos autores da dependência. Pelo contrário. Foram a relevância do tema já discutido e as preocupações que levaram para a cena tantos pensadores, tantos olhares e criou tantas celeumas.

¹⁸⁰ Citando Bienefeld (1987: 92), as *“debilidades del debate de la dependencia están íntimamente relacionadas con sus puntos fuertes, es decir, con su enfoque interdisciplinario y su orientación hacia temas estratégicos de política de largo plazo.”*

Assim, se for necessário levantar alguns motivos, dois merecem destaque:

1. talvez o mais fundamental, é que a aparente ausência de coesão e unidade no discurso científico entre os autores nasce do fato de o termo *dependência* ser utilizado por diferentes escolas de pensamento social, dando ao conceito significados particulares e procedendo a investigações a partir de métodos e categorias distintos. Isso, por si só, deveria chamar a atenção para a impossibilidade de tratar o debate sobre a dependência como uma discussão interna entre autores de paradigma similar. O que se tem (e tinha, a época do auge da literatura sobre o tema) são autores com um conjunto de preocupações altamente procedentes e comuns: *a situação social dos países pobres e a continuidade desse status quo vinculado aos interesses da elite local e a qualidade da inserção internacional*. Todavia, pertencentes a paradigmas, muitas vezes, conflitantes;
2. este uso comum, portanto é um segundo motivo, todavia derivado do primeiro, é que o uso em comum do termo não facilitou a leitura das análises e sua separação em escolas de pensamento, induzindo críticos apressados a afirmar que a “escola” ou “teoria” da dependência era confusa, imprecisa e, portanto, incapaz de ajudar nas análises dos problemas dos países latino-americanos¹⁸¹. Outros, mais equivocados ainda, afirmavam que era tal a imprecisão conceitual que a idéia de dependência deveria ser abandonada.

A discussão que se teve em torno do tema da dependência, como se afirmou na seção anterior, gerou grande tumulto nos anos 1970, misturando boas concepções com modelos mecânicos e apelos políticos. Muitos, então, passaram a tratar a abordagem como uma teoria, um corpo paradigmático, portanto, passível de ser tratado em separado. A confusão era patente, marcadamente nos Estados Unidos:

“tomam-se os trabalhos mais gerais e formais de Frank como se eles expressassem o melhor de sua obra, acrescenta-se a definição formal de dependência fornecida por Theotônio dos Santos, desdobra-se às vezes esta problemática do ‘subimperialismo’ e a da ‘marginalidade’, agrega-se uma ou outra citação embrulhada de algum dos meus trabalhos ou dos de Sunkel e tem-se a ‘teoria da dependência’, como um fantoche fácil de ser destruído.” (Cardoso, 1993b: 136)

¹⁸¹ Para algumas críticas importantes como essa e também outras bastante descabidas, ver Machado (1999).

Contudo, como já afirmado, autores importantes da abordagem responderam mais de uma vez que a dependência não constituía uma teoria do capitalismo na periferia da economia. Isto é, não se tratava do que os detratores a acusavam.

É provavelmente por esse motivo que Lall (1975) e Palma (1978) dividiram os autores que usam o termo dependência para tratar o problemático subdesenvolvimento latino-americano em três grandes grupos:¹⁸² o primeiro seria composto por socialistas revolucionários como os marxistas e neomarxistas (Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, etc.); o segundo grupo incluiria social-nacionalistas de origem estruturalista como Celso Furtado, Fernando Fajnzylber, Osvaldo Sunkel e Raul Prebisch); por fim, no terceiro grupo estaria à esquerda não-revolucionária, onde Fernando Henrique Cardoso é grande destaque¹⁸³.

Essa defesa não isenta, porém, os autores da dependência de imprecisões, distanciamento da realidade e isolamento, por vezes, escolhido. As questões que serão levantadas nas próximas subseções são importantes e merecem atenção devido ao enfraquecimento que causaram em uma boa idéia. Sua exposição, contudo, não é simples. Na verdade, os problemas das diversas escolas no tratamento do tema sobrepõem-se e não são facilmente isoláveis uns dos outros. É importante que se diga, os problemas estão todos emaranhados e são causa e consequência da forma como se constituiu o debate sobre a dependência, seus pressupostos, o momento vivido pela América Latina e a tradição do subcontinente de produzir intelectuais engajados. Ali, no calor do debate e no período histórico específico, o distanciamento mínimo entre observador e objeto e o aprofundamento paciente exigido pela ciência nem sempre foram cumpridos a contento.

A exigência da ação e a paixão despertada pela pobreza, desigualdade, opressão secular e o interesse estrangeiro sempre presente despertaram análises muito interessantes e seminais, mas a maioria delas não foi capaz de dar conta dos processos de modernização e transformação dos países da região nas décadas de 1960, 1970 e menos ainda de 1980. Se houve exceção, esta, de acordo com o debate na literatura, não foi o centro da discussão nesses anos¹⁸⁴.

De toda aquela discussão, muita coisa se depurou e pouca coisa sobreviveu à avalanche de problemas que a América Latina sofreu nos anos 1980. Dentre o que ficou de pé, embora quase

¹⁸² Esta foi a mesma separação que se utilizou na seção anterior desta tese.

¹⁸³ Como sempre classificações são apenas simplificações. Esta, por exemplo, deixa em dificuldades quem pretende incluir nela autores fundamentais como Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e Maria da Conceição Tavares.

¹⁸⁴ Para um brevíssimo olhar sobre a literatura produzida no debate de então, ver: a revista *Latin American Perspectives* (principalmente o volume VIII, n. 3 e 4, de 1981), Seers (1987), Marini (2000), Santos (2000) e Cardoso (1993b).

esquecido, marcadamente nas ciências econômicas, a abordagem mais promissora parece ser a que tratou a *dependência como um método de análise da problemática dos países latino americanos*. Ou, uma forma de abordagem dos problemas, não uma teoria. Esta, pelo menos, é a conclusão de Gabriel Palma em seu famoso artigo de 1978, após interessante discussão sobre o *status* científico da abordagem da dependência:

“(...) the successful analyses are those which resist the temptation to build a formal theory, and focus on concrete situations of dependency.” (Palma, 1978: 882)

Esse olhar sobre a dependência normalmente parte da dominação de classe e salienta a dimensão interna como fundamental para a perpetuação da condição periférica, dependente e subdesenvolvida. Tudo sem fechar as possibilidades futuras dos países, nem definir-lhes o destino. Será principalmente sobre essa forma de atacar o problema que o capítulo quatro desta tese se debruçará.

Por agora, no entanto, é preciso observar alguns senões sobre o que se viu sobre a dependência de modo a, conscientes das dificuldades, tentar enfrentá-las com alguma chance de transpô-las e recuperar a idéia na sua forma mais útil. Trata-se de uma tentativa muito mais didática do que plena das questões. Afinal, como se disse acima, os problemas não são facilmente apartados uns dos outros. Assim, o que se busca nas próximas subseções é chamar a atenção para as fragilidades e mostrar a necessidade de uma abordagem diferente para a ótima idéia da dependência.

3.3.1. Os problemas conceituais e metodológicos

Os problemas da abordagem da dependência, como se viu, parecem estar na ambição que delimita seu nascedouro: ser uma visão abrangente na esfera social capaz de dar respostas sobre as possibilidades futuras dos países periféricos. Por causa disso, o Prof. Bienefeld (1987: 90) se preocupa em colocar que

“el término dependencia abarca una diversidad tan grande de materias que cualquier análisis al respecto debe distinguir entre los distintos sentidos usados, so pena de crear mayor confusión en un debate ya de por sí oscuro.”

É nesse mesmo sentido que a Profa. Vilma Figueiredo (1978: 13) argumenta que

“o problema crucial da abordagem da dependência é o de uma definição confusa de conceitos centrais e daí a dificuldade em se apresentar explicações consistentes das questões sob análise.”

O motivo, continua a professora, está na dificuldade da abordagem tratar uma problemática tão geral e, ao mesmo tempo, produzir instrumentos analíticos para observar casos concretos. Em suas palavras:

“o problema de conceitualização dentro da abordagem analítica da dependência é, principalmente, o de reter, ao nível conceitual, uma determinada idéia da realidade social como totalidade e, ao mesmo tempo, produzir conceitos específicos que possam vir a ser instrumentos úteis para a seleção de problemas cruciais, assim como para análise desses problemas.” (Figueiredo, 1978: 13)

Isso fica muito claro quando se observa a análise implacável de Sanjaya Lall (1975) sobre o conceito de país dependente. O autor mostra o quanto é impreciso e sem clareza a demarcação que os teóricos da dependência fazem entre os países. Segundo ele, na literatura sobre o tema é muito comum caracterizar os países dependentes através da sua ordem política e social subordinada às influências e pressões dos países mais ricos. Isto é, caracterizaria os países dependentes *possuir uma configuração política e social fruto da penetração cultural, econômica e de poder das nações desenvolvidas*. Para o professor, mesmo tendo um fundo de verdade — basta olhar a história da América Latina —, essa caracterização é frágil já ao primeiro exame, posto que a influência de um país sobre o outro, tanto na esfera política, como cultural e educacional, é visível, geral e não se restringe a relação entre países do centro sobre os da periferia.

Mesmo quando objeções importantes a essa aparente platitude de interferência mútua entre nações são levantadas, por exemplo:

1. as relações entre países ricos são muito mais simétricas, impedindo posições de dominação e influência unilateral;
2. mesmo havendo hierarquia entre países do centro, estas relações podem ser vistas como de interesse de majoritários grupos sociais e beneficiariam ambos os países. Diferente das relações que se estabelecem entre centro e periferia, voltadas basicamente para exploração; e
3. os sistemas legais, culturais e políticos dos países desenvolvidos são similares em essência e fruto de suas histórias mesmo quando há influência de um país sobre outro.

Já para os países da periferia do capitalismo, há transferência de sistemas que criam distorções e maior alienação interna,

Lall (1975) argumenta que elas não são suficientes para sustentar uma caracterização válida para identificar e definir um país como dependente. Para ele,

1. é possível perceber que entre países ricos há diferentes níveis de influência e mesmo entre os periféricos o fenômeno ocorre em variados graus¹⁸⁵;
2. se a condição de benefício mútuo se aplica a grupos sociais que tiram proveito da ordem capitalista, isso pode ser aplicado também aos países periféricos;
3. a imagem de alienação parece muito mais um julgamento de valor do que uma demarcação possível de ser realizada.

De outro modo, o risco de continuar buscando traçar uma linha divisória entre países dependentes e não-dependentes é

“(...) falling into the basic error of defining underdevelopment to constitute dependence (i.e., arguing that these features constitute dependence only when found in underdeveloped countries).” (Lall, 1975: 803)¹⁸⁶

É possível que venha dessa séria imprecisão, apontada por Sanjaya Lall, a crítica que acusa a dependência de ser um conceito tautológico e seus autores de defenderem a opinião de que *países menos desenvolvidos seriam pobres porque são dependentes e a pobreza característica desses países conduz a dependência* (Lall, 1975). A crítica, porém, é uma simplificação tão imprecisa quanto interessada.

Não é possível afirmar que as principais correntes da dependência possuam um viés circular em suas afirmações. Se o problema é a idéia de reprodução da estrutura social a partir da sua dinâmica econômica, política e cultural, são facilmente identificáveis, pelo menos nos três grupos de autores destacados na seção anterior¹⁸⁷, as causas geradores, os fatores determinantes do problema da dependência. A partir disso, não é difícil descobrir que este não nasce, para nenhum dos grupos, das consequências do processo por ele mesmo detonado, mas apenas sustenta-se nas situações sociais dadas e as reproduz como condição *sine qua non*. Ou seja, não se trata de um movimento circular onde o resultado é capaz de gerar o reinício do processo, mas,

¹⁸⁵ Lall (1975) cita o caso das relações de Dinamarca e Bélgica com os demais países europeus, marcadamente os mais poderosos, como França e Alemanha e entre esses últimos e o país hegemônico, os Estados Unidos da América.

¹⁸⁶ O autor faz ainda outras afirmações acerca da imprecisão empírica do conceito de dependência. Propõe, contudo, alguns possíveis contornos para o problema. Algumas destas sugestões serão discutidas no capítulo 4.

¹⁸⁷ Ver seção 3.2.

sim, de a formação histórica criar as condições sociais que permitiram que se estabelecesse, sobre essas condições, uma dinâmica de reiterada sobre-exploração da mão-de-obra em favor de grupos dominantes locais e capitais internacionais. Uma vez mais: é como se a história, após ter criado uma sociedade com todos os problemas típicos de um país latino-americano, agora disponibilizasse as condições, a base, sobre a qual as relações dependentes podem acontecer e desenvolver-se. Assim, não é a pobreza que causa a dependência. A má distribuição da renda, do poder e da cultura, porém, criam as condições para a exploração da mão-de-obra e a incrível supremacia das decisões e interesses dos grupos dominantes nos países em aliança com o capital financeiro internacional e seus respectivos Estados.

Se não há tautologia, alguns problemas conceituais ganham a dimensão de discussões sobre método e Machado (1999: 199), por exemplo, não hesita em, já na abertura do seu artigo, afirmar que

“a rigor, não existe uma teoria da dependência, mas simplesmente a dependência dentro do sistema internacional de relações de força e poder.”

Para ele, tudo o que a abordagem da dependência diz já está embutido nas teorias imperialistas e modelos neocoloniais amplamente difundidos desde o começo do século XX. O importante agora, segundo ele, seria examinar o atual estado das relações internacionais, já que o fundamento delas permanece o mesmo. Sua crítica, contudo, mesmo apontando para a dificuldade correta de se aceitar a abordagem da dependência como teoria, não se sustenta.

Por exemplo, quando afirma que

“o sistema capitalista, que gerou a acumulação centralizada do capital dando origem ao crescimento conjugado com o avanço tecnológico nos países de economia desenvolvida, ao revés, produziu a estagnação da periferia durante vários séculos a despeito dos esforços industrializantes. O que arbitrariamente foi tratado por alguns autores como teoria da dependência bem pode ser capitulado no Direito Internacional, nas relações históricas de exploração entre povos e nações. As relações de subordinação e condicionamento aos pólos autônomos da economia mundial inscrevem-se no sistema da interdependência mundial” (Machado, 1999: 202),

o autor deixa claro que não compreendeu o que havia de mais interessante na abordagem da dependência e nem atentou para uma das suas principais correntes, continuando preso à determinação internacional sobre a realidade dos países como explicação para o

subdesenvolvimento e sua face social de pobreza e desigualdade¹⁸⁸. Em outras palavras, deixou de lado a maior contribuição dos autores da dependência para o debate sobre o desenvolvimento na América Latina: *a importância e o papel dos grupos internos na manutenção, reprodução e expansão da ordem vigente e, tão importante quanto, sua resistência a qualquer transformação social que pareça por em risco os papéis estabelecidos de cada grupo*. Cardoso e Faletto (2004: 182) deixam claro:

“a novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de dominação externa — processo óbvio — mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado [do país subordinado].”

Outro problema conceitual que ganha dimensão metodológica é a crítica destinada principalmente aos neomarxistas, por um lado, e aos cepalinos, no outro extremo. Ela diz respeito à pouca clareza ou à forma pouco aprofundada com que se observa o papel do Estado nas economias ditas dependentes. Segundo Lamb (1987), no debate sobre a dependência, o Estado e a política são derivados muito rapidamente da estrutura e interesses econômicos. Isto é, a economia seria determinante sobre a estrutura política das sociedades dependentes. Isso parece atingir em cheio a primeira corrente. No caso de autores ligados de uma forma ou outra à CEPAL, ao contrário, o espaço da política, embora implícito, não recebe análise específica, permitindo que quase sempre o Estado surja como entidade social independente e capaz de, acima dos interesses de grupos específicos, conduzir os países na direção do progresso¹⁸⁹. Em outras palavras, segundo Lamb (1987), há uma grande dificuldade para se compreender o Estado e seu papel, principalmente no que se relaciona ao seu espaço de manobra numa ou noutra direção. Deste modo, a análise de uma das entidades sociais mais fundamentais dos países latino americanos em termos de coesão territorial, progresso econômico e manutenção de privilégios é pouco aprofundada em boa parte dos estudos da dependência.

Na mesma direção, Machado (1999), apesar de contraditoriamente desconsiderar a autonomia relativa dos países subordinados, faz uma crítica válida quando observa que o papel do Estado e seus graus de liberdade para fomentar investimentos, impor barreiras e realizar políticas econômicas de desenvolvimento nas discussões dos anos 1960 não era claro na literatura sobre a

¹⁸⁸ “Portanto, não se pode considerar seriamente como teoria o processo vinculado centro-periferia, senão no campo das relações políticas e econômicas internacionais.” (Machado, 1999: 204)

¹⁸⁹ Ver seção 2.4. A exceção mais interessante parece ser Celso Furtado, como é possível extrair de Tavares (2000).

dependência. Esse problema também acompanhou a abordagem da dependência nos anos seguintes, posto que

“(...) o papel do Estado ou sua definição como agente principal do desenvolvimento e sua função controladora e regulamentadora no desenvolvimento, mesmo quando associado às corporações transnacionais, não foi aprofundado nos estudos sobre a dependência.” (Machado, 1999: 207)

A dificuldade em tratar o Estado também foi alvo de observações de Seers (1987). Depois de afirmar a clara insuficiência da teoria econômica tradicional para discutir o papel da entidade em qualquer projeto de desenvolvimento e afirmar que os autores da dependência enfrentaram muito melhor o problema, Dudley Seers mostra que mesmo os últimos falharam no aprofundamento do tema. Questões referentes à dinâmica de alianças internas — e não a segmentação estática da sociedade —, ao movimento populacional, ao tamanho do território, ao volume de recursos naturais disponíveis, às questões militares, etc., formam um conjunto de preocupações que não podem ser abandonadas se se pretende dar conta das possibilidades que um Estado tem para abrir caminho em direção ao desenvolvimento. Em outras palavras, estas questões ou variáveis influenciam fortemente o espaço de manobra do Estado, ou mais especificamente, do governo em qualquer direção. Naturalmente, sem clareza sobre o papel, o espaço de manobra, os acordos possíveis, etc. dentro do Estado e dos demais agentes com ele, não se pode esperar uma análise capaz de penetrar e esclarecer a dinâmica da dependência e menos ainda aportar caminhos viáveis para a superação do problema.

No mesmo sentido, sobre a compreensão dos autores da dependência em relação à dinâmica interna das sociedades latino americanas, um outro senão é apontado por Lamb (1987: 123). O autor tem razão ao afirmar que os estratos médios da sociedade são fundamentais no debate sobre os rumos dos países, mas a literatura da dependência não os trata a contento. Para muitos autores, esse grupo, quando incluído nos setores modernos — às vezes internacionalizados — da economia dependente tem grande interesse na manutenção da ordem vigente e resistirão conscientemente como grupo organizado a processos transformadores. Ficam de fora dessa visão, no entanto, grupos importantes e que muitas vezes fazem diferença na dinâmica política das sociedades como, por exemplo, os intelectuais, os estudantes, os militares e a burocracia estatal com formação superior. Ou seja, falta, mais uma vez, a boa parte dos estudos sobre a dependência, uma análise menos estática e mais dinâmica sobre quem são esses agentes sociais e,

principalmente, sobre seus interesses e formas de ação política e interação possível com outros grupos sociais.

Diante disso, o Prof. Francisco Weffort faz uma dura análise do debate surgido com a dependência nos anos 1960 e termina por duvidar da sua importância, ao afirmar que a grande difusão do conceito de dependência e seu enorme apelo crítico não são critérios para avaliar sua cientificidade. Segundo ele, “*a difusão pode dever-se exatamente à sua imprecisão como conceito, do mesmo modo que sua capacidade crítica pode derivar de sua conotação ideológica (...) mais do que de suas virtudes*” (Weffort, 1971: 4). Ou seja, havia enorme risco de contaminação entre ciência e luta social, pois sobre o caudaloso rio de autores, artigos, debates e análises teria pesado mais a influência de uma bandeira justificada de luta social do que os alicerces, mesmo que frágeis, do conhecimento.

É bom salientar, entretanto, que a busca de precisão nos conceitos gerais e sua robustez quando confrontada com a realidade retoma a discussão já feita de que a dependência poderia ser tratada como uma teoria. Cardoso (1993b) é preciso ao falar do debate da época como um diálogo de surdos, pois muitos acadêmicos exigiam dos autores da dependência conceitos e resultados testáveis e apenas obtinham ou hipóteses dúbias e imprecisas ou, como no caso da abordagem a partir da dominação de classe, uma forma de se aproximar dos problemas, sem revelar ou tentar revelar processos gerais aplicáveis a todos os casos de países dependentes. Ou seja, mais uma vez, a dependência não era nem nunca foi uma teoria.

Em todo caso, se é possível realizar as críticas feitas acima, principalmente em relação aos neomarxistas e aos herdeiros da CEPAL, é preciso descer ainda a casos e estudos mais específicos e perceber que nem sempre o que foi afirmado é uma acusação justa. Quando se observa os cepalinos, por exemplo, os avanços conseguidos por Prebisch (1968) e Fajnzylber (1983 e 1990) na observação da problemática mostram que este tipo de generalização tende a ser impreciso e mesmo incorreto.

Ao mesmo tempo, contudo, a análise de autores particulares permite também encarar outro lado da moeda e somar novos problemas que exigem melhor tratamento. Por exemplo,

Palma (1978: 900) põe o dedo na ferida quando afirma que o erro dos neomarxistas, marcadamente A. G. Frank¹⁹⁰,

“(...) lies in his attempt to explain the phenomenon using the same economic deterministic framework of the model he purports to transcend; in fact, he merely turns it upside-down: the development of the ‘core’ necessarily requires the underdevelopment of the ‘periphery’. Thus he criticizes both alternative proposed by the traditional Latin American left (the possibility of a democratic bourgeois revolution, because in this context the only political solution is a revolution of an immediately socialist character), and the policies put forward by ECLAC.”

Isto é, se o desenvolvimento é a meta, alcançá-lo só é possível se o país viver as condições de subdesenvolvido, pois só nessa situação o salto seria possível. Em outras palavras, as políticas nacionalistas da CEPAL ou a burguesia local não seriam capazes de avançar no processo de transformação da região. O salto para o desenvolvimento só viria pela via revolucionária socialista, surgida da insustentabilidade das relações sociais em países latino americanos. Apenas esta, já que as formas clássicas e reformistas eram impraticáveis, necessariamente sobre a base subdesenvolvida, permitiria o desenvolvimento do subcontinente¹⁹¹.

É preciso chamar a atenção sobre mais um ponto. Segundo a Profa. Figueiredo, Andre Gunder Frank escreve

“(...) como se a dependência externa fosse um obstáculo ao desenvolvimento latino americano, Frank argumenta que os satélites experimentam seu crescimento maior somente quando suas ligações com a metrópole são enfraquecidos. Considerando que a dependência (...) é a expressão das três contradições ditas como típicas do capitalismo — exploração/ apropriação de excedente econômico; polarização metrópole/satélite e continuidade na mudança — Frank enfatiza um relacionamento negativo entre dependência e desenvolvimento.” (Figueiredo, 1978: 33)

O problema do autor seria, então, olhar a dependência como uma relação imposta de fora, não observando o elemento interno da sociedade. Sua hipótese de que desenvolvimento e dependência são mutuamente excludentes torna a dependência um obstáculo ao desenvolvimento da América Latina, tal como faziam os desenvolvimentistas. A diferença fica por conta de que, para os últimos, isso poderia ser superado por uma ação racional do Estado e para o primeiro isso é uma faceta inerente à expansão capitalista.

¹⁹⁰ Ver seção 3.2.1. O erro citado seria *“(...) shared by the whole tradition he is part, including Sweezy and Wallerstein among better known.”* (Palma, 1978: 900). Palma atribui essa característica do trabalho de Frank — o tratamento mecânico de relações complexas — à sua formação como economista.

¹⁹¹ Muitas são as críticas sofridas. Para uma violenta e talvez injusta, ver ROMANO, Ruggiero. *A Propósito de ‘Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina’, de Andre Gunder Frank. Desarrollo Económico*. Vol. 10, n. 38, jul-sep/1970.

Para piorar, este pensador foi amplamente criticado por não definir claramente subdesenvolvimento, excedente econômico, sistema capitalista e ter negligenciado a análise da estrutura imperialista e de classe, e, apesar disso, não se preocupou em aperfeiçoar seus conceitos. Para a professora, por esse motivo, o autor acabou incorrendo em falácias que ele mesmo criticou na análise transicional. Suas explicações tornaram-se, por vezes, *ad-hoc* e mesmo chegaram a utilizar muitos elementos ideológicos.

Na verdade, “*parece ser típico da análise que enfatiza a dimensão externa da dependência, os fatores econômicos são enfocados como as causas do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ da América Latina*” (Figueiredo, 1978: 35). Inclusive, as características descritas desse desenvolvimento, como visto por eles, se parece muito com a análise estruturalista mais recente: desigualdade de renda regional, estrutura produtiva heterogênea, déficits externos, mercado mundial oligopolizado, inflação, dependência do capital externo, etc. Ou seja, somente um desenvolvimento capitalista limitado é possível aos dependentes, mas quais são estes limites não é possível dizer.

Tudo isso, enfraquece a abordagem, pois ao definir subdesenvolvimento

“em termos de concentração de renda, desequilíbrios estruturais e marginalização, o conceito parece estar construído mais com base em comparações com economias desenvolvidas atuais do que um conceito relacionado a teoria da expansão capitalista.” (Figueiredo, 1978: 36. Grifo nosso.)

Desse modo, enquanto a expansão capitalista de um país dependente for encarada como um reflexo dos países dominantes, “*as análises da dependência estarão limitadas a uma identificação das condições de reprodução da dependência [uma listagem dos problemas] e não explicam transformações das estruturas dependentes*” (Figueiredo, 1978: 37).

No mesmo grupo de autores, se a crítica de Frank à idéia de sociedades latino-americanas duais continua um dos seus grandes méritos, também permanece um problema: a outra dualidade pouco dinâmica da relação externo-interno. Theotonio dos Santos, ao iniciar sua discussão sobre a dependência, reconheceu a importância das estruturas nacionais — mesmo que adequadas pela posição de satélites dos países dependentes — e parecia quebrar a determinação mecânica das estruturas externas sobre as internas. O sociólogo, contudo, não levou a cabo essa consequência de seu pensamento e retomou aos poucos a prioridade do setor externo sobre as estruturas internas das sociedades latino americanas, separando rigidamente os dois lados em oposição

(Palma, 1978)¹⁹². Com isso, desperdiçou-se no caminho o interessante reconhecimento de que as estruturas são contraditórias e formam um movimento dinâmico em sua relação, implicando não em separação e determinação de um sobre o outro, mas em adaptação conflitiva entre os interesses dos grupos dominantes locais e estrangeiros, levando em conta a muito importante resistência interna dos demais grupos. Ou seja, perdeu-se a dialética do movimento, no discurso, tão caro aos marxistas¹⁹³.

Em resumo, “(...) *these theories of dependency (...) are mistaken not only because they do not ‘fit the facts’, but also – and more importantly – because their mechanico-formal nature renders them both static and unhistorical*” (Palma, 1978: 903). Na verdade, ainda segundo Palma (1978), o problema é que esses autores movem-se em torno de um conceito de capitalismo na periferia que perdeu seu caráter progressivo e pode apenas gerar subdesenvolvimento. Naturalmente, as formas que o desenvolvimento capitalista se deu nos países da América Latina são diferentes das vividas nos países ricos, porém não é possível afirmar que por esse motivo o capitalismo não tenha um papel progressivo ou transformador na região.

A abordagem da dependência a partir de autores com influência cepalina também mereceu reparos específicos. Por exemplo, como visto na seção 3.2.2 (página 22), muitos autores cepalinos, inclusive Celso Furtado, caminharam para modelos estagnacionistas assim que ficou claro que os resultados esperados pela Comissão Econômica não se repetiriam na realidade dos anos 1960. O modelo de Furtado, por exemplo, colocava o problema na industrialização intensiva em capital e sua resultante incapacidade de absorver os trabalhadores do setor pré-capitalista. O resultado era a alta concentração de renda, o mercado reduzido e a inviabilidade para construção de uma indústria de bens de capital (Furtado, 1966). O mais grave, entretanto, era a convergência ou sobreposição entre os agentes que controlam a formação de capital e aqueles que ocupam posições de poder, retirando a funcionalidade do Estado na remoção dos obstáculos ao desenvolvimento.

¹⁹² Palma (1978: 901), citando Theotonio dos Santos, expõe o conceito deste para a dependência: “*dependence is a conditioning situation in which the economies of one group of countries are conditioned by the development and expansion of others. A relationship of interdependence between two or more economies or between such economies and the world trading system becomes a dependent relationship when some countries can expand through self-impulsion while others, being in a dependent position, can only expand as a reflection of the dominant countries, which may have positive or negative effects on their immediate development.*”

¹⁹³ Embora não justifique, porém é importante ter em mente que, no período, as interferências da CIA na América Latina, a ação das multinacionais nos países do subcontinente e as formas de ajuda externa oferecida às nações pobres explicam um pouco das escolhas feitas por muitos autores da época (Cardoso, 1993b).

A crítica de Tavares e Serra (1979), no entanto, é fulminante. Após considerarem o modelo de Furtado sob três aspectos — as categorias utilizadas na análise, as hipóteses e consistência interna do modelo e a correspondência e poder de explicação frente à realidade — os autores concluem que se as categorias utilizadas pelo autor na análise fossem mais pertinentes, não se chegaria a inferir a inevitabilidade da estagnação. No máximo uma desaceleração. Nas palavras de Tavares e Serra (1979: 167),

“na realidade, ao trabalhar com ‘categorias resultado’, na consideração das taxas de lucro das diferentes indústrias que tenderiam a igualar-se do mesmo modo que os salários, ao separar a intensificação do uso do capital da penetração do progresso técnico e, além disso, não considerar os efeitos deste sobre a produtividade dos investimentos nem os efeitos das diversas modalidades de economias externas, Furtado parece ter vestido a ‘camisa de força’ de um modelo neoclássico de equilíbrio geral — elegante mas ineficaz para explicar a dinâmica econômica de uma economia capitalista.”

De maneira mais geral, Palma (1978: 908) considera que o pessimismo dos autores estagnacionistas de influência cepalina tem origem no mesmo erro: *“the failure to take duly into account the cyclical pattern characteristic of capitalist development.”*¹⁹⁴

Quase uma década depois, Furtado, ao publicar *‘O Mito do Desenvolvimento Econômico’* (1974), mostrou superar as idéias estagnacionistas, mas, com razão, manteve o destaque para as decisões dos grupos dominantes internos sobre a dinâmica econômica e social do país¹⁹⁵. A problemática desloca-se agora para dependência cultural das elites que as faz escolher e utilizar o excedente econômico em favor do consumo conspícuo, relegando ao segundo plano a formação de capital. O quadro desenhado é de enorme concentração da propriedade e da renda em nível social e regional com elevado grau de exploração do trabalho.

É mais uma vez Maria da Conceição Tavares que coloca o problema na perspectiva mais acertada. Segundo a professora, o fato de não termos constituído um país capitalista com ordem liberal plena e republicana,

“(…) não se explica cabalmente pelo caráter tardio e periférico do nosso capitalismo, nem pelo caráter atrasado ou de dependência cultural de nossas elites. (...) As nossas ‘revoluções pelo alto’ sempre foram uma ‘falsa via prussiana’, entre outras razões, porque as elites dominantes do país não tinham nenhum espaço geopolítico a conquistar nem tampouco estavam em condições de levar o capital monopolista nacional ao seu destino de sustentáculo do progresso

¹⁹⁴ O curioso é que, ao mesmo tempo que esses pensadores escreveram seus modelos de estagnação, os termos de troca estavam mudando em favor dos países latino americanos, permitindo a alguns países acelerar rapidamente seu desenvolvimento econômico (Palma, 1978).

¹⁹⁵ Ver seção 3.3.2.

técnico autônomo e de 'potência'. Nem reformas de base (veto interno), nem potência militar (veto externo)! ” (Tavares, 2000: 142. Grifo nosso.)

De outro modo, a formação histórica brasileira engendrou um pacto de dominação burguesa que se fez através da aproximação das diferentes frações dos grupos dominantes, unindo setores urbanos nascidos com a expansão do café e o setor agrário sem nunca construir uma ruptura importante até mesmo por falta de espaço sócio-político. Colaborou para isso a forma de acomodação de conflitos no processo de acumulação de riqueza. Uma dessas formas foi a ocupação do território nacional que deslocava e desenraizava volumes significativos de trabalhadores que nunca conseguiram organizar-se e, quando o fizeram, foram duramente reprimidos. O caminho dos acordos levou o Estado brasileiro a ser alvo de disputa, dada sua capacidade de ordenar, reprimir, eleger vencedores e possuir significativos fundos públicos distribuíveis. Por causa disso, a apropriação privada e concentrada da terra, sob relações patrimonialistas com o Estado e a união dos mais fortes interesses burgueses e agrários com o capital dinheiro estrangeiro explica porque apesar do sucesso do ‘modelo primário-exportador’ e, depois, do alto ritmo de crescimento industrial não se conseguiu construir uma nação democrática no Brasil (Tavares, 2000). Os vetos à transformação vêm de dentro, e não são fruto da dependência cultural (através da inserção interessadamente subordinada do país) e, também, de fora, com a mudança coibida devido à ação da potência dominante. Ou seja, a visão de Celso Furtado parece agora centrar seu foco sobre as escolhas das elites internas, marcadamente em consumo e tecnologia, deixando de lado problemas fundamentais como o capital financeiro internacional, sua dominância — muitas vezes opressiva — e principalmente o interesse maior dos grupos no poder de manter o *status quo*. Tudo isso exige sustentar a acumulação de capital e controlar as lutas políticas internas a elite, realizando acordos que evitem o enfrentamento e promovam a manutenção da estrutura agrária e a fragmentação das classes subalternas. O problema, portanto, apesar da interessante visão furtadiana, é mais complexo.

Também Fajnzylber apresentou problemas. Para argumentar a favor de sua análise, Fajnzylber (1990) tenta prender-se a argumentos estritamente econômicos. Desse modo, amarra a análise e a enfraquece, diminuindo seu poder explicativo e reduzindo as possibilidades de intervenção na realidade. Porém, Fajnzylber insiste e afirma que um padrão de consumo mais austero tende a favorecer o crescimento econômico, reduzindo, inclusive, a relação capital-

produto que se cria ao copiar o consumo dos países avançados¹⁹⁶. Isso facilitaria não só o aumento da poupança, mas também do investimento industrial. No entanto, é óbvio que de modo algum isso seria aceito sem resistência direta e indireta das elites locais rentistas, o que intensificaria a necessidade de continuar crescendo economicamente. Ou seja, não está claro como as relações sociais aconteceriam dentro desse processo e mesmo os papéis de cada grupo parecem exageradamente simples.

Também a visão sobre a base empresarial nacional privada ou pública é questionável em Fajnzylber. O autor não observa explicitamente que a história dos países periféricos está em grande parte ligada à divisão internacional do trabalho. Ou seja, decisões nacionais, de empresários e poder público dentro dos limites da nação foram e são em grande parte condicionadas pelo papel exercido pelo país no mundo das trocas e da produção mundial. Assim, alcançar uma *taxa mais alta e eficiente de inversão* não depende apenas dos agentes sociais internos, senão que a posição geoeconômica dos países no mundo fala muito... E alto.

O último grupo, que aborda a dependência a partir da dominação de classe, tem uma enorme contribuição para a problemática, mas também recebeu críticas importantes. Talvez a mais fundamental delas, surgida dentro do pensamento de esquerda brasileiro, tenha sido a formulada por Francisco Weffort em debate com Cardoso publicado na revista *Estudos Cebap*, em 1971. Ali, o professor fez uma observação fulcral para esclarecer o alcance do que estava sendo proposto pelos autores da dependência nos anos 1970. Em seu artigo, Weffort (1971) critica a dubiedade do tratamento dado a dois mundos conceituais diferentes dentro da análise da dependência: a problemática da construção da Nação e os conflitos das relações de classe e produção. Segundo ele,

“é possível, porém, identificar com alguma precisão o campo dos problemas que a noção [de dependência se] refere e estes são exatamente o das relações econômicas e políticas entre nação e classe (relações de classe). Pode-se dizer, além disso, que buscando indicar em forma globalizante estes dois níveis de problemas, a idéia de ‘dependência’ parece padecer de uma inevitável ambigüidade teórica.” (Weffort, 1971: 7)

Ou seja, analisando a obra de Cardoso e Faletto, o professor viu os autores, ao trabalharem sob essa chave, tenderem a análises globalizantes, apontando problemas reais, mas sem resolver aquela ambigüidade. Com isso, tal como outros autores, Cardoso e Faletto caminhariam sobre a

¹⁹⁶ Nesse ponto, tem semelhanças com Celso Furtado.

dificuldade de aproximar-se do objeto com duas pautas: uma através da questão nacional e outra por meio da relação de classe. O problema é que, no primeiro caso, o conceito de nação opera como premissa para toda análise de classe e, no segundo, são as relações de classe que, em última instância, determinam o caráter do problema nacional (Weffort, 1971). Algo, portanto, vago e impreciso nas relações causais. A questão, porém, seria difícil de resolver, pois se os teóricos que escreveram sobre o tema perseguiram a problemática das relações de classe para explicar a situação dos países da América Latina a partir das suas forças sociais internas, precisam partir inevitavelmente da Nação, afinal sem esta idéia não se estabelece a relação interno-externo, fundamental ao conceito de dependência.

Weffort (1971) conclui, no entanto, que a controvérsia, na verdade, não existe. E esse é o problema! No sistema capitalista não há contradição entre Nação e mercado. Pelo contrário, os grupos dominantes do país podem dar conteúdo à idéia de Nação e usar a autonomia política do país para melhorar sua integração ao mercado mundial. Isso, porém, se resolve com uma análise de classe, prescindindo da questão nacional e, deste modo, da noção de dependência.

Para ele, a preocupação dos autores com a questão nacional parece oriunda da aceitação do modelo ‘clássico europeu de desenvolvimento’ capitalista que, sob o olhar histórico rigoroso, nunca existiu¹⁹⁷. Como esse modelo, baseado na Revolução Francesa e Industrial inglesa, refere-se à Nação, a ‘teoria da dependência’ foi conduzida à “(...) *uma batalha contra moinhos de vento, muito importante como desmistificação ideológica, mas muito precária em seus resultados científicos*” (Weffort, 1971: 17). Em resumo, para o professor:

- “1. A noção de dependência estrutural toma a idéia de Nação em pé de igualdade com o conceito de relações de classe (relações de produção, etc.);
2. uma teoria de classe não precisa da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista;
3. se se aceita o segundo argumento, a ‘teoria da dependência’ deixa de ser uma teoria ou um conceito de caráter global sobre a sociedade latino-americana e deve ser tomada apenas como a indicação de uma problemática nova, nascida da falência das teorias convencionais sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina.” (Weffort, 1971: 24)

¹⁹⁷ Para uma discussão sobre o tema ver o livro de Barrington Moore Jr., já citado na nota de rodapé número 10.

Em resumo, se Cardoso e Faletto (2004) pretendiam desenvolver uma análise baseada na luta de classes para compreender a problemática do subdesenvolvimento dos países da América Latina, a própria concepção teórica impediu que lograssem pleno sucesso.

A crítica de Weffort (1971) teve, contudo, excelente resposta de Fernando Henrique Cardoso publicado no mesmo número da revista do CEBRAP (Cardoso, 1971). Para este, não cabem os problemas apontados, pois, em primeiro lugar, não há uma teoria da dependência e, portanto, o conceito não pode ser totalizante. A dependência é a “(...) *expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado a expansão internacional*” (Cardoso, 1971: 32). Teoricamente, a dependência decorre da acumulação por meio de monopólios e da repartição do mundo entre nações imperialistas, por isso só será explicado por conceitos da teoria do capitalismo na fase imperialista. Ou seja, a dependência não desejou substituir a análise de classes pela de Nação, mas afirma que a disjuntiva não é correta, pois se trata de conceitos com estatuto teórico desigual. O que se pretendia mostrar, segundo Cardoso (1971), é que as contradições gerais e indeterminadas de classe, imperialismo, Estado, passam por uma contradição nacional e se insere no contexto mais geral da contradição de classes no plano internacional. De outro modo, *Estado Nacional é um objeto e não uma perspectiva de análise*. Nesse sentido,

“para dar passos a frente o que é necessário é ir mais longe na análise das situações de dependência no sentido de ver em situações concretas como se movem as forças sociais que podem negar, isto é, superar a condição atual de dependência.” (Cardoso, 1971: 44)

Em resumo, a dependência deve ser encarada não como uma teoria de *status* similar as explicações sobre o capitalismo, mas, sim, uma proposta de análise das situações concretas de dependência para que se percebam, aí sim, sob a égide dos conceitos que explicam a dinâmica capitalista, as formas específicas que assumem as relações sociais e de produção nos países periféricos.

A discussão, todavia, ainda não se resolve com a proposta de Cardoso (1971). Todo o debate, inclusive as outras críticas levantadas, parece reclamar uma aproximação nova em relação ao objeto América Latina. Se o caminho proposto por Cardoso e Faletto (2004) parece promissor, ainda assim, para um passo além é necessário inovar em relação ao seu formato. O prof. Geoff

Lamb (1987) deixa muito claro sua posição quanto a pouca fecundidade da dependência enquanto permanecer no marco conceitual que predominou no debate dos anos 1970:

“sean cuales fueran sus atractivos intelectuales y políticos, las teorías de la dependencia han tendido a extenderse en lo relativo a teoría general y descripciones y a ser escasas en cuanto a análisis y medidas concretas que puedan solucionar dichos problemas.” (Lamb, 1987: 112)

Em outras palavras, é como se houvesse uma brecha nas análises formuladas pelas principais escolas de pensamento econômico, cujos autores se debruçaram sobre o tema da dependência. Uma distância irreconciliável entre os níveis de abstração conceitual utilizados para explicar o longo prazo de forma abrangente e as análises aplicadas a casos concretos. Numa primeira categoria haveria um alto nível de abstração, com conceitos gerais capazes de apontar grandes tendências das sociedades capitalistas e as forças a que são submetidas as Nações periféricas dependentes. Numa segunda, a descrição de casos específicos, onde são apontados a forma concreta como se revela, em cada país, a subordinação e o alinhamento ao exterior de uma situação específica de dependência. Ou seja, não haveria uma categoria capaz de mediar as grandes tendências com os casos concretos, as formas assumidas pela condição dependente dos Estados-Nação periféricos. Em outras palavras, parece faltar categorias intermediárias.

3.3.2. O distanciamento da realidade e o isolamento

Os problemas conceituais e as dificuldades metodológicas da dependência quase lançaram a ótima idéia no buraco negro do esquecimento. Conceitos pouco apurados, transigência sobre nexos causais dúbios e paixão política abriram amplo caminho para críticas tanto a esquerda quanto a direita e terminaram por isolar em guetos, grupos específicos e publicações determinadas os autores que insistiram em trabalhar com a questão¹⁹⁸.

Não se tratou (apenas) de uma ação do *main stream* para silenciar as vozes negativas em relação à economia mundial, marcadamente as que gritavam a partir dos países pobres. Boa parte

¹⁹⁸ Segundo Serra e Cardoso (1980: 35), “quando o pensamento não permite identificar os processos sociais novos, ou quando ele esconde sua importância no arsenal de ‘leis’, ‘contradições’ e ‘lógicas’ imaginárias, por mais revolucionárias ao nível da retórica que sejam as palavras empregadas, apenas ajuda a consolidar a ordem existente. Se, ao contrário, o pensamento for capaz de apontar para processos emergentes, mesmo que nasça tímido e balbuciando palavras heterodoxas, pode abrir um

dos próprios autores da dependência não sopesaram as críticas, muitas delas corretas, realinhando suas teses e repensando seus modelos. Muitos, principalmente os neomarxistas, insistiram nas formas e conceitos iniciais com que abordaram a problemática e pouco melhoraram suas teorias apesar do distanciamento em relação à realidade dos países latino americanos.

De outro modo, fecharam-se e, por fim, afastaram-se de outros autores sérios, simpáticos à idéia, mas insatisfeitos com a consistência científica das análises e com o resultado pouco razoável do ponto de vista da dinâmica das sociedades periféricas. Nesse processo, ainda mais nos anos 1980 e 1990, quando a avalanche do pensamento neoliberal colocou todo pensamento heterodoxo na defensiva, a idéia da dependência perdeu quase todo o terreno ganho nas décadas anteriores e poucos, principalmente nas novas gerações de economistas, voltaram a falar, escrever e discutir o tema. Nas revistas acadêmicas internacionais pouco espaço restou para análises com essa abordagem e mesmo nas publicações heterodoxas ou de esquerda, minguavam os artigos sobre a dependência.

O isolamento, na verdade, não foi um acidente ou um complô engendrado entre os conservadores na forma de uma conspiração do silêncio. Os autores da dependência também foram culpados pela perda de prestígio científico da idéia e seu quase abandono pelas novas gerações.

É possível esmiuçar alguns motivos já na literatura crítica dos anos 1970. Por exemplo, quando a discussão sobre os problemas da dependência desliza para as dificuldades econômicas enfrentadas pelos países que a sofrem, algumas características comuns são ressaltadas e grita-se contra suas consequências sobre o presente e o futuro dos povos, marcadamente os mais pobres. Lall (1975) lista algumas dessas características ressaltadas na literatura da dependência. Segundo ele, seus autores caracterizariam os países dependentes como marcados por:

1. enorme importância do capital estrangeiro sobre suas economias;
2. uso intensivo de tecnologias avançadas em países com setor industrial relativamente frágil;
3. especialização na exportação de produtos primários ou intensivos em mão-de-obra simples;
4. elites cujo consumo é pautado por padrões vivenciados nos países do centro;

5. trocas internacionais desiguais e desvantajosas de todos os tipos para os países da periferia; e
6. crescimento das desigualdades e subemprego, principalmente nas áreas urbanas.

O conjunto dessas características, acusa Lall (1975) marcadamente aos neomarxistas, impediria inexoravelmente qualquer chance de desenvolvimento das economias chamadas dependentes. Segundo ele, para esses pensadores, a realidade descrita era causa e consequência da exploração internacional, levando à drenagem do excedente econômico e condenando os países da América Latina a viver o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’¹⁹⁹. Pior, como descrito na seção 3.2.1, a necessidade de acumulação obrigaria os centros nacionais mais fortes a repetir o esquema sobre os países mais fracos e, dentro do país, as regiões mais ricas sobre as regiões mais pobres. Esse esquema tornaria o desenvolvimento impossível, gerando crescente distância entre os centros hegemônicos (países ricos) e nações dependentes e mais ainda: profundas desigualdades regionais internas aos países.

Quando se analisa cada uma daquelas características, porém, percebe-se que nenhuma é exclusiva ou marcadamente vivenciada apenas por países tipicamente titulados como dependentes. É Lall (1975) quem mais uma vez faz a censura, tentando provar que o problema da dependência como divulgado na literatura é mais uma questão de grau do que uma linha divisória entre países ricos e pobres²⁰⁰. Por exemplo, para a primeira característica, o autor afirma que a dominância do capital estrangeiro em uma economia não pode ser critério de separação entre países, pois, segundo ele, alguns países tidos como não-dependentes estão muito mais conectados aos investimentos estrangeiros em seu território do que outros tidos como dependentes²⁰¹.

Se assim for, interpretações baseadas em um pressuposto falho que divide os países em dois grupos, um explorado e outro explorador, conduzirão a análises desacertadas e, também, a conclusões ilusórias. Daí para propor ações e políticas inapropriadas, naturalmente, é um pequeno passo. Em resumo, propor e insistir em classificações opositoras entre si, nesse caso, conduziria a

pensamento aberto à ação transformadora ao abrigo de lutas e do debate engajado”.

¹⁹⁹ Ver capítulo 3, seção 3.2.1.

²⁰⁰ Embora Lall (1975) afirme os problemas operacionais da idéia de dependência, em momento algum aponta que a abordagem ou a problemática não tem valor.

²⁰¹ A comparação se faz entre Canadá e Bélgica (não-dependentes) e Índia e Paquistão (dependentes). A argumentação que usa em seguida para desbancar a suposição de que países dependentes pagariam mais pela utilização de tecnologia estrangeira em seu território é, no entanto, mais frágil, com exemplos pontuais baseados em empresas de tecnologia não disseminada nem entre os países ricos e em casos extremos de instabilidades social e política dos países.

um distanciamento dos modelos em relação aos países tidos como dependentes e sua realidade complexa.

A segunda característica também é alvo. Considerando apenas a tecnologia, Lall (1975) argumenta que não há dúvida de que os países chamados dependentes precisam da tecnologia dos países avançados para suas indústrias. Além disso,

“there is also no reason to question the argument that this technology is in some ways ‘inappropriate’ to the production and consumption needs of LDCs [less developed countries], and that it leads to social ills, misdirected science and education policies, and to a self-perpetuating structure of technological backwardness.” (Lall, 1975: 804)

Isso, porém, mais uma vez é insuficiente para caracterizar uma economia como dependente e diferente de outra não dependente, até porque, já na época do estudo, falar em independência tecnológica, mesmo entre as indústrias dos países ricos era uma concepção que tendia à rápida obsolescência (Lall, 1975). Mais uma vez, se assim for, este pressuposto que caracterizaria um país dependente, ao estar equivocado, acarretaria apenas mais distanciamento da realidade e maior fragilidade na análise sobre os países que sofrem a dependência.

Outra questão importante que distancia a literatura da dependência dos processos concretos vividos pelos países pobres é destacada no item seis da lista. O crescimento econômico, segundo muitos autores simpáticos à abordagem, costuma ser acompanhado de perto pelo aumento da desigualdade social e da marginalidade de parte significativa das populações urbanas. Para Lall (1975), não se trata de negar o crescimento e a gravidade desses dois *invitados de piedra*, marcadamente nos países ditos dependentes, mas de perceber que isto não os diferencia. O mundo não pode ser dividido entre países dependentes e não-dependentes por esse critério, posto que o fenômeno não se verifica em todos os países tidos como dependentes, não se restringe apenas a estes países e, por fim, aconteceu na história da industrialização dos mais importantes países desenvolvidos do mundo ocidental²⁰². Ou seja, o agravamento dos problemas sociais em períodos de crescimento econômico não pode ser entendido como identificação dos países e, desse modo, não permite extrair análises ou previsões sobre as nações latino americanas, sob o risco de construir uma tipologia ou até modelos incapazes de refletir a realidade e a especificidade dos países do subcontinente. A distância com a realidade, deste modo, só aumentaria.

Se o olhar se tornar mais específico, julgamentos mais diretos podem ser formulados a cada um dos grupos de autores da dependência já destacados. Observe-se o caso de Ruy Mauro Marini. Como discutido na subseção 3.2.1, o autor acreditava que a burguesia local, para evitar a reação dos trabalhadores ao grau de exploração a que eram submetidos, necessitaria sempre de regimes repressivos e da ausência de reformas capitalistas para evitar o enfraquecimento dos grupos oligárquicos aliados²⁰³. Por isso, a revolução burguesa nos moldes europeus era impossível e, dado o arranjo sócio-produtivo surgido, a industrialização e do capitalismo na América Latina eram inviáveis. Na opinião de Love (1998: 458), esse “*o modelo de Marini era uma interpretação esquemática da ditadura militar brasileira dos anos 1960 e 1970, regime esse a partir do qual ele indevidamente generalizou, no tempo e no espaço.*”²⁰⁴

A realidade, porém, foi cruel com a interessante tese de Marini. Não só o capitalismo está, hoje, muito sólido na região, como a industrialização de alguns países foi inegável. Ou seja, insistir nela significou amplo afastamento da realidade.

Problema semelhante, todavia mais evidente, surge da argumentação de Andre G. Frank (1970) para o Brasil que se industrializava. Segundo ele, o país seria o caso mais explícito de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Frank aponta, retomando estudo anterior²⁰⁵, que desde a conquista do território pelos portugueses, diferentes regiões foram convertidas em exportadoras de bens e suas novas estruturas ao desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Tão logo, porém, o mercado consumidor ou a produtividade dessas áreas entrou em declínio, o interesse do capital internacional desapareceu, deixando as áreas à míngua, sem capacidade para desenvolver-se²⁰⁶.

O autor infere, então, que esse seria também o destino da área Centro-Sul, ocupada pelo café para exportação, mesmo que, a época, a estagnação econômica da região não houvesse ainda

²⁰² É assustadora a descrição que faz Friedrich Engels em *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, a época da Revolução Industrial. No mesmo sentido, o filme belga *Daens, um grito de justiça* (1992), dirigido por Stijn Coninx, é revelador.

²⁰³ É interessante observar que diferentemente dos neomarxistas vinculados à dependência, os teóricos marxistas do imperialismo vêem que uma aliança de forças sociais anti-imperialistas pode dar a burguesia dos países o papel de burguesia nacional, permitindo a transformação e o desenvolvimento dos países dominados pelo imperialismo (Lamb, 1987).

²⁰⁴ Palma (1978) tem uma opinião um pouco diferente sobre Marini.

²⁰⁵ FRANK, Andre G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.

²⁰⁶ Frank (1970) destaca para essa interpretação o litoral do Nordeste e o interior de Minas Gerais. Além dessas regiões, mas alvo de crítica nessa tese, ressalta também o que chamou de Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná). Ver os parágrafos seguintes.

se concretizado. Para Frank (1970: 8), “(...) *the development of a synthetic coffee substitute promises to deal a mortal blow in the not too distant future.*”²⁰⁷

É preciso ressaltar, no entanto, que o artigo foi publicado originalmente em 1966, de modo que já era claramente visível que o Brasil havia mudado de patamar em direção à indústria e exatamente na região que havia sido dominada pelo café para exportação. É bem verdade que, no início dos anos 1960, o debate sobre a estagnação do desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações alimentava olhares pessimistas em relação ao futuro dos países latino-americanos²⁰⁸. Todavia, mesmo com os problemas daqueles anos e a recessão inicial forçada pelo Regime Militar instaurado em 1964, o país já havia trocado o *status* entre o setor agrícola e o industrial e os níveis de renda, consumo, produtividade e, principalmente, a evidente redução do papel da demanda externa sobre a dinâmica econômica do país não deixavam margens a dúvida sobre o quanto a economia brasileira havia mudado. Pior, mudado em grande parte graças aos capitais acumulados pela exportação de café, capazes de transformar a região Centro-Sul e criar condições para saltos impensáveis no início do século XX. O Brasil necessariamente não era o mesmo país de antes e, sobretudo, não voltaria a sê-lo.

Assim, mesmo contando com a espessa névoa que encobre o presente de quem escreve olhando os fatos no momento em que ocorrem, não é possível ignorar que a industrialização aconteceu, estagnação não se realizou²⁰⁹ e a idéia de exploração interna entre regiões do país era difícil de defender. A realidade insistia em negar o modelo de subordinação simples da periferia em relação ao centro.

O tamanho do erro ganha sentido prático quando se retoma o que disse Seers (1987), ao afirmar que os autores da dependência, mesmo estendendo e melhorando o tratamento dado à problemática do Estado na discussão sobre o desenvolvimento, ao não aprofundarem sua análise e passarem ao largo da dinâmica das alianças em torno de governos e contra eles, deixaram de

²⁰⁷ É curioso observar que muitas vezes uma análise de elevado nível de abstração, para mudar o curso de uma trajetória, busca motivos em fenômenos bem menos abstratos, misturando tendências de grande inércia com particularidades cuja potencia se desconhece. Provavelmente não seja possível fazer diferente e as tentativas de capturar movimentos históricos, no momento em que acontecem, obriguem os analistas a observar o concreto hoje e retirar deles justificativas para intuições, crenças ou mesmo fatos que justifiquem afirmar que o curso de determinado ciclo está mudando ou está para mudar. Mesmo assim, o fenômeno não deixa de chamar a atenção.

²⁰⁸ Ver Furtado (1966) e as duas seções anteriores desta tese.

²⁰⁹ Na verdade, Frank (1970: 9) não prevê declínio da região, mas sua sustentação a partir da satelitização das demais regiões do país em benefício da área industrializada e exploração daquela por essa. Mesmo do ponto de vista da indústria, seu desenvolvimento seria limitado porque o parque teria se tornado, por sua vez, satélite do capital industrial estrangeiro, incapacitando-se para criar dinamismo próprio de acumulação e tecnologia.

perceber a amplitude do espaço de manobra dentro do qual sua movimentação é possível. Assim, por vezes, intuía-se ou afirmava-se que o Estado era incapaz de promover mudanças capazes de colocar o país na direção do desenvolvimento. Por isso mesmo,

*“los cambios paulatinos para mejorar la situación parecen condenados al fracaso; lo único que puede hacerse es esperar una mal definida revolución, surgida de procesos no especificados. Existe entre los que podría calificar como exponentes ‘vulgares’ de la dependencia (aunque no entre sus más renombrados teóricos, especialmente Cardoso) una tendencia a caer precisamente en esta trampa y echar la culpa de **todos** los problemas de un país a la ‘división internacional del trabajo’ impuesta por las fuerzas hegemónicas. Eso bien pudiera ser satisfactorio emocionalmente; aunque es cierto que a menudo conviene políticamente el corto plazo, también es muy engañoso y enervante cuando hay que sacar consecuencias programáticas.”* (Seers, 1987: 171. Grifo do autor)

Na mesma direção, Lamb (1987) afirma que o golpe mais forte que os países de crescimento rápido nos anos 1960 e 1970 impuseram a boa parte dos autores da dependência foi no tratamento da esfera política. Segundo ele,

*“su simplificación en cuestiones políticas no proporciona grandes logros analíticos acerca de la trayectoria política del desarrollo en las economías de rápido crecimiento. (...) [O que se viu nessas economias] nos hace retornar al carácter central de la acumulación para el desarrollo y al hecho de que la acumulación es, en todas las partes y en todas las épocas, un proceso **político** tanto como económico, sobre el cual se desencadenan las más furiosas luchas sociales. En los países en desarrollo, la política tiene por objeto determinar quién controla el proceso de acumulación y de transformación de los recursos productivos, y en interés de quién.”* (Lamb, 1987: 124. Grifo do autor.)

O que surge de tudo isso é que a observação do debate sobre a dependência não ajuda a extrair categorias que permitam uma análise da dinâmica das transformações vividas pelos países latino-americanos nos anos de industrialização acelerada (Lamb, 1987). Ou seja, reforçando o que Bienefeld (1987) critica na literatura sobre o tema, Lamb também reclama do caráter estático e a-histórico das conclusões dos autores da dependência ao enfatizar que as análises não permitem enxergar caminhos ou trajetórias possíveis para os países dependentes, exceto o bloqueio do seu desenvolvimento. Algo negado pela história dos países.

Nesse sentido, a crítica à abordagem da dependência a partir dos neomarxistas pode ser extraída dos princípios metodológicos da Teoria Francesa da Regulação (TRF). Observando a biologia, Aglietta refere-se à reprodução de estruturas fundamentais baseada em um modelo que incorpora todas as informações necessárias a diferenciação de um organismo complexo. Assim,

“a diversidade dos seres singulares que pertencem a um mesmo modelo provém do número gigantesco de combinações as quais as diferenciações procedem. No

entanto, são combinações estruturalmente controladas pelo código genético que seleciona a informação pertinente.” (Bruno, 2005: 29).

No mesmo sentido, Bruno (2005), recupera Lukács e o opõe aos que veem na história leis inescapáveis, esquecendo-se que a sociedade é uma criação e não apenas imitação fiel, indiferenciada, feita mecanicamente. Para Lukács, o homem é um ser que dá respostas, *“um unidade que se reproduz continuamente sob formas sempre novas, cada vez mais complexas e mediadas em todos os níveis sócio-pessoais da atividade humana”* (Bruno, 2005: 29).

Em outras palavras, o determinismo e a a-historicidade da visão neomarxista da dependência choca-se com a noção de reprodução social, como concebida pela TFR, que implica em mutação das estruturas que lhe constituem, permitindo recompor, sobre novas bases concretas, duas condições essenciais a sua permanência histórica: a coesão social e a coerência macroeconômica (Bruno, 2005). Ou seja, o homem e seu produto, a sociedade, de modo algum se assentam e se reproduzem sob estruturas opressoras a ele ou a um dos seus grupos, inadequadas a seus interesses, crenças ou valores sem responder contrariamente a eles. O conflito inevitável entre o que há e as respostas cria movimento que, mesmo não alterando o *core* da vida social, cria impossibilidades em um campo e soluções em outro, movendo as reais estruturas de uma sociedade para uma posição diferente.

O interessante é que isso acontece diariamente, em toda a extensão da interação humana. Assim, pequenos movimentos, resistências e soluções aglutinam-se em novidades que podem muito bem transformar espaços mais significativos de convívio, alterando aos poucos a correlação de forças entre grupos e iniciando mudanças mais importantes do ponto de vista do conjunto social.

Essa possibilidade está vedada nos escritos neomarxistas, posto que o homem é colocado de lado em favor de um todo que o prende em barras de ferro insuperáveis. A história está dada, o caminho é um só e a sociedade não possui mecanismo de transformação. Algo, portanto, incapaz de refletir a plasticidade inacreditável do sistema capitalista.

Na abordagem de herança cepalina sobre a dependência, os obstáculos também surgiram e esta análise também padeceu de problemas de distanciamento da realidade. Sua construção teórica original tem, todavia, o grande mérito de ser fundamental para a discussão vivida nos anos 1970. Para Bienefeld (1987), o debate sobre a dependência sempre trouxe a influência das proposições

da CEPAL para superação do subdesenvolvimento e as ideias em torno da construção da Nação permeiam, mesmo que subterraneamente, a dicotomia externo-interno.

No caso da CEPAL, O Prof. João Manuel Cardoso de Mello resume assim a visão:

“(...) todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de ‘sua situação periférica’. [Ou seja,] (...) o núcleo do problema da industrialização reside na antinomia entre a plena constituição da Nação e uma certa divisão internacional do trabalho que a havia convertido em periferia (...)”. (Mello, 1991: 20. Grifo do autor)

Assim, por influência da Comissão Econômica, parte dos debatedores da dependência assumiu, sem a devida crítica, a defesa de ações, políticas e posturas nacionalistas como se fosse uma premissa necessária para que os países latino-americanos superassem sua condição subdesenvolvida e dependente (Bienefeld, 1987). Dessa premissa, para propor que quanto mais autonomia melhor e mesmo uma desvinculação dos países em relação às economias mais ricas foi um pulo e levou parte da literatura a enxergar poucas saídas para aqueles povos que não a ruptura com a ordem internacional.

Mas a sequência de eventos históricos não corroborou esta visão defendida nas discussões sobre a dependência. Os anos 1970, marcadamente no Brasil, foram de crescimento e mesmo de construção, mesmo que parcial, do último elo para que a estrutura industrial tivesse chance de ganhar dinamismo próprio: criou-se o Departamento I²¹⁰, tal como visto por Tavares (1998). Isso, contudo, só foi possível por que havia importantes ligações com o setor externo que permitiram não só comprar equipamentos e tecnologia, como ainda atrair investimento direto estrangeiro. O resultado foi um país que caminhou na direção do desenvolvimento (obviamente, apesar dos problemas distributivos, políticos e de vulnerabilidade) que negava a premissa pouco crítica de que qualquer ação de caráter nacionalista era bem vinda sempre.

Também os autores da dependência de influência cepalina são desautorizados por Lall (1975) em outro ponto: quando caracterizam os países dependentes pelo consumo internacionalizado e sofisticado das elites locais, incompatível com a estrutura produtiva dos países²¹¹. Para ele, o consumo não pode ser critério de separação entre países dependentes e não dependentes, pois:

²¹⁰ A definição de Departamento I segue Kalecki (1977).

²¹¹ Ver Furtado (1974) e as subseções 3.2.2 e 3.3.1 desta tese.

1. distinguir uma cesta ótima de consumo referida a uma diferente distribuição de renda e relações de produção não tem cabimento frente à realidade capitalista dos países e a funcionalidade desta na dinâmica da ordem vigente;
2. o gosto internacionalizado e sofisticado das elites não é um fenômeno exclusivo ou marcante apenas nos países menos industrializados. Pelo contrário, a diferença que marca os países de economia mais frágil estaria na enorme desigualdade de renda – permitindo distâncias escabrosas entre o consumo dos mais ricos e dos mais pobres – e o valor da posse em termos de *status* social.

Nesses pontos, as críticas parecem ser acertadas. Embora as diferenças de consumo interno sejam marcantes e as elites locais se arvorem ares de cosmopolitismo, não é razoável especular sobre a adequação dos níveis de consumo da elite a um hipotético interesse nacional ou da maioria. Os motivos são imediatos:

1. as condições para o consumo conspícuo das elites é dado pelas relações de produção estabelecidas e reproduzidas todos os dias. Isto é, uma das razões profundas para o bizarro disparate entre os níveis de consumo dentro dos países dependentes está em outro nível de troca social: na propriedade concentrada e no Estado sem força e interesse em realizar as reformas civilizadoras do capitalismo, deixando aos donos do capital e da terra o controle sobre o fluxo de renda;
2. realmente não parece ser característica exclusiva das elites do Terceiro Mundo copiar a cultura dominante em seus avanços, comodidades e *status*. A trajetória do consumo de países europeus no pós-II Guerra confirma esse fato. A questão relevante situa-se, novamente, na distância da renda entre os grupos provocada pelas relações de produção vigentes.

De todo modo, os autores da dependência de influência cepalina parecem ter percebido, marcadamente após 1960, a complexidade das interações que envolviam o processo de desenvolvimento com distribuição de renda na América Latina. Tanto Prebisch (1968), quanto Furtado (1974) e também Fajnzylber (1983 e 1990) deixam poucas dúvidas quanto à necessidade de ações para além da esfera econômica estrito senso se se pretende superar as travas que mantinham os países do subcontinente atados ao subdesenvolvimento. Para eles era irrecorrível enfrentar a concentração de poder, propriedade e renda nas mãos dos grupos elitizados a fim de

alcançar expansão do volume de recursos direcionados ao investimento, maior eficiência e eficácia nessas inversões, distribuição mais justa do produto social, criação de um mercado massificado de produtos e crescente redução da gravitação do país em torno do centro do capitalismo. Como visto, porém, o próprio papel da CEPAL, como órgão multinacional, não permitia a exposição pura e simples dos avanços alcançados por seus pesquisadores. De outro modo, na ficava claro nos textos dos magníficos autores da Comissão o papel das alianças entre elites nacionais e o capital financeiro internacional e a necessidade de reformar estruturas para se alcançar o desenvolvimento com justa distribuição dos frutos do progresso. Prebisch parece concentrar-se na problemática interna e oligarquias, Furtado direciona suas baterias contra a submissão ideológico-cultural das elites e suas repercussões sobre o país e Fajnzylber, diante do perverso quadro da conjuntura mundial, propõe contornar os obstáculos e ferir o atual *status quo* a partir do seu próprio sucesso. Enfim, apesar dos avanços quase incontrastáveis alcançados pela CEPAL, os limites surgiram e por trás deles parece estar a idéia de dependência.

Uma última crítica apresentada por Lall (1975) chama atenção, mas não parece justa. Segundo Sanjaya Lall, é provável que alguns alvos dos tiros disparados pelos autores da dependência estejam desfocados, por exemplo, quando discutem a questão da adequação aos países industrialmente frágeis de tecnologias importadas. Ali, aqueles pensadores deixariam de lado dois fatos fundamentais:

1. por vezes, a tecnologia avançada disponível não permite a utilização de estágios pretéritos de equipamentos ou organização, sob pena de tornar inviável a atividade. Ou seja, a existência daquele setor e sua competitividade não abrem espaço para escolha de processos mais condizentes com a disponibilidade de fatores dos países ditos dependentes. De outro modo, a avançada tecnologia acaba sendo a única apropriada;
2. “(...) *the sort of technology chosen, while inappropriate with reference to some social optimum, may in fact be quite ‘appropriate’ to the income distribution and capitalist mode of production in existence in LDCs* ” (Lall, 1975: 804).

O que isso quer dizer? O primeiro ponto não oferece muita controvérsia, exceto pelo fato do autor considerar estes casos significativos o suficiente a ponto de minimizar a relevância de uma das fontes de debate sobre a dependência: a utilização de tecnologia inapropriada aos fatores

disponíveis nos países, gerando problemas sociais e de dinâmica econômica. É um ponto controverso que exigiria dados empíricos para levar a discussão a cabo, porém, esse não é o maior problema²¹².

O segundo ponto chama mais a atenção por não considerar o que talvez seja a maior contribuição da literatura da dependência ao entendimento da dinâmica social dos países dependentes. Como se discutiu na seção anterior (3.2), marcadamente no item 3.2.3, o avanço proporcionado pelos escritos de Florestan Fernandes, Cardoso e Faletto e outros se concentra no papel dos grupos de interesse internos na construção, manutenção e reprodução das condições de dependência a partir dos próprios países. Ou seja, diluía-se definitivamente, então, a dicotomia entre a exploração internacional e a mera aceitação e adaptação interna as pressões vindas de fora. Em outras palavras, não se tratava apenas da ação imperialista sobre países sem poder para reagir, mas, sim, da construção de relações internacionais a partir do filtro dos interesses dos grupos dominantes internos.

Deste modo, quando Lall (1975) afirma o segundo ponto, diz o que o melhor da literatura sobre a problemática já colocava como uma das condições para existência da dependência nos países latino-americanos, marcadamente no Brasil: *é lógico que a tecnologia empregada é funcional aos interesses dos grupos mais poderosos dentro dos países*. Deste modo, essa crítica não é inválida.

De todo esse conjunto de críticas ao distanciamento da realidade e ao isolamento, em resumo, percebe-se que

“algunos expositores y la mayoría de los críticos parecen orientar su enfoque de acuerdo con conclusiones que con demasiada frecuencia son más bien estáticas, ahistóricas y paradójicas y que contienen afirmaciones que suponen la existencia de una división permanente de la economía global entre centro y periferia, tratando el desarrollo capitalista de la periferia como algo imposible.” (Bienefeld, 1987: 90)

Em outras palavras, marcadamente em relação ao neomarxistas, muitos autores da dependência, demasiadamente preocupados em agir sobre uma realidade latina americana cruel, construíram análises que realizaram saltos lógicos e históricos difíceis de defender do ponto de vista científico ou mesmo de aderência à realidade. O desempenho de algumas economias capitalistas latino-americanas, por exemplo, o Brasil, negaram nitidamente a noção de estagnação

²¹² Para uma contribuição imperdível para esse debate, ver os ensaios já citados do economista chileno Fernando Fajnzylber:

e a impossibilidade de desenvolvimento industrial dos países periféricos frente ao imperialismo. Mesmo assim, parte da literatura da dependência insistiu nessa tendência, facilitada pelo enfoque multidisciplinar e de longo prazo da abordagem, pois com ela inúmeras variáveis podem entrar, compor e condicionar as conclusões, bastando concentrar-se em algumas escolhidas para que a conclusão pré-definida seja alcançada. Ou seja, se o objetivo maior era combater uma realidade inaceitável do ponto de vista humano, o risco de saltar sobre os fatos, selecionando variáveis que reforçassem a interpretação, era uma distância curta e tentadora.

Nesse sentido, é possível ver aqui uma leitura pouco histórica de ‘O Capital’²¹³. A tentativa de muitos neomarxistas de extrair leis imutáveis sobre a dinâmica das economias capitalistas, transferindo-as, sem muitas mediações, para a posição dos países latino-americanos (periféricos e subdesenvolvidos), enrijeceu o olhar em busca de conclusões generalizantes e esqueceu-se de transitar das leis gerais do capitalismo descritas por Marx para categorias intermediárias e, por fim, para formas concretas (variáveis observáveis)²¹⁴. Isto é, leis em níveis muito abstratos, ao não preocuparem-se com os movimentos condicionados específicos, são incapazes de definir trajetórias reais e, portanto, tendências que, mesmo convergentes com as leis gerais, não seguem linearmente o que estas preveem no caso de serem imediatamente aplicadas a economias concretas. Parece ser esse o problema da abordagem neomarxista da dependência e, nesse caso, trata-se de um isolamento escolhido que se refletirá no descenso da sua influência acadêmica.

Assim, se a partir desse conjunto relevante de críticas, uma observação tivesse de ser extraída, é possível concordar com a análise de Lall (1975: 806) quando afirma que

“it appears that the dependence school is trying to pick off some salient features of modern capitalism as it affects some LDCs and put them into a distinct category of ‘dependence’.”

Na verdade, foi a própria interpretação da realidade, tal como apresentada por boa parte da literatura da dependência, que enfraqueceu sua posição e tornou possível os ataques dos opositores através do irrealismo das classificações e, por essa via, dos diagnósticos e das conclusões. Os conservadores abriram caminho condenando a fragilidade dos conceitos, das classificações e das definições surgidos a partir de critérios questionáveis²¹⁵ e passaram a

Fajnzylber (1983) e Fajnzylber (1990).

²¹³ Quiçá, pouco “materialista dialética”.

²¹⁴ Uma forma semelhante de crítica aos neomarxistas é feita pela Escola da Regulação Francesa. Para a teoria da regulação, ver Boyer (2009) e Bruno (2005).

²¹⁵ Ver Machado (1999).

considerar a abordagem da dependência pouco científica, politicamente interessada e mesmo inconsistente dado os problemas.

Mesmo a esquerda, o ataque não foi menos duro. De fato,

“(...) many of the points made by the dependence school are in fact attacks on the desirability of capitalism in LDCs rather than on their dependent status.” (Lall, 1975: 804)

Apesar de tudo isso, nem todas as críticas podem ser generalizadas. Marcadamente as que dizem respeito ao isolamento, refletem muito do debate nas décadas de 1960 e 1970 e, entretanto, não alcançam um ramo muito interessante da abordagem da dependência²¹⁶. Assim, muito dos argumentos contrário à abordagem, apresentados à época como válidos, ganharam acolhida principalmente porque se tratou a abordagem da dependência como uma teoria ou uma escola de pensamento, cujo núcleo duro analítico apresentaria convergência e apontaria na direção de análises e diagnósticos relativamente comuns. Essa postura, que já foi descartada no início da seção 3.2, porém, dificultou separar o joio do trigo e infelizmente, é importante ressaltar, conduziu a recusa de várias boas concepções e pistas levantadas pelos pesquisadores debruçados sobre a problemática.

Foram críticas desse tipo, baseadas na incompreensão de dois pontos fundamentais, que, somadas à própria forma de teorizar de parte dos analistas, levaram a abordagem da dependência ao isolamento forçado:

1. não existiu uma teoria da dependência, mas sim um conjunto de escolas de pensamento social — marxistas, neomarxistas, estruturalistas, pós-estruturalistas, entre outros — que se debruçaram sobre uma problemática comum (a *idéia de dependência*²¹⁷) e que, para expressar suas análises, utilizaram o mesmo termo. Todavia, seus modelos interpretativos, resultados e proposições eram diferentes. O problema é que isso causou estragos, pois as incontornáveis divergências e assimetrias conceituais facilitaram a criação de espantalhos a serem batidos no aguerrido debate sobre o desenvolvimento na época; e
2. a maior contribuição da abordagem da dependência estava exatamente na revelação, antes apenas intuída, de que era *no âmbito interno aos países que a problemática se*

²¹⁶ Este ramo será retomado como guia das propostas que serão apresentadas no capítulo 4.

²¹⁷ Para uma definição de *idéia de dependência*, ver a Introdução desta tese.

*traduzia em interesses e forças sociais contrárias a transformação, marcadamente a acelerada, dos países tidos como dependentes*²¹⁸. Ou seja, o melhor da idéia não estava na segmentação do mundo entre centro e periferia e nem na contraposição entre imperialismo (países ricos) e dependência (países pobres). De outro modo ainda, o que chama a atenção nos escritos sobre a temática é o desanuvier das relações internas de classe dos países tidos como dependentes, marcando sua pobreza e continuidade de relações sociais de produção, por vezes desumanas, a partir de interesses nacionais que pegavam carona nas tendências internacionais, filtrando-as de acordo com seu interesse.

Tal incompreensão entre os críticos da dependência destinou, intencionalmente ou não, o conjunto da literatura da dependência para a vala comum da irrelevância científica e do coma induzido por inanição de debate por décadas. Aos que insistiam na idéia, lhes foi reservado o isolamento forçado das revistas acadêmicas menos importantes e de grupos simpatizantes chamados com boa vontade de excêntricos.

3.4. Comentários finais

As abordagens propostas pela idéia de dependência, desde o seu início, demonstraram ser ricas, ambiciosas, mas também escorregadias e perigosas, inclusive em seus sentidos político e prático. Se de um lado seus autores valorizavam uma problemática abrangente, costurando as várias áreas das ciências sociais, a fim de perceber as classes sociais, sua força, interesses, alianças e, desse modo, os movimentos longos da história, por outro, a enorme quantidade de variáveis envolvidas, as fontes ideológicas múltiplas que guiavam cada um e, para muitos, a urgência das transformações sociais, tudo isso, conduzia ao enorme risco de a abordagem ter fôlego curto, respondendo a anseios imediatos de uma época conturbada, ao invés de construir uma sólida análise das dificuldades e possibilidades dos países da América Latina.

²¹⁸ Como no caso brasileiro, a transformação podia ser até acordada entre os grupos dominantes, mas o controle sobre ela e a concentração da renda e da propriedade, inclusive no campo, eram inegociáveis. A literatura que trata do tema é ampla. Ver, por exemplo FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. 1.ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

Em outras palavras, a tentação de percorrer os caminhos da teoria abstrata bem montada, de forte apelo político para a ação, mas inexata, dúbia e irrelevante a longo prazo era enorme.

Serra e Cardoso (1980), discutindo o trabalho de Marini, reforçam a posição de que a dependência não é uma teoria do capitalismo na periferia — menos ainda de sua formação —, mas, sim, a expressão da necessidade de se compreender como, concretamente, se movem as sociedades da América Latina a partir de suas forças sociais internas em meio ao imperialismo. Por isso, ambos descartam as tentativas de buscar leis gerais para a dinâmica da região e lançam o desafio de se perceber que as possibilidades e limites de cada arranjo social superar a dependência não estão dados desde sempre ou já intuídos das leis gerais do capital. De maneira simples e direta: é preciso olhar os países por dentro.

Por isso mesmo, o exposto até agora tende a concordar com Palma (1978: 904):

“my personal judgement is that in their completely justifiable eagerness to denounce the negative side of capitalist development – its enormous social costs – to the analysis of which they have made significant contributions, they (...) have been unable to see the specificity of its historical progressiveness in Latin America. They have therefore thrown out the baby with the bath water.”

Ou seja, há muito valor no conjunto do debate sobre a dependência, o que de maneira nenhuma permite refugá-la como uma tentativa infrutífera de análise do subcontinente latino-americano. Por exemplo, os avanços, que foram inúmeros, e podem ser sumarizados em:

1. a visão, já claramente explicitada pela CEPAL, de que não se pode compreender a evolução da periferia sem contextualizá-la no mundo capitalista. Essa contextualização, porém, — e aí a contribuição — não se faz sob a lógica do mercado, mas obedece ao momento histórico do imperialismo e todas as suas ações de cooptação, pressão e uso da força para maximizar a acumulação de capital no centro;
2. a percepção similar a da CEPAL de que, longe de uma situação, a condição atual dos países periféricos corresponde a uma história de desenvolvimento, exigindo, portanto, sua apreensão na forma de um processo;
3. denúncia, também de origem cepalina, do caráter nitidamente explorador da divisão internacional do trabalho sobre as nações cuja construção do capitalismo veio de fora para dentro, a partir de posições coloniais e, algumas vezes, escravistas;
4. ***a formidável e necessária tomada de consciência de que não há apenas a opressão de fora para dentro, do centro contra a formação da Nação. Muitíssimo importante***

são as alianças e os interesses dos grupos sociais locais privilegiados com a ordem e a estrutura econômica formada ao longo da história desses países;

5. a exigência, para dar significado social às transformações ou movimentos na estrutura socioeconômica, de que se identifiquem quais são os grupos sociais em disputa numa sociedade, quais seus interesses e sua força. Ou seja, é preciso ter claro com quais forças uma sociedade se move numa ou noutra direção, sob risco de se teorizar baseado apenas em variáveis abstratas, desfocando olhar sobre a realidade;
6. a crítica e a chance de perceber o papel do Estado em sua íntima relação com os grupos sociais que compõe a sociedade. Isto é, arrancou o Estado de uma posição isolada e acima da sociedade, para colocá-lo no centro da disputa pelo poder e pela renda em cada país;
7. como também fez a CEPAL, colocar em xeque as interpretações abstratas sobre o desenvolvimento dos países pobres, fragilizando o colonialismo acadêmico sempre bem remunerado dos países ricos;
8. a abertura da possibilidade de realizar análises abrangentes e multidisciplinares sobre a realidade e história dos países latino-americanos;
9. ao exigir análise profunda dos casos concretos, permitir vislumbrar diferentes possibilidades de futuro para os países do subcontinente, mesmo que todos eles sujeitos a repetição das situações de pobreza, desigualdade e opressão sobre parcela significativa da população de cada sociedade;
10. não fechar as portas a interpretações em níveis de abstração menores, já que as leis gerais, de nível mais abstrato, são partilhadas e as mesmas propostas por Marx em *O Capital*. Com isso, a dependência permite, a partir de novos desenvolvimentos teóricos, a proposição de questões ou categorias analíticas inéditas e comuns aos países periféricos, capazes de indicar movimentos partilhados numa ou noutra direção;
11. continuar um debate ruidoso que manteve, por quase duas décadas, o interesse e os olhos de boa parte das novas gerações de pesquisadores sobre os problemas específicos do capitalismo na América Latina e suas mazelas.

Por isso mesmo, Cardoso e Faletto (2004) insistem até o final do seu livro que suas incursões pela problemática são iniciais e nada do que foi dito deve ser elevado a afirmações

categóricas sem antes uma análise das situações concretas dos países. Ou seja, contrariando alguns críticos de suas teses²¹⁹, para Cardoso, *a abordagem da dependência não deve se constituir, aos olhos da teoria social, uma teoria geral de formação do capitalismo na periferia*. O fundamental aqui é perceber que não há explicação razoável para a história social dos países da América Latina sem que se leve em conta a complexidade estrutural dessas sociedades, isto é, sem que se percebam as conexões entre economia, poder e dominação entre as classes internas, inclusive através do seu Estado, e o estabelecimento das relações internacionais desses países levadas a cabo por sua elite e esse mesmo Estado.

Isso tudo valoriza a abordagem da dependência, posto que, apesar das suas dificuldades, seus pensadores enxergaram insuficiências nos modelos teóricos até então disponíveis e tiveram a salutar ambição de ampliar o escopo do olhar sobre o subcontinente. Os esforços, mesmo que muitos tenham se mostrado pouco frutíferos, permitiram alargar o conhecimento, testar hipóteses e verificar, mesmo que negativamente, quais caminhos analíticos prometiam maior avanço.

Então, por que se abandonou a abordagem? Os motivos são vários e podem provir das críticas listadas na seção 3.3: imprecisão, conceitos elásticos, confusão gerada pelas diferenças de aproximação e método, rigidez e generalidade incompatíveis com a realidade latino-americana, etc. Todavia, a maioria destas críticas carregam duas injustiças: 1. não perceberam que recriminavam escolas de pensamento diferentes que falavam sobre o mesmo assunto, a condição subalterna dos países da América Latina; 2. a confusão e miscelânea criada nos Estados Unidos que terminou dando à dependência o epíteto (errado) de teoria.

Os avanços e a correta preocupação com o olhar abrangente sobre a realidade, contudo, não podem ser desperdiçados. Isso levanta a pergunta: será possível dar conta da ambição teórica dos autores do tema sem incorrer nos problemas que seus modelos e hipóteses sofreram? Mais precisamente: tomando a abordagem da dependência, em sua versão que enfatiza a dominação de classe, será possível, partindo das análises concretas da realidade de cada país, marcadamente do Brasil, sistematizar ao menos uma forma de aproximar-se, mesmo que em grossas linhas, da complexidade dessas sociedades? Será plausível propor que toda a análise social sobre o país,

²¹⁹ Para Araujo e Almeida Filho (2001), por exemplo, Cardoso e Faletto não construíram uma teoria da formação do capitalismo na periferia. Segundo esses autores, o problema estaria no fato de Cardoso não basear sua análise no desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países da América Latina. Assim, seu olhar terminaria por justapor, sem examinar as relações contraditórias, a natureza social e política dos processos de desenvolvimento e a estrutura econômica. Por tudo que foi discutido anteriormente, essa crítica parece injusta e equivocada.

principalmente aquelas focadas em porções específicas dos problemas, tenha início em um quadro geral e dinâmico que evidencie a preocupação dos pensadores da dependência?

É com essa preocupação que deve ser lido o próximo capítulo.

A DEPENDÊNCIA COMO ABORDAGEM

“Com efeito, as transformações sociais e econômicas que alteram o equilíbrio interno e externo das sociedades subdesenvolvidas e dependentes são processos políticos que, nas condições históricas atuais, supõe tensões que nem sempre, nem de modo necessário, contém em si mesmos soluções favoráveis ao desenvolvimento nacional. Tal resultado não é automático e pode não se dar; o que equivale afirmar que a análise do desenvolvimento deve supor sempre a possibilidade de estagnação e heteronomia.”

Cardoso e Faletto, Desenvolvimento e Dependência

Neste capítulo, a preocupação é tentar propor, ainda que de maneira incipiente e esquemática, instrumentos que permitam resgatar a preocupação dos autores da dependência, fazendo dela uma abordagem preliminar e obrigatória dos problemas levantados sobre o Brasil. Para tanto, na introdução este problema será proposto. Na seção seguinte, serão apontadas as insuficiências das teorias sobre o desenvolvimento como apresentadas no debate dos anos 1950 e 1970 e argumenta-se em favor da retomada da dependência, agora, como abordagem. Na terceira seção, buscam-se novos elementos teóricos e metodológicos que ajudem no resgate da idéia de dependência. Na seção quatro, será apresentada uma sugestão para tratar do problema proposto. Por fim, os comentários finais reforçarão a intenção do capítulo.

4.1. Introdução

Abordagem da dependência e a *dependência como abordagem*. O tema do presente capítulo não é um jogo de palavras em relação ao que se viu até agora. Se a discussão do capítulo anterior permitiu conhecer as três principais linhas do que se chamava antes de *teoria da dependência*, o que se percebeu, então, foi que não falavam a mesma coisa sobre o mesmo objeto: a realidade latino-americana²²⁰. Como discutido, porém, no capítulo três, não poderia ser diferente. Tratava-se de escolas de pensamento econômico e social diferentes, discutindo a mesma problemática, porém com perguntas, ferramentas de análise e visões de mundo particulares. Deste modo, ao tentarem explicar as condições de produção e reprodução econômica e social do subcontinente, cada uma delas tentou dar conta da dinâmica das sociedades e explicar, a seu modo, porque os países da região, inclusive o Brasil, não superavam o processo de subdesenvolvimento mesmo após a industrialização de alguns deles.

O olhar mais promissor, dentre elas, propunha uma abordagem menos ambiciosa. Esta, fugindo a tentativa de criar uma teoria geral para o subcontinente, afirmava a necessidade de se analisar a realidade social em seus diferentes aspectos em cada caso que fosse estudado. Ali, nessa abordagem que esta tese denominou *dependência a partir da dominação de classe*, abriram-se portas interessantes para o avanço das pesquisas e a promessa que por muitos anos embalou pesquisadores quando o assunto girava em torno dos problemas do subdesenvolvimento, marcadamente o brasileiro²²¹.

A promessa, no entanto, não se cumpriu. As discussões ganharam fóruns amplos e internacionais e, com eles, as fraquezas e dificuldades das teses sobre a dependência foram ficando claras. O apontamento de seus limites mostrava que transpô-los seria muito difícil para a abordagem nos moldes em que era apresentada. Ao final daquela década (1970), a dependência já não possuía o apelo de antes e sua força foi desaparecendo *pari passu* com a enorme crise que se abateu sobre o subcontinente na difícil década de 1980. Quando terminaram estes anos, poucos economistas ainda se debruçavam sobre essa problemática para ler a América Latina.

O lamentável de tudo isso foi que o abandono progressivo das preocupações com a dependência paralisou, pelo menos no campo da economia, uma história de descoberta de um

²²⁰ Lembrando sempre que a preocupação desta tese é a realidade brasileira.

²²¹ Apenas a existência do intenso debate no anos 1970 mostra a importância alcançada por essa abordagem dentro e fora do Brasil. Para alguns autores dessa época, ver o capítulo 3, em especial a seção 3.3.

continente por ele mesmo. Isto é, desde a CEPAL, a América Latina vinha construindo um pensamento relativamente autônomo capaz de analisar e discutir sua própria realidade, evitando transpor diretamente modelos econômicos típicos dos países do centro. Quando os anos 1980 vieram, com a Crise da Dívida, a falência de alguns Estados, a inflação alarmante, a paralisia no progresso técnico e produtivo e, no Brasil, a difícil transição de uma ditadura militar para a democracia formal, as necessidades da conjuntura atropelaram as preocupações e os projetos de longo prazo. De outro modo, a crueza dos problemas macroeconômicos mais urgentes impugnaram as análises cuja preocupação se assentasse no longo prazo e nos processos de transformação social.

Em outras palavras, quase se perdeu a tradição latino-americana de pensar-se em busca do autoconhecimento e da sua transformação. Com isso, também quase desapareceu o avanço representado pela idéia de dependência e os alertas e preocupações que ela propunha.

A contribuição que inúmeros autores haviam somado para entender os processos truncados de desenvolvimento do subcontinente ficaram, então, adormecidos e esquecidos sob grossa camada de teoria tradicional que foi se depositando sobre pensamento da região. No início dos anos 2000, poucos teriam ouvido falar dos artigos e livros de Fernando Henrique Cardoso se não tivesse ele sido presidente do Brasil. Os escritos dos demais pensadores da dependência tornaram-se coisa de especialistas e excêntricos.

No entanto, quando o Brasil voltou a crescer (2004), a partir de políticas que abandonaram (muito aos poucos) o credo neoliberal do período anterior, velhas teorias e hipóteses voltaram a ser assunto nos meios acadêmicos. A CEPAL ressurgiu em novas dissertações e teses. Artigos científicos recentes buscaram beber em fontes conhecidas para entender o que se passava com o país que acordava depois de quase 25 anos de semi-estagnação econômica. Enfim, o terreno agora era de reconstrução e o pensamento, para se reconhecer e superar as velhas mazelas vividas por Pindorama, precisava ser revisto.

Não se tratou nunca, porém, de reviver o que já existiu. O problema agora era subir nos ombros dos gigantes do pensamento econômico e social latino-americano para poder enxergar mais longe e superar as (agora) conhecidas limitações das antigas teses.

É sobre isso que versa esse capítulo e a mudança de foco surge já no título. Não mais se fará aqui uma avaliação da *abordagem da dependência*²²². *O objetivo agora é resgatar a idéia de dependência, buscando uma maneira de reintroduzi-la na análise econômica, marcadamente em estudos sobre temas aplicados específicos e pontuais.*

Para isso é preciso encarar a dependência como um problema real e muito significativo para os países periféricos e ainda pobres, como o Brasil. Uma questão capaz de influenciar na lógica de produção e reprodução de sua sociedade e que precisa ser explicitado e, se possível, esclarecido, a fim de que as recentes análises econômicas pontuais sejam mais do que jogo estatístico e boas intenções.

Em outras palavras, a dependência será agora encarada como um problema profundo do Brasil que, construído desde dentro, a partir dos interesses dos grupos sociais dominantes, repõe, o tempo todo, as mazelas mais do que conhecidas do país. Sua aplicação à análise econômica partirá do reconhecimento dessa condição geral da nação e, portanto, afirmará ser necessário iniciar por ela para se construir um conhecimento econômico contextualizado, baseado mais em processos do que em estática comparativa, aproximando-se da dinâmica social abrangente. *Nesse sentido, a dependência será agora, não mais um método ou (supostamente) uma teoria, mas, sim, um pano de fundo necessário, um condicionante que precisa estar explícito, posto suas diversas influências sobre qualquer objeto específico foco de estudos aplicados. O motivo é simples: este objeto estará inserido no desenrolar do drama brasileiro (quiçá, latino-americano) que, por sua vez, é, em nível relevante, condicionado pelo grau de dependência vivido pelo país.*

Os lineamentos, nada definitivos, dessa proposta, serão apresentados a seguir.

4.2. A dependência como abordagem necessária²²³

A abordagem da dependência, como visto, apresentou avanços em relação a muitas das teorias do desenvolvimento propostas entre os anos 1950 e 1960, porém, seus problemas não

²²² Os avanços e limitações da abordagem da dependência já foram discutidos no capítulo anterior.

²²³ Não será abordado aqui o debate levado a cabo entre os partidários da abordagem da dependência de viés marxista e a chamada nova-esquerda na qual se incluem Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares, José Serra e João Manoel Cardoso de Mello. Sobre o debate ver, Palma (1978), Lall (1975) e Love (1998), principalmente as páginas 455 a 461. Já para uma breve história intelectual desses grupos, ver Mantega (1997).

permitem tratá-la como a solução do debate. Esta seção, dividida em duas outras subseções, pretende relembrar, primeiro, relembrar os capítulos 2 e 3 e discutir a insuficiência das abordagens sobre o desenvolvimento discutidas nas décadas anteriores. Segundo, propor a retomada da idéia de dependência.

O esforço, como se verá, permitirá a apresentação de uma proposta que resgate a dependência sem, contudo, buscar reafirmar conceitos ou criar teorias.

4.2.1. A insuficiência das abordagens sobre o desenvolvimento

O que se viu até agora deixa poucas dúvidas de que a discussão sobre o desenvolvimento e a superação do subdesenvolvimento ainda não está terminada. Em todos os campos ideológicos houve debates, avanços, mas as abordagens mostraram-se ainda insuficientes para dar conta de fenômenos tão complexos, calcados sobre objetos em plena e rápida mutação, como mostraram ser os países da América Latina e o Brasil. As dificuldades eram e são realmente formidáveis.

No campo da teoria tradicional, os modelos que tentaram explicar o desenvolvimento falharam e falham fragorosamente, pois não conseguem (e nem sequer tentam) captar a natureza profunda do processo de desenvolvimento²²⁴. Logo, não compreendem sua determinação de origem complexa dentro das sociedades. Isto é, em sua sobreposição de variáveis abstratas, quando muito contemplando a macroeconomia das contas nacionais²²⁵, relacionam variáveis universais e desligam o resultado econômico das forças sociais que realmente realizam os processos (Cardoso, 1964). Não explicitam, portanto, o nexos explicativo entre transformação social — típico de um processo de desenvolvimento — e as variáveis de crescimento do PIB, do investimento, da tecnologia, dos salários, dos gastos sociais do Estado, etc. Na verdade, não fazem mais do que por em evidência relações econômicas abstratas vividas hoje pelos países do centro, velando propositadamente seu recorte histórico e institucional, a fim de ressaltar aquele

²²⁴ O conceito de desenvolvimento utilizado nesta tese é explicitado no capítulo 1, página 37.

²²⁵ Pior quando fazem uso da microeconomia e da ação simples de agentes autônomos nos mercados e generalizam os resultados para alcançar resultados macroeconômicos. Daí, para aventurarem-se sobre processos de desenvolvimento, é um pulo. Heróico, mas um pulo. Par uma discussão concisa e interessante sobre o problema micro versus macro, ver Ferreira (2003) e POSSAS, Mario. *Elementos para uma Integração Micro-Macrodinâmica na Teoria do Desenvolvimento Econômico*. *Revista Brasileira de Inovação*. Campinas, vol. 1, ano 1, p. 123-149, jan-jun de 2002.

modelo como a meta a ser alcançada pelos países pobres²²⁶. A suposição básica — mas não manifesta — é que os primeiros são o pólo do sistema com os problemas resolvidos, restando aos demais copiá-los em seu formato atual (Figueiredo, 1978).

Naturalmente, o desenvolvimento, da forma como foi definido, não pode ser explicado por esse tipo de abordagem, exceto de maneira muito restrita, através da apresentação de correlação entre as variáveis. Os resultados que essas teorias tentam explicar não decorrem desse paralelismo que as variáveis escolhidas para o modelo apontam (Cardoso, 1964). Por quê? Por serem normalmente abstratas em relação à realidade que pretendem dar conta, tais variáveis são unívocas e caracteristicamente universais. Ou seja, são conceitos que possuem um só significado rígido e este, para ser universal, não é capaz de captar a especificidade das relações sociais que formam aquela sociedade. Em outras palavras, as relações sociais que geram as instituições que, por sua vez, informam e formam as regularidades da economia (Lipietz, 2001), são a raiz para as descrições macroeconômicas que, só assim, podem determinar valores para suas variáveis normalmente abstratas. De outro modo, o valor das variáveis abstratas da macroeconomia são, em última instância, determinados a partir de relações sociais como a identificação dos grupos sociais em luta e aliança, o quadro dos seus interesses, a força e o poder de cada grupo, etc.

Destarte, mesmo que as variáveis sejam fluxos (PIB, investimento, formação bruta de capital fixo, entre outras), a observação de sua evolução no tempo mostra que ocorreram mudanças e o parque produtivo sofreu alterações (normalmente) positivas. Por que houve, porém, impulso para aquela forma de investimento específico e por que existiu essa ou aquela consequência social da expansão da estrutura econômica, continuam incógnitas ou intencionalmente dissimuladas. Com isso, a compreensão histórica do processo de desenvolvimento econômico fica restrita a correlação de variáveis e não explica as razões e relações que determinam aquela correlação e os resultados sociais. Logo, a compreensão do processo é frágil e quase distante do dia a dia da realidade social, não permitindo prognósticos duradouros sobre um horizonte de tempo mais longo. Em outras palavras, ao tentar prever o

²²⁶ Nas palavras de Cardoso (1964: 66), “(...) se ordenamos numa classificação única modelos construídos por um conjunto de variáveis sem considerar o tipo de estrutura em que se inserem, o resultado será a caracterização que chamamos de abstrata porque não leva em conta os modos de ser estruturalmente determinados, de tipos e possibilidades de desenvolvimento, e é por isto também que o valor explicativo destes esquemas é restrito: o resultados que eles querem explicar não decorre da ação nem do tipo de relação das variáveis que compõe o modelo.”

comportamento da sociedade por períodos longos, típicos das análises sobre desenvolvimento, estas teorias não têm aderência aos fatos²²⁷.

Nem mesmo o campo heterodoxo foi plenamente exitoso na busca pelo entendimento do desenvolvimento latino-americano. A CEPAL, a mais importante escola de pensamento no subcontinente²²⁸, embora tenha alcançado descobertas e avançado em conceitos válidos até hoje, marcadamente em seu período clássico (anos 1950 e 1960), ajuizou a industrialização como o processo capaz de desenvolver os países da região em direção ao progresso econômico e a transformações socialmente mais justas. O crescimento econômico acompanhado de velozes mudanças demográficas e sociais em países como o Brasil, no entanto, mostraram que era preciso mais. Segundo o próprio Prebisch (1968), era preciso forçar também maior distribuição de renda e da propriedade, marcadamente a agrária. Tudo no sentido de alcançar maior acumulação, alterar alógica perversa do subdesenvolvimento e gerar bem-estar social. Todavia, a posição da CEPAL como órgão internacional ligado à Organização das Nações Unidas pouco permitiu expor as vísceras da dinâmica social latino-americana somada à característica centrípeta do capitalismo desenvolvido (Prebisch, 1981)²²⁹.

Em outras palavras, a consciência de seus maiores autores sobre a complexidade dos problemas do subcontinente e do Brasil nem sempre se tornou matéria de escritos científicos, relatórios ou programas e projetos. Com isso, a maioria dos trabalhos da casa padeceu de certo economicismo — reconhecido por Prebisch (1981) — com o uso de variáveis abstratas e não deu conta de abranger o significado das transformações por que passava a região. Assim, quando a indústria era um fato e a desigualdade e a pobreza monstros a devorar o progresso, novos pensadores, alguns simpáticos à escola, apontaram os problemas e as insuficiências do pensamento cepalino e iniciaram a construção de novas abordagens para o desenvolvimento latino-americano.

²²⁷ É comum observar textos de onde a transformação social é mostrada como uma sequência de variáveis sobrepostas, sejam estoque ou fluxo, e os processos mais importantes que estão por trás de tudo surgirem como texto ou, muito pior, serem escondidos.

²²⁸ Ver capítulo 2, seção 2.4.

²²⁹ Os mercados são ineficazes “(...) para resolver as flagrantes desigualdades na distribuição de renda, mesmo nos países [latino-americanos] que mais avançaram na industrialização. Essas desigualdades não poderiam ser explicadas pelas teorias convencionais, que abarcam somente o campo da economia. **A distribuição de renda é explicada primordialmente por um jogo de relações de poder que surge das mutações da estrutura social.** O mercado reflete esses fenômenos estruturais e funciona bem ou mal, segundo essa distribuição. Ao tocar neste ponto, estou indo mais além do que os escritos da CEPAL (...) [em seu período clássico].” (Prebisch, 1981: 9. Grifo nosso.)

O nascimento da idéia de dependência está nesse período. O desafio é que mesmo essa nova idéia não se mostraria suficiente²³⁰. A problemática da dependência já fez derramar muita tinta sobre o papel. Muito se falou em seu nome e, por isso mesmo, também se criticou muito seu *status* de teoria, marcadamente devido às diferenças conceituais e de pensamento entre seus principais nomes. No entanto, seu surgimento e enorme repercussão deixam claro que havia ali algo muito importante e novo que precisava ser incorporado às explicações do desenvolvimento latino-americano. Surgida, em grande parte, por meio da crítica aos modelos cepalinos e à teoria tradicional do desenvolvimento, os estudos dos autores simpáticos à abordagem da dependência mostraram alguns aspectos comuns muito importantes que deram uma clara noção da direção para a qual olhavam²³¹.

A abordagem da dependência pareceu, então, propor, em grossas linhas, dois caminhos de análise para elucidar a trama e o drama do subcontinente e do Brasil. Em um deles, filho do marxismo combativo, mais comprometido com a (justa) necessidade de mudanças nos países latino-americanos do que com a dialética da ação humana e a derivada dinâmica social, parece ter se prendido na busca por leis históricas inexoráveis que pouca ou nenhuma alternativa permitia aos povos da região que não a revolução socialista. Os autores desse grupo, ao buscarem uma teoria capaz de explicar, para toda a América Latina, o mecanismo de reprodução do subdesenvolvimento, produziram modelos mecânico-formais de dependência, ofuscando o mais importante: a interação social, as regularidades geradas por elas e as portas que se abrem a partir do esforço de grupo para superar ou contornar uma regra ou instituição específica de cada realidade nacional²³².

Aqui, como criticado no capítulo anterior, houve um enrijecimento do pensamento de Karl Marx, esquecendo-se os autores de duas noções fundamentais ao pensamento crítico de esquerda: um. O reconhecimento de que as categorias de análise de *O Capital* estão em um elevado nível de abstração, o que não as torna passíveis de aplicação imediata em qualquer realidade concreta sem a devida transição mediada por noções mais específicas para cada caso; dois. Nada está dado na história. As condições materiais de produção e as relações sociais de produção que se estabelecem com a luta de classes não seguem estágios ou caminhos predeterminados a partir de leis imutáveis,

²³⁰ Ver capítulo 3, seção 3.3.

²³¹ Ver capítulo 3, seção 3.1 e 3.2.

²³² Ver capítulo 3, seção 3.3.

marcadamente econômicas. Crer nessa rigidez significa transformar as relações sociais de produção de formas multifacetadas de interação social em mero sistema de papéis que serão ocupados por homens e mulheres que adaptar-se-ão às imposições inescapáveis da estrutura social em que vivem (Bruno, 2005b). Nesse sentido, ainda Bruno, mas em outro texto (2005a), chama a atenção para Georg Lukács, que talvez tenha oferecido uma das visões mais iluminadoras para tratar desse ponto. Contrariando a crença na inexorabilidade dos destinos sociais, o filósofo afirma que *o homem é um ser que dá respostas*.

Em outras palavras, as realidades concretas da América Latina e do Brasil, em especial, embora sejam capitalistas e tenham todos os processos essenciais desse modo de produção em seu interior, possuem, quando olhadas mais de perto, relações de poder, formas de luta de classe, instituições particulares, fragilidade internacional e um tipo de Estado que lhes são específicos e engendram cotidianos e trajetórias sociais donas de um colorido bastante diverso entre si e daquele vivido nos países mais ricos tanto no passado como presente. Tal movimento impõe, não apenas caminhos novos e que não reproduzem o que foi visto no Velho Continente, como ainda não permite apontar que o afastamento de um modelo previsto levará necessariamente a estagnação ou ao paroxismo da contínua expansão da produção ladeada pelo crescimento da pobreza e aumento da exploração do trabalho e da desigualdade social. Isso, como já afirmado por Braudel (1987), garante a cada país as crises específicas que sua estrutura lhe traz.

Nesse sentido, o pensamento de Lukács dá liberdade para afirmar que, em vivendo um ambiente concreto diferente, sob instituições organizadoras específicas, o homem reagirá e lutará por seus interesses pessoais e coletivos de maneira própria e também específica, construindo alternativas só cabíveis para à sua realidade. Assim, ao fim e ao cabo, este homem criará formas concretas novas de convívio (ainda capitalistas), mas que determinarão trajetórias não apreensíveis se a crença em leis inescapáveis for maior do que a obrigação de elaborar e reelaborar constantemente o pensamento de acordo com a vida social como ela realmente se apresenta.

Cardoso (1993b) em seu artigo que critica o consumo da “teoria” da dependência nos Estados Unidos vai na mesma direção. O autor, após reclamar do juízo de que a dependência pudesse ser tratada como uma teoria, aponta que autores, como Theotônio do Santos e Vânia Bambirra, buscaram construir uma teoria, mas caíram na tentação de formular definições abstrato-

formais, elaborar tipologias e avançar leis de movimento do capitalismo dependente. Para ele, não houve êxito. E o motivo é uma dificuldade lógica quicá insuperável:

“(...) como estabelecer legalidade própria daquilo que por definição está referido a outra situação que o contém?” (Cardoso, 1993b: 137. Grifo nosso.)

De modo diferente, o segundo caminho apontado pela abordagem da dependência enfatizando o poder e a dominação de classe, embora represente um passo importantíssimo na compreensão da dinâmica da vida social no subcontinente, não alcançou elaborar análises a partir de uma base conceitual comum, mas apenas partir de uma preocupação e necessidade comum. Em outras palavras, se implicou em uma proposta altamente positiva ao afirmar a necessidade de um olhar abrangente sobre as sociedades latino-americanas, não permitiu, contudo, disponibilizar um referencial conceitual mínimo a partir de onde novos pesquisadores pudessem partir. Isto é, sua louvável preocupação crítica em relação ao tratamento dado até então a questão do desenvolvimento latino-americano e brasileiro e o caminho apontado para a análise ampla e integrada das diferentes esferas da vida socioeconômica, marcadamente das relações de poder, teve o grande mérito de mostrar o quanto era necessário fugir aos esquemas mecânicos, principalmente os de viés estritamente econômico. Ficava claro, então, que sem compreender as relações sociais dos países, os interesses, as classes, a forma de dominação e as relações com o exterior não se poderia entender porque a industrialização de países como o Brasil não levaram a uma realidade de forte redução da pobreza, da desigualdade e demais mazelas sociais.

Todavia, como proceder a análises desse tipo não chegou a ser proposto. Ou seja, expôs-se, com absoluta razão, uma preocupação e uma necessidade, porém, os instrumentos ficaram por ser desenvolvidos. Se for retomada a crítica de Weffort (1971), observa-se claramente essa insuficiência: quis-se falar da luta de classes, mas trabalhou-se com recortes conceituais estruturalistas da CEPAL, mostrando que a *dependência a partir da dominação de classes* enxergou o problema, mas não avançou até resolvê-lo.

Diante disso, a própria idéia e o conceito de dependência foram questionados. Por exemplo, Lall (1975) argumenta que as características do subdesenvolvimento normalmente atribuídas aos países dependentes não são exclusivas deles, sendo encontradas, até mesmo, nos países chamados não dependentes. Tais características seriam, na verdade, tipicamente capitalistas. Para ele, se sob o conceito de dependência propõe-se uma teoria para explicar o subdesenvolvimento, dois critérios devem ser satisfeitos:

- “1. It must lay down certain characteristics of dependent economies which are not found in non-dependent ones;
2. These characteristics must be shown to affect adversely the course and pattern of development of the dependent countries.” (Lall, 1975: 800)*

Deste modo, interpreta Palma (1978: 903),

“if crucial features of ‘dependence’ can be found in both dependent and non-dependent economies, the whole conceptual schema is defective. And if it does not satisfy the second criterion, that is, if particular features of dependence cannot be demonstrated to be casually related to underdevelopment, we should be faced not with a ‘theory of Latin American underdevelopment’ but simply with the catalogue of social, political, economic and cultural indicators, which will not help us to understand the dynamic of underdevelopment in Latin America.”

Assim, quando muitos autores simpáticos à existência de uma teoria da dependência parecem fazer o exercício de classificar como característica dos países dependentes os efeitos daquilo que o moderno capitalismo tem sobre as nações menos desenvolvidas, não há surpresa de que

“one sometimes gets the impression on reading the literature that ‘dependence’ is defined in a circular manner: less developed countries are poor because they are dependent, and any characteristics that they display signify dependence.” (Palma, 1978: 903, citando Lall)

Tem-se aqui, segundo Palma (1978) o mesmo problema criticado por Lênin em relação àqueles que não viam possibilidade desenvolvimento capitalista na Rússia da época. O que para alguns surgia como provas da inviabilidade do sistema, na verdade, eram resultados esperados, contradições previsíveis, do desenvolvimento capitalista. O que havia de diferente e precisava ser estudado profundamente é o fato de que ***essas mesmas contradições assumem formas específicas em cada país*** de acordo com sua história passada, as forças de cada grupo social, a forma que assumem suas relações internacionais, marcadamente o que troca com o exterior, o momento do desenvolvimento capitalista mundial e o país ou países centrais em destaque.

Sem este degrau inicial básico, sem observar desde o ponto de partida de uma análise o que há de específico naquela realidade sobre o qual se debruça o pesquisador, não há como fazer as perguntas mais certas possíveis sobre qualquer objeto específico analisado. Isto é, não se é capaz de: 1. verificar o que realmente influencia sua existência e seu significado, enquanto objeto que tem realidade social. Portanto, não se percebe sua dinâmica e os motivos do seu movimento. Logo, pouco se pode inferir sobre seu comportamento futuro; 2. perceber que não há círculo de fogo que envolva as formas sociais. Primeiro, porque são criações dos homens, localizadas no

tempo e no espaço, e não objetos da natureza e, segundo, porque as forças sociais em seu conflito cotidiano aprendem, contornam e, às vezes, enfrentam diretamente os obstáculos. Deste modo, nada está dado. Em resumo, os objetos e a sociedade estão em pleno movimento o tempo todo, modificando e transformando tanto os atores como o meio.

Por tudo isso, o que se perde é o mais importante: a capacidade de diálogo contraditório entre a teoria e o fato, a realidade e o conhecimento. Nas palavras de Palma (1978: 903),

“the specificity of capitalist development in Latin America stems precisely from the particular ways which these contradictions have been manifested, and the different ways in which Latin American countries have faced and temporary overcome them, the way in which this process has created further contradictions, and so on.”

De outra maneira, a história continua a surpreender, pois as contradições e os caminhos encontrados pelas sociedades para enfrentá-las nunca se repetem. Se as posições dos países na divisão internacional do trabalho não se alteram em termos de dominantes e dominados, isto não quer dizer que o trabalho concreto (materializado nos produtos) de cada um não tenha se alterado. Pelo contrário, aliás. A continuidade da dominação só foi possível porque, na competição capitalista, as formas de domínio, influência e cooptação modificaram-se ao longo do tempo.

4.2.2. A idéia de dependência retomada

O mundo inteiro viveu os conflitos do imperialismo²³³. A América Latina não foi diferente. Se aqui, na virada do século XX, os negócios já se faziam com Estados formalmente soberanos, o mesmo não se podia dizer sobre as relações econômicas e de concretas de poder. As relações com o resto do mundo construídas ao longo de séculos de colonização européia haviam criado internamente uma estrutura social extremamente desigual, com um enorme contingente populacional muito pobre cercado ilhas de poder e riqueza. Sem exceção, essas ilhas de riqueza comandavam as trocas que se faziam com os países ricos e, por isso mesmo, tinham seus

²³³ O imperialismo será entendido aqui como “(...) uma combinação da expansão econômica e domínio político. O imperialismo é, simplesmente, um sistema de acumulação de capital baseado na exportação de capital de países adiantados para países menos desenvolvidos (ou, mais precisamente, a aquisição pelo capital do centro do controle dos meios de produção dessas regiões), acompanhado pela utilização de recursos políticos e militares para proteger e manter os meios de produção cujo controle foi conseguido.” (Evans, 1980: 31)

interesses atrelados e laços mais fortes com o exterior do que com as pessoas e as coisas de seus respectivos países²³⁴ (Furtado, 1974).

É por esse motivo que, por exemplo, a importação de capital era tão bem aceita em todo território brasileiro. Esses recursos que entravam, beneficiavam exatamente aquela parcela da população que usufruía dos ganhos do comércio internacional dos produtos locais. O processo era semelhante nos diferentes países da América Latina: a exportação de capital européia ou estadunidense se dirigia para setores de infraestrutura que garantiam os lucros, o abastecimento e a boa qualidade dos produtos primários exportados pelos latino-americanos ou, ainda, estabeleciam-se nas cidades, morada e centros de decisão e negócios das oligarquias da região (Mello, 1991). Quase nada ou nada sobrava que beneficiasse a população mais pobre, franca maioria propositadamente esquecida.

Esse mesmo imperialismo difícil de defender no Brasil, todavia, plantou sementes de uma organização social que reduziria a importância relativa das velhas formas de acumulação. Assim, apesar da exploração e, por vezes, da violência direta, a importação de capital, uma vez que trouxe máquinas, processos produtivos e relações de produção capitalistas para dentro do território, ajudou a desenvolver as forças produtivas locais, forçando o nascimento de um proletariado capaz de, lentamente, pesar na luta de classes (Bottomore, 1988).

É claro, no entanto, que o capital, já nessa época *capital financeiro*, jamais perseguiu o desenvolvimento, muito menos das regiões pobres do globo. Aqui, embora tenha ajudado a mudar a face da acumulação, o fez somente na medida em que era necessário, não contribuindo — às vezes pelo contrário — para o enfraquecimento de velhas camadas donas do poder, da riqueza e dos meios de produção. Na verdade, os impulsos externos vindos com o imperialismo normalmente associaram a elas novos grupos sociais que ascendiam através das reiteradas ondas ou ciclos de crescimento econômico²³⁵.

Em outras palavras,

²³⁴ É muito provável que, por isso mesmo, esses grupos não compreendessem, como não compreendem até hoje, seus países e seus pares nacionais.

²³⁵ As fases do capitalismo mundial (mercantil, industrial e financeiro) são, naturalmente, constitutivas das situações de dependência, “(...) mas estas só se explicam quando aquelas formas [fases] deixam de ser tomadas como enteléquias ou como condicionamento geral e abstrato, para renascem concretamente através da análise de sua articulação ao nível de cada economia local em seus diversos momentos.” (Cardoso, 1993b: 135) Assim, as histórias dos países deixam de ser desdobramentos de processos abstratos de acumulação de capital e o que antes era uma inelutável lógica do capitalismo passa a mostrar-se como realmente é: lutas concretas entre grupos sociais, com ganhos e perdas, mas, principalmente, com movimentos cujos resultados estão indefinidos e não podem ser de todo previstos, marcadamente quanto ao seu alcance histórico.

“the system of ‘external domination’ reappears as an ‘internal’ phenomenon through the social practices of local groups and classes, who share its interests and values [with international groups].” (Palma, 1978: 910)

E quando as demais forças sociais internas opõem-se a essa dominação — surgida da aliança entre elite local e capital internacional —, agindo e interagindo dentro das condições concretas de reprodução social, é que se define e especifica a dinâmica dessa sociedade. É nesse sentido que Palma (1978: 910) é preciso ao resumir o problema:

“the study of the dynamic of the dependent societies as the dialectical unity of internal and external factors implies that the conditioning effect of each in the movement of these societies can be separated only by making a static analysis. Equally, if the internal dynamic of the dependent society is a particular aspect of the general dynamic of the capitalist system, that does not imply that the latter produces concrete effects in the former, but finds concrete expression in them.”

Desse modo, começa a surgir como a idéia de dependência pode e deve ser vista como uma abordagem para a análise de situações concretas. Para Cardoso (1993a), essa abordagem permite que se partindo da vida política e econômica, chegue-se a um conceito diferente do tradicional, vinculado às ‘lutas nacionalistas’ e ‘anti-imperialistas’, buscando desvendar como se reproduz uma estrutura de dominação e os limites de seu funcionamento²³⁶.

Apesar disso não se pode falar em teoria. Mesmo muito interessante, nem em seu passado famoso, a idéia da dependência chegou a fundar uma²³⁷. Seria mesmo um equívoco formal acreditar nisso. Pereira (1998) define teoria como um conjunto de leis — deduzidas após a realização de testes nas ciências naturais e após a observação nas ciências humanas — que se integram num corpo explicativo. Se teoria fosse, a dependência deveria, então, expor essas leis que constituiriam uma base comum, a partir de onde ajustes ou avanços teóricos ou especulativos fossem possíveis. Ou seja, deveriam constituir um paradigma, como definido por Thomas Kuhn (1978). As diferentes versões da abordagem da dependência, como visto no capítulo 3, contudo, não constituíram uma ciência normal, dentro da qual se fez progressos marginais no campo de conhecimento definido pela teoria como relevante. A observação do debate mostrou que entre os

²³⁶ Serra e Cardoso (1980: 35) são incisivos e corretos quando afirmam que “(...) se os modelos científicos de interpretação não são capazes de identificar processos sociais novos ao mesmo tempo em que explicam como e porque os antigos se repetem, seu alcance é curto. Pelo menos nas ciências humanas, as análises que reiteram a inevitabilidade da ‘reprodução’ da história, fixando-se em leis imaginárias, não vão além das pernas; é preciso mostrar como as estruturas, ao ‘reproduzirem-se’ pelas ações e relações dos homens, se recriam e dessa maneira são repostas velhas-novas contradições. Esta perspectiva, que não se abre a síntese metafísica, dá a possibilidade de entender-se como os conflitos se desenvolvem e como é possível a transformação.”

²³⁷ Aparentemente foi o volume de textos escritos e a posição dos neomarxistas sobre o tema que permitiu o nascimento da idéia de que a dependência constituía-se numa teoria (Love, 1998).

pesquisadores simpáticos a abordagem da dependência não existia tal base comum. Não se criaram e estabeleceram leis partilhadas ou conceitos debatidos ao nível de divergências sobre detalhes. Cada escola de pensamento que se debruçou sobre a problemática teve uma maneira própria de observar o problema e não ajudaram ao escrever, com distintos níveis de abstração e precisão, definições que receberam o mesmo nome (Figueiredo, 1978).

Há algo, no entanto, comum entre os autores que discutiram a dependência: uma forma particular de olhar uma fração da realidade capitalista. Mais precisamente, a dinâmica subalternizada das sociedades incluídas no capitalismo periférico, marcadamente da América Latina. Nesse sentido, talvez fosse possível falar na constituição de uma escola (Love, 1998), mas essa é uma questão discutível e não é relevante para esta tese²³⁸.

Nas palavras de Cardoso (1993: 92. Grifo nosso):

“a idéia de dependência (...) nem é uma ‘categoria geral’ que dissolve as diferenças entre as ‘partes’ que compõe a situação de dependência, nem é apenas o resultado da reprodução no pensamento de uma ou de cada uma das relações entre classes, estados e economias. É uma ‘síntese de pensamento’ que reproduz um modo de articulação deixando ver a tecitura pela qual a diversidade de relações se hierarquiza e se unifica em um conjunto estrutural determinado.”

Fica claro, portanto, que ele, um dos principais autores a debater a idéia, não atribui à dependência nem mesmo o *status* de conceito central de explicação do capitalismo periférico. A razão para isso está no fato de que, segundo aquele autor, não se pode apreender a problemática da dependência sem o uso de conceitos como imperialismo, luta de classes, acumulação, etc. Para ele,

“a idéia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo. Isto posto, não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevem as análises sobre a dependência.” (Cardoso, 1993: 100)

De outro modo, a idéia de dependência não é alternativa a teoria do imperialismo, mas sua contraparte, analisando o problema do ponto de vista dos países subordinados e caso a caso. Nas palavras de Evans (1980: 56. Grifo nosso),

²³⁸ Mais importante é saber que mesmo entre os pesquisadores não havia acordo sobre o *status* de teoria da abordagem da dependência. Na verdade, o tratamento como teoria da abordagem da dependência levou Cardoso e Faletto a afirmarem em diferentes momentos que a forma como ambos encararam os problemas dos países latino-americanos não pretendia erigir uma nova teoria sobre a evolução do capitalismo no mundo ou na periferia. Enfatizaram, antes, que “(...) o objetivo perseguido era mais demarcado: constituir um marco conceitual para a análise concreta das situações de dependência” (Rodríguez, 2009: 262).

“a dependência complementa a idéia de imperialismo, focalizando as conseqüências de uma subsérie específica de relações criadas pelo imperialismo — as que unem os países periféricos com os países do centro. A principal contribuição da teoria da dependência foi a de proporcionar uma análise de como o imperialismo afeta as estruturas sociais internas dos países periféricos.”

De modo mais geral, Cardoso e Faletto (2004: 40) esclarecem que,

“a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países quanto ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo — (...) — sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo, etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial, etc.). As noções de centro e periferia, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência.”

Ou seja, a *dependência é uma abordagem que ajuda a delinear análises concretas das situações específicas de países subalternizados internacionalmente, apontando para a existência de um tipo de dominação econômica e política interna que, aliada ao capital financeiro internacional e seus interesses, condiciona e filtra interessadamente os impulsos vindos do mundo capitalista exterior, amparada pelo uso do Estado e a elevada exploração do trabalho.*

Nesse sentido, o olhar mais profícuo que a abordagem da dependência pode seguir parece assentar-se na abordagem histórica e estrutural. Nada semelhante à sequência cronológica de fatos para explicação do presente e, sim, o caminho pela estrada ensinada por Sergio Buarque de Holanda:

“para ele o historiador nada podia aprender do passado, nem devia esperar dele soluções para problemas do presente. Deveria empenhar-se em desvendar no passado as forças de transformação que pudessem indicar os caminhos para libertar-se dele.” (Dias, 1998: 11)

Falar em história aqui, portanto, é olhar e preocupar-se com o futuro, cuja determinação não existe e não é dada ou diretamente extraível das formas econômicas e sociais existentes. Proceder de outra maneira não seria razoável, pois tornaria a abordagem incapaz de apreender, mesmo que limitadamente, os movimentos e a dinâmica social que abrem, a todo momento, novas janelas históricas e, por isso mesmo, altera as possibilidades, as direções e as formas do porvir. Nas palavras de Cardoso (1993a: 97),

“a idéia de que existe uma explicação histórico-estrutural tem a ver com o processo de formação das estruturas e, simultaneamente, com a descoberta das leis de transformação dessas estruturas. Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem determinadas, são também, (...), passíveis de mudança, à medida em que, na luta social (política, econômica, cultural) novas alternativas vão se abrindo à prática histórica. Neste sentido, o objeto da análise não se reifica em atores, mas se dinamiza em conjuntos de relações sociais.”

Por isso que as análises mais promissoras da dependência são as que se debruçam sobre realidades concretas — enquanto unificam no pensamento as diversas determinações surgidas das relações parciais (particulares) — e que não criam leis gerais abstratas da vida social, política e econômica dos países periféricos (Palma, 1978)²³⁹. De outro modo, é possível dizer que algumas abordagens da dependência não foram fiéis aos diferentes níveis de generalidade dos conceitos, aplicando equivocadamente generalizações que criaram modelos rígidos para interpretação de realidades concretas. Isto é, ao tratar de uma sociedade, é preciso esclarecer em primeiro lugar o nível mais geral que a define enquanto ordem social (capitalista, socialista, feudal, etc.), para em seguida estudá-la de modo a perceber suas especificidades capazes de ajudar no entendimento de sua dinâmica particular. Em resumo, só depois de estabelecidas as leis mais gerais e abstratas que explicam seus grandes movimentos, se torna possível aprofundar a pesquisa sobre uma sociedade e, aí sim, apreendendo suas formas específicas de interação entre os grupos sociais (relações econômicas, de poder, etc.), tentar determinar sua dinâmica, possibilidades e limites.

Essa preocupação, embora correta, pode levantar uma crítica injusta, porém comum, feita à problemática da dependência e mesmo às demais abordagens e teorias de caráter aberto, isto é, não-determinísticas: o fato de não permitirem fazer previsões unívocas, ou seja, prever com certa exatidão o futuro, torna essas teorias dificilmente falseáveis. Desmontar tal crítica exigiria aprofundar aqui questões epistemológicas fora do alcance deste trabalho. Contudo, é possível chamar a atenção para o fato de que essas abordagens e teorias permitem previsões de resultados possíveis, isto é, o levantamento do conjunto de cenários prováveis derivados das condições sociais dadas. Essa situação longe de ser um problema, é, sim, um ganho enorme, pois leva em conta que as forças em ação na sociedade são múltiplas e sua interação não trivial, gerada a partir de atritos e conflitos que não são lineares e muito menos de um único tipo. Em termos mais

²³⁹ Mas é fundamental perceber que “(...) é inadequada a interpretação da ‘análise concreta’ das situações de dependência em termos de ‘análises empíricas’ nas quais o conhecimento das partes (encaradas como dados, isto é, como algo que a percepção apreende independentemente dos conceitos, das teorias ou das ‘abstrações’) gera, por indução, a ‘síntese concreta’.” (Cardoso, 1993a: 92. Grifo no original).

abstratos, é possível afirmar que essas abordagens e teorias incorporam que, no estudo de uma sociedade, o seu principal elemento, o homem, ao fazer seu dia-a-dia, também se reconstrói com o fazer diário e, desse modo, é um elemento em constante transformação, que não está acabado e por isso será sempre uma questão ‘em aberto’. Logo e naturalmente, a sociedade torna-se também uma questão necessariamente ‘em aberto’, pois as forças que atuam no seu interior podem alterar-se a cada novo momento no tempo e no espaço histórico. Por isso, os caminhos sociais não podem ser determinados, mas apenas previstas suas possibilidades, tal como permite a abordagem da dependência quando trabalhada para auxiliar as análises econômicas.

Mas o que se pretende quando se trata a dependência como abordagem? Mais: o que se observa para afirmar que a dependência deve ser considerada um ponto de partida para análises econômicas? Em primeiro lugar, é preciso esclarecer já de onde se parte e o que se entende aqui por promissora *idéia de dependência*. A idéia, como já definida na Introdução desta tese, propõe que *o desenvolvimento dos países do subcontinente é embotado não diretamente pela situação periférica ou exploração imperialista, mas, sim, devido às condições sociopolíticas internas que dão aos grupos dominantes a possibilidade de vincular seus objetivos aos interesses do capital internacional e filtrar os impulsos externos, fazendo uso do Estado e da sobre-exploração do trabalho. O resultado é o condicionamento dos rumos da nação.*

Em segundo lugar, usando as palavras de Samir Amim (1996: 60), é preciso estar claro que

“modern ‘underdevelopment’ is not ‘historical backwardness’, the result of the late and insufficient capitalist development; it is the product of capitalist development, which is polarizing by nature.”

Entretanto, como já muito bem observado pelos críticos da antiga CEPAL, perceber a polarização entre países centrais e periféricos não é suficiente para explicar as dificuldades dos últimos em superar seus maiores problemas. Como indicado por esses autores, é preciso perceber que a penetração da economia internacional e seus interesses nos países periféricos só se fazem pela violência armada em último caso. Na verdade, os “países”²⁴⁰ aceitam de bom grado a tecnologia, os recursos financeiros, os investimentos diretos, as ajudas técnicas, a cultura “enlatada”, os apoios de todo tipo como se fossem escadas que levassem suas economias e

²⁴⁰ As aspas estão presentes para acentuar a dúvida: quem é ‘o país’? Ou seja, há unanimidade decisória? As preferências e desejos são similares? Não há relação de dominação?

sociedades à modernidade cosmopolita e ao desenvolvimento. Isso, porém, para os teóricos da dependência, é um grave engano.

Tome-se o caso do Brasil moderno, dos anos 1950 em diante. A construção do departamento II²⁴¹ da economia se fez no momento em que o capitalismo não só alcançou a etapa monopolista como também avançava para novos voos. Isto é, ali, o espalhamento das plantas fabris para além do centro capitalista impôs diferenças importantes na própria forma de atuação das empresas. Cardoso (1964) é arguto ao afirmar que nesta empresa burocrática monopolista²⁴², nos escalões de decisão, não mais se realiza uma análise linear, de causa e consequência, das ações e inovações econômicas visando diretamente lucro ou posicionamento frente à concorrência. Estas escolhas ficam por conta do nível gerencial. Isto é, nesse capitalismo, dado o peso dos capitais produtivos aliados ao interesse financeiro, os movimentos e a inovação ultrapassam os impulsos imediatos do mercado e torna-se necessário “(...) controlar o conjunto de resultados de uma alteração proposta, tanto no nível da empresa como no nível da ordem econômica e da ordem social global” (Cardoso, 1964: 26).

Ou seja, continua o autor um pouco mais a frente,

“(...) os dirigentes econômicos que estão em condições de inovar a política das sociedades anônimas são os que detêm a posição dominante, que se localiza na intersecção entre a empresa (ou organização) e as demais instituições sociais com que ela interage, como o Estado, o sistema financeiro, os partidos, as outras empresas, os sindicatos, as federações industriais, etc.” (Cardoso, 1964: 27)

Na verdade, as elites do poder politizam definitivamente também a esfera econômica a fim de manter poder, prestígio e acumular capital. Mas esse fenômeno dos países ricos chega aqui, marcadamente no Brasil, quando ainda se ambicionava “apenas” o segundo passo na industrialização: a etapa pesada, integrando as indústrias de bens de consumo duráveis, de capital e intermediários. Serão, então, aquelas multinacionais complexas, com vínculos estabelecidos no setor bancário e cujos possuidores vagam por mais de um empreendimento de porte que determinarão as trajetórias tecnológicas e os padrões de qualidade e de produção com reflexos imediatos no mercado de trabalho do país.

²⁴¹ Na conceituação de Kalecki (1977).

²⁴² Não é possível deixar de lembrar que, como observado por Sennet (2006) para os Estados Unidos, as grandes companhias monopolistas, marcadamente as de ponta, são minoria no conjunto das empresas do país. Contudo, suas formas de agir são uma espécie de guia, uma visão ideológica do que é ser moderno e também imagem futura do capitalismo.

No Brasil, porém, desde o início, a industrialização esteve vinculada às políticas de Estado e a escolha de elevar o patamar da indústria no país de maneira deliberada. Assim, se, aqui, o Estado fomentou e avalizou os interesses do capital urbano e industrial desde os anos 1930, quando as multinacionais chegaram, foram percebidas como de interesse de Estado, no sentido da busca do necessário desenvolvimento nacional que mantinha a paz política (Fiori, 1989). Segundo Evans (1980: 50),

“a despeito das ambiguidades em sua relação com a burguesia nacional, a posição central do Estado em relação à acumulação na periferia é incontroversa. O imperialismo como processo e as multinacionais como organizações concentram a acumulação no centro do sistema internacional. A classe proprietária nacional não conseguiu realizar o domínio sobre a indústria local, mesmo nos países periféricos mais adiantados. A menos que o Estado possa impor sua prioridade na acumulação local e promover efetivamente a industrialização nacional, não há um patrocinador efetivo para a industrialização periférica.” (Evans, 1980: 50)

O problema é que o modelo, agora, elevou nitidamente o grau de dependência e criou pilares cuja dinâmica é definida por Fernandes (1975: 75), em cores bem vivas, como:

- “1. a constante redefinição, sob condições permanentes de fortalecimento e de intensificação, da dominação externa. A evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas ao crescente aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento induzido, de controle à distância e de exploração indireta;*
- 2. a existência de grupos privilegiados internos em condições de ‘manter o controle da situação’ e, portanto, de ampliar constantemente seus privilégios econômicos, socioculturais e políticos, através dos padrões dependentes de desenvolvimento. A evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas ao crescente aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento por associação dependente, de controle autoritário ou totalitário do poder e de exploração cruel da massa trabalhadora e de despossuídos;*
- 3. a redefinição e a intensificação constantes da acumulação dual de capital e da apropriação repartida do excedente econômico nacional, com o despojamento permanente dos agentes de trabalho, assalariados ou não. A evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas à consolidação e ao crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de ajustar o desenvolvimento capitalista e formas ultra-espoliativas de dominação econômica (interna e externa) de exploração do trabalho.”*

Fica claro, então, que a luta entre os grupos sociais, daqui de dentro, filtrando os impulsos internacionais, engendra a construção histórica do capitalismo periférico de acordo com os resultados dos embates. Em outras palavras, definiu os caminhos do país. De outro modo, e é bom que se diga, a luta e a dominação de um grupo social sobre os demais é muito mais importante do que a questão do desenvolvimento nacional, claramente subordinado a essa luta (Weffort, 1971).

Assim, como discutido na seção 3.3, vontade nacional, Nação e sua problemática são preocupações que não explicam o desenvolvimento capitalista de um país, exceto se forem usados como fermento ideológico na luta pelo domínio de um grupo. A Nação não serve como referência analítica para discutir transformação social (Weffort, 1971), inclusive porque não possui um significado claro e concreto (Hobsbawn, 1990). Sua importância revela-se apenas ao circunscrever o espaço político-territorial onde as decisões econômicas são de fato tomadas, filtrando os impulsos externos. Porém, é a luta social e política que determina as veredas. Nas palavras da Profa. Figueiredo (1978: 11):

“o desenvolvimento capitalista dependente é determinado, em última análise, por forças econômicas, porém em termos concretos manifesta-se em estruturas sociais e políticas que, por sua vez, afetam a estrutura econômica.”

Em resumo, é possível dizer que a abordagem da dependência debruça-se sobre:

1. a aliança entre o capital nacional e o internacional, influenciando significativamente a constituição interna da sociedade periférica e suas forças (Evans, 1980);
2. isso, naturalmente, só é possível a partir da independência formal dos países e sob ação concreta do imperialismo;
3. nessa sociedade constituída, a dificuldade de superação dos problemas sociais tem raízes na forma como se estabeleceram as relações sociais e de produção conformadas sob o signo da dependência. Aqui, a pobreza e a desigualdade são, ao mesmo tempo, ferramentas e condição para a manutenção de uma ordem social que favorece uma aliança entre os grupos tradicionais e modernos onde o principal resultado é a super-exploração do trabalho;
4. por isso é muito importante ter claro que não há oposição entre dependência e desenvolvimento — como definido —, mas sim entre dependência e a distribuição dos frutos do progresso²⁴³.

Por tudo isso, a idéia de dependência, quando aplicada ao Brasil, permite que se percebam regularidades que vão além das típicas correlações entre variáveis econômicas abstratas, colocando em diferente perspectiva as possibilidades de o país alcançar o desenvolvimento somado a maior distribuição dos frutos do progresso. No caso desta tese, ao buscar resgatar essa

²⁴³ É preciso salientar que não se trata de exploração premeditada no seu sentido simples, maniqueísta. Há condições sociais que levam a isso, inclusive com a sua legitimação do ponto de vista coletivo.

idéia como forma de olhar a realidade social — a partir da ação e interação dos grupos sociais que conduzem a soluções parciais e de prazo limitado —, acredita ser possível erguer pontes insuspeitas à análise estritamente econômica e expor as diferentes possibilidades que podem acontecer caso, numa direção ou noutra, sejam tomadas determinadas atitudes por cada um dos atores sociais levados em consideração. É daí que nasce a importância e a utilidade desse resgate: a idéia de dependência e sua aplicação como ponto de partida nos estudos de economia.

Um exemplo bastante simples, talvez, ajude a perceber a quantidade de erros comuns que podem ser evitados com este resgate. Tomem-se por modelo os não raros artigos de opinião onde se encontram reclamações sobre a falta de nacionalismo do empresário brasileiro, diferenciando-o dos que supostamente poderiam ser encontrados nos países ricos.

Cardoso (1964) já havia observado que o empresário industrial paulista não levaria o Brasil ao desenvolvimento principalmente por seus interesses e acumulação estarem ligados ao capital internacional. Uma leitura rápida poderia indicar que o pesquisador estaria afirmando o frágil caráter nacionalista das elites empresariais do país. A verdade, contudo, é mais interessante.

O capital, já ensinou Marx (1986), busca valorizar-se e o empresário não tem a opção de não fazê-lo. A busca por acumulação fora do país sede, segundo os autores do imperialismo, nasce do próprio desenvolvimento do sistema e da busca por fornecedores e mercados, estando, logo, intimamente ligado à escala de acumulação.

O problema é perceber que as características do empresário europeu não são diferentes das vistas nos brasileiros. A questão é que lá o Estado nacional moderno forjou e foi forjado no processo de acumulação de capital em escalas crescentes. As políticas econômicas, a defesa comercial, a abertura de fronteiras negociada, por vezes, pelas armas, estão entre as ações só possíveis a partir de uma organização nacional com um Estado soberano. Em outras palavras, o Estado-nação era o espaço necessário ao seu desenvolvimento.

Diferentemente, o empresário industrial brasileiro surge com importância sob uma economia já internacionalizada em suas principais atividades. Assim, quando se processa a mudança do centro dinâmico (Furtado, 2000), esta se faz a partir do atendimento das demandas conhecidas e até então supridas pelas importações (Tavares, 1979), utilizando maquinário vindo de fora. No estágio moderno, pós 1950, o empresário industrial do país passa a fornecer, sob padrões técnicos pré-determinados, as grandes multinacionais que para cá vieram (Serra, 1998).

Ou seja, o Estado não é para ele um aliado na disputa por mais e novos mercados, mas, sim, um fomentador do seu florescimento e consolidação. Aqui, o capital nacional aqui já era parceiro do capital financeiro internacional e tinha seus interesses a ele ligados. De outro modo, marcadamente após os anos 1950, o capital industrial estrangeiro representa um sócio, e não um oponente, e o Estado brasileiro, um parceiro de ambos no processo de acumulação (Serra, 1998).

É de se esperar, portanto, que o nacionalismo dos empresários industriais brasileiros não chame atenção por sua força e aderência ideológica. A conclusão importante, porém, coloca que a essência dos capitalistas aqui ou lá é a mesma e seus interesses e paixões políticas estão intimamente relacionados. Por isso mesmo, desiludir-se com a falta de nacionalismo do capital nacional é descuidar da história e da lógica do sistema capitalista, apoiando-se em noções e ações que não oferecem remédios para a problemática dos países pobres, pois não enxergam os reais problemas dos desenvolvimentos nacionais específicos.

Desse modo, a idéia de dependência, ao desmistificar a crença no nacionalismo como condição para que os efeitos do progresso surjam aqui, colabora para desmascarar falsos problemas e colocar as dificuldades dentro de uma perspectiva mais concreta, posto que pretenda ser um olhar abrangente sobre o objeto.

Resumindo, quando Sanjaya Lall (1975) propôs dois critérios para que o conceito de dependência fosse funcional e operável empiricamente, estava apontando que as limitações de tratar a dependência como uma teoria iam para além de erros e acertos e da proximidade ou distância em relação à realidade. Estava claro que a formulação de uma teoria que envolvesse a problemática estava ainda longe dos estudos e progressos alcançados pelos autores até então. O que havia de mais convincente, a época, segundo Palma (1978), era a preocupação em entender os casos específicos submetidos a elevado grau de dependência. Algo típico da América Latina. De outro modo, a *dependência a partir da dominação de classe* parecia apontar para a melhor perspectiva de avanço no debate sobre a vida social e a dificuldade dos países da região, marcadamente o Brasil, para superar sua condição de subdesenvolvimento.

No entanto, como se viu, os acontecimentos, o tamanho da crise dos anos 1980 e as críticas duras sofridas pelos pensadores da problemática reduziram a visibilidade da abordagem e sua influência sobre a pauta de discussão em voga na ciência econômica e em cada país latino-americano. A urgência daqueles dias e o insucesso de várias linhas de pesquisa colocaram a

promissora idéia sob júdice. A curta maturação dos escritos em meio a um período de efervescência política não facilitou a realização de avanços e o debate da dependência terminou ficando de lado e quase esquecido.

O que merece consideração é que a realidade exposta naquela idéia parece ainda ter grande valor para se observar a dinâmica da sociedade hoje. As informações cotidianas a cerca do poder dos grupos econômicos, organizados em grandes empresas ou associações, sobre o Estado e os trabalhadores, não deixam dúvida quanto ao domínio que exercem sobre as principais decisões e rumos do país²⁴⁴. Assim, abandonar a idéia trazida a para o debate pelos pensadores da dependência pode significar um passo atrás no avanço do conhecimento do Brasil, e mesmo da América Latina, a partir dele mesmo. Ou seja, se os defeitos das formulações da dependência tornaram passível de crítica as hipóteses construídas pela abordagem, a preocupação e a idéia de onde partiram os pensadores permaneceu intacta e aparentemente válida. A grande dificuldade é como resgatar essa concepção.

A maioria das formas de abordagem da dependência incorreu, como visto, em insuficiências. Uma delas, porém, abriu enorme avenida para o desenvolvimento futuro da problemática, embora ela mesma não tenha cumprido o prometido. A *abordagem da dependência a partir da dominação de classe*, como bem observou Palma (1978), ao enfatizar o estudo dos casos específicos de dependência dentro do quadro analítico dos conceitos marxistas de capitalismo (capital-financeiro, classes sociais, etc.) pode ser um bom começo para resgatar a promissora idéia dos estudiosos do tema e voltar a aplicá-los nas pesquisas de hoje.

É isso que se pretende fazer na seção seguinte. O importante, agora, é, partindo da crítica à abordagem da dependência, *utilizar a dependência como abordagem*, isto é, propor que ela

²⁴⁴ Podem ser relatados os casos da bancada ruralista no Congresso Nacional sobre a questão da reforma agrária, o poder de influência dos bancos sobre as decisões levadas adiante pelo Banco Central do Brasil, a força do setor automotivo na confecção do regime especial de tributação estabelecido pela política industrial (Plano Brasil Maior) do Governo Federal, a dificuldade da justiça, marcadamente nas instâncias superiores, para punir os mais graves crimes de colarinho branco. Com relação aos trabalhadores, o baixo índice de organização sindical, a taxa reduzida de mão-de-obra com carteira assinada, a elevada rotatividade de braços nos postos de trabalho e o fantasma do desemprego sempre presente não deixam muitas dúvidas quanto a fraqueza deste grupo social frente ao capital. Por fim, mas não menos importante, é preciso lembrar a concentração da *propriedade* — essa é a palavra — dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucos grupos econômicos. O poder da mídia na formação de opiniões, consciência coletiva e posicionamento político integra-se ao fato de os interesses de seus donos estarem intimamente ligados aos interesses dos grupos dominantes e do grande capital no Brasil. Não se fala aqui apenas em termos de anunciantes ou cotas de publicidade, mas, sim, no interesse na manutenção da própria legislação que permite a continuidade da concentração dos veículos nas mãos de bem poucas famílias. Tais trocas de interesse entre os grupos dominantes não são novidade e já foram analisadas por Wright Mills (1968) para os Estados Unidos. Aqui, sob elevado grau de dependência, esses traços tornam-se mais graves e exigem análise para serem desvendados e expressos em sua constante mutação com manutenção da essência.

sirva de passo inicial para qualquer pesquisa econômica heterodoxa aplicada ao Brasil. Em outros termos, postula-se empregar uma abordagem que estimule o pesquisador a trazer a tona e colocar em relevo o ambiente subdesenvolvido e dependente do Brasil em que está inserido seu objeto especializado de pesquisa. Este pano de fundo desenhado por ele deverá auxiliá-lo na condução de análises mais concretas do caso brasileiro. Com isso, espera-se tornar mais profundo seu entendimento e, aí sim, ser possível aplicar ferramentas adequadas e melhores instrumentos de análise que levem em consideração as determinações extra-econômicas fundamentais para se compreender a dinâmica econômica do país.

Esse é o esforço que guia a próxima seção.

4.3. A dependência como abordagem: procurando novos elementos

Na história de países como o Brasil, a dinâmica social pouco se assemelhou àquelas vividas entre as nações mais ricas e, como visto, muito já se debateu sobre isso. Aqui, no caso brasileiro, desde o início do segundo quartel do século XX, os mais importantes pensadores nacionais debruçaram-se sobre a especificidade do capitalismo brasileiro e produziram revelações surpreendentes sobre a dinâmica da sociedade, da sua política, cultura e economia²⁴⁵. Contudo, o primeiro pensamento econômico consistente orientado a partir da posição ocupada pelas nações latino americanas no mundo só nasceu com Raul Prebisch e os intelectuais da CEPAL.

A partir deles, apenas os venerandos do livre mercado e suas pequenas variantes continuaram a enxergar o Brasil e a região central e sul do continente americano com os mesmos olhos da teoria econômica tradicional. Os economistas heterodoxos, em suas diversas filiações, já observavam as diferenças dos caminhos seguidos pelos desenvolvimentos entre os países do sul e do norte e comungavam na necessidade de um esforço especial para que os primeiros superassem seus problemas tão enraizados na história. No Brasil, os economistas que empreenderam esse esforço intelectual e os que atuaram concretamente (dentro dos governos) para intervir e transformar a crua realidade do país ficaram conhecidos como desenvolvimentistas e, marcadamente durante os anos 1950, 1960 e, em parte, 1970, estavam nos principais fóruns de

debate e, às vezes, nas decisões sobre os rumos da nação. Sem nenhuma coincidência, estes foram os anos de maior crescimento, complexificação e aperfeiçoamento produtivo da economia nacional ao longo de sua história.

O período, embora vigoroso, como já assinalado no capítulo 1, decepcionou, todavia, quanto às esperanças de superação do quadro de pobreza e desigualdade vistas a olhos nus em todo território. As críticas que não tardaram a bater a porta do pensamento cepalino somadas à crise que deprimiu a economia no início dos anos 1960 moveram os desenvolvimentistas e demais cientistas sociais na busca de novas abordagens para os problemas. Ficava claro, então, que as regularidades descritas pela CEPAL não eram suficientes para dar conta da apropriação dos fluxos de riqueza que aconteciam dentro do país²⁴⁶. Era preciso explicar porque, apesar da industrialização, modernização e urbanização, a pobreza e a desigualdade não cediam significativamente.

Nesse ambiente de intenso debate, a idéia de dependência surgiu, então, como uma abordagem a partir da identificação de um conjunto de problemas ainda não tratados na teoria econômica heterodoxa dos brasileiros e latino-americanos em geral. A partir desse conjunto, tentou-se explicar os processos e o desenrolar do drama das nações periféricas do subcontinente²⁴⁷. A idéia, embora potencialmente promissora, também sofreu sérias insuficiências. Por exemplo, ao gerar modelos, atolou-se em explicações precárias para enfrentar a complexidade da realidade do Brasil e demais latino-americanos²⁴⁸.

Mesmo assim, em um país tão hierarquizado e dono de uma história onde a elites perpetuam-se (Faoro, 2000)²⁴⁹, a idéia de dependência permaneceu potencialmente interessante e, provavelmente, indispensável para se compreender o processo de (sub)desenvolvimento nacional. Tomando-a como base, torna-se preciso considerar a sociedade em suas diferentes esferas e dimensões, ou, de outra maneira, buscar apreender a complexidade da dinâmica social a partir das

²⁴⁵ Para uma discussão extremamente interessante sobre o pensamento brasileiro, ver dois livros fundamentais. No caso geral, Mota (1994), e no caso da economia, por sua vez, Bielschowsky (1996).

²⁴⁶ Ver capítulo 2, seção 2.4.

²⁴⁷ Ver capítulo 3.

²⁴⁸ Ver capítulo 3, seção 3.3.

²⁴⁹ É possível realizar um debate frutífero sobre essa observação a partir da identificação de quem é e qual o papel das elites no Brasil. No entanto, isso exigiria fugir ao escopo dessa tese. Para uma posição diferente, ver CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007, principalmente os capítulos *Crítica e Ideologia e Cultura do Povo e Autoritarismo das Elites*.

interações entre grupos de interesse que a compõe, marcadamente em suas relações com o capital financeiro internacional.

Hoje, superados as quase duas décadas e meia de baixo desempenho econômico, o país aliou pela primeira vez na sua história crescimento, democracia e redução sensível da desigualdade social da renda. Agora, os problemas de conjuntura já não excluem as discussões e debates sobre o longo prazo e, deste modo, sobre o desenvolvimento. No dia-a-dia, já se leem em revistas, jornais e artigos acadêmicos o retorno do debate sobre o país no futuro, os objetivos e metas que deveriam guiar os anos que ainda virão. Diante disso, releituras e recuperações de conceitos, preocupações e avanços realizados no passado por pensadores preocupados com o desenvolvimento brasileiro ganharam espaço nas discussões que agora se estabelecem.

É nesse ambiente que a idéia de dependência voltou a ganhar interesse. Após quase uma década e meia de predomínio do pensamento neoliberal, sua proposta permite voltar a interpelar a sociedade de maneira ampla, enfrentando suas múltiplas determinações e tentando captar, da melhor maneira possível, sem qualquer fórmula prévia, o movimento social, os fenômenos da dominação e o papel do capital nacional e estrangeiro. Em outras palavras, sobre os ombros de seus autores, avança-se na tentativa de escapar aos modelos importados que são aplicados diretamente à realidade brasileira, imputando aos pesquisadores atuais um caminho que os conduza a olhar o país de maneira menos fragmentada se pretendem alcançar visões de mais largo prazo. *Em outras palavras, tenta-se estimular um esforço para olhar o Brasil a partir do Brasil.*

Aqui, porém, o objetivo é infinitamente mais modesto do que aquele dos geniais pensadores da América Latina²⁵⁰. Subindo sobre seus ombros e em outros ainda que subiram sobre aqueles, a tentativa nesta tese é trazer alguma pequena luz sobre os fragmentados estudos de temática infranacional e setorial, resgatando a percepção de que o país sofre com elevado grau de dependência. Isto é, *a ambição é ajudar os pesquisadores a, antes de aplicar modelos e métodos consagrados da teoria econômica, esculpir uma visão abrangente e mais concreta sobre a dinâmica da realidade dentro da qual se insere seu objeto de estudo.* A partir de uma visão sobre a realidade que embasa e dá sentido social à dinâmica macroeconômica, torna-se possível

²⁵⁰ Aqui fica a homenagem sincera a Raul Prebisch, Medina Echeverría, Anibal Pinto, Jorge Ahumada e ao insubstituível mestre Celso Furtado. Entre outros tantos nomes que aqui fizeram crer que poderíamos construir um futuro diferente, ficou a marca da sua coragem para levar mais longe o debate e a perseverança para evitar a derrota política das idéias. É uma honra ser latino-americano por causa de homens e mulheres como eles.

idear, mesmo que em grossas linhas, os condicionamentos, influências e limites que sofre o tópico que se quer aprofundar, vinculando-o ao conjunto social no qual se insere.

Em outras palavras, o que se propõe é *iniciar qualquer estudo sobre tema específico e infranacional buscando identificar, mesmo que em um quadro geral e imperfeito, o contexto social abrangente e condicionante em que está inserida a pergunta que se pretende responder, resgatando, dessa forma, a condição ou o grau de dependência do país*. Identificar, porém, o “contexto social abrangente e condicionante” significa fazer determinadas perguntas que colocarão sob luz aspectos fundamentais da sociedade brasileira. A história desse país, seus grupos sociais, as relações de poder que se estabelecem entre eles, o papel do Estado, o tipo de economia, o nível de concentração da renda e da propriedade, a posse nacional das grandes empresas e a origem da trajetória tecnológica dominante na produção são exemplos de algumas daquelas questões fundamentais sobre os quais é preciso olhar para clarear o universo que cerca o tema específico que o cientista pretende estudar²⁵¹.

Fernand Braudel, em seu livro *A Dinâmica do Capitalismo* esclarece a importância dessa visão abrangente para se compreender a forma histórica e a dinâmica de uma sociedade. Para ele,

“as sociedades densas decompõem-se em ‘conjuntos’ de vários tipos: o econômico, o político, o cultural, e o social de um ponto de vista hierárquico. O econômico só pode ser compreendido em ligação com os outros conjuntos, nos quais se dispersa e aos quais abre, simultaneamente, as suas portas. Há uma ação, uma interação. E esta forma peculiar e parcial do econômico, que é o capitalismo, só poderá ser inteiramente explicada à luz dessas vizinhanças e intromissões em que acaba por assumir a sua verdadeira face.” (Braudel, 1985: 69)

As vantagens científicas de adotar tal abordagem são várias e não descartam, previamente, nenhum modelo *heterodoxo* de análise econômica. Lall (1975), por exemplo, reforça essa preocupação, primeiro, ao chamar a atenção para os problemas da abordagem da dependência exposta nos anos 1970 e, segundo, ao propor uma abordagem muito interessante para analisar a problemática. Conforme discutido na subseção 3.3.1²⁵², havia enorme dificuldade entre analistas para definir com clareza quais países sofriam e quais escapavam da situação de dependência. Além

²⁵¹ Não se trata de alcançar uma síntese no pensamento movida apenas pela razão que se desdobra para captar a essência das coisas. Na verdade, o ideal seria alcançar uma percepção do movimento dialético entre História concreta (fatos e fenômenos) e conhecimento (Cardoso, 1993a). É possível afirmar, então, de acordo com essa interpretação que o que há é unidade no conjunto das relações que se estabelecem no sistema capitalista mundial. O tratamento, contudo, deve ser dialético, pois há limitações do entendimento em relação à realidade e sua dinâmica. Em outras palavras, é na mente que os conceitos são contraditórios para que permitam perceber os ‘porquês’ dos movimentos, mas na verdade o que há no concreto é uma unidade profunda. Sem essa ferramenta, o que há é lógica perfeita, mas abstrata, sem correspondência com a realidade social (Pereira, 1998).

²⁵² Capítulo 3, seção 3.3.

disso, sempre houve um grupo significativo de países cuja posição internacional do ponto de vista econômico, político e até militar impede que sejam vistos imediatamente como ocupando um lado ou outro da divisão do mundo entre dependentes e não-dependentes²⁵³. Assim e considerando que há uma hierarquia mesmo entre os países desenvolvidos (com dominação, pressão e influência cultural), Lall (1975: 803. Grifo nosso) propôs:

“(...) think in terms of a pyramidal structure of socio-political dominance (a scale rather than a unique condition of dependence) in the capitalist world, with the top (hegemonic) position held by the most powerful capitalist country and the bottom by the smallest and poorest country ones. And a more or less continuous range occupied by various developed and less developed countries, with relative positions changing, between two. It is not necessary to draw an arbitrary line at some level and classify the resulting groups as ‘dependent’ and ‘non-dependent’; indeed, such a procedure may serve to divert attention from the real and immediate socio-political pressures upon particular LDCs [less developed countries], which may emanate from points along the scale quite unrelated to the simple centre-periphery schema.”

Esta visão piramidal, ao indicar a existência de diversos graus de dependência, dá liberdade para enxergar a problemática em variadas nuances, formas e particularidades. Supera-se a obrigação de olhar a dependência como um corpo teórico capaz de desvendar a dinâmica social dos países pobres ou como um conjunto de características definidoras da situação ou até mesmo da história dos países de economia frágil. Esse olhar, portanto, admite tratar a dependência como uma necessária abordagem prévia a qualquer análise relevante sobre o Brasil e, quiçá, outros países, marcadamente os mais pobres. Isto é, observando o país por dentro e a influência do resto mundo sobre ele²⁵⁴, torna-se possível ao analista erigir uma visão mais abrangente das possibilidades e limites enfrentados por cada economia, setor ou indústria especificamente. Em outras palavras, qualquer análise partindo e tendo clareza da posição/condição do país licenciara discussões melhor situadas e a proposição de soluções teóricas para os problemas nacionais que sejam razoáveis e cabíveis, evitando a perda de energia em pirotecnias matemáticas e econométricas distantes da realidade concreta, mas bem afeitas às teorias econômicas debatidas nos países centrais do sistema capitalista²⁵⁵.

²⁵³ Esse esforço não licencia considerar a tipificação, tal como feita pela CEPAL e muito usada nesta tese, ruim ou cientificamente frágil. Pelo contrário, são níveis de generalização mais altos com robustez suficiente para revelar ao mundo diferenças fundamentais entre os países da periferia do capitalismo e sua dinâmica particular e as nações mais ricas, com história, poder e renda absolutamente diversos.

²⁵⁴ Para maiores detalhes ver Lall (1975), principalmente entre as páginas 803 e 807.

²⁵⁵ “A análise dessa questão é tanto mais interessante quanto mais projeta luz sobre o tipo de dificuldade que enfrentava o homem público brasileiro da época para captar a realidade econômica do país. Constituindo a economia brasileira uma

Enfrentando essa preocupação e partindo de uma visão geral da realidade, o pesquisador perceberá que determinados modelos não cabem na dinâmica sugerida pelo quadro de fundo que ele mesmo deduziu. Poupando-se deles, portanto, o cientista ver-se-á obrigado a procurar, um pouco mais e com uma razoável bússola, a ferramenta adequada a seu objeto, extraindo, dela e dos dados apropriados, resultados mais consistentes com a realidade e superiormente capazes de oferecer análises e prognósticos certos. Por outro ângulo, o que se quer, portanto, é ajudar a criar um pano de fundo de caráter nacional para auxiliar os pesquisadores que avançam sobre temas mais especializados dentro de uma realidade múltipla e abrangente²⁵⁶.

Todavia, é importante ter manifesto que nem sempre o quadro que surgirá ao pesquisador faz parte da sua crença. É fundamental, então, que as respostas sejam tratadas como informações, dados, números a cerca dos quais não há discussões essenciais, apenas estatísticas e história. Isto é, o cientista não poderá julgar de antemão, por exemplo, que pelo fato de a moeda local não se comportar como dita a teoria X ou Y ou as regras do mundo rico ela é, portanto, uma instituição patológica que precisa ser corrigida ou curada. Ou seja, nessa primeira aproximação, antes da pesquisa especializada, é necessário reconhecer que as coisas são de uma maneira ou outra por motivos muito fortes e socialmente tem sua razão e significado. Assim, as características daquela sociedade devem ser observadas, à primeira vista, como tal e apenas depois, com as perguntas respondidas e o esforço de montagem do mosaico em uma síntese coerente e lógica realizado, os julgamentos, inevitáveis, podem vir à tona. Em termos práticos, desenhado o quadro, pode-se, por exemplo, julgar que as instituições de origem européias não alcançam sua plenitude em alguns países devido a serem estranhas à lógica, ao poder e à tradição dos povos onde foram recriadas. Iniciar os trabalhos dessa maneira, sem julgar a priori, abre portas interessantes, pois agora o pesquisador será obrigado a entender alguns porquês que antes passariam por problemas e na

dependência dos centros industriais, dificilmente se podia evitar a tendência a 'interpretar', por analogia com o que ocorria na Europa, os problemas econômicos do país. A ciência econômica européia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um 'corpo de doutrina', que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade. Ali, onde a realidade se distanciava do mundo ideal da doutrina, supunha-se que tinha início a patologia social. Dessa forma, passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para a política, excluindo qualquer possibilidade de crítica da doutrina em confronto com a realidade." (Furtado, 2000: 163)

²⁵⁶ É preciso, antes de avançar, lembrar que, por ser complexo, não vale a pena tratar o ambiente social através da classificação dos países em tipos ou graus de dependência. Isso não resolveria a dificuldade. Os procedimentos a serem executados no início de cada pesquisa não podem levar ao aprisionamento do país em caixinhas de tipo 1 ou tipo 2, ainda que fossem muitas as espécies identificadas. O motivo é simples, ao construir-se uma tipologia, inevitavelmente alguns critérios são selecionados. A chance, então, da pesquisa se ver frente a tipos gerais incapazes de captar particularidades importantes da dinâmica socioeconômica de cada país é enorme o que, naturalmente, desmontaria o esforço de reconhecer as relações sociais específicas definidoras da trajetória das nações.

verdade não o são²⁵⁷. Deve ficar claro que é dentro dessa realidade, talvez inesperada ou até não desejada, que se move seu objeto de estudo e por ela é influenciado e por isso precisa estar balizado por essa condição.

Em outras palavras, diante do esforço inicial para perceber o *conjunto* formado pelas informações que a sociedade, sua história e seus observadores oferecem, o pesquisador precisará dedicar um momento de reflexão a mais para compor uma síntese que lhe mostre, ainda em grossas linhas, aquela realidade mais ampla dentro da qual seu tema está mergulhado. Ao empreender este esforço, o cientista desenhará um quadro mais realista do ambiente nacional, permitindo que perceba algumas falácias em que incorrem comumente os economistas vinculados à teoria tradicional. A partir disso, o estudioso terá condições mais apropriadas de escolher um método de abordagem do objeto que leve em conta os condicionantes do ambiente sobre seu tema que nunca mais poderá ser tratado isoladamente, como se fosse a-histórico ou universal.

O importante é que *o questionamento inicial forme no papel e na mente do pesquisador um quadro geral o mais claro possível do país sob foco, de modo a ser útil para que ele dê os próximos passos e avance em sua pesquisa especializada*. Nesse sentido, a ação inicial deve ajudar a identificar o país, sua realidade e dinâmica, ainda que de maneira geral, mas irrecorivelmente despreconceitualizada.

Em resumo, ao indagar-se sobre a realidade social ampla do país, saltará aos olhos do pesquisador, marcadamente no caso brasileiro, as diversas relações que apontam para interações entre partes com poderes muito desiguais que reforçam e reproduzem estas mesmas desigualdades. O Estado também aparecerá respondendo a essa lógica, ajudando não apenas na manutenção do *status quo*, mas principalmente distribuindo perdas e ganhos, direitos e condenações de acordo com poder dos pelesantes. O interessante será ainda perceber que muito dessa ordem nasceu das relações que o país estabeleceu com o exterior e, até hoje, quase todos os grupos sociais ligam-se às nações mais ricas por padrões de consumo, idéias ou valores. Todavia, o mais importante surgirá quando os números figurarem que os setores econômicos mais dinâmicos da economia e o controle desses setores estão nas mãos do capital financeiro estrangeiro. Mais do que isso, o capital nacional responde como fornecedor nas cadeias produtivas desses setores. Em outras palavras, *o grau de dependência do país começará a emergir aos*

²⁵⁷ Para esse ponto ver Lenin (1987) ou Palma (1978), ao citar Lenin.

poucos, produzindo e reproduzindo a forma social de convívio e sobrevivência estabelecido no país. A partir daí, as relações e conflitos entre classes, as questões do setor externo, o papel do Estado, etc., não ficarão mais suspensas como uma cláusula *coeteris paribus* a pender como uma espada sobre a cabeça do estudioso. Serão, então, evidenciadas a profunda assimetria entre os grupos sociais, a modernidade produtiva ao lado do arcaísmo de algumas produções, o caráter explicitamente importado das tecnologias e padrões de consumos utilizados aqui, os baixos níveis de renda dos assalariados frente ao consumo conspícuo das elites, a associação de interesses comerciais, culturais e ideológicos entre os grupos dominantes locais e o capital e a cultura dos países ricos e, tão grave quanto, o padrão de resposta positiva do Estado às reivindicações das elites.

Estas características antes tratadas como consequência e, às vezes, causa da situação de dependência de países como o Brasil, agora serão observadas, no início de cada pesquisa especializada, como fenômenos da realidade a indicar o grau de dependência vivido pela nação. Ou ainda, a dependência e o grau em que ela ocorre irromperão na superfície, apontando a impropriedade de aplicação de determinados métodos de abordagem para a análise do tema especializado escolhido. De posse desse conteúdo que necessariamente diferenciará o Brasil de outro país, algumas regularidades antes não explicitadas, mas de suma importância, ganharão relevo e ficarão mais fáceis de serem esclarecidas a partir da interação entre as instituições específicas da nação, agentes privados, Estado, enfim, os atores dessa sociedade que dão o caminho para a cotidiana busca por acumulação de capital.

O pesquisador — provavelmente um economista heterodoxo — será obrigado, assim, a cuidar de perceber que seu objeto, sofrendo influências de fora da esfera estritamente econômica e, principalmente, peculiares de um país que tem sua dinâmica condicionada pelo grau de dependência que embota seu desenvolvimento, ***não pode ser estudado senão a partir de uma visão brasileira sobre ele.***

Naturalmente, essa abordagem inicial em qualquer pesquisa econômica sobre um tema específico não é, em formato, uma novidade. O que é interessante é o resgate que permite da idéia de dependência, licenciando recuperar, ao menos em parte, preocupações, esclarecimentos e passos importantes dados no passado e quase perdidos no período de domínio do pensamento neoliberal.

Diante disso, se a dependência — e seu grau — é o pano de fundo para identificar os porquês das dinâmicas específicas de países como o Brasil, é preciso ter clareza dela, do ambiente que se constrói com ela e reconstrói a ela. Na verdade, é preciso identificá-la a cada nova pesquisa e demarcar seu impacto sobre o setor ou problema analisado. A dificuldade, portanto, será responsabilidade do pesquisador ao fazer as indagações iniciais que o ajudem a identificar melhor a dinâmica de seu país e a localização do seu objeto de estudo dentro dele, assim como as implicações do quadro que emergir das questões iniciais que fez a cerca da realidade.

A questão que surge, então, é: como realizar essa tarefa sem gastar demais o tempo de pesquisa que se pretende dedicar a algum tema especializado? A resposta para tanto exige elaborar um método.

A Teoria Francesa da Regulação (TFR), por exemplo, pode ajudar neste ponto. Os autores da escola revelam uma preocupação similar à discussão em tela ao abordar um objeto. Para eles, é preciso estar munido de uma percepção ontológica que represente o mais realisticamente possível o todo que envolve o objeto especializado para se poder escolher a melhor maneira de abordá-lo (Bruno, 2005a). Diante disso, ficam descartadas todas as abordagens que, independentemente da realidade e sociedade específica pesquisada, fazem uso dos mesmos instrumentos teóricos. Em seus estudos, os regulacionistas, ao tratarem a vida social de maneira complexa e dinâmica, traduzem o intrincado conjunto das interações sociais em regularidades estabelecidas a partir da institucionalização de comportamentos, regras, etc. Tal abordagem lhes permite criar modelos explicativos, no caso, macroeconômicos, localizados geográfica e historicamente (Bruno, 2005b). Para eles,

“a lição metodologicamente pertinente é esta: as propriedades de um sistema mais complexo não podem ser deduzidas por simples analogia com o comportamento de sistemas de menor complexidade. Reelaborada por uma ontologia própria aos sistemas sócio-econômicos, a noção de regulação procura expressar a existência de momentos de compatibilidade dinâmica entre produção e demanda, como um resultado da conjugação de estruturas sociais complexas e não como uma derivação lógica de “mecanismos” puramente mercantis, centrados exclusivamente em comportamentos individuais otimizadores.” (Bruno, 2005a: 33. Grifo do autor)

Onde a TFR pode ajudar no esforço de resgatar a aplicabilidade da idéia de dependência é através da forma de pensar dos regulacionistas. A figura 4.1 mostra que estes autores trabalham com conceitos em diferentes níveis de abstração, partindo das leis mais gerais (e abstratas) que movem uma sociedade capitalista, para em seguida, a partir da percepção de como se organiza a

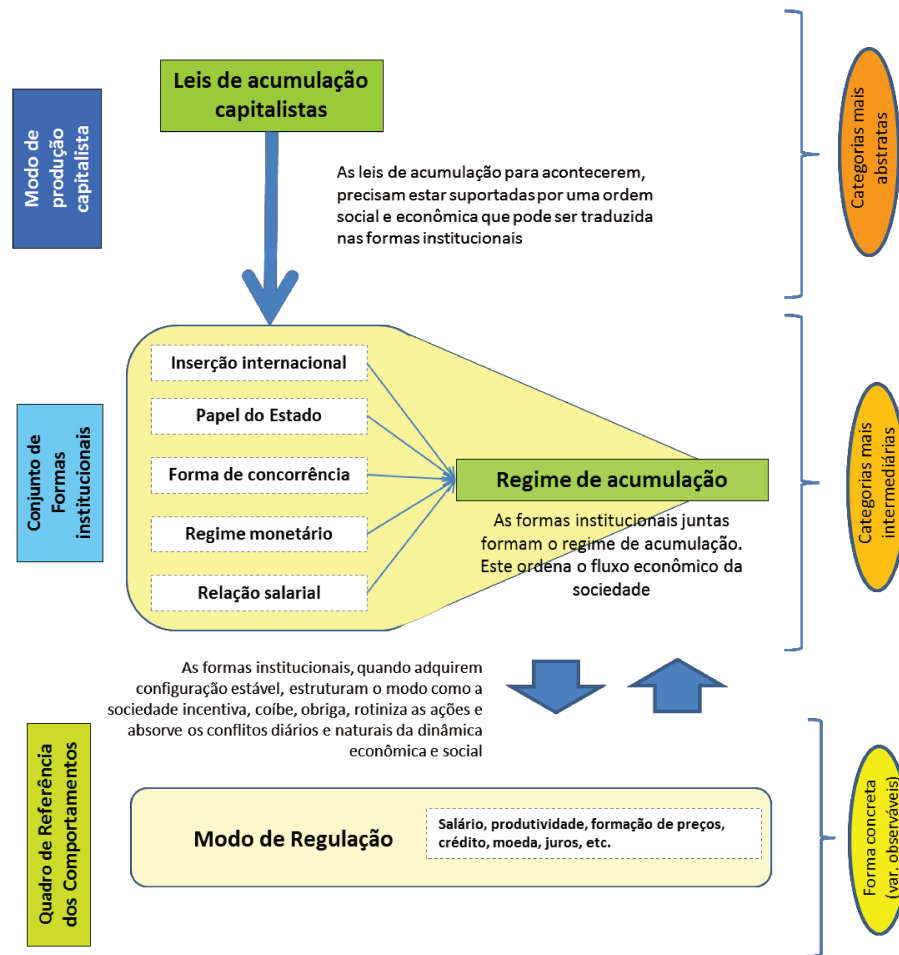
sociedade suas instituições, empresas, Estado e trabalho, desenharem *categorias intermediárias* que permitam identificar a dinâmica específica da economia e suas regularidades²⁵⁸. É baseado nesse conhecimento institucional e nas regularidades geradas, que surge a macroeconomia, expressando a configuração histórica e geográfica daquele país. Em outras palavras, tomando por princípio as regularidades originadas pelas instituições específicas que conformam as ações e o cotidiano da sociedade, os regulacionistas constroem seus modelos macroeconômicos que servem para aquela sociedade, naquele momento (Boyer, 2009; Bruno, 2005b; Lipietz, 2001).

Adaptar essa forma de abordar o objeto parece ser bastante útil para os objetivos desta tese. Mesmo não seguindo a risca o método sugerido pela Teoria Francesa da Regulação – afinal não é disso que se trata aqui —, é possível extrair dela pontos proveitosos que colaboram na construção de uma visão abrangente do ambiente geral (nacional) onde está inserido o foco destacado de interesse do pesquisador. Por exemplo, a noção de categorias intermediárias pode ser, para o caso proposto aqui, o nível de análise que se exige para construir o pano de fundo que tende a resgatar a condição de dependência do país.

De modo algum negligenciando a importância destacada que a TFR coloca no nível conceitual mais abstrato (modo de produção capitalista) (Boyer, 2009), o que interessa aqui é captar, da melhor maneira possível, a especificidade do Brasil, perceber suas características históricas mais marcantes, as instituições e a dinâmica social e, com isso, clarear o ambiente (dependente) que condiciona as verdades sobre o objeto pontual de pesquisa e de interesse do cientista.

²⁵⁸ Rubin (1980: 61) esclarece que categorias econômicas são expressões teóricas, abstratas, das relações sociais de produção. Assim, ao observar a sociedade capitalista, vê-se que a sociabilidade se dá através da troca de bens e os indivíduos aparecem apenas enquanto detentores de bens alienáveis. Nesse meio, com a generalização das trocas, as coisas adquirem características sociais determinadas, uma forma social particular, ou seja, os bens parecem possuir a virtude de estabelecer as relações de produção: “as diferentes categorias da economia política descrevem diferentes funções [formas] sociais das coisas, correspondendo a diferentes relações de produção entre as pessoas.”

Figura 4.1 – Categorias da Teoria Francesa da Regulação



Fonte: baseado em Boyer (2009: 59), com alterações.

Certamente não se está propondo utilizar a TFR para tratar a problemática da dependência. Para começar, o papel do Estado na reprodução e manutenção da coesão social parece ter sido central em países como o Brasil, no entanto, os regulacionistas amenizam essa importância²⁵⁹ (Nascimento, 1993). O problema ganha ainda mais gravidade se houver destaque para o artigo publicado em 1999 por Robert Boyer. Ali, transparece uma fatal divergência entre o caminho analítico da TFR que conduziu o autor àquelas conclusões e a abordagem da dependência. No artigo, Boyer defende, em primeiro lugar, um conceito de desenvolvimento que, mesmo fazendo

²⁵⁹ Segundo Nascimento (1993), o conceito de regulação trazido por De Bernis, que tanto influenciou os autores da TFR diverge, contudo, do que os regulacionistas geralmente aplicam. Para o primeiro, o papel do Estado é destacado como principal instituição garantidora da coesão e da reprodução social. Já para os regulacionistas, sua própria construção conceitual os conduz a buscar nas formas institucionais endógenas as relações sociais que garantam tal coesão e reprodução.

parte do senso comum²⁶⁰, não adere à forma como Cardoso e outros discutem o processo na América Latina²⁶¹. Surpreende, por exemplo, que Boyer (1999) tenda a tratar a discussão sobre o desenvolvimento, pelo menos aparentemente, como uma questão de avanço cognitivo, onde a experiência e os dados empíricos teriam provado a necessidade de os países e estudiosos trabalharem em um meio termo entre o que, no passado, ele afirma ter sido um acalorado debate entre desenvolvimentistas intervencionistas extremados e neoclássicos radicalmente contra a ação estatal na economia.

Na verdade, o autor peca sobre três questões fundamentais que podem ser resumidas na passagem a seguir:

*“para os autores fundadores da economia do desenvolvimento, marxistas e estruturalistas, **cabe ao Estado substituir o mercado**, que no mais das vezes falha na pilotagem da acumulação e é responsável pela sucessão de crises **desfavoráveis para a quase totalidade dos membros da sociedade**, empresários capitalistas, assalariados e banqueiros.”* (Boyer, 1999: 2. Grifo nosso)

Ou seja:

1. não há na literatura estruturalista mais famosa – basicamente de autores vinculados à CEPAL – referência ou intenção de fazer o Estado substituir o mercado. Se o Estado é chamado a interferir para buscar o desenvolvimento dos países, isso se dá porque condições estruturais, historicamente construídas, impedem que as nações latino-americanas apropriem-se de seus excedentes e possam acumular o capital necessário ao seu desenvolvimento capitalista. O Estado aparece, portanto, como a entidade capaz de, através do planejamento, permitir a superação da condição subalterna do país em relação ao exterior, gerando “desenvolvimento” que permita a instauração de um mercado interno vigoroso e economicamente viável, onde a concorrência e as chamadas falhas de mercado seriam tratadas pelo mesmo Estado, porém agora com outro papel;
2. ignora o grande avanço proporcionado pela abordagem da dependência em identificar quais as forças sociais dos países comandam a dinâmica econômica e mesmo o processo histórico de desenvolvimento. Ou seja, esquece que não há “jogo de dados” para a construção do Estado. Ele é fruto das lutas sociais das nações e seu formato,

²⁶⁰ Ver capítulo 1.

²⁶¹ Ver Cardoso e Faletto (2004), Cardoso (1993a) e também Palma (1978) e Prado Jr. (1999).

para o bem ou para o mal, reflete o interesse e a vitória dos grupos mais fortes, por vezes em alianças e/ou com apoio do exterior. Assim, não se trata e nunca se tratou de uma instituição alheia aos poderes expressos da sociedade e, menos ainda, permitiu que as forças de mercado distribuíssem aleatoriamente o ônus das crises. Marcadamente no Brasil, a história é recheada de exemplos de socialização das perdas e concentração de benefícios quase sempre através da apropriação ou balcanização das operações do Estado;

3. há quase um consenso entre os autores heterodoxos de que o papel do Estado, marcadamente o brasileiro, foi fundamental para o desenvolvimento alcançado pelo país e a revolução vivida pelas suas forças produtivas. O vigoroso crescimento do PIB, entre 1930 e 1980, teve fortíssima relação com as ações do Estado na economia. Por isso, é muito difícil falar em Estado causando crise ou falhando na pilotagem da acumulação. Pior, respondendo por crises que prejudicariam quase todos na sociedade.

Não estar atento a isso é não compreender a complexidade da vida social do país, muito embora seja essa a promessa feita pelos regulacionistas em seus textos teóricos: olhar cada sociedade determinada como um arranjo específico e próprio para se tentar apreender seu modo de regulação.

Mesmo quando os regulacionistas tentam olhar a periferia do capitalismo, marcadamente a América Latina, de maneira mais próxima, como faz Alan Lipietz (1989), a distância ainda não é vencida. Nele, o autor, tentando compreender os caminhos e descaminhos dos países não-centrais, pobres ou não, propõe o conceito de *fordismo periférico*. Isto é,

“trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis.” (Lipietz, 1989: 317)

O problema, segundo o autor, é que os esforços sofisticados de alta qualificação e geradores de tecnologia permanecem fora desses países. Logo, não se fecha o circuito fordista de acumulação – geração de tecnologia - ampliação da escala de produção – ganho de produtividade – partição desse ganho com os trabalhadores que, por fim, permite o consumo de massa que absorve a produção.

Aqui, diferentemente, ainda segundo Lipietz (1989: 317), os mercados são

“(...) uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro.”

Trata-se da continuação de processos de substituição de importações e/ou de estímulo as exportações com crescimento das importações provenientes do centro baseadas em bens de capital. O financiamento é precário e baseado nas exportações de bens primários, turismo, envio de dinheiro para os países a partir de emigrantes, etc.

O conceito, embora interessante, não satisfaz ainda a necessidade de um olhar periférico a partir do qual se tenta observar a realidade de maneira mais fundamentada e menos a partir de modelos econômicos vindos do centro. Por exemplo, a primeira coisa que deve ficar clara é que os países do subcontinente possuem forças sociais muito diferentes em gênero, número e grau daquelas que se vê nos países mais ricos. Cardoso e Faletto (2004), por exemplo, salientam as ‘estruturas de dominação’, tornando necessário destacar a importância do sistema de poder que se estabelece a partir da estratificação social e do

“(...) comportamento político dos grupos que exercem seu controle, assim como o dos que se opõe a eles, e por último as orientações valorativas que outorgam à ação desses grupos seus marcos de referência.” (Rodríguez, 2009: 272)

Em outras palavras, a mecanização e industrialização sem contrapartida no consumo de massa, que configuraria o fordismo periférico, não esclarecem os processos que geram esses resultados conhecidos. Ou seja, a luta social que empurra as ações do Estado na direção do apoio à acumulação de capital, isentando-o da distribuição secundária da renda, parece esquecido. As relações de produção que, de uma hora para outra, passaram do domínio rural para o urbano industrial, também caem olvidadas. A permanência das famílias ricas no poder, a ausência de reformas agrária e fiscal, o momento histórico da industrialização, etc., tudo isso fica nuançado e sem brilho. Talvez o mais grave, todavia, seja a falta de destaque para o papel do Estado na reprodução dessa sociedade e a pobreza e a desigualdade que surgem como consequência do quadro econômico. Apenas lembrando o estudo de Oliveira e Henriques (1990), a pobreza e a desigualdade brasileiras têm raízes profundas e se não foram resolvidas pela industrialização, também não foram criadas por ela²⁶².

²⁶² Para uma discussão muito interessante sobre a pobreza no Brasil, ver Telles (2001).

Em resumo, tomando por base os artigos de Robert Boyer e Alan Lipietz, aparentemente a TFR não observou suficientemente os países mais pobres e as relações de dependência que se estabelecem entre centro e periferia do capitalismo, preferindo referenciar-se nos processos vividos pelos países ricos e aplicá-los aqui. Isso não chega a ser uma crítica, posto que as preocupações dos economistas sejam, geralmente, resolver problemas ou entender dinâmicas a fim de apontar caminhos ou versões para o debate social que os anima. Logo, no caso dos regulacionistas, o debate em seus países: os países ricos. A questão é que, mais uma vez as explicações e hipóteses formuladas no centro não servem ou pelo menos não são adequadas para enfrentar os problemas a serem superados por países, como o Brasil e os demais da América Latina.

Uma tão divergente análise não permite, portanto, a aplicação direta dos conceitos da TRF sobre a realidade latino-americana, marcadamente se o intuito é resgatar a idéia de dependência e buscar sua aplicação nos estudos e pesquisas contemporâneos de economia.

Por outro lado, a metodologia de aproximação dos regulacionistas em relação à realidade é bastante profícua. Ter clareza dos níveis de abstração com que se trata o objeto de estudo e conseguir, a partir disso, dar passos para descer ao nível das estatísticas e conversar o tempo todo com as hipóteses, pode significar um avanço sobre o que se tem produzido hoje.

Atualmente, as mais profundas análises sobre o Brasil, por exemplo, estão em alto nível da abstração e pouca testabilidade se se pretende avançar a partir delas. No outro extremo, ficam os estudiosos excessivamente debruçados sobre os métodos econométricos, em toda sua fragmentação do real, sem capacidade para avançar em voos mais amplos de interpretação global da vida social. A possibilidade de aproximar esses dois olhares, mas com ênfase sobre o primeiro, a partir de algumas noções extraídas do método da TFR permitiria propor aos economistas heterodoxos uma forma factível e menos dicotômica de tratar o dia-a-dia dos países latino-americanos.

Assim, diferentemente do que propõe a TFR, para alcançar esse objetivo, não é necessário conhecer e estar de acordo com a teoria marxiana sobre o funcionamento de uma sociedade capitalista, ainda mais se for lembrado que o Brasil é um país periférico do sistema. Se houver o importante, mas relativamente comum, consenso entre os economistas heterodoxos de que o capitalismo é um sistema que visa à acumulação de capital e é essa busca que lhe dá sua típica

exuberância produtiva, o ponto de partida necessário para o nível mais alto de abstração está assegurado.

O que interessa é como utilizar as chamadas categorias intermediárias. Para os regulacionistas, elas expressam o conjunto das codificações, convenções, regras e instâncias tidas como imprescindíveis à coesão social e à coerência econômica daquela sociedade específica (Bruno, 2005b). São elas que definem a forma particular como acontecerá a busca pela acumulação de capital no país, impondo, portanto, caminhos e condições (limites) a esses processos. E é a partir das regularidades que estabelecem que se torna possível extrair ou conhecer a macroeconomia dinâmica daquela sociedade.

As categorias intermediárias são exatamente aquelas apontadas na figura 4.1 e localizadas entre os níveis mais abstratos de conceituação e as demais que descem ao nível das estatísticas disponíveis. Elas são compostas pelas formas institucionais, isto é, expressões de modos específicos de relações sociais de produção e distribuição estabelecidos que conformam os caminhos pelos quais a vida social, em alguma esfera determinada, acontece de fato (Bruno, 2005a). Claro é, portanto, que as formas institucionais ultrapassam a lógica mercantil e a racionalidade do *homo oeconomicus*.

Nas palavras de Bruno (2005a: 44),

“(...) as FI [formas institucionais] criam referências convencionais e diferenciações estáveis que permitem aos grupos sociais estratificados de conceber estratégias necessárias à sua sobrevivência. Elas permitem a formação de um horizonte temporal parcialmente deslocado da incerteza radical que é uma característica inerente do sistema sócio-econômico. Ao mesmo tempo, as FI bloqueiam a fluidez dos movimentos econômicos, pois elas limitam e enquadram as forças mercantis em prol da própria coesão social e da coerência macroeconômica da totalidade do sistema. Trata-se precisamente de um dos paradoxos do capitalismo (...), em que o sistema viabiliza suas condições de estabilidade e reprodutibilidade, impondo determinadas restrições institucionais à lógica mercantil.”

Por isso mesmo, o campo abrangido pelas formas institucionais é bastante amplo e estende-se do mundo do trabalho às relações internacionais. Como se pode ver na figura 4.1, são cinco as formas²⁶³:

1. **relação salarial** – expressa a ordem do mundo do trabalho, envolvendo a organização da produção, as atividades e as modalidades de trabalho a ela associados e a remuneração recebida pela mão-de-obra, limitando o padrão de consumo e estilo de

vida. Naturalmente, nada aqui é estritamente econômico, expondo o resultado de fatores sociopolíticos da interação e luta social²⁶³;

2. **regime monetário** – a moeda, para a TFR, é uma relação social fundamental, posto que, ao estabelecer os sujeitos de uma economia mercantil, faz a ligação entre os centros de acumulação, trabalhadores e demais agentes econômicos. Sendo uma instituição social base dos regimes de acumulação, a moeda não é neutra. Sendo assim, Bruno (2005a: 57) define o regime monetário como o

“(...) resultado da conjunção de estruturas organizacionais e institucionais (públicas e privadas) que servem de suporte à circulação monetária e financeira, conferindo-lhes determinados padrões de regularidade, em função das atividades econômicas, das relações Estado-economia e do próprio nível de desenvolvimento da acumulação de capital”;

3. **forma de concorrência** – estão resumidas aqui as relações que se estabelecem entre os centros fragmentados de acumulação de capital que, em sua maioria, são independentes, assim como suas decisões. Estão em debate não apenas o número de empresas, mas o tamanho, a tipo de concorrência (oligopólio, cartel, etc.), posição na cadeia, proteção do Estado e, muito importante, a relação que se estabelece com o setor financeiro;
4. **papel do Estado** – como instituição maior de poder, dono da violência legal, o Estado, dentro da dimensão territorial nacional, cria e mantém a ordem. Ou seja, é a instância ordenadora e reguladora do desenvolvimento capitalista, o que corresponde ao interesse de determinados grupos sociais. Sua atuação, contudo, não depende, naturalmente, da violência constante. Ao contrário. Seu poder é legitimado e sua ação depende, quase sempre, do conjunto de compromissos estabelecidos que criam regras para seus gastos, atos e decisões. O nó lógico da análise regulacionista situa-se no encontro entre a acumulação de capital, os gastos e ações do Estado e as relações com o mercado e o sistema financeiro-monetário;
5. **inserção internacional** – aqui se busca capturar as relações internacionais com capacidade de influenciar a dinâmica da economia nacional. São as regras, de lei e de

²⁶³ A exposição das cinco formas institucionais, descritas abaixo, baseia-se em Bruno (2005a), Boyer (2009) e Lipietz (2001).

²⁶⁴ Vale lembrar que essa forma institucional tem enorme destaque na TFR, posto que dela emerge o compromisso salarial fordista que implica na repartição dos ganhos de produto e produtividade com os trabalhadores nos países europeus do pós-

força, que ordenam todas as relações legais do país com o exterior, permitindo perceber que esta é resultado da interação entre fatores internos (como os grupos sociais em disputa) e fatores externos, sejam eles de origem monetário-financeiro ou produtivo, potencializados pelo poder das nações hegemônicas.

Para esta tese, no entanto, o maior valor oferecido pelas definições de categorias intermediárias apresentadas pela TRF está nas importantes pistas que fornece, primeiro em relação ao tratamento de conceitos com diferentes níveis de abstração e, segundo, na delimitação de um campo de preocupação razoável para construir um quadro, mesmo que esquemático, sobre a dinâmica econômica e social de cada país. De outro modo, ao observar um país como Brasil, tendo como objetivo formular um pano de fundo capaz de auxiliar a pesquisa de algum tema especializado de economia aplicada, é possível também dividir a aproximação do objeto em três fases: uma conceitualmente mais abstrata, outra intermediária capaz de particularizar as interações e dinâmica social do país e, por fim, uma categoria que seja testável ao nível das estatísticas.

De modo mais detalhado, sendo o Brasil um país capitalista, é possível, ao menos entre os economistas heterodoxos, partir de uma base conceitual de tipo marxista, como modo de produção²⁶⁵, ou keynesiano, como economia monetária da produção²⁶⁶. Mesmo reconhecendo que os níveis de abstração são bastante diferentes no tratamento que esses autores propõem ao tema, é possível de ambas extrair um mínimo norteador da dinâmica de uma sociedade capitalista²⁶⁷. Por exemplo, é admissível afirmar que nesta ordem social há um pequeno grupo de pessoas que detém e concentram a posse dos meios de produção e outro, a esmagadora maioria, que não. Esses dois grupos interagem, com o primeiro comprando horas de trabalho do segundo grupo e colocando-o para trabalhar nos meios de produção de sua propriedade. Dessa relação surge a propriedade sobre a produção, o salário e o lucro. Além disso, dentro dessa ordem social, a inescapável necessidade do segundo grupo vender sua força de trabalho para ter acesso aos bens de consumo de que necessita, cria uma importante assimetria de poder entre os agentes do ponto de vista

guerra. Para isso, ver AGLIETTA, Michel. *Regulación y Crisis Del Capitalismo. La experiencia de los Estados Unidos*. 3a. ed. Mexico.D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

²⁶⁵ Para uma possível definição, ver MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política; Salários, Preços e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes (a economia vulgar)*. 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Mais precisamente, o Prefácio (de *Para a Crítica...*), página 25. Para uma discussão sobre o conceito, ver Bottomore (1988).

²⁶⁶ Para uma discussão sobre o conceito e suas implicações, ver a tese de FERREIRA, Adriana. *Teoria Macroeconômica e Fundamentos Microeconômicos*. Campinas: IE/Unicamp, 2003 (Tese de Doutorado).

²⁶⁷ Um esforço muitíssimo interessante de trabalhar esses dois autores juntos foi realizada por Possas (1987a, 1987b, 1989), publicada em três volumes, mas correspondente a sua tese de doutorado.

econômico (Marx, 1986). A posse dos meios de produção engendra também uma assimetria de poder político. Nesse sentido, as principais decisões não estão nas mãos dos grupos trabalhadores, mas, sim, dos detentores do capital (Keynes, 1992 e Marx, 1986). Outro ponto importante é a afirmação de que a produção não existe para satisfazer as necessidades da sociedade, mas como veículo que permite a acumulação de capital, fim máximo dessa organização (Keynes, 1992 e Marx, 1986). As empresas não são entidades autônomas, politicamente isentas e tecnicamente puras. São organismos dessa sociedade absolutamente envolvidos com as lutas sociais do dia-a-dia, inclusive porque respondem aos interesses dos seus proprietários e altos administradores (Cardoso, 1964)²⁶⁸. O setor financeiro é muito poderoso e também está longe de ser isento. Seus movimentos seguem a lógica de buscar a acumulação de capital quase que acima de tudo (Hilferding, 1985). Nesse ambiente, o Estado, organismo máximo da ordem social e do poder dentro de um território, reflete a interação dos grupos sociais em função da força de cada um (Lebrun, 2004)²⁶⁹.

Observe-se, apenas de passagem, que as generalizações acima não são as mesmas da teoria regulacionista e, menos ainda, são fiéis aos autores marxistas. O que está em jogo, aqui, é partir de uma visão que exponha algumas características e os movimentos comuns a qualquer sociedade capitalista plenamente instalada para aí, sim, poder descer para as categorias intermediárias. Após esse passo, torna-se realizável identificar o Brasil através das categorias intermediárias, especificando história e características, de modo a formar o ambicionado quadro geral que auxilie o pesquisador em seus estudos especializados. Logo, a questão exige esclarecimento: como fazê-lo?

Essas categorias intermediárias são, na verdade, o início da pesquisa que pretende efetuar o cientista. Por quê? Simples. Trata-se de uma sociedade capitalista plenamente constituída e, portanto, há relativo acordo sobre suas características mais gerais, marcadamente sobre a acumulação de capital ser o motor da dinâmica econômica. Logo, é desse patamar que se deve partir. Todavia, desse ponto em diante, passa a ser necessária uma observação mais acurada da realidade do país, pois:

1. o Brasil é uma sociedade periférica dentro do sistema capitalista mundial. Assim, para compreendê-lo ou perceber os movimentos de suas partes é necessário observá-lo

²⁶⁸ Para uma boa discussão sobre o tema, ver os capítulos iniciais de Cardoso (1964).

- particularmente, pois, mesmo capitalista, possui características, predisposição e dinâmica própria da sua posição periférica;
2. a história da inserção do Brasil no circuito econômico mundial fez dele uma sociedade com grupos sociais dominantes específicos, com características e interesses peculiares e singular concentração de poder e riqueza;
 3. as relações que se estabeleceram entre os países do centro e os grupos dominantes locais no período de industrialização da economia foram fortemente influenciados pela ação do Estado, criando um colorido produtivo, regional e social difícil (se não impossível) de ser recriado;
 4. O Estado brasileiro também não se forma nos moldes da história vivida pelas nações ricas. Aqui, a relação colonial, a formação do país, os grupos elitizados de interesse e a condição social da massa formaram uma ordem política cujo Estado, em particular, tem uma configuração de alianças legitimadoras incomuns, uma instabilidade de governo só compreensível a partir da própria história e uma ação econômica ao mesmo tempo ostensiva e limitada a áreas determinadas;
 5. o conjunto dessas e outras características cria condicionamentos e regularidades dentro da economia brasileira que impactam fortemente cada fenômeno específico dessa mesma economia. Isto é, a ordem social e sua dinâmica delimitam o escopo das oportunidades que as diferentes atividades econômicas têm de nascer e florescer. Do mesmo modo, desenham o leito dentro do qual instituições fundamentais, como por exemplo, a moeda, desempenham seu papel social.

Em resumo, dado que o Brasil é um país capitalista, para bem observá-lo é fundamental olhá-lo de perto e reconhecer suas idiossincrasias. Só assim será possível realizar estudos específicos, pois, do contrário, o mais provável é continuar aplicando modelos interpretativos oriundos dos países centrais e não perceber diversos porquês dos fenômenos ou, ainda, reputar como falhas diferentes instituições que, na verdade, são altamente funcionais, dadas as suas interações com outras esferas da vida social.

Mas como fazer isso? É sobre essa pergunta que se debruça a próxima seção.

²⁶⁹ Para as definições de *poder*, *dominação* e *força*, ver Lebrun (2004) e capítulo 1 desta tese.

4.4. A dependência como abordagem: uma sugestão esquemática de interpretação

Observar os países e suas diferentes origens e evoluções históricas permite perceber que nações periféricas pobres ou intermediárias, como o Brasil, construíram ordens internas muito diferentes ao redor do mundo. Nesse sentido, comparações de PIB *per capita* ou mesmo de índices mais complexos como IDH e outros não são capazes de oferecer mais do que uma sinalização da posição comparativa do país em relação aos seus pares e principalmente não revelam o quanto, apesar de períodos de rápido crescimento econômico e até de desenvolvimento, sua dinâmica e ordem interna são influenciados desde fora e sua população, mantida sob relativa opressão, não desfruta dos avanços e da homogeneização dos padrões de consumo do capitalismo avançado. Em outras palavras, não são capazes de explicar muita coisa. No máximo permitem uma correlação de variáveis abstratas.

É interessante superar, portanto, o viés economicista das análises que a petulantemente ciência econômica faz todos os dias²⁷⁰. Ao mesmo tempo, o curto prazoismo e a conjuntura como único foco já apresentam, hoje, rachaduras em sua hegemonia²⁷¹.

O debate nos terríveis anos 1980 mostrou, no entanto, que para alguns economistas, felizmente, o desenvolvimento, as transformações sociais e o longo prazo nunca deixaram a linha de frente das preocupações. Veja-se o exemplo de Monica Baer ao analisar a crise da economia e do Estado brasileiro na chamada “década perdida”:

“Na discussão em torno da crise econômica brasileira as atenções estiveram voltadas basicamente para os problemas de curto prazo, e estes foram tratados como totalmente independentes dos problemas de longo prazo. Na nossa opinião, esta independência não só inexistiu, como os problemas de curto prazo são fortemente determinados pelos problemas estruturais.” (Baer, 1993: 24)

O olhar da professora reforça a fundamental tese de Keynes e pós-keynesianos de que o tempo não é reversível e, portanto, o futuro não é uma sequência de curtos prazos que se

²⁷⁰ O debate entre a hoje arrogante ciência econômica e a economia política é intenso e não se esgota em pontos específicos das teorias. O posicionamento frente a essa discussão mereceria uma outra tese e por isso mesmo não será assunto tratado aqui. Para um bom e curto comentário sobre esse debate, ver verbete *economia política* em Bottomore (1988).

²⁷¹ Talvez o fato mais recente e fruto do acúmulo dos últimos anos seja a criação da Rede Desenvolvimentista. O grupo congrega economistas brasileiros heterodoxos com claras e algumas famosas trajetórias de debate, questionamento e esclarecimento do processo de desenvolvimento do país. Nas discussões desse grupo notável, o longo prazo e os processos de transformação social são o tema principal e deve multiplicar-se com o espalhamento que a Rede Desenvolvimentista pretende dar à sua atuação.

encaixam como blocos de um brinquedo de montar (Ferreira, 2003 e Carvalho, 2003). O tempo não é um Lego[®]. Mais do que isso: as estruturas de longo prazo, que se movem muito lentamente, são as que condicionam, delimitam e dão o leito por onde corre as ações de curto prazo. Nesse sentido, Baer (1993) está correta em afirmar que “*os problemas de curto prazo são fortemente determinados pelos problemas estruturais*”. Ou seja, se há obstáculos que emperram o desenvolvimento do Brasil, estes pouco devem a dificuldades de curto prazo. Na verdade, ocorre que frente a uma realidade cujas instituições, grupos e interesses têm longa vida no tempo e nasceram de lutas sociais travadas no passado, o espaço concreto para ação de qualquer ator social é, naturalmente, o curto prazo. Assim, fica claro que as chamadas crises normalmente respondem por limites de uma organização — ou *modo de regulação*, segundo a Teoria Francesa da Regulação (TFR) — que já não é adequada à atividade e aprendizado dos agentes (Bruno, 2005a). Se o contínuo movimento de curto prazo põe em cheque e exige mudanças nas estruturas sociais que definem a face do cotidiano, aí, sim, o horizonte de longo prazo se altera.

Logo, se se quer estudar, não a sociedade em termos amplos, mas algum objeto especializado de pesquisa, como câmbio, contas do governo, inovação na indústria, emprego e desemprego, distribuição de renda, etc., é necessário ter consciência de que a realidade do seu objeto é uma realidade condicionada pelo ambiente social. Ou seja, sua dinâmica e movimentações estão limitadas, por exemplo, pelo tipo de organização do mercado em que se realiza sua troca, pelo grau de intervenção do Estado, pela internacionalização dos agentes envolvidos, pela força política dos interesses envolvidos, enfim. E tudo isso é definido por estruturas sociais de longo prazo, fruto de processos e disputas sociais levadas a cabo no passado e que deram forma ao que hoje é visto como realidade.

Captar esse ambiente, antes de iniciar uma pesquisa especializada sobre uma questão pontual, é o problema, então, que se coloca agora. Não se trata de um ambiente qualquer, mas um onde a vida concreta está imersa em um país periférico que sofre com grau elevado de dependência. Apreender isto não é fácil. Como assimilar mentalmente tal complexidade, mesmo que em grossas linhas, e perceber a realidade que envolve, condiciona e dá significado ao objeto especializado sobre o qual a pesquisa quer responder algo? Como perceber as interações, limitações e até impulsos que esse ambiente dependente tem sobre o objeto e as variáveis

econômicas que o envolvem? Enfim, como desenhar um quadro que licencie análises sobre a dinâmica social dependente e que termina por influenciar o objeto de pesquisa?

A discussão, ao aproveitar pontos específicos do método de aproximação do objeto sugerido pela TFR (Bruno, 2005a), propõe elaborar um quadro que possibilite formular análises essenciais, a partir de perguntas básicas sobre a história do país, características persistentes, temas contemporâneos e implicações de tudo isso sobre o objeto especializado onde o pesquisador pretende focar seus esforços. O objetivo é ajudá-lo a guiar a pesquisa em estágio inicial para que sempre parta de uma visão global e mais concreta possível do conjunto social.

A proposta não é nova. Como já assinalado nas seções prévias, para que a fragmentação da realidade não esconda interações, condicionamentos, dinâmicas e, principalmente, resgate a realidade que a situação de dependência do país produz e reproduz, é preciso, antes de debruçar-se exclusivamente sobre a economia e suas partes, fazer algumas perguntas fundamentais que desenhem, da melhor maneira possível, o todo onde está imerso o objeto focal de estudo. A intenção é tornar claros os papéis dos grupos sociais mais importantes e criar, ainda que de maneira esquemática, um instrumento que permita sempre compor um pano de fundo próximo da realidade. Assim, a partir dele, o contexto desenhado facilitará observar a interferência que a dinâmica da economia brasileira tem sobre o objeto especializado de pesquisa. Deste modo, ficará evidente que mesmo temas de conjuntura estão subordinados a um conjunto de relações sociais que definem os papéis de cada grupo e formata as instituições que dão regularidade ao cotidiano social.

Para tanto, *é aqui que a idéia de dependência volta a ser útil e merece ser resgatada*. Sua abordagem original mais promissora não se colocou como um corpo com lógica conceitual interna, definições formais e resultados exatos. O motivo era incontornável: se o fizesse,

“(...) modificava-se o campo teórico do seu estudo: em vez de fazer uma análise dialética de processos históricos e de conceber-se esses últimos como resultado da luta entre classes e grupos que definem seus interesses e valores no processo de expansão de um modo de produção, formaliza-se a história e retira-se a contribuição específica que as análises da dependência podem dar metodologicamente (como a idéia de contradição) e reduzem-se a ambigüidade, as contradições e as rupturas mais ou menos abruptas do real a ‘dimensões’ operacionalizáveis que, por definição, são unívocas, mas estáticas.” (Cardoso, 1993b: 137)

O que se propôs, ainda segundo o autor, foi uma *análise de situações concretas de dependência*. Isto é, dadas as grandes leis de movimento do capitalismo e a problemática do

capital financeiro e do imperialismo, o estudo deveria compreender, por meio de pesquisa dos casos, como as sociedades se organizam, lutam e se movem, dado o quadro internacional em que se inserem e a acumulação de forças que cada grupo interno conseguiu desde o passado²⁷².

É claro, porém, que o problema original não foi superado. *A abordagem da dependência a partir da dominação de classe* não se constitui numa teoria e, sendo assim, não chega a elaborar hipóteses ou possuir ferramental utilizável em análises diversas da realidade do subcontinente²⁷³. O problema é difícil e talvez insuperável. O que se propõe nessa tese não é, por isso mesmo, criar algo original que dê novo significado ao termo “teoria da dependência” ou explicitar uma satisfatória inovação para a problemática do desenvolvimento brasileiro. Como já afirmado, o objetivo é apenas resgatar a importante idéia de dependência e apresentar uma possibilidade de voltar a aproveitá-la nos estudos econômicos aplicados de corte heterodoxo.

De outro modo, a proposta que se esboça aqui de maneira esquemática e sem qualquer pretensão de criar algo novo, não definirá um método ou dará cabo de uma crítica profunda. O que se quer é apenas propor uma tentativa de avançar sobre um problema identificado e subir em ombros de gigantes para tentar enxergar apenas mais uns metros à frente.

E como fazer isso? É possível atuar da seguinte forma:

1. a TFR oferece direcionamentos que ajudam a captar a complexidade do real, possibilitando estabelecer algumas regularidades sociais. Para isso, é necessário partir dos diferentes níveis de abstração dos conceitos, no caso dessa tese, focando as formas institucionais. Estas precisam ser identificadas e uma hierarquia de perguntas básicas, que comecem mapeando o ambiente social geral, ajudam nessa tarefa;
2. mapeado, mesmo que em grossas linhas, o ambiente social de um país periférico e com elevado grau de dependência, a hierarquia de perguntas básicas precisa descer de nível e buscar atinar a forma como a dinâmica específica dessa sociedade dependente influencia o tema especializado a ser pesquisado.

Em resumo, as perguntas devem captar a dependência, mesmo que em grossas linhas, e sua consequência para a sociedade, para o ambiente social geral e, por fim, para o objeto a ser estudado.

²⁷² É importante lembrar que, como discutido na seção 3.3, a abordagem da dependência não conseguiu unificar-se sob uma teoria e quem tentou torná-la assim sofreu os julgamentos já discutidos.

²⁷³ Ver capítulo 3, seções 3.2.3 e 3.3.

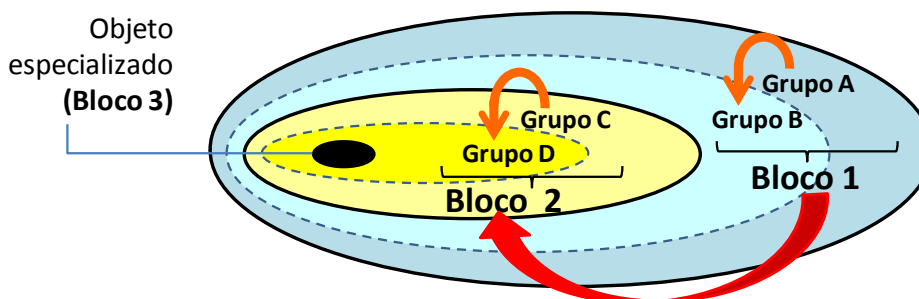
É necessário, aqui, ser mais específico. É possível dividir os passos dessa estratégia de aproximação do objeto especializado em três blocos. No primeiro deles (*Bloco 1*), o conteúdo das perguntas é geral e se refere à formação do país e sobre como essa história política, econômica e social condiciona a dinâmica econômica hoje. Deste modo, o *Bloco 1* subdivide-se em dois grupos de questões. No *Grupo A*, as indagações devem resgatar fenômenos e processos passados que conformaram uma trajetória periférica dentro do sistema capitalista mundial e que expõe a construção da condição dependente do país. Já o *Grupo B* deve buscar esclarecer como esses fenômenos e processos históricos geraram regularidades na vida social, marcadamente na econômica, capazes de condicionar os poderes, as escolhas e ações dos diferentes grupos sociais. Será aqui que provavelmente será revelada a dependência e seu grau na macrodinâmica do país.

Alcançado o objetivo de Bloco 1, o *Bloco 2* parte dessa identificação da trajetória histórica do Brasil para, primeiro, localizar onde, na complexidade social, está situado o objeto especializado de pesquisa e, em seguida, identificar as influências que este sofre por estar inserido em uma sociedade como a brasileira. Para tanto, também o Bloco 2 também se decompõe em dois novos grupos. O *Grupo C* serve para localizar o objeto especializado de estudo dentro da dinâmica social e mais precisamente na macrodinâmica da economia nacional. Por sua vez, no *Grupo D*, as perguntas precisam mapear, mesmo que não exaustivamente, como essa localização do objeto dentro da vida social e da dinâmica macroeconômica impacta, condiciona e delimita o leito do rio por onde podem fluir os movimentos do objeto no dia-a-dia.

Por fim, o Bloco 3 caracteriza-se por iniciar a pesquisa de fato do tema especializado. Agora, superado o esclarecimento e desenhado o pano de fundo, inicia-se a pesquisa que era foco, desde o início, do cientista. A partir daqui, munido do conhecimento geral construído por ele mesmo a cerca da realidade e da inserção do seu objeto nesse cotidiano, o pesquisador definirá seu método de investigação, tendo como ponto de partida aquilo o que o próprio descobriu através das perguntas dos Blocos 1 e 2. Em outras palavras, de posse das condições e do “leito de rio” por onde navega seu tema especializado, o pesquisador tem agora como recusar modelos inespecíficos que uniformizam (a força) as particularidades do país e aqueles que não correspondem à dinâmica — agora identificada — da nação ou da atividade econômica dentro da qual o objeto de estudo se encaixa.

Toda essa estratégia pode ser representada por meio do diagrama abaixo.

Figura 4.2 – Diagrama de aproximação do objeto

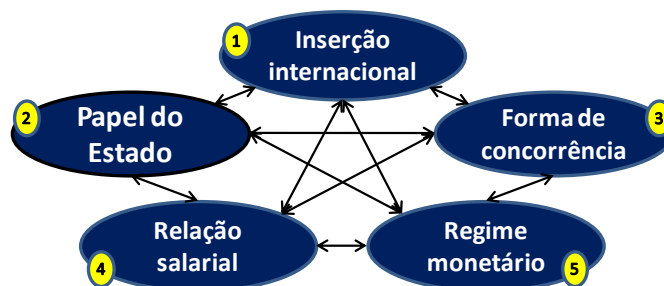


Fonte: elaboração própria.

E como realizar concretamente essa aproximação do objeto? Como construir os Bloco 1, 2 e 3 e suas perguntas? Para a construção do Bloco 1 é interessante retomar a segmentação das formas institucionais propostas pela TFR²⁷⁴. Nelas identificam-se cinco conjuntos de relações que conformam a face de uma determinada sociedade dentro de um período de tempo específico, dando-lhe regularidade (Boyer, 2009). São elas: *inserção internacional*, *papel do Estado*, *forma de concorrência*, *relação salarial* e *regime monetário*.

Essas cinco formas institucionais interagem entre si e há uma hierarquia entre elas, de acordo com a especificidade da sociedade pesquisada (Bruno, 2005a). O interessante é que cada uma delas, ao compor um conjunto de instituições, regras e costumes de uma parte da vida social, quando juntas e em interação estável, isto é, capaz de reproduzir-se no tempo, formam o *modo de regulação* daquela sociedade naquele período. Isto é, estabelecem o funcionamento da dinâmica social e principalmente da macrodinâmica daquela economia.

Figura 4.3 – Formas institucionais segundo a Teoria Francesa da Regulação



Fonte: Boyer (2009).

²⁷⁴ Ver seção 4.3, deste capítulo.

Por isso, observá-las pode ser um bom começo para iniciar a formulação das perguntas que devem auxiliar na construção do quadro que tentativamente busca reproduzir o ambiente onde se insere o objeto especializado. Diferentemente dos regulacionistas, porém, o objetivo aqui não é estudar a sociedade brasileira dando conta da existência de uma especificidade e analisá-la. O que se quer é, partindo das referências metodológicas que a TFR apontou (Bruno, 2005b), fazer perguntas básicas que revelem os traços mais característicos do conjunto de relações agrupados em cada uma das cinco formas institucionais.

No caso da *inserção internacional*, por exemplo, as questões básicas e necessárias que formam o Grupo A do Bloco 1 são listadas a seguir:

1. O país tem passado colonial longo?
2. A produção de bens primários para exportação foi determinante para a história do país?
3. o país industrializou-se tardiamente (século XX). O capital estrangeiro foi importante?
4. em termos diplomáticos, o Brasil foi importante em alguma negociação de âmbito mundial?

Assim, as respostas do Grupo A para a *inserção internacional* são:

Questão	Resposta
1	Sim
2	Sim
3	Sim
4	Não

Já para o *papel do Estado*, é preciso perguntar:

1. o Estado tinha muita importância na economia antiga (período cafeeiro) do país? Isto é, a manutenção da economia do café dependia do apoio do Estado?
2. a industrialização do país precisou do apoio e de ações do Estado?
3. é possível afirmar que o Estado brasileiro durante o período de industrialização empenhou-se significativamente na busca de crescimento econômico?
4. houve ruptura (revolução) na transição do poder da economia antiga e seus donos para a economia industrial e seus empresários?

5. o Estado impôs, em algum momento, perdas importantes a determinada fração da elite, a ponto dos seus componentes não recuperarem seu *status* econômico ou de poder?
6. houve estabilidade democrática no século XX?
7. as rupturas da legalidade do processo político e os golpes tiveram origem popular no século XX? Ou foram comandados por grupos pertencentes às elites?
8. qual o peso da população pobre e trabalhadores de baixa qualificação nas decisões do Estado até antes da Constituição Federal de 1988?
9. o Estado realizou algum programa profundo de reforma agrária?
10. houve alguma reforma fiscal progressiva importante no país?

Logo, as respostas do Grupo A para o *papel do Estado* são:

Questão	Resposta
1	Sim
2	Sim
3	Sim
4	Não
5	Não
6	Não
7	Não. Elites.
8	Pequena
9	Não
10	Não

A ***forma de concorrência*** precisa ser observada e as perguntas são:

1. o capital estrangeiro ocupou lugar muito importante na formação da economia antiga (café)?
2. e na atual (indústria)? O capital estrangeiro é muito importante?
3. o país industrializou-se e deu os passos em direção a uma estrutura produtiva complexa subordinando radicalmente a economia antiga?
4. a estrutura produtiva alcançou patamares tecnológicos elevados tendo domínio sobre a trajetória tecnológica que seguia?

5. a tecnologia utilizada nos setores mais importantes do país, hoje, veio e continua vindo de fora?
6. as grandes empresas estrangeiras dominam os setores mais importantes da economia do país?
7. as grandes empresas que atuam no Brasil são em sua maior parte de capital nacional?
8. os grandes capitais nacionais são também competidores mundiais?
9. a concentração regional durante a industrialização do país implicou em concentração de renda, poder e tecnologia em determinadas regiões?

Deste modo, as respostas do Grupo A para a *forma de concorrência* são:

Questão	Resposta
1	Sim
2	Sim
3	Não
4	Não
5	Sim
6	Sim
7	Não
8	Não
9	Sim

A **relação salarial**, fundamental aos regulacionistas, também precisa ser identificada aqui:

1. a história foi marcada por longo período escravista?
2. a história social foi marcada por forte desigualdade de renda?
3. o consumo de bens duráveis ou sofisticados foi massificado no país na década de cinquenta ou posteriores?
4. a massa trabalhadora urbana pouco qualificada teve origem até recentemente na população migrante que buscava nas cidades grandes melhores oportunidades?
5. houve liberdade sindical antes da Constituição Federal de 1988?
6. havia, no século XX, repressão aos movimentos dos trabalhadores por parte do Estado?

7. predominou (mais de 70%), depois da industrialização, relações legais (carteira assinada) de contratação e trabalho no Brasil?
8. surgiram programas públicos de distribuição secundária da renda que impactaram o índice de Gini do país?
9. se comparado aos países ricos, o Estado brasileiro é um grande empregador?

Por isso, as respostas do Grupo A para a *relação salarial* são:

Questão	Resposta
1	Sim
2	Sim
3	Não
4	Sim
5	Não
6	Sim
7	Não
8	Não
9	Não

Por fim, o *regime monetário* deve ser reconhecido e revelado em suas relações com as demais formas institucionais. Para isso, ajuda esclarecer as questões abaixo:

1. a moeda brasileira teve algum relevo entre as moedas internacionais no século XX?
2. o país teve três ou mais denominações monetárias ao longo do século XX?
3. a inflação atormentou o país em todo século passado?
4. sendo a moeda um fundamento social básico de uma sociedade capitalista, o Estado conseguiu, quando necessário, impor perdas a algum grupo social²⁷⁵? Alguma vez a elite perdeu mais do que outros grupos?
5. o setor bancário brasileiro é oligopolizado?
6. o setor bancário nacional seria forte hoje sem o apoio do Estado no passado?
7. o setor bancário que atua no Brasil cumpre o papel de financiar investimentos produtivos de longo prazo?

²⁷⁵ Trata-se de uma necessidade irrecorrível no combate a processos de alta inflação.

8. havia ou há um mercado de capitais importante no país?
9. a necessidade de reservas internacionais já foi obstáculo ao crescimento ou ameaça a estabilidade da economia do país?
10. o preço do câmbio é importante a ponto de interferir na dinâmica interna da economia brasileira?
11. a forma de o Brasil conseguir as divisas de que necessita mudou ao longo do século XX e também no início do XXI?

Portanto, as respostas do Grupo A para o *regime monetário* são:

Questão	Resposta
1	Não
2	Sim
3	Sim
4	Em parte. Não.
5	Sim
6	Não
7	Não
8	Não
9	Sim
10	Sim
11	Mudou vigorosamente

Então, no **Grupo B**, as perguntas para *inserção internacional* devem ser:

- a. a economia do país sofre fortemente com os ciclos econômicos oriundos do exterior?

Resposta: *sim*;

- b. o país, em termos de poder político, econômico e militar mundial, foi fraco ao longo do século XX?

Resposta: *sim*;

- c. a economia brasileira despontou no comércio internacional do século XX com produtos que não fossem *commodities* ou bens de baixa tecnologia?

Resposta: *não*;

2. Logo, o **Grupo B** deve conter as seguintes perguntas para o **papel de Estado**:

a. o Estado brasileiro tem grande poder sobre os caminhos da economia nacional?

Resposta: *sim*;

b. os grupos dominantes brasileiros são uma mescla de herdeiros da economia antiga e empresários modernos?

Resposta: *sim*;

c. se as rupturas legais não são populares, elas podem ser consideradas disputas entre elites?

Resposta: *sim*;

d. os grupos dominantes brasileiros têm grande influência sobre o Estado em oposição à fraqueza política da população pobre?

Resposta: *sim*;

e. a ausência de reformas agrária e fiscal reflete o poder dos grupos mais abastados?

Resposta: *sim*;

3. Agora, para o **Grupo B**, é preciso saber da **forma de concorrência**:

a. o progresso tecnológico do país depende do investimento estrangeiro ou é condicionado por ele?

Resposta: *sim*;

b. as grandes empresas estrangeiras são as maiores, estão nos setores mais importantes da economia e trazem a tecnologia, logo elas são responsáveis por grande parte do dinamismo do capitalismo brasileiro?

Resposta: *sim*;

c. as empresas nacionais normalmente respondem ao dinamismo criado pelo capital estrangeiro e pelas ações do Estado?

Resposta: *sim*;

4. Diante das respostas, o **Grupo B** necessita esclarecer para **relação salarial**:

a. a subordinação da mão-de-obra e a precariedade da organização dos trabalhadores é fruto da ação do Estado e da migração campo cidade?

Resposta: *sim*;

- b. as relações de trabalho informais, marcadas pela ausência de legalidade (carteira assinada), expõe o trabalhador de baixa qualificação a maior exploração?

Resposta: *sim*;

- c. as condições de vida no campo, marcadas pela economia antiga, não alcançaram melhorias até a Constituição Federal de 1988 e as intervenções redistributivas do Estado não foram significativas naquele período?

Resposta: *sim*;

- c. a regionalização da industrialização do país implica em concentração dos fluxos econômicos em determinadas regiões?

Resposta: *sim*;

- d. a mão-de-obra migrante, ao deparar-se com a tecnologia dos centros industrializados, não tem qualificação. É possível afirmar que o mercado de trabalho brasileiro apresenta incompatibilidade entre oferta e demanda?

Resposta: *não exatamente. Há essa distância, entre qualificação e melhores postos, mas mesmo com treinamento não haveria emprego para todos. O caminho de enormes contingentes é, portanto, a informalidade.*

- e. o Estado brasileiro não sendo um grande empregador em termos comparativos e sem programas redistributivos importantes (até a Constituição Federal de 1988) tem poder para influenciar o mercado de trabalho para além da fiscalização e do estímulo macroeconômico geral?

Resposta: *não*;

5. Por fim, o **Grupo B** não pode deixar passar no **regime monetário**:

- a. sendo a inflação um conflito distributivo, este problema que acompanhou o país no século XX não foi debelado por que era preciso o Estado impor perdas a alguma parcela da elite?

Resposta: *sim*;

- b. a moeda nacional é fraca, refletindo a fraqueza econômica relativa do país no cenário internacional?

Resposta: *sim*;

- c. o Estado pouco tenta influenciar a direção dos negócios bancários em favor dos financiamentos de longo prazo?

Resposta: *sim*.

Diante das respostas às perguntas do Grupo B, o Bloco 1 licencia algumas conclusões ou *primeiro desenho do pano de fundo sobre o qual a pesquisa especializada se desenvolverá*:

1. o Brasil tem papel secundário no cenário econômico internacional;
2. as empresas estrangeiras são protagonistas dos setores mais importantes da economia do país;
3. sendo as empresas estrangeiras protagonistas no cenário econômico interno, o capital nacional tem enorme interesse no sucesso das multinacionais em território brasileiro;
4. o Estado responde mais intensamente a ordem de crescimento econômico e dos interesses dos grupos dominantes;
5. o trabalho tem pouco valor no país e a exploração da mão-de-obra aqui atinge níveis perigosos. Apesar disso, a pouca organização dos trabalhadores e a ação, muitas vezes repressora, do Estado mantém a ordem;
6. a ausência de esforços redistributivistas a partir do Estado reforça a crença no poder concentrado nas mãos dos grupos dominantes;
7. a inflação é mais um instrumento de concentração de renda;
8. o setor bancário não auxilia na busca do crescimento econômico, ficando por conta do Estado e do capital estrangeiro puxar as rédeas da economia para frente.

O próximo passo é dar conta do **Bloco 2**. A partir daqui, as perguntas vão se tornando menos gerais e mais especializadas, posto que, como definido anteriormente, nessa etapa a meta é, primeiro, localizar o tema especializado de estudo na complexidade dinâmica da vida social do país e, segundo, perceber a influência que essa dinâmica exerce sobre o objeto de pesquisa. Deste modo, antes de mais nada, é preciso ter claro qual o objeto especializado de estudo sobre o qual a pesquisa pretende debruçar-se. Feito isso, o **Grupo C** deve, no mínimo, perguntar²⁷⁶:

1. quais formas institucionais estão mais fortemente envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

²⁷⁶ Observe que, agora, abandona-se aos poucos a referência à Teoria Francesa da Regulação.

A título de exemplo, o *emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente* será escolhido como tema.

Resposta: *relação salarial, forma de concorrência e papel do Estado.*

2. há uma hierarquia na importância ou influência dessas formas institucionais sobre o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *Sim. No caso brasileiro, a mais impactante é a relação salarial, seguida pelo papel do Estado e, por fim, a forma de concorrência.*

3. qual a fenômeno mais marcante em cada uma das formas institucionais envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *Para a relação salarial é a fraqueza econômica e política dos trabalhadores. Para o tipo de concorrência é o papel de ponta das multinacionais na economia brasileira. Por fim, no papel do Estado é a despreocupação com a distribuição de renda e o foco no crescimento econômico.*

Respondidas estas questões, o **Bloco 2** exige que se dê conta da única questão do **Grupo D**²⁷⁷:

1. como essas formas institucionais relacionam-se de modo a impactar o objeto especializado de pesquisa?

A resposta, contudo, deve possuir algumas características:

- a. ser texto corrido mais longo, com no mínimo 30 e no máximo 50 linhas²⁷⁸;
- b. ser **reflexivo**, **experimental** e ater-se, primeiramente, nas conclusões obtidas com as respostas das perguntas realizadas até agora²⁷⁹;
- c. esforçar-se por relacionar as conclusões extraídas de cada forma institucional de modo a formar um fluxo lógico descrevendo a hierarquia das influências do ambiente complexo sobre o objeto especializado de pesquisa;
- d. formar uma visão abrangente do ambiente onde se insere o objeto especializado de pesquisa.

²⁷⁷ A partir deste momento, a Teoria Francesa da Regulação já não é relevante.

²⁷⁸ Por que não se aceita um conjunto de tópicos como resposta? Devido ao risco que corre o pesquisador de, em momento de pressa ou ansiedade, não refletir adequadamente sobre as respostas que coletou e não perceber as ligações entre elas. Isto é, a necessidade surge da preocupação de evitar o desperdício dos esforços empreendidos pelo cientista nos passos anteriores.

²⁷⁹ Os grifos sobre as palavras *reflexivo* e *experimental* pretendem destacar que o texto necessita de maior análise, meditação e concentração. Além disso, não se deve temer idéias e pistas fornecidas pelas respostas. É um momento em que se deve permitir ousadia e invenção.

Será após a construção desse pequeno texto que o pesquisador terá completado sua tarefa de aproximação do objeto, partindo da complexidade social para chegar ao tema especializado. Agora, possuindo, mesmo que em grossas linhas, uma imagem da dinâmica social, das regularidades que permitem falar em macroeconomia e dos impactos que relacionam esse conjunto ao seu tema foco, o próximo passo é iniciar a pesquisa de fato e dar conta do **Bloco 3**, ou seja, a pesquisa especializada.

Para o tema *emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente*, por exemplo, podem ser citados alguns pontos relevantes — destacados pelas respostas às perguntas realizadas em cada uma das três formas institucionais envolvidas — e que precisam ser relacionados para construir o pano de fundo almejado. São eles:

1. identificou-se a fraqueza dos trabalhadores nos conflitos entre o capital e o trabalho;
2. o protagonismo das empresas estrangeiras na dinâmica econômica do país, vinculando o interesse do capital nacional ao sucesso daquelas em seu processo de acumulação local. Em outras palavras, há visceral aliança de interesses entre capital nacional e capital estrangeiro;
3. o padrão técnico das empresas estrangeiras constrói a trajetória tecnológica do Brasil. Logo, a qualificação da mão-de-obra e o tamanho restrito do mercado de consumo afetam o desempenho do mercado de trabalho;
4. o foco do Estado no crescimento econômico e seu quase desprezo pela distribuição de renda. A repressão à organização dos trabalhadores não permite dizer que estes sejam bem representados no Estado, apesar dos seus componentes serem a amplíssima maioria na população.

Diante deste exercício e de posse do texto reflexivo e experimental, fruto da análise das respostas que obteve, o pesquisador certamente não poderá isolar seu objeto especializado de pesquisa. Ao contrário. Será obrigado a contextualizá-lo e, mais do que isso, o método de pesquisa que escolher estará agora condicionado ao quadro por ele mesmo deduzido a partir dos passos que seguiu.

4.5. Comentários finais

Celso Furtado, em *Dialética do Desenvolvimento* (1964), ao discutir a dialética de Karl Marx, expõe uma grande preocupação do pensamento social quando discute as relações entre as partes e o todo. Claro é que a segmentação da realidade em diferentes esferas não é mais do que uma representação do todo para fins analíticos ou didáticos. A realidade é, na verdade, **una** e não comporta separações. A limitação do homem, de sua razão e de sua capacidade de conhecimento é que obriga a tal segmentação.

Sendo assim, afirma Furtado (1964: 15),

“um sistema somente pode ser identificado através da exata definição de um conjunto de relações que fazem com que suas partes sejam interdependentes.”

De outra forma, não é possível compreender uma realidade como a brasileira sem estudar seu conjunto de relações e a interação entre suas partes. Ou seja, sem ter noção sobre o todo. Seguir o exemplo de Lenin e estudar os casos específicos para entender as dinâmicas próprias de cada país, suas contradições e caminhos de superação parece ser, então, o caminho mais promissor para perceber que na história nada está dado ou é estático (Bruno, 2005a).

Foi exatamente essa preocupação que guiou a construção deste capítulo. Havia a insuficiência das teorias sobre o desenvolvimento apresentadas no período de auge do debate sobre o tema. Essa insuficiência teria aberto o caminho para a chamada *teoria da dependência* que, também por sua vez, mostrou problemas graves e não foi capaz de dar uma explicação aceitável para as questões mais prementes das nações subdesenvolvidas.

No entanto, a idéia de dependência era uma boa promessa e tinha a seu favor o grande mérito de olhar para dentro dos países pobres e sua sociedade. A história atropelou, porém, o debate sobre o desenvolvimento e a conjuntura e o curto prazismo ganharam todo o espaço da discussão econômica.

Hoje, com o Brasil voltando a crescer e olhando o futuro, o tema desenvolvimento retomou seu lugar e está na pauta do dia. Nesse ambiente, os avanços dos autores do passado representam um excelente patamar de onde é possível lançar novos olhares para os processos de transformação social do país. A idéia de dependência, então, mereceu ser repensada e sua preocupação resgatada.

Como fazê-lo, todavia, não se pareceu com nenhuma nova teoria ou reformulação de conceitos consagrados. A proposição, aqui, foi mais simples: ao analisar o todo e sua dinâmica, as relações que surgem mostram as dificuldades de promover o desenvolvimento devido o grau de dependência que sofre o país e é dentro dessa lógica que o objeto de pesquisa especializado está inserido. Em outras palavras, é dentro dessa realidade periférica e dependente que o tema central escolhido pelo cientista está e, portanto, é por ela que está condicionado e mesmo limitado em seus movimentos.

O modo proposto para tratar essa problemática foi sugerir blocos de perguntas capazes de ir clareando a realidade, permitindo desenhar um pano de fundo sobre o qual o drama de qualquer esfera da vida social, marcadamente a econômica, se move. Tal maneira de trabalhar a idéia da dependência permitiu fugir à crítica que acusa a abordagem de ser tautológica e fazer o próprio pesquisador descobrir as estruturas sociais que estabelecem a dinâmica das relações de dependência. Agora, não mais leis de níveis abstratos muito altos seriam aplicadas para explicar casos específicos, evitando o distanciamento entre o concreto vivido pelos países e o pensamento teórico. A própria historicidade da abordagem, aí sim, estaria garantida posto que, as perguntas básicas, ao serem respondidas, impediriam que a fragmentação da realidade escondesse processos, interações e determinações sociais muito lógicas se vistas a partir de uma compreensão mínima do todo.

Essa maneira de trabalhar a dependência nos países latino-americanos também contornaria a válida crítica de Sanjaya Lall (1975) que questiona a existência de uma linha divisória entre países dependentes e não-dependentes. Para ele, não é razoável colocar nações em um lado ou outro lado de uma linha que separaria os que sofrem e os que não sofrem as consequências de uma posição subordinada na geopolítica mundial, devido ao interesse dos grupos sociais dominantes internos que lutam pela manutenção da ordem interna que lhes garante o *status* dominante.

Assim, tratar a problemática da dependência, vinculando-a aos passos iniciais de qualquer pesquisa econômica especializada, tenta impedir que uma postura equivocada deságue no isolamento teórico, perda de influência e mesmo o descarte científico de uma ótima idéia.

Mas esse processo de abordagem realmente funcionará? Terá ele algum valor de fato ao ser aplicado nos instantes iniciais de qualquer pesquisa econômica especializada?

Esta é a pergunta que guia o próximo capítulo. Nele será aplicada abordagem sugerida e apontado seus resultados. O esforço de agora em diante será, portanto, para testar o que foi proposto.

A DEPENDÊNCIA COMO ABORDAGEM: uma tentativa de aplicação

“Um sistema somente pode ser identificado através de uma exata definição do conjunto de relações que fazem com que suas partes sejam interdependentes.”

Celso Furtado. *Dialética do Desenvolvimento*, 1964

“Individuos que producen en sociedad y, por tanto, producción socialmente determinada de los individuos [es lo que] constituye, naturalmente, el punto de partida.”

Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política*, 1857-58

Avançar sobre a problemática economia recente do Brasil exige clareza de conceitos e nenhuma condescendência em relação a pressupostos vagos ou implícitos. Este capítulo pretende aplicar a proposta feita no capítulo anterior e avaliar sua coerência e utilidade, marcadamente para os economistas heterodoxos. Para isso, está dividido em quatro partes. Na introdução coloca-se o problema a ser avaliado. Na seção seguinte, inicia-se a aplicação da proposta de tratar a dependência como abordagem. Na terceira, avaliam-se os resultados obtidos e afirma a necessidade de se avançar sobre ele. Por fim, nas considerações finais, faz-se um balanço da proposta e dos resultados obtidos.

5.1. Introdução

Ao iniciar uma análise sobre a economia brasileira, os economistas geralmente defrontam-se com um sério problema: de um lado, a visão de um país que a primeira vista parece desconexo, confuso, com poderes modernos e arcaicos convivendo no dia a dia e disputando e harmonizando interesses e projetos. De outro lado, a teoria econômica disponível, formulada quase inteiramente sobre a realidade dos países desenvolvidos e de difícil adaptação para o cotidiano das nações da periferia do capitalismo: a maioria pobre e sofrendo com elevados graus de dependência. Para lidar com a disparidade, alguns pesquisadores adotam a lamentável postura de considerar patológico toda a diferença entre o que se vê aqui e o que deveria ser segundo a teoria *mainstream* que eles – estranhamente – consideram ser a descrição dos países ricos. Nesse grupo estão os neoclássicos em geral que partilham formas mais ou menos modernas da teoria tradicional.

Mesmo diferentes, os economistas contrários ao pensamento dominante também se veem perturbados. Sabem que não é possível nem viável do ponto de vista teórico ignorar a realidade, mas descobrem-se mal aparelhados para lidar com a falsa impressão de confusão dos países como os da América Latina. Suas melhores soluções aparecem quando usam o ferramental econômico heterodoxo e apoiam-se na história para realizar análises e emitir conclusões.

Todavia, seu caminho ainda que bem escolhido, ainda não responde a contento boa parte das perguntas formuladas todos os dias sobre o movimento, os fenômenos e o desenvolvimento dos países periféricos e dependentes e de seus povos. Normalmente, fundem-se instrumentos poderosos de curto prazo, como as teorias keynesiana e kaleckiana, com modelos de crescimento, como o formulado por Kaldor, e elementos de história econômica. Apesar disso, não alcançam construir um instrumento replicável ou ao menos passos reproduzíveis para se aproximar de temas e encarar as mazelas e conflitos vividos em outros países e regiões não desenvolvidas.

Parte daquela aparente confusão nasce de algo já captado nos capítulos anteriores e precisa ser recuperado para avançar no debate sobre o desenvolvimento do Brasil: cada país subdesenvolvido construiu dinâmicas específicas em direção ao desenvolvimento de modo que não se tem uma forma canônica para todos²⁸⁰. Em outras palavras, não há um modelo de

²⁸⁰ Palma (1978: 904. Grifo do autor), nessa direção, afirma que “(...) we should recall that the whole of Lenin’s analysis of the development of capitalism in Russia was a detailed study of the specific ways in which capitalism there temporarily overcome its contradictions, and that he criticized Narodniks for transforming those contradictions into a proof that capitalism was impossible in Russia, and for failing to understand that the same contradictions were the very ones which were basic to capitalist development, and which took specific forms in Russia.”

(sub)desenvolvimento latino-americano capaz de responder a história vivida nas diferentes nações. Há formas específicas de arranjo social dentro do capitalismo em cada uma e, naturalmente, dinâmicas, atores, contradições, possibilidades e movimentos que resultam em processos de (sub)desenvolvimento também específicos²⁸¹.

Compreender porque um e não outro caminho foi tomado implica em perceber quais forças sociais estavam constituídas, quem exercia dominação, qual seu poder e quais condições materiais de produção e relações de produção estavam estabelecidas. É exatamente sob esse entendimento que o interesse pela idéia de dependência como forma de abordar objeto especializado de pesquisa destaca-se.

O esforço desta tese é resgatar essa idéia e, para isso, propõe-se *olhar para o Brasil em conjunto, antes de observar o câmbio ou a indústria ou o gasto público*. A intenção é que só depois desse primeiro exame realizado, o tema central de estudo do cientista seja enfrentado. Como já afirmado, não se pretende, de modo algum, exaurir a discussão ou apresentar uma novidade. O que se quer é apenas auxiliar os pesquisadores a tornar mais claros os caminhos que condicionam a dinâmica e os movimentos do objeto especializado, a partir de uma análise prévia que faça emergir a posição periférica do país, sua situação subdesenvolvida e o grau de dependência que o mantém amarrado nesta condição.

Esse será o esforço da próxima seção.

5.2. Aplicando a dependência como abordagem

Os temas especializados em economia dentro uma sociedade complexa nunca são fáceis de tratar. São múltiplas as faces, incontáveis as influências, numerosas as aparências e muitas as paixões a guiar a visão do pesquisador²⁸². Se o país for uma nação periférica a análise se torna um pouco mais difícil, pois as teorias econômicas consolidadas não foram desenhadas para dar conta

²⁸¹ É preciso estar atento, então, pois o caso brasileiro tem a peculiaridade do tamanho do país, por exemplo. Aqui, quando se é quase 200 milhões habitantes, basta que 15% da população tenha acesso aos bens de consumo duráveis para se gerar um mercado de grandes proporções, semelhante a de um país da Europa.

²⁸² Apenas lembrando o que já é bastante conhecido. Schumpeter não vê problemas nas visões que guiam o economista e tendem a moldar boa parte de suas preocupações e, deste modo, a escolha de seus temas e suas perguntas. Para uma discussão, ver Schumpeter (1971) e nota 41 do capítulo 1 desta tese.

desses casos. Pior, para apreender o que acontece ali e, mais, perceber os vínculos de influência e condicionamento que se estabelecem entre seu objeto especializado de pesquisa e o ambiente periférico e normalmente dependente será preciso o cientista econômico desvestir-se das ilusões totalizantes da sua ciência e aprofundar-se nas descobertas das demais ciências sociais (história, sociologia e política²⁸³).

No caso brasileiro, os termos da questão ficam ainda mais intrincados. Trata-se de um país territorialmente enorme, de população numerosa, onde a mistura de raças fez excelente trabalho e dono de uma sociedade impar, com uma história particular. São grandes as disparidades sociais de todo o tipo, mesmo que embaladas por uma moderna estrutura produtiva, revolucionada em pouco menos de 50 anos (1930-1980). Um país industrialmente atual, com uma produtividade agrícola invejável e uma concentração dos fluxos de renda assustador. Uma democracia eleitoral firme e instituições republicanas que vão se construindo e ganhando legitimidade a cada ano. Tudo isso em meio a grupos sociais dominantes que disputam os rumos da nação, mas sempre se mantendo em acordo sobre a importância de evitar que o restante da população organize-se para exigir uma melhor distribuição de renda, poder e cultura.

Um caso específico, enfim, na história do mundo capitalista contemporâneo. Apesar de tudo isso e devido à especialização proposta pela ciência moderna, a maioria dos economistas brasileiros, marcadamente após a crise dos anos 1980, abandonou os estudos sobre o desenvolvimento e as transformações sociais que ele opera no longo prazo. Concentrar-se sobre porções cada vez menores da realidade, por vezes, ajuda a alcançar o sucesso acadêmico, porém, como destacado por Baran (1984), isso torna os avanços estreitos e quase irrelevantes para a sociedade.

A aplicação da dependência como abordagem, realizada a seguir, é uma tentativa de reduzir o grau desse problema, principalmente entre os economistas heterodoxos. Assim, como discutido no capítulo introdutório desta tese, o dilema entre olhar o todo e aprofundar a especialização não pode levar o pesquisador para o perigo da correlação de variáveis abstratas sem que este, ao menos, reconheça e intua os condicionantes que o ambiente social impõe sobre seu tema especializado de preocupação. De outro modo, sem esclarecer, mesmo que em grossas

²⁸³ A antropologia não é citada aqui devido ao tema de suas preocupações não convergir para os problemas normalmente vinculados às perguntas dos economistas.

linhas, a dinâmica social do Brasil periférico, vivendo sob elevado grau de dependência, dificilmente este cientista proporá modelos, análises e prognósticos capazes de dar conta da realidade concreta do dia-a-dia do seu objeto. Os resultados serão, no curto prazo, surpresas mais do que aceitáveis entre o que o modelo espera que seja o futuro dos eventos e o que realmente se verificará.

O exercício que se inicia a seguir propõe uma alternativa para reduzir essa angústia.

5.2.1. A aplicação do Bloco 1

O Bloco 1 já foi definido no capítulo 4 e, lá, observou-se que seu conteúdo era de caráter geral, referindo-se uma parte (Grupo A) à formação do país e, uma segunda (Grupo B), à avaliação de como essa história política, econômica e social condiciona a dinâmica econômica do país hoje. De maneira mais específica e repetindo a explicação que consta no capítulo anterior, no Grupo A, as indagações resgatam fenômenos e processos passados que conformaram uma trajetória periférica dentro do sistema capitalista mundial, expondo, assim, a construção da condição dependente do país. No Grupo B, busca-se esclarecer como esses fenômenos e processos históricos geraram regularidades na vida social, marcadamente na econômica, capazes de condicionar os poderes, as escolhas e ações dos diferentes grupos sociais. Como também já foi dito, será aqui que, provavelmente, será revelada a dependência e seu grau de influência sobre a macrodinâmica do país.

Na verdade, o Bloco 1 já foi aplicado e respondido no capítulo 4, quando serviu para exemplificar a proposta defendida nesta tese²⁸⁴. Assim, de posse das respostas obtidas naquele momento, o Bloco 1 permitiu que algumas conclusões fossem colhidas ou deduzidas formando o *primeiro desenho do pano de fundo sobre o qual a pesquisa especializada poderia se desenvolver*. Essas conclusões estão repetidas abaixo:

1. o país tem papel secundário no cenário econômico internacional;
2. as empresas estrangeiras são protagonistas dos setores de mais importantes da economia do país;

3. sendo as empresas estrangeiras protagonistas no cenário econômico interno, o capital nacional tem enorme interesse no sucesso das multinacionais em território brasileiro;
4. o Estado responde mais intensamente a ordem de crescimento econômico e dos interesses dos grupos dominantes;
5. o trabalho tem pouco valor no país e a exploração da mão-de-obra aqui atinge níveis perigosos. Apesar disso, a pouca organização dos trabalhadores e a ação, muitas vezes repressora, do Estado mantém a ordem;
6. a ausência de esforços redistributivistas a partir do Estado joga luzes sobre o poder concentrado nas mãos dos grupos dominantes;
7. a inflação é mais um instrumento de concentração de renda;
8. o setor bancário não auxilia na busca do crescimento econômico, ficando por conta do Estado e do capital estrangeiro puxar as rédeas da economia para frente.

O próximo passo é dar conta do **Bloco 2**. Como também já foi apresentado no capítulo 4, as perguntas agora se tornarão mais específicas e têm como meta: 1. localizar o tema especializado de pesquisa na complexa dinâmica da vida social do país; e 2. perceber a influência que essa dinâmica exerce sobre o tema especializado de pesquisa. Os próximos passos são, portanto, tão importantes quanto aqueles dados no Bloco 1.

Como a abordagem já foi discutida no capítulo anterior, o interessante, agora, é sua devida aplicação (ainda que hipotética) a alguns casos de temas especializados de estudo. Este será o esforço realizado nas próximas três subseções: a primeira se debruçará sobre o tema *emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente*, a segunda se preocupará com o *crescimento econômico a partir de 2004* e a terceira observará *a pobreza e a desigualdade* no país.

5.2.2. Aplicando o Bloco 2: emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente

De posse das conclusões colhidas por meio do Bloco 1, a aplicação das questões do **Grupo C** do Bloco 2 ao tema *emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente*

²⁸⁴ Ver capítulo 4, seção 4.4, marcadamente a partir da página 231.

permitirão evidenciar a localização do objeto no conjunto complexo da realidade econômica e social do país. Por exemplo:

1. quais formas institucionais estão mais fortemente envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *São três: relação salarial, forma de concorrência e papel do Estado.*

2. há uma hierarquia na importância ou influência dessas formas institucionais sobre o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *Sim. No caso brasileiro, a mais impactante é a relação salarial, seguida pelo papel do Estado e, por fim, a forma de concorrência.*

3. qual o fenômeno mais marcante em cada uma das formas institucionais envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *Para a relação salarial é a fraqueza econômica e política dos trabalhadores. Para o tipo de concorrência é o papel de ponta das multinacionais na economia brasileira. Por fim, no papel do Estado é a despreocupação com a distribuição de renda e o foco no crescimento econômico.*

Localizado, ainda que grosseiramente, o objeto especializado de pesquisa no complexo ambiente econômico e social brasileiro, é preciso responder agora a única questão do **Grupo D**. Com ela, será possível avaliar as influências e os condicionantes que o ambiente, no caso, o Brasil e seu alto grau de dependência, tem sobre o objeto especializado de pesquisa. A resposta, contudo, como já discutido antes, não é mais tão simples e exige do pesquisador um esforço de sistematização das outras respostas obtidas até agora. O cientista deve, neste momento, empenhar-se em formular uma síntese do que “descobriu” com os Grupos anteriores e escrever um texto curto (ou uma resposta longa) onde exponha para si ou para seus colegas de pesquisa uma síntese que una logicamente o ambiente socioeconômico do país com a realidade do seu tema especializado de estudo.

Para tanto, ele deve responder a seguinte questão:

1. como essas formas institucionais relacionam-se de modo a impactar o objeto especializado de pesquisa?

As características esperadas da resposta já foram apresentadas: a. ter um mínimo de trinta e um máximo de cinquenta linhas; b. ser reflexivo e experimental, atendo-se as conclusões obtidas

com as respostas até agora; c. esforçar-se por relacionar as conclusões extraídas; d. formular uma visão abrangente do ambiente onde se insere o objeto especializado de pesquisa, partindo do geral para o específico.

Após completar esse passo, o pesquisador possuirá, mesmo que em grossas linhas, uma imagem da dinâmica social, das regularidades que permitem falar em macroeconomia e dos impactos que relacionam esse conjunto ao seu tema foco. Será, então, o momento de iniciar a pesquisa especializada utilizando o que descobriu para selecionar as perguntas, a metodologia e mesmo a teoria que irá empregar. É o momento do **Bloco 3**.

Deste modo, se, a título de exemplo, o tema *emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente* foi escolhido como primeiro objeto especializado de pesquisa, podem ser citados alguns pontos relevantes — destacados a partir das respostas às perguntas realizadas — que devem ser relacionados para construir a resposta à pergunta do Grupo D. São eles:

1. identificou-se a fraqueza dos trabalhadores nos conflitos entre o capital e o trabalho;
2. o protagonismo das empresas estrangeiras na dinâmica econômica do Brasil, vinculando o interesse do capital nacional ao sucesso daquelas em seu processo local de acumulação. Em outras palavras, há visceral aliança de interesses entre capital nacional e capital estrangeiro no país;
3. o padrão técnico das empresas estrangeiras construíram e constroem a trajetória tecnológica do Brasil. Logo, a qualificação da mão-de-obra e o tamanho restrito do mercado de consumo afetam o desempenho do mercado de trabalho;
4. o foco do Estado no crescimento econômico e seu quase desprezo pela distribuição de renda. A repressão à organização dos trabalhadores não permite dizer que estes sejam bem representados no Estado, apesar de serem a amplíssima maioria na população.

Sendo assim, um exemplo de resposta para o Grupo D pode ser²⁸⁵:

“Está claro que o mercado de trabalho brasileiro não apresenta possibilidade de tratarmos os trabalhadores e os empregadores em pé de igualdade nas disputas por parcelas da renda nacional. A quantidade de mão-de-obra ofertada, marcadamente a de baixa qualificação, somado a fraqueza das organizações dos trabalhadores e, por vezes a repressão do Estado,

²⁸⁵ É importante lembrar que trata-se de um texto ilustrativo sobre a primeira aproximação em direção ao objeto para, em seguida, realizar-se a pesquisa especializada. Tal pesquisa, naturalmente, não existe e o tema é completamente hipotético. O autor não é especialista neste e nos outros dois temas sugeridos.

tornam as negociações por salários, outros benefícios e condições de trabalho muito difíceis para os que vendem suas horas de atividade em troca de moeda.

Ao mesmo tempo, a própria estrutura produtiva do país, baseada em setores econômicos cujas empresas dominantes são estrangeiras, interfere no mercado de trabalho. Sendo elas as líderes, seu sucesso interessa ao capital nacional em termos de crescimento do fluxo econômico. Se for lembrado que boa parte do capital nacional é fornecedor das cadeias produtivas sob liderança das empresas estrangeira, ficam claras duas conseqüências: 1. as empresas nacionais são obrigadas a trabalhar dentro de padrões e, naturalmente, tecnologias que vem do exterior; 2. há uma estreita aliança entre os interesses do capital nacional e do capital estrangeiro. A importância disso para o mercado de trabalho aparece, primeiro, na necessidade de mão-de-obra qualificada, o que não é a situação típica do mercado brasileiro. Segundo, os produtos que são comuns no exterior, surgem como bens relativamente luxuosos no país, direcionados a poucos com capacidade aquisitiva. Assim, sem a massificação da produção, não há porque contratar muitos empregados e, sem contratar muitos empregados, não há consumidores que permitam vender os bens passíveis de massificação. Logo, a produção e o mercado de trabalho restringem-se mutuamente.

Se a corrente econômica não pode ser quebrada, teriam os trabalhadores força social e política para forçar outro modelo? Aparentemente, não. Pois, sendo a maioria esmagadora da população, este grupo deveria ter boa representação e poder junto ao Estado. Mas não tem. Isso impacta a dinâmica do mercado de trabalho em duas frentes: 1. os trabalhadores tem pouca influência sobre a direção dos gastos do Estado, comprometendo a existência de políticas de redistribuição de renda, inclusive com impactos sobre o PIB, dada a propensão marginal a consumir (PMgC) dos mais pobres; e 2. o tamanho do Estado, em termos de número de empregados fica diminuído, pois a pressão pela disponibilidade de serviços públicos de qualidade é reduzida, restringindo o número de contratações.

Ou seja, o problema do desemprego no país segue uma lógica perversa de: 1. formação de uma oferta de mão-de-obra que não condiz com a estrutura produtiva moderna; 2. um Estado pouco permeável às pressões populares e que estimula um tipo de crescimento econômico que se baseia em uma estrutura produtiva pouco empregadora, mas que atende aos interesses do

capital estrangeiro e nacional; e 3. por fim, uma trajetória tecnológica que pouco ou nada tem a ver com a disponibilidade de recursos e a necessidade da população majoritariamente pobre.”

Este exemplo simples foi concluído com 39 linhas e traçou, em grossos limites, o quadro geral possível de ser extraído das perguntas formuladas nos Grupos A, B e C. O texto, contudo, é meramente ilustrativo do potencial da *idéia de dependência* tratada como uma forma de abordar o objeto especializado. Tanto que, por exemplo, ficou de fora um parágrafo sobre a formalização das relações de trabalho e algumas palavras sobre o papel da educação técnica para o trabalho. Mesmo assim, o saldo parece muito interessante para perceber que é promissor o resultado hipotético de uma aplicação da *dependência como abordagem*.

Agora, o mais importante é que diante deste exercício e de posse do texto reflexivo e experimental que criou, fruto da análise das respostas que obteve, o pesquisador certamente não poderá isolar seu objeto especializado de pesquisa. Ao contrário. Será obrigado a contextualizá-lo e, mais do que isso, o método de pesquisa que escolher estará agora condicionado ao quadro por ele mesmo deduzido a partir dos passos que seguiu.

Um outro exemplo talvez ajude a consolidar o resultado do esforço que representa a proposta.

5.2.3. Aplicando o Bloco 2: o crescimento econômico a partir de 2004

O crescimento econômico recente do Brasil é tema de amplos debates e muito tem se escrito sobre ele. Nem sempre, todavia, a atenção dos estudiosos tem alcançado a dimensão ampla que envolve o processo de crescimento econômico e seus impactos sobre as relações sociais estabelecidas em uma sociedade. Mais do que isso. Poucos têm atentado para os limites do crescimento econômico brasileiro para além das variáveis macroeconômicas mais imediatas. Ou seja, poucos têm percebido que não se pode falar de crescimento continuado no tempo sem atentar para as transformações que o mesmo traz. De outro modo, não são muitos os que compreendem que falar de crescimento no longo prazo obriga a falar em desenvolvimento.

Por tudo isso, para discutir desenvolvimento, os avanços de teóricos do debate latino-americano têm de ser recuperados a fim de não correr-se o risco de tentar reinventar a roda ou cair seduzido pelos manuais produzidos nos países ricos. Foi esse debate que esclareceu que o desenvolvimento dos países do subcontinente, marcadamente o Brasil, é embotado não por problemas técnicos ou falta de poupança ou exploração internacional ou, ainda, uma suposta (e mais do que tola) profundidade da corrupção aqui. A idéia de dependência mostrou que o problema está nas relações sociais e de produção que envolvem temas como concentração do poder, do conhecimento e da renda e deságuam na confluência de interesses entre os grupos dominantes locais e o capital estrangeiro, de modo a criar uma sociedade dinâmica economicamente, mas muito fortemente segmentada entre os integrados e os demais.

É preciso ter clara essa problemática antes de discutir o crescimento econômico brasileiro recente, pois, evidentemente, o tema está envolvido e condicionado por tudo isso. Aqui o emprego da dependência como abordagem pode ajudar muito. Assim, para dar conta dessa preocupação, a aplicação da proposta descrita no capítulo anterior informa que o processo é exatamente o mesmo da subseção 5.2.2. Deste modo, também de posse das conclusões gerais extraídas das perguntas do Bloco 1, o próximo passo é a aplicação do Bloco 2. Em primeiro lugar, as questões que formam o **Grupo C**:

1. quais formas institucionais estão mais fortemente envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *São o regime monetário, a inserção internacional, a forma de concorrência e o papel do Estado.*

2. há uma hierarquia na importância ou influência dessas formas institucionais sobre o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *Sim. Do mais influente para o menos importante, tem-se: papel do Estado, forma de concorrência, inserção internacional e regime monetário.*

3. qual a fenômeno mais marcante em cada uma das formas institucionais envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *As ações do Estado parecem estar presentes em todos os movimentos expansivos da economia brasileira. Há uma estreita ligação entre o tipo de concorrência vivida no Brasil e a ligação que a estrutura produtiva nacional tem*

com o capital estrangeiro. Isto é, os setores mais importantes da economia nacional são liderados por empresas de capital estrangeiro que ditam a trajetória tecnológica do país. O câmbio é uma grande questão, primeiro, por sua influência sobre a dinâmica econômica interna e, segundo, porque a falta de divisas já criou enormes problemas ao longo da história da nação. Por fim, os bancos privados que atuam no território do país não oferecem crédito a custo razoável e na quantidade necessária ao setor privado. Quem complementa são os bancos públicos.

Agora, de posse destas respostas, é preciso avançar para o **Grupo D** e dar conta de criar um texto que exponha, mesmo que sem detalhes, uma síntese do que se descobriu até agora com o exercício. Para facilitar o trabalho, um passo a mais pode ser bastante útil, embora não seja obrigatório: itemizar o que pode ser considerado mais importante e merece ser discutido na resposta. Com isso, tem-se:

1. o Estado é um grande promotor do crescimento econômico, mesmo que a acumulação de capital se dê naqueles setores mais importantes, onde as empresas estrangeiras são líderes;
2. a concorrência vivida no Brasil está intimamente vinculada ao padrão de industrialização nacional que teve nas empresas estrangeiras importante base e, na ação do Estado, um estímulo indefectível ao longo da história.
3. os grandes capitais dominam os setores, ou seja, há importantes oligopólios, e a rede de fornecedores é relativamente estável devido ao desenvolvimento de competências tecnológicas necessárias para atender as companhias líderes;
4. o país não possui linhas de crédito de longo prazo para investimento fornecidas pelos bancos privados que atuam no território nacional. A especialidade destes é o crédito de curto prazo ou repasse de linhas, contribuindo muito pouco para o papel que deles é esperado: financiar o crescimento econômico;
5. o Estado não exerce seu poder para empurrar os bancos privados para o papel que se espera deles. Para garantir recursos ao crescimento, o Estado utiliza seus bancos para criar financiamentos de longo prazo;
6. o mercado de capitais é ainda pequeno;

7. o câmbio é sempre uma questão importante. É preciso estar muito atento a seus movimentos.

Concluída esta etapa, os esforços devem concentrar-se na tarefa mais importante: responder a pergunta do Grupo D. A pergunta é:

1. como essas formas institucionais relacionam-se de modo a impactar o objeto especializado de pesquisa?

E a resposta pode ser:

“Sendo o crescimento econômico muito importante para o Brasil, é preciso estar atento a alguns fatos. Em primeiro lugar, o Estado parece ser sempre um dos indutores em todo o ciclo expansivo vivido pelo país. Em segundo, o resultado da industrialização foi a constituição de uma economia moderna, cujos setores mais importantes, porém, são liderados por empresas de capital estrangeiro. Em terceiro, as fontes de financiamento para investimentos de longo prazo são escassas.

Diante disso, ficam evidentes alguns condicionantes do crescimento econômico que precisam estar claros em toda análise. O primeiro deles é que a liderança da economia por grandes empresas estrangeiras, típicos oligopólios, impõe determinadas dinâmicas que dão uma forma especial aos caminhos percorridos. Por exemplo, por causa dessa liderança é muito difícil aos empresários brasileiros interessarem-se por investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D&I), ou seja, em desenvolvimento tecnológico. O motivo é simples, o padrão imposto pelas líderes condiciona os padrões técnicos da produção nos fornecedores e o tipo de demanda entre os consumidores, tornando, assim, muito custoso não adaptar-se à líder. Mais ainda, sendo a tecnologia das empresas líderes importada, com fornecedores definidos, estabelecidos e com escala, é mais barato e seguro para as empresas nacionais fazer o mesmo: importar, não obstante qualquer instrumento e eventuais incentivos disponíveis no país.

Deste modo, o que se tem é que o crescimento econômico brasileiro fica condicionado ao padrão tecnológico importado, limitando o circuito pensado por Schumpeter da destruição criadora. Logo, há limites ao crescimento impostos pelo modelo histórico de industrialização do país.

Ao mesmo tempo, o setor bancário nacional não cumpre o papel esperado de financiador dos investimentos, disponibilizando linhas de longo prazo. A atuação das empresas do setor

praticamente restringe-se ao curto prazo e para empréstimos ao Estado. Ao mesmo tempo, a oligopolização do setor permite que o mesmo resista às pressões das autoridades em favor da mudança desse quadro.

Não ajuda, também, o pequeno porte e história do mercado de capitais no país. Apenas muito recentemente, as empresas têm se voltado para ele como uma alternativa para conseguir os recursos de que precisam para realizar seus investimentos.

Em meio a tudo isso, o mercado cambial e o preço da divisa estrangeira é peça chave para a história da expansão econômica do Brasil. A disponibilidade de moeda conversível e a sua valorização ou desvalorização, dado a liderança do capital internacional nos setores produtivos do país e a necessidade de importação de tecnologia e, muitas vezes, de máquinas e equipamentos, fazem dos fluxos de capitais transfronteira um dos itens que merece atenção especial em qualquer política ou análise sobre o crescimento econômico.

Em resumo, o que se tem é um padrão de crescimento econômico baseado no papel do Estado e suas ações e nos investimentos do capital estrangeiro em território nacional. Aparentemente, o capital nacional joga um papel coadjuvante nesse processo. No entanto, não se pode esquecer, este papel secundário no campo econômico tem, como reverso da moeda, enorme peso sobre as decisões do Estado e os rumos dos seus gastos. O setor empresarial nacional é forte, organizado e exerce pressão vigorosa sobre os rumos adotados pelas autoridades públicas. O problema é que tendo seus interesses e sobrevivência vinculados ao desempenho e acumulação do capital estrangeiro em território nacional, a luta social do capital nacional é na direção de manutenção do status quo.”

Este segundo exemplo, meramente ilustrativo, possui 48 linhas. Também ele ajuda a perceber condicionantes que, talvez, poderiam passar sem o devido cuidado pelo pesquisador especializado. Mesmo conhecendo várias dessas informações, ao não criar essa análise inicial do ambiente econômico e social, o cientista correria o risco de não atentar para algumas condicionantes que, uma vez por ele afirmadas, o licenciam a excluir, com boa segurança, o emprego de alguns modelos para explicar o crescimento econômico recente do Brasil. Doravante, de posse de uma pequena reflexão inicial feita por ele mesmo antes do início da pesquisa profunda, seus cuidados tendem a ser mais explícitos e a visão do todo deverá ajudá-lo na melhor especificação da metodologia do estudo que realizará.

Uma última aplicação da dependência como abordagem facilitará mais alguns passos para fixar a proposta.

5.2.4. Aplicando o Bloco 2: a pobreza e a desigualdade

A aplicação, mesmo que meramente ilustrativa, da dependência como abordagem ao tema especializado *pobreza e desigualdade* tem enorme interesse. Trata-se de dois fenômenos diferentes, mas que costumam caminhar juntos e são, talvez, a maior chaga social do Brasil e um dos grandes entraves à constituição de um mercado de consumo de massas (com alta produção e tecnologia) e a paz social.

No caso desse país com dimensões territoriais assombrosas, a estes fenômenos soma-se ainda outra característica muito grave: as diferenças regionais gritantes e insolutas apesar do crescimento econômico, da industrialização, da modernização de vários aspectos da vida social e da enorme migração do campo para as cidades.

Tudo isso, que merece cuidadosa análise, gera intensas e acaloradas discussões entre pesquisadores de quase todas as áreas do conhecimento e coloca em choque estudos com origem nas mais diferentes cores ideológicas. Todos impregnados por certa paixão, crença e história pessoal.

Assim, usá-lo como exemplo aqui traz um desafio especial, pois implica em, mesmo não querendo, intervir em um debate que se desenrola há muitas décadas no país. Deste modo, é importante deixar claro que esta seção não pretende discutir a problemática da pobreza e da desigualdade no Brasil, mas, de maneira bem menos ambiciosa, colaborar com os pesquisadores especializados para que a discussão não perca a amplitude de tratamento que o tema exige. Em outras palavras, o que se fará aqui é meramente testar uma proposta que anseia facilitar, a partir de uma discussão inicial breve, o trabalho de aproximação da realidade, colaborando para que o calor do debate, a boa intenção do cientista e o “mar” de informações disponíveis não afaste sua pesquisa em direção a um dos extremos que a introdução desta tese chamou a atenção: 1. especializar-se em porções cada vez menores da vida econômica, esquecendo a complexidade

mutuamente condicionante do real, a ponto de a discussão beirar a pouca relevância; e 2. tratar o tema em termos excessivamente gerais, correndo o risco de resvalar a imprecisão conceitual.

Se a idéia de dependência pode ser uma grande aliada na superação desse dilema, o que se fará, então, é por a proposta do capítulo 4 em teste. Isto é, avaliar se a dependência como abordagem colabora com os pesquisadores da área.

Para isso, os passos precisam ser seguidos o que, na verdade, implica em repetir o método empregado nas duas subseções anteriores. Assim, nessa subseção, se fará a aplicação de maneira mais imediata, sem a apresentação dos passos.

Para o **Grupo C**, por exemplo, as questões e as respostas são:

1. quais formas institucionais estão mais fortemente envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *São fundamentais o papel do Estado, a relação salarial e a forma de concorrência. Em menor escala, porque vinculada a forma de concorrência, é possível citar a inserção externa.*

2. há uma hierarquia na importância ou influência dessas formas institucionais sobre o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *Sim. Do mais importante para o de menor impacto: papel do Estado, relação salarial, forma de concorrência e, em patamar bem menor, a inserção internacional.*

3. qual a fenômeno mais marcante em cada uma das formas institucionais envolvidas com o objeto especializado de pesquisa?

Resposta: *No caso do papel do Estado, o fato ou os fatos mais marcantes dizem respeito à: um. Sua atuação muito pequena na distribuição secundária da renda; e dois. Seu empenho na manutenção da ordem, envolvendo não apenas a administração de conflitos do dia-a-dia e das lutas sociais, como também, se necessário, na repressão às organizações populares. A relação salarial, por sua vez, reflete três movimentos da vida social brasileira: um. A atuação repressora ou aliciadora do Estado sobre as organizações dos trabalhadores; dois. O modelo industrial, com predomínio das empresas estrangeiras nos setores mais dinâmicos da economia nacional; e três. O êxodo rural incontido que desorganizou o mercado de*

trabalho das cidades, povoando-as de mão-de-obra de baixa qualificação. A inserção externa é importante porque está atrelada a forma de concorrência. De outra maneira, o domínio que o capital estrangeiro tem sobre a dinâmica da economia do país faz com que os interesses dos grupos dominantes locais vinculem-se a ele. Dessa maneira, como o modelo industrial não favorece a massificação do consumo e o Estado tende a atuar em favor da manutenção do status quo, a inserção externa brasileira revela-se pouco interessante para a população mais pobre.

Realizada essa tarefa e com essas informações em mente, o Grupo D passa a ser o mais importante e derradeiro passo para concluir a aproximação inicial que foi proposta. Nesse momento, porém, como no caso do exemplo da seção anterior, para facilitar o trabalho de construção da resposta da questão do Grupo D, é útil itemizar o que o pesquisador julga mais importante a ponto de compor a resposta. Por exemplo:

- 1. o Estado atua muito pouco na distribuição secundária da renda;*
- 2. ele também, como é natural, empenha-se na manutenção da ordem, mesmo que isso envolva repressão, por vezes, violenta às organizações populares de reivindicação;*
- 3. Este movimento do Estado sobre as organizações dos trabalhadores impede o florescimento e consolidação de lideranças sindicais e a cultura de organização coletiva;*
- 4. a indústria brasileira moderna é dominada, nos setores mais dinâmicos, por empresas estrangeiras, impactando o tipo e a quantidade de trabalhadores demandados para a produção, a trajetória tecnológica do país, o nível de oligopólio atingido pela economia e a distribuição de renda;*
- 5. a massa urbana sobra em relação à economia moderna e, mesmo assim, não possui melhor opção de vida do que as grandes cidades;*
- 6. o predomínio que o capital estrangeiro tem sobre a dinâmica do lado moderno da economia do país faz com que os grupos dominantes locais vinculem seus interesses ao sucesso comercial alcançado por aquele. Dessa maneira, como o modelo industrial não favorece a massificação do consumo e o Estado tende a atuar em favor da manutenção do status quo, a inserção externa brasileira revela-se pouco interessante para a população mais pobre.*

A tarefa mais importante vem agora: responder a única questão do **Grupo D**. Qual seja:

1. como essas formas institucionais relacionam-se de modo a impactar o objeto especializado de pesquisa?

A resposta ilustrativa poderia ser:

“O Estado brasileiro possui dois traços marcantes em relação à problemática da pobreza e da desigualdade no país: 1. sua atuação é muito tímida na distribuição secundária da renda, isto é, no esforço de redistribuir o que o funcionamento cotidiano da economia já entregou a cada grupo participante da produção social. Fala-se aqui em serviços públicos como escolas, hospitais e segurança ou mesmo benefícios sociais pagos em dinheiro a partir da arrecadação tributária; e 2. seu contínuo e natural empenho na manutenção da ordem envolve não apenas a administração de conflitos do dia-a-dia e das lutas sociais, como também, se necessário, e este foi o caso do Estado brasileiro, a repressão histórica, e por vezes violenta, às organizações populares de reivindicação. No mesmo tom, a relação salarial reflete três importantes movimentos da sociedade brasileira: 1. a já falada atuação repressora ou aliciadora do Estado sobre as organizações dos trabalhadores, impedindo o florescimento e consolidação de lideranças sindicais e a cultura de organização coletiva; 2. o modelo de concorrência que se estabeleceu, marcadamente nos anos 1950 e ganhou roupagem nova nos anos da Ditadura Militar. Nele, o predomínio das empresas estrangeiras nos setores mais dinâmicos da economia nacional teve impactos sobre: a. a demanda por trabalhadores, tanto em termos de quantidade quanto de qualificação; b. a trajetória tecnológica alienígena, posto que é muito mais racional para aquelas importar tecnologia dominada e capaz de fabricar os produtos desejados pelos grupos de mais alta renda do país; c. a oligopolização, posto que ao entrarem no Brasil, essas empresas já eram enormes, donas de imensos capitais, frente a um mercado não massificado e, portanto, limitado; d. a distribuição de renda, pois, não parece possível absorver a maioria da população nos empregos de alta produtividade que essas empresas possuem, marcadamente se este modelo se reproduz. Por fim, 3. o êxodo rural incontido que terminou por desorganizar o mercado de trabalho das cidades, povoando-as de mão-de-obra de baixa qualificação, pobre e que, frente ao acesso mesmo que precário aos bens públicos, percebeu ganhos significativos em relação à sua vida no campo.

A concorrência externa surge importante porque atrelada a forma de concorrência. De forma mais direta, o domínio que o capital estrangeiro tem sobre a dinâmica da economia do país faz com que os interesses dos grupos dominantes locais vinculem-se a ele. Desse modo, como o modelo industrial não favorece a massificação do consumo, os grupos dominantes têm vantagem na sua manutenção e o Estado responde mais favoravelmente à conservação da ordem, o status quo reproduz-se e a inserção externa brasileira revela-se pouco interessante para a população mais pobre. Diante de tudo isso, mais ainda parece que a massa urbana não terá condições de ser absorvida na atual estrutura e dinâmica do lado moderno da economia do país.”

Mais uma vez, o texto ilustrativo, este com 36 linhas, mostra que a interpretação e as relações estabelecidas entre as respostas obtidas até o Grupo C conduzem o cientista a criar uma reflexão sobre o Brasil voltada para seu tema especializado de estudo. A partir daí, a resposta do Grupo D fornece preciosas pistas para assisti-lo na escolha de métodos, hipóteses e melhor aproximação concreta do objeto. O exercício realizado pelo pesquisador, então, se bem elaborado e experimental, concebido a partir da análise das respostas que ele mesmo obteve, recuperará, mesmo que em grossas linhas, a amplitude do ambiente em que se insere seu objeto especializado de pesquisa, trazendo maior base factual ao seu trabalho e agregando realidade à sua análise que já não viverá de *coeteris paribus*.

5.3. Uma avaliação da dependência como abordagem

O conjunto de exemplos apresentado na seção anterior permite que agora se observe diligentemente os resultados obtidos. Para avaliá-los, contudo, é preciso antes recordar qual era o objetivo da proposta de tratar a dependência como uma abordagem. Qual era o objetivo?

Claramente, a finalidade de todo esse esforço foi

ajudar os economistas heterodoxos a evitar a fragmentação da realidade, forçando-os a construir, mesmo que em grossas linhas, um quadro prévio à pesquisa especializada, de onde fosse possível observar panoramicamente a estrutura e a dinâmica social, marcadamente a

macroeconômica, que cerca seu objeto de estudo. Para tanto, o resgate da idéia de dependência passou a ser central, posto que, a partir dela, tornava-se possível atentar, sustentado em conteúdo debatido por importantes pensadores, para as inter-relações que se estabeleceram na sociedade brasileira e lhe tiram o vigor do desenvolvimento.

Deste modo, a proposta apresentada no capítulo 4 pode ser resumida em quatro passos:

1. responder um conjunto de questões referidas à formação do país (Grupo A do Bloco 1);
2. a partir das respostas obtidas no grupo anterior, fazer o mesmo com um segundo conjunto de perguntas que identificam como a história política, econômica e social condicionam a dinâmica econômica no presente (Grupo B do Bloco 1).

Essas indagações e suas respostas pretendem resgatar fenômenos e processos passados que conformaram a trajetória periférica do país dentro do sistema capitalista mundial e construíram sua condição dependente.

A partir desse estágio, as perguntas são menos gerais e especializam-se:

3. será preciso, então, responder ao penúltimo conjunto de perguntas que buscam localizar o tema especializado de pesquisa dentro da complexa dinâmica da vida social do país (Grupo C do Bloco 2);
4. por fim, a última pergunta a ser tratada quer perceber a influência que essa dinâmica complexa exerce sobre o tema especializado de pesquisa, condicionado-o, estimulando-o e limitando-o em seus movimentos (Grupo D do Bloco 2).

Deste modo, como definido anteriormente, essa construção deve permitir ao pesquisador estar atento às condições mais gerais em que se move seu objeto especializado de pesquisa, facilitando seu trabalho de aproximar-se da realidade e inspirando maior clareza sobre as esferas da vida social e suas múltiplas interações e influências mútuas.

Diante disso, foram realizados três exercícios ilustrativos para testar a proposta contida no capítulo 4. Um para o tema *emprego e desemprego no mercado de trabalho brasileiro recente*, um segundo sobre o *crescimento econômico após 2004* e, por último, um observando o problema da *pobreza e da desigualdade*.

Os passos e os resultados foram apresentados na seção anterior. No primeiro exemplo, concluído com um texto de 39 linhas em retorno a questão do Grupo D, desenhou-se um quadro geral possível de ser extraído das respostas às perguntas formuladas nos Grupos A, B e C. O texto tornou factível relacionar as principais informações obtidas e permitiu que processos sociais fossem evidenciados e ressaltados, tornando-o valioso para os próximos passos do pesquisador. Por quê? Simples, as questões sugeridas a partir da *idéia de dependência* colocaram o objeto especializado de pesquisa dentro da dinâmica social e econômica brasileira, impedindo que o cientista trate-o isoladamente. Por essa via, a adequada escolha do método de pesquisa ficará condicionada ao quadro que o próprio pesquisador deduziu a partir dos passos da proposta que seguiu.

No segundo exemplo, também meramente ilustrativo, o hipotético cientista percorreu todos os quatro passos anunciados acima e obteve como resultado um texto perto do limite proposto: 48 linhas. Mais uma vez, o pesquisador foi obrigado a trabalhar com as respostas por ele apresentadas em cada um dos três primeiros grupos para formar a resposta do quarto. O texto produzido salientou os condicionantes do crescimento econômico, frutos da história e da dinâmica social brasileira, que poderiam, talvez, passar sem o devido cuidado pelo pesquisador muito especializado. Na verdade, não se duvida que o cientista possua um mapa mental com as informações que ele reuniu e organizou, relacionando-as no texto. Todavia, mesmo conhecendo esses dados, caso não criasse a análise inicial do ambiente econômico e social, o pesquisador correria o risco de não conceder os cuidados necessários a algumas condicionantes que, uma vez estabelecidas, o licenciam, agora, a excluir, por exemplo, o emprego de alguns modelos para explicar o crescimento econômico recente do Brasil. A reflexão inicial feita por ele mesmo antes do início da pesquisa, no mínimo, lembraram-lhe do significado do conjunto da realidade e seus impactos sobre o objeto especializado de pesquisa que pretende dar conta. Todo o tratamento posterior do tema que pretende esquadriñar ficará, deste modo, sujeito às apreciações que fez logo no início do seu trabalho.

O último dos exemplos de aplicação da proposta de tratar a dependência como abordagem debruçou-se sobre o grave problema da pobreza e da desigualdade social brasileira. Desta vez, após percorrer os quatro passos indicados, o resultado oferecido como resposta à pergunta do Grupo D do Bloco 2 foi um texto ilustrativo com 36 linhas. Como nos casos anteriores, o texto

obtido a partir do estabelecimento de conexões entre as respostas apresentadas nos passos 1, 2 e 3 mostra que a interpretação e as relações estabelecidas conduzem o cientista a uma reflexão prévia sobre o Brasil, porém, claramente voltada para seu tema especializado de estudo. Na verdade, esta resposta ao Grupo D forneceu preciosas pistas para auxiliá-lo na escolha da pergunta, na formulação da hipótese e na eleição do método que melhor adaptar-se ao conjunto da realidade que o próprio pesquisador levantou. O exercício recuperou, mesmo que em grossas linhas, o ambiente abrangente em que se insere seu objeto especializado de pesquisa, obrigando o trabalho especializado a partir de uma maior base factual que não pode conviver com um largo *coeteris paribus*.

Desse modo, é possível admitir que a proposta foi bem sucedida em seu objetivo de resgatar, por meio da idéia de dependência, a viabilidade de tratar os objetos especializados de pesquisa partindo de uma visão ampla e multidisciplinar da realidade. Em outras palavras, a proposta mostrou-se capaz de preparar, com critério, um quadro amplo que auxilia o pesquisador a localizar seu tema dentro da complexidade da trama social e perceber como todo aquele conjunto impacta e condiciona o movimento do mesmo.

Por isso, enfrentadas as perguntas e os passos com seriedade, é admissível supor que o avanço que o cientista poderá realizar agora será empiricamente melhor balizado por dados da realidade social do país e, por isso mesmo, os resultados esperados de sua pesquisa mais robustos e também superiores em termos de capacidade de escrever prognósticos.

Sendo assim e ainda uma vez, é concebível afirmar que a proposta cumpre seu objetivo declarado e torna-se, ela mesma, um tema de pesquisa a ser aprofundado para que se alcance necessárias e esperadas melhorias em seu arcabouço.

5.4. Comentários finais

Os capítulos que trouxeram a tese até aqui apontaram para duas necessidades muito claras: 1. era preciso recuperar os avanços alcançados pelos autores do debate sobre a dependência; e 2. os avanços haviam levado a pesquisa a becos sem saída ou a soluções que exigiam melhor qualificação para tornar-se operáveis. Em outras palavras, havia insuficiência nas abordagens

apresentadas para tratar dos temas da economia brasileira, ainda mais no contexto recente de retomada do crescimento produtivo depois de décadas.

O problema era como resgatar as contribuições daqueles pensadores sem repisar definições e enveredar pelo caminho que já havia se provado de alto risco e, ao mesmo tempo, evitar o dilema da perigosa especialização exagerada frente a frente com a generalidade conceitual quase voluntarista. O esforço levou a proposição de tratar a dependência como uma abordagem, permitindo a recuperação da preocupação daqueles formidáveis cientistas sociais através da idéia de dependência.

Com ela, o capítulo 4 submeteu à apreciação uma forma de aproximação do objeto especializado de pesquisa que exigia uma avaliação prévia do ambiente onde este estivesse inserido. Ou seja, requereu um esforço a mais do pesquisador no sentido de: 1. esboçar, mesmo que em grossas linhas, a realidade da estrutura e da dinâmica social do Brasil; 2. perceber onde o tema especializado se localiza dentro dessa complexidade social que é o país; e 3. esclarecer como essa complexa realidade, multifacetada, desequilibrada, desigual e que se move continuamente impacta, condiciona e delimita o espaço por onde se movimenta o objeto especializado.

A proposta foi testada no presente capítulo por meio de três exemplos meramente ilustrativos. Seguiram-se os passos, como defendido no capítulo 4, e chegou-se ao resultado, em cada um deles, por meio de textos que respondiam uma questão que equivaleria ao terceiro esforço explicitado no parágrafo anterior.

O teste mereceu a análise da seção 5.3 do presente capítulo. Para isso foi exposto, mais uma vez, qual o objetivo da proposta a fim estabelecer um critério positivo de avaliação do método e seus passos. De posse do critério, comparou-se cada um dos três resultados com aquilo que se esperava do ponto de vista da proposta de tratar a dependência como abordagem.

O resultado alcançado foi, nos três exemplos, considerado convergente com o objetivo declarado da proposição e, deste modo, considerado útil para os esforços dos economistas heterodoxos que se empenham em esclarecer questões empíricas especializadas da economia brasileira.

Essa conclusão ou resultado da avaliação, no entanto, não causa surpresa. Ela reflete questões mais profundas, esclarecidas pelos pensadores que tanto trabalharam para superar os entraves ao entendimento dos problemas do desenvolvimento latino- americano. Na verdade, os

resultados mostraram que todas as transformações porque passou o Brasil não foram suficientes para mudar-lhe a identidade e as diferenças entre quem manda e quem obedece. O método proposto expressa que

“a redefinição das formas de dependência (e, obviamente, de seu conteúdo) não significa a supressão da dependência. Não se elimina as diferenças internas entre grupos e classes nem as contradições entre estados nacionais e entre os interesses locais e os internacionais quando as relações de dependência são redefinidas e circunscritas pela nova divisão internacional do trabalho que incorpora partes das economias dependentes a um mercado produtor e consumidor internacionalizado. Se redefinem os ‘atores’, se revolvem as possibilidades de atuação, bem como se redefinem os conteúdos político-ideológicos da prática social. (...) Mas, enquanto a prática política não destruir as desigualdades de apropriação entre as classes e entre as nações, o conceito de dependência continua pleno de significado.” (Cardoso, 1993a: 94-95)

ÚLTIMAS PALAVRAS

“Minha longa vivência das atribulações dos países que ficaram presos na armadilha do subdesenvolvimento levou-me a convicção de que o esforço requerido para daí escapar é de tal monta, que somente a formação de um amplo consenso nacional poderá fazê-lo viável. Ora, um consenso dessa ordem dificilmente pode emergir e perdurar em uma sociedade altamente estratificada e na qual os grupos dominantes possuem poderosos aliados externos.”

Celso Furtado. Os Ares do Mundo, 1991.

As últimas palavras desta tese pretendem apenas retomar o esforço realizado ao longo dos capítulos e reforçar a importância do tema escolhido. Para isso, suas cinco seções tratam, primeiro, de reparar que a discussão sobre a dependência continua válida.

Segundo, chama a atenção para pontos do debate que o capítulo 2 enfrentou. A terceira seção explica rapidamente o esforço empreendido no trabalho e coloca a quarta seção para falar sobre a proposta e contida no capítulo 4 e sua avaliação disponível no capítulo 5. Por fim, o mestre Celso Furtado é chamado oferecer algumas palavras.

6.1. Primeiras “últimas palavras”

No Brasil, o desenvolvimento e sua problemática parecem nunca ter deixado, desde a primeira metade do século passado, as preocupações dos seus pensadores mais ilustres. A lista dos nomes é longa: Oliveira Vianna, Manuel Bonfim, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Josué de Castro, Caio Prado Junior, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Milton Santos e Darcy Ribeiro. Entre os economistas, destacam-se o mestre Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Maria da Conceição Tavares, João Paulo dos Reis Velloso, Antonio Barros de Castro, Paul Singer e Francisco de Oliveira (que não é economista).

O que todos eles têm em comum? Além de uma incessante preocupação com o desenvolvimento brasileiro, quase uma ética desenvolvimentista, há uma peculiar insistência em olhar a economia de maneira dinâmica, marcadamente em sua trama com a história. Isto é, cada um a sua maneira, observava os fenômenos da produção e da distribuição, entrelaçando-os com a ordem social do momento (histórica) e suas transformações de acordo ou em oposição a outras esferas da vida social. Um modo de pensar que, além de penetrante, era também bastante racional e legítimo.

É possível justificar esse pensamento, quando se percebe que toda investigação fundada na estática tem grande capacidade de conhecer o objeto enquanto *está*. Ou seja, o pesquisador pode examiná-lo, descrevê-lo, classificá-lo, expor suas interações imediatas com outras categorias, enfim, fazer uma observação nítida do objeto. Mas não será capaz de ir além de expor um quadro, uma fotografia, descrevendo as funções de cada um na paisagem ou, no máximo, de pospor as partes. Surge a idéia de equilíbrio, onde o movimento fica intuído, mas não estabelecido e muito menos seu mecanismo esclarecido.

Nesse caso, fica faltando que se reconheça, depois de observado o quadro, que este não é imóvel, mas, pelo contrário, que se move todo o tempo e alguns dos seus movimentos vem de ações internas que contradizem aquela composição original, e forçam mudanças contínuas no desenho. Em outras palavras, não se capta que a sociedade é essencialmente uma entidade em mudança e que é preciso que se enxergue as interações contrárias entre suas partes — dentro da sua aparente articulação — para que se apreenda o sentido do seu movimento, seus porquês e assim se compreenda sua trajetória e história.

Não se trata de afirmar a oposição e incompatibilidade entre as formas de pensamento²⁸⁶. O pensamento estático e o dinâmico não são excludentes. O problema é que o pensamento estático, ao observar as interações como elas aparecem à primeira vista, não percebe que nelas forças atuam em direção contrária (ou diferente) e, por isso, imagina (teoriza) crescimentos exponenciais daquele padrão de interações, levando-o a prever ou projetar fenômenos que são negados pela realidade. E o motivo é simples: não se previu que havia movimento com direção e este poderia ser alterado pela força de atuação de algum componente da articulação pressionando num ou noutro sentido.

Talvez essa seja a maior contribuição daqueles homens e mulheres compromissados com a causa do desenvolvimento, e de maneira quase inseparável, da justiça social. Seu olhar profundo sobre a realidade brasileira e de outros países da América Latina permitiu-lhes perceber (para depois ensinar às novas gerações) que o desenvolvimento é uma invenção própria de cada país. E não se pode copiar as experiências dos outros. Os diferentes países nunca estiveram onde o Brasil está (Furtado, 2004).

Por isso mesmo, não é nem nunca foi possível imaginar qualquer destino manifesto de sucesso ou crise para qualquer nação, inclusive, naturalmente, para a maior delas na América Latina. Tanto assim que, um dos nomes mais citados nesta tese, em um dos seus mais importantes livros é explícito ao afirmar que

“(...) a formação da ordem capitalista-industrial no Brasil — (...) — não foi vista como ‘tendência inexorável’. Ao contrário, sublinhamos sempre, nas interpretações gerais, que a vida social é tensão e que o ‘curso das coisas’ só existe como passado, pois o presente não se ‘resolve’ necessariamente num futuro já contido na realidade, mas se redefine nas opções concretas que podem apontar caminhos diferentes, muitas vezes ambíguos, que só se tornam unívocos depois de percorridos. Enquanto matriz de um futuro, o presente é ao mesmo tempo a Bela e a Fera, ambas facetas do mesmo movimento real que, pela ação coletiva dos homens em situações determinadas de existência social, cria a História. Neste sentido, o futuro é invenção humana e, como tal, antes de ser historiografia, deve ser entendido: a garantia final de êxito de um caminho entrevisto dependerá sempre da ação humana coletiva, que pode falhar.” (Cardoso, 1964: 43)

Nesse sentido, ganha relevância voltar a falar da problemática da dependência e o olhar abrangente que sua preocupação impõe aos pesquisadores sociais que a utilizam. De outro modo, ao observar o quão fundamental são as demais esferas da vida social para se compreender os porquês da esfera econômica, não há como deixar de angustiar-se frente às análises que ignoram

²⁸⁶ Isso exigiria outra tese e fugiria aos objetivos deste último capítulo.

as relações entre os grupos sociais, as questões do poder, da dominação e das alianças. Ou aquelas outras que ignoram o poder de arrasto que os enormes oligopólios internacionais implantados aqui pelo capital financeiro têm sobre a estrutura produtiva, sua dinâmica, sua trajetória tecnológica e mesmo sobre os interesses dos grupos empresarial e de classe média, marcadamente os urbanos. Enfim, frente a tudo que foi discutido ao longo desta tese, não é mais simples questão de escolha metodológica aproximar-se do objeto de estudo considerando “*tudo mais constante*”.

As interações, articulações e influências estão aí e exigem esclarecimento e estabelecimento de causa e efeito entre elas. A realidade do Brasil não pode ser fragmentada e tomada só em uma parte para estudo sob o risco claro e evidente de não se compreender o significado social e os movimentos dessa parte. Compreender o todo ou mesmo possuir uma visão do todo, isto é, perceber o país ontologicamente, é que permite ter inteligibilidade sobre o papel das suas partes e da influência que cada uma recebe do resto do sistema sobre si. E é exatamente essa compreensão que concede ao cientista o poder de formular a pergunta mais adequada sobre o objeto e, por isso mesmo, escolher a apropriada metodologia de pesquisa que tem ao seu dispor.

Ainda uma vez: perceber e tornar clara essa percepção do todo, assim como as forças que empurram a sociedade em uma ou outra direção, para aí, sim, estudar o específico torna quase impossível ao pesquisador falar em *coeteris paribus* e equilíbrio. Mais: aproxima seus trabalhos dos grandes pensadores. Em outras palavras, torna-o relevante.

Por tudo isso, em resumo, a idéia que a problemática da dependência contempla continua perfeitamente válida.

6.2. O esforço da América Latina para ver-se no espelho

Não haveria sentido debruçar-se sobre autores de 30, 40 e até 50 anos atrás se o esforço que aqueles levaram adiante não tivesse trazido frutos muito importantes. O período do pós-guerra viu emergir um pujante debate em torno de questões até então despercebidas e os cientistas sociais latino-americanos e brasileiros estavam dispostos a mostrar que a história da região era específica e, por isso mesmo, exigia uma visão particular para ser apreendida.

Naquele tempo, o desenvolvimento em contraposição ao recém descoberto subdesenvolvimento foi o terreno onde a luta de visões de mundo, por vezes, diametralmente opostas, expunham suas armas e nem sempre conseguiam esconder o viés imperial e etnocêntrico das potências capitalistas dominantes de então²⁸⁷. Coube, então, à CEPAL, marcadamente na figura do magistral economista argentino Raúl Prebisch, fazer o contraponto teórico de peso a avalanche de estudos (bem remunerados) sustentados na teoria tradicional.

A América Latina tentava olhar-se no espelho e a imagem, mesmo ainda turva, revelou países vivendo o subdesenvolvimento como um processo, com escassas portas de saída, indicadores sociais terríveis e potenciais diversos para superar a condição. Enxergar-se, contudo, já significava enorme avanço e a possibilidade de profundo entendimento da realidade dos países do subcontinente. Isso, por si só, admitia precisão e maior correção nos diagnósticos e, deste modo, proposições mais eficazes contra as chagas que marcavam, quase sem exceção, a história das nações da região.

Foi só por causa dessa inestimável contribuição da CEPAL que o pensamento econômico latino-americano ganhou alguma independência e debateu com autoridade os rumos da América Latina, influenciando governos e, às vezes, irritando o Departamento de Estado norte-americano.

Se a história questionou as teses clássicas cepalinas — aliás, como o faz com todas as teses econômicas — coube a Prebisch sua revisão e aos seus discípulos e admiradores e também àqueles que subiram sobre seus ombros dar passos um pouco mais além do que o mestre tinha, até então, demonstrado.

A chamada teoria da dependência nascia, então, sob o signo da crescente busca de autonomia do pensamento social da região na busca por entender as mazelas e brilhos das sociedades nacionais latino-americanas. Nessa abordagem dos problemas, as economias locais tendiam a se incorporar à dinâmica do sistema capitalista global, sem serem capazes de criar um sistema econômico interno integrado e dono dos seus próprios caminhos para a acumulação de capital. O Brasil figurava como caso paradigmático, já que sua condição dependente não impedia que a economia se revelasse altamente dinâmica (Cardoso e Falleto, 2004; Furtado, 1974). Dada, porém, a conformação das relações sociais, tudo se fez a custa do agravamento da concentração de renda e do poder e o aprofundamento das disparidades regionais internas (Fernandes, 1972).

²⁸⁷ A atuação da União Soviética não será tratada aqui, pois sua influência sobre o Brasil parece não ter sido decisiva ou

A história, porém, foi mais uma vez absoluta e o debate em torno da problemática proposta pelos autores simpáticos à dependência revelou falhas, fissuras e mesmo algumas inconsistências nas teses. A quantidade de escolas de pensamento social que trataram do tema utilizando termos idênticos para significados diferentes não ajudou a consolidar a abordagem como problemática científica aceitável.

Nas palavras de Gabriel Palma (1978: 903),

“(...) manifested differently than in other capitalist countries, particularly those of the centre, (...), or that they generated inequality at regional levels and in the distribution of income, have accompanied by such phenomena as underemployment, and have benefited the elite almost exclusively, or again that they have taken on a cyclical nature, then it does no more than affirm that development of capitalism in Latin America, as everywhere else and at all times, has been characterized by its contradictory and exploitative nature.” (Palma, 1978: 903)

Por fim, a crise dos anos 1980 arrastou para o quase esquecimento o enorme volume de avanços que o debate sobre o desenvolvimento latino-americano havia produzido até aquele momento.

Foi um longo período onde a conjuntura, a emergência e o pensamento neoliberal ganharam pouco a pouco a cena e, ao fim, dominaram o debate, as instituições de ensino superior e pesquisa e os corações e mentes dos mais jovens.

6.3. A tese como parte do esforço para olhar o espelho

O debate sobre a questão do desenvolvimento voltou à tona, no entanto. Marcadamente no Brasil, desde 2004, a economia vem apresentando resultados estimulantes sob vários pontos de vista e confirmando a hipótese de alguns daqueles antigos mestres: a incorporação da massa pobre ao mercado de consumo é uma poderosa alavanca, não só em direção à justiça social, mas principalmente no caminho do desenvolvimento²⁸⁸.

A clareza sobre os fenômenos recentes, no entanto, exigiu voltar a falar sobre desenvolvimento e, para discutir o tema, a fonte disponível — naturalmente, quando não se é

catalisadora de movimentos sociais com amplo impacto sobre as massas.

²⁸⁸ Keynes e Schumpeter explicam.

seduzido pela facilidade lógica do *main-stream* — está nos debates travados no período do pós-guerra.

É importante que se diga, portanto, que esta tese é parte desse esforço de resgate da questão do desenvolvimento e herdeira pobre do esforço dos grandes autores latino-americanos e brasileiros em fazer a região e o país olhar-se no espelho. Isto é, a América Latina e o Brasil vistos e observados a partir da própria América Latina e do próprio Brasil. O que se fez ao longo de tantas páginas foi subir nos ombros dos gigantes do pensamento social do subcontinente para tentar enxergar uns poucos metros mais a frente. A contribuição, mesmo que pequena, é parte do esforço e por isso mesmo requer exame.

O que propôs esta tese? Ao longo do trabalho procurou-se demonstrar a necessidade de resgatar a problemática sugerida pelos autores que trataram da questão da dependência e apontar que suas valiosas contribuições, infelizmente, não foram suficientes para firmar seu conjunto de questões no debate científico latino-americano. Assim, dada a relevância da preocupação expressa nos textos daqueles pensadores, ofereceu-se, aqui, para avaliação, uma tentativa de resgatar a idéia de dependência, voltando a aplicá-la, mas agora como uma forma de abordar objetos específicos de pesquisa dentro da realidade econômica brasileira.

Para dar conta desta proposta, o trabalho foi dividido em uma introdução que apresentou o problema, outros cinco capítulos que discutiram o tema e uma conclusão que avaliou o resultado da proposta. No primeiro capítulo, debateu-se a problemática do desenvolvimento até formular um conceito que foi utilizado em toda a tese. Já no segundo, o assunto foi o debate sobre o desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960, porta de entrada da idéia de dependência. No terceiro capítulo esteve o debate em torno da problemática da dependência, suas correntes e a desmistificação de tentativa de transformá-la em teoria. O capítulo seguinte propôs uma forma de servir-se dos avanços da idéia de dependência, resgatando-a para aplicação em pesquisas especializadas sobre a economia brasileira. Por fim, o último capítulo fez três aplicações da proposta com o objetivo de testar sua viabilidade.

6.4. A imagem refletida no espelho

Propor algo novo é quase sempre mais arriscado do que testar o comportamento de uma variável e tentar explicar o porquê do seu comportamento. Se o objetivo desta tese foi, contudo, atingido, o mérito não está na sua análise ou em uma percepção diferente do debate. Ao contrário. Quase tudo que está discutido foi uma montagem de idéias de fontes diferentes em busca do resgate da problemática da dependência e sua possível aplicação.

Por isso mesmo, ao tratar a dependência como abordagem, o esforço foi no sentido propor algo útil e simples, capaz de contribuir para a dia-a-dia de trabalho dos economistas-pesquisadores heterodoxos.

O método, composto por perguntas diretas e em sua maioria qualitativa, apenas tentou organizar o pensamento e por em ordem as informações que, muito provavelmente, já estão na mente dos cientistas sociais do país. Assim, o que se fez foi tratar de aproximar o pesquisador do seu objeto por etapas e, ao final de cada uma, propor um exercício de síntese.

De maneira mais detalhada, como se viu, no Bloco 1, o conteúdo das perguntas refere-se à formação do país e indaga como essa história política, econômica e social condiciona a dinâmica econômica hoje. Para isso, dividiu-se, o bloco em Grupo A, que resgata a história e os processos que conformaram a trajetória periférica e dependente do país, e Grupo B, que esclarece como tais processos históricos geraram regularidades na vida social, marcadamente na econômica, capazes de condicionar a atuação dos diferentes grupos sociais.

Em seguida, o Bloco 2 parte dessas informações para localizar onde, na complexidade social, está situado o objeto especializado de pesquisa e identificar as influências que este sofre por estar inserido em uma sociedade como a brasileira. Também dividido, o Bloco 2 decompõe-se em: Grupo C que localiza o objeto especializado de estudo dentro da dinâmica social ou da macrodinâmica da economia nacional; e Grupo D, que mapeia, mesmo que não exaustivamente, como essa localização dentro da vida social impacta, condiciona e delimita os movimentos do objeto no cotidiano do país.

Por fim, o Bloco 3 é exatamente o tema especializado de pesquisa escolhido pelo cientista. Agora, alcançada uma visão abrangente do Brasil, cabe ao pesquisador escolher os caminhos para responder a questão chave das suas preocupações.

O interessante foi que, ao aplicar a dependência como abordagem, os resultados convergiram com o objetivo expresso no capítulo 5:

ajudar os economistas heterodoxos a evitar a fragmentação da realidade, forçando-os a construir, mesmo que em grossas linhas, um quadro prévio à pesquisa especializada, de onde fosse possível observar panoramicamente a estrutura e a dinâmica social, marcadamente a macroeconômica, que cerca seu objeto de estudo. Para tanto, o resgate da idéia de dependência passou a ser central, posto que, a partir dela, tornava-se possível atentar, sustentado em conteúdo debatido por importantes pensadores, para as inter-relações que se estabeleceram na sociedade brasileira e lhe tiram o vigor do desenvolvimento.

Destarte, mesmo tratando-se de uma aplicação ilustrativa, foi forte a evidência de que a proposta pode contribuir para auxiliar os economistas heterodoxos no seu dia-a-dia de pesquisa e debate. Com este esforço, a tese pretende, ao contribuir para o trabalho dos pesquisadores, ajudar aqueles que tentam olhar o país, fazendo-o refletir-se no espelho. O Brasil a partir dos olhos do próprio Brasil.

6.5. Últimas “últimas palavras”

A história do desenvolvimento brasileiro é muito particular. Mesmo com a indústria consolidada como centro dinâmico da economia, a “complexização” da estrutura social — com o surgimento de novos grupos e reivindicações —, a urbanização acelerada, entre várias outras mudanças, não se percebeu melhor distribuição dos frutos do progresso, captura de maior parcela de poder pelos setores populares ou investimentos públicos capazes de generalizar boas condições de vida à população mais carente.

Quase ao contrário. Na verdade, como observa o Prof. Milton Santos (2003)²⁸⁹, o planejamento econômico, aclamado como instrumento indispensável para o desenvolvimento de países da periferia do capitalismo no pós-guerra, revelou-se, aqui, ferramenta importante para recolocação, em novos patamares, do mesmo modelo desenvolvimento com forte exclusão social.

Em outras palavras, apenas esta questão levantada pelo Prof. Santos, por si, já tornaria necessário olhar o Brasil e sua dinâmica como um todo para poder estudar, então, as suas partes.

²⁸⁹ O artigo foi publicado originalmente em 1978.

A chance de olhar-se de maneira otimista e separadamente a acumulação de capital, o avanço tecnológico e a mudança no dinamismo regional deixam poucas dúvidas quanto à gravidade e o risco da ausência de uma visão ontológica.

Braudel (1977) já disse: “(...) *a economia, em si, é coisa que evidentemente não existe* (...)”. Sendo assim, a consciência das limitações da ciência triste para enfrentar sozinha e esclarecer a realidade deixa que o frescor de novos conhecimentos, hipóteses e teses arejem o mundo fechado de estatísticas macro e microeconômicas.

Os passos, então, passam a ser mais seguros pela visão ampla que detêm e não mais pela ignorância que só mostra exclusivamente o caminho reto.

O problema, contudo, do subdesenvolvimento permanece. E o trabalho torna-se mais e mais urgente e os pequenos avanços alcançados precisam ser comemorados e tornarem-se estímulos para novos progressos. Na pesquisa econômica, as perguntas avolumam-se e a necessidade de desenvolvimento empurra os cientistas para novos estudos. Se a ajuda pode vir de qualquer lugar, nada mais potente do que subir nos ombros de um mestre e tomar mais uma lição. Em suas palavras:

“minha longa vivência das atribulações dos países que ficaram presos na armadilha do subdesenvolvimento levou-me a convicção de que o esforço requerido para daí escapar é de tal monta, que somente a formação de um amplo consenso nacional poderá fazê-lo viável. Ora, um consenso dessa ordem dificilmente pode emergir e perdurar em uma sociedade altamente estratificada e na qual os grupos dominantes possuem poderosos aliados externos.” (Furtado, 1991: 15)

Isso é um grande problema, pois, ainda de acordo com o mestre:

“(...) como desconhecer que nos países do Terceiro Mundo – dadas as condições atuais de entrosamento internacional dos sistemas produtivos e dos circuitos financeiros – as estruturas de privilégios praticamente são irremovíveis?” (Furtado, 1991: 15)

Ou seja, como será possível alcançar o desenvolvimento nacional? Essa é a resposta que todos os heterodoxos filhos de Celso Furtado buscam. Se ao menos uma pequenina pedra, o esforço deste trabalho ajudou a colocar nessa construção, já terá valido muito a pena.

Referências bibliográficas

- AMIM, Samir. *On Development: for Gunder Frank*. In: CHEW e DENEMARK. *The Underdevelopment of Development: essays in honor of Andre Gunder Frank*. 1.ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996;
- AMORIM, Ricardo L. C. *Capitalismo, Imperialismo e Subdesenvolvimento*. In: BARBOSA, Alexandre. *História da Formação do Capitalismo*. (Curso de Formação, Capacitação e Atualização Política da Escola de Formação Política Miguel Arraes). 1.ed. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007;
- AMORIM, Ricardo L. C. *O Emprego no Pensamento Econômico da CEPAL*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: IE.UNICAMP, 2002;
- AMSDEN, Alice H. *Imperialism*. In: EATWELL, MILGATE e NEWMAN (orgs) *Marxian Economics*. London: Macmillan Press, 1990;
- AMSDEN, Alice. *Third World Industrialization: 'Global Fordism' or a New Model?* In: JESSOP, Bob (org). *Regulation Theory and the Crises of Capitalism. Volume 4: Country Studies*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1987
- ARAUJO, Elizeu e ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Notas para uma Teoria do Desenvolvimento capitalista na Periferia: contribuições e limites da teoria da dependência*. (VI Encontro Nacional de Economia Política). São Paulo: SEP, 2001. (Disponível na internet: http://www.sep.org.br/artigo/6_congresso_old/vicongresso4.pdf)
- ASSAEL, Hector. El Pensamiento de la CEPAL: un intento de evaluar algunas criticas a sus ideas principales. *El Trimestre Económico*. México D.F., n. 203, v. LI (3), p. 545-58 julio-septiembre, 1984;
- BAER, Monica. *O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993;
- BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. 1.ed. (Coleção 'Os Economistas1'). São Paulo: Abril Cultural, 1984;
- BARBOSA, Alexandre. *'Formação Econômica do Brasil', 50 anos depois*. São Paulo, 2009. Mimeo;
- BELLUZZO, Luiz G. M. *O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados Globalizados*. *Economia e Sociedade*. Campinas: n. 4, p. 11-20, junho, 1995
- BIANCHI e SALVIANO. *Prebisch, a CEPAL e seu Discurso: um Exercício de Análise Retórica*. In: REGO, J.M. (org). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. (Original: 1996);
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Evolución de las Ideas de la CEPAL*. 1.ed. Santiago: CEPAL, 1998. Capturado na internet (<http://www.cepal.org>) em 05/04/2000 (Também disponível em português no volume 1 de BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000);

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996;
- BIENEFELD, Manfred. *Países de Reciente Industrialización y Dependencia: hacia un nuevo enfoque*. In: SEERS, Dudley (org). *La Teoría de la Dependencia: una revaluación crítica*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1987;
- BOBBIO, Norberto *et allí*. *Dicionário de Política*. 13.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010;
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988;
- BOYER, Robert. *Estado, Mercado e Desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? Economia e Sociedade*. Campinas, n. 12, pp. 1-20, junho/1999;
- BOYER, Robert. *Teoria da Regulação: os fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009;
- BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. 1.ed. Lisboa: Editorial Teorema, 1985;
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003;
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência* (X Encontro Nacional de Economia Política). Campinas: SEP, 2005 (Disponível na internet: http://www.sep.org.br/artigo/10_congresso_old/xcongresso87.pdf)
- BRUNO, Miguel. *Crescimento Econômico, Mudanças Estruturais e Distribuição: as transformações do regime de acumulação no Brasil. (Uma análise regulacionista)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro e Paris: IE-UFRJ e EHESS, 2005a.
- BRUNO, Miguel. *Macroanálise, Regulação e o Método: uma alternativa ao holismo e ao individualismo metodológicos para uma macroeconomia histórica e institucionalista*. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 25, nº 4, pp. 337-356, outubro-dezembro/2005b;
- BRUNO, Miguel. *Lucro, Acumulação de Capital e Crescimento Econômico sob Finanças Liberalizadas: o caso brasileiro. X Encontro Nacional de Economia Política (SEP)*. Campinas, 2005c. (http://www.sep.org.br/artigo/10_congresso_old/xcongresso49.pdf)
- CARDOSO e FALETTO. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004;
- CARDOSO, Fernando H. *A Dependência Revisitada*. In: CARDOSO, Fernando H. *As Idéias e seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1993a;
- CARDOSO, Fernando H. *O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos*. In: CARDOSO, Fernando H. *As Idéias e seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1993b;
- CARDOSO, Fernando H. *Ainda a "Teoria" da Dependência*. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Caderno Mais, edição de 28/maio/1995. Extraído da internet em 25/01/2010, no endereço: <http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1995&banner=bannersarqfolha> ;

- CARDOSO, Fernando H. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964;
- CARDOSO, Fernando. 'Teoria da Dependência' ou Análises Concretas de Situações de Dependência? *Estudos Cebrap*, n. 1, pp. 26-45, 1971;
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP, IE/UNICAMP, 2000;
- CARVALHO, Fernando C. *Keynes e o Longo Período*. In: LIMA, Gilberto e SICSU, João. *Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e keynesianismo*. 1.ed. Barueri, SP: Manole, 2003;
- CASTRO, Antonio B. *Ajustamento x Transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984*. In: CASTRO, Antonio B. e SOUZA, Francisco E. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;
- CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957;
- CATANI, Afrânio. *O Que É Imperialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992;
- CEPAL. *Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n., v., p. 07-127, março, 1951a. (Originalmente conhecido como 'Estudio de 49');
- CEPAL. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n.3, v.3, p. 47-100, set, 1951b. (Originalmente conhecido como "Manifesto dos Periféricos" publicado em 1949);
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: o mito fundador e a sociedade autoritária*. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000;
- DIAS, Maria Odila. *Política e Sociedade na Obra de Sergio Buarque de Holanda*. In: CANDIDO, Antonio (org). *Sergio Buarque de Holanda e o Brasil*. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998;
- DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982;
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004
- EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2000;
- EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980;
- FAJNZYLBBER, Fernando. *Industrialización en América Latina: de la Caja Negra al Casillero Vacío*. *Cuadernos de La CEPAL 60*. Santiago, 1990;
- FAJNZYLBBER, Fernando. *La Industrialización Trunca de América Latina*. 1.ed. México D.F.: Ed. Nueva Imagen, 1983;
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 10.ed. São Paulo: Globo e Publifolha, 2000
- FARIA, Luiz e HAINES, Andrés. *Capitalismo, estado y dependencia: qué sentido tiene el concepto de nación en la periferia?* In: *XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006*. Vitória: SEP, 2006;
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4.ed. São Paulo: EDUSP e FDE, 1996;
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política (tomo I)*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987;

- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987;
- FERNANDES, F. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972;
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes e Sociais na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975;
- FERREIRA, Adriana. *Teoria Macroeconômica e Fundamentos Microeconômicos*. Campinas: IE-UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado);
- FIGUEIREDO, Ferdinando. *As Transformações do Pós-Guerra e o Pensamento da CEPAL. Revista de Economia Política*. São Paulo, n. 4, v. 10, p. 138-150, out-dez, 1990;
- FIGUEIREDO, Vilma. *Desenvolvimento Dependente Brasileiro: industrialização e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978;
- FIORI, José L. *Sobre a Crise do Estado Brasileiro. Revista de Economia Política*, v. 9, n. 3, p. 103-14, julho-setembro, 1989;
- FLECHSIG, Steffen. *Em Memória de Raul Prebisch (1901-1986). Revista de Economia Política*. São Paulo, n.1, v. 11, p. 92-107, jan-mar, 1991;
- FRANK, Andre G. *The Development and Underdevelopment*. In: RHODES, Robert (org). *Imperialism and Underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1970 (Capturado em 14/04/2011, no endereço eletrônico: http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2010/1970.The_Development_of_Underdevelopment.pdf)
- FRANK, Andre G. *The Underdevelopment of Development*. In: CHEW e DENEMARK. *The Underdevelopment of Development: essays in honor of Andre Gunder Frank*. 1.ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996;
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985;
- FURTADO, Celso. *A Invenção do Subdesenvolvimento. Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 15, n. 2, abr-jun, 1995;
- FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962;
- FURTADO, Celso. *Criatividade e Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978;
- FURTADO, Celso. *Desarrollo y Estancamiento en América Latina. Desarrollo Económico*. Buenos Aires, v. VI, n. 22-23, 1966;
- FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964;
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000;
- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998;
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974;

- FURTADO, Celso. *Os Ares do Mundo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991;
- FURTADO, Celso. *As profecias de Furtado (entrevista de Celso Furtado para Vladimir Safatle)*. São Paulo: *Revista Carta Capital*, 2004;
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;
- GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a Dependência*. 4.ed. São Paulo: Global Editora, 1994;
- GRAU, Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 13. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008;
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985;
- HOBBSBORN, Eric. *Era dos Extremos*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;
- HOBBSBORN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990;
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;
- HUNT, Diana. *Economic Theories of Development*. 1.ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1989;
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979;
- IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil (Série Estatísticas Retrospectivas, V.3)*. 1.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1986;
- KALECKI, Michal. *As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna*. In: MIGLIOLI, Jorge. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1977;
- KALECKI, Michal. *Economias em Desenvolvimento*. 1.ed. São Paulo: Vértice, 1987;
- KEYNES, John M. *Teoría General de la Ocupación, el Interés y el Dinero*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992;
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978;
- LALL, Sanjaya. *Is 'Dependence' a Useful Concept in Analysing Underdevelopment? World Development*. 1975, v. 3, n. 11 / 12, pp. 799-810.
- LAMB, Geoff. *Modelos de Rápido Desenvolvimento Capitalista: uma nova política de dependência?* In: SEERS, Dudley (org). *La Teoría de la Dependencia: una revaluación crítica*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1987;
- LEBRUN, Gérard. *O Que É Poder*. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004;
- LENIN, Vladimir I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 1.ed. São Paulo: Global, 1987
- LEWIS, Arthur. *El Desarrollo Económico con Oferta Ilimitada de trabajo*. In: AGARWALA e SINGH. *La Economía del Subdesarrollo*. 1.ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1963;

- LIPIETZ, Alain. *Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. Ensaios FEE*. Porto Alegre, v.10, n.2, 1989;
- LIPIETZ, Alain. *Accumulation, Crises, and Ways Out: some methodological reflections on the concept of 'regulation'*. In: JESSOP, Bob (org). *The Parisian Regulation School (vol. 1 da série Regulation Theory and the Crisis of Capitalism)*. 1.ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2001;
- LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Danièle. *O Pós-Fordismo e seu Espaço. Espaço e Debates*. São Paulo, n. 25, v. 8, 1988;
- LOVE, Joseph L. *A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998;
- MANTEGA, Guido. *Teoria da Dependência Revisitada: um balanço crítico*. Relatório de Pesquisa nº 27/1997. São Paulo: EAESP/FGV, 1997. (Disponível na internet: http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3003/P00187_1.pdf?sequence=1)
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996;
- MARINI, Ruy M. *Dialética da Dependência*. In: *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. 1.ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000;
- MARX, Karl. *El Capital*, volume I. 2.ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986;
- MARX, Karl. *Introducción a la Crítica de la Economía Política*. In: MARX, Karl. *Grundrisse: lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política (1857-1858)*. Volume I. 1.ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1985;
- MELLO, João M. C. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991;
- MELLO, João & NOVAES, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: NOVAES, F. & SCHWARCZ, L. (orgs.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998;
- MERHAV, Meir. *Dependência Tecnológica: Monopólio e Crescimento*. 1.ed. São Paulo: Vértice, 1987;
- MILLS, Charles W. *A Elite do Poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968;
- MILLS, Charles W. *A Nova Classe Média*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969;
- MOTA, Carlos G. *Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 9.ed. São Paulo: Editora Ática, 1994;
- NASCIMENTO, Elimar. *Notas a respeito da Escola Francesa da Regulação. Revista de Economia Política*, v.13, n.2(50), abril-junho de 1993;
- OLIVEIRA, Carlos A. B. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: UNICAMP, 2003
- OLIVEIRA, Carlos e HENRIQUE, Wilnes. *Determinantes da Pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. São Paulo em Perspectiva* (revista da Fundação SEADE), v.4, n.2, abril-junho de 1990;

- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2003;
- PALMA, Gabriel. *Dependency: a Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?* **World Development**, v.6, n. 7-8, p. 881-924, july-august/1978;
- PATNAIK, Prabhat. *Why 'Development Economics'?* In: JOMO K. S. (org). **The Pioneers of Development Economics: great economists on development**. 1.ed. London: Zed Books, 2005;
- PEREIRA, Otaviano. *O Que é Teoria*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998;
- PINTO, Aníbal. *Concentración del Progreso Técnico y de sus Frutos en el Desarrollo Latinoamericano*. **El Trimestre Económico**. México D.F., n. 125, enero-marzo, 1965;
- PINTO, Aníbal. *Factores Estructurales y Modalidades del Desarrollo: su incidencia sobre la distribución del ingreso*. In: **Inflación: raíces estructurales**. 1.ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1985;
- PINTO, Aníbal. *Naturaleza y Implicaciones de la 'Heterogeneidad Estructural' de América Latina*. **El Trimestre Económico**. México D.F., n. 145, v. 37, enero-marzo, 1970;
- POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo L. C. *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003;
- POCHMANN e outros. *Classe Média: desenvolvimento e crise*. 1.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006;
- POCHMANN e outros. *Proprietários: concentração e continuidade*. 1.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009;
- POCHMANN e outros. *Trabalhadores Urbanos: ocupação e queda na renda*. 1.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007;
- POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens da nossa época*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000;
- PRADO Jr., Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999;
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 40.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993;
- PREBISCH, Raul. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino Americano*. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1968;
- PREBISCH, Raul. *Prefácio*. In: RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981;
- RODRÍGUEZ, Octavio. *O Estruturalismo Latino-Americano*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009;
- RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981;

- ROSENSTEIN-RODAN, Paul. N. *Problemas de La Industrialización de Europa Oriental y Sudoriental*. In: AGARWALA e SINGH. *La Economía del Subdesarrollo*. 1.ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1963;
- ROSTOW, Walt W. *El Despegue Hacia El Crecimiento Autosostenido*. In: AGARWALA e SINGH. *La Economía del Subdesarrollo*. 1.ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1963;
- RUBIN, Isaak I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980;
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003;
- SANTOS, Theotônio. *A Teoria da Dependência*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000;
- SCHUMPETER, Joseph A. *Historia Del Análisis Económico*. 1.ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1971;
- SCHWARZ, Roberto. *As Idéias Fora do Lugar*. *Revista CEBRAP*. São Paulo, n. 3, p. 151-161, janeiro/1973;
- SEERS, Dudley. *Opciones para el Desarrollo: fuerza e debilidad de las teorías de la dependencia para explicar el ámbito de maniobra de un gobierno*. In: SEERS, Dudley (org). *La Teoría de la Dependencia: una revaluación crítica*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1987;
- SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006;
- SERRA, José e CARDOSO, Fernando H. *As desventuras da dialética da dependência*. *Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 23, p. 34-80, 1980;
- SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. In: BELLUZZO, Luiz G. e COUTINHO, Renata (orgs). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Volume 1. 4.ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998;
- SILVA, Sergio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986;
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. 1.ed. São Paulo: Hucitec e Ed. da UNICAMP, 2000;
- TAVARES, Maria C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3.ed. Campinas: IE.UNICAMP, 1998;
- TAVARES, Maria C. *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*. In: TAVARES, Maria C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TAVARES, Maria C. e SERRA, José. *Além da Estagnação*. In: TAVARES, Maria C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TAVARES, Maria C. *Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardíos y Periféricos*. 1.ed. Rio de Janeiro: IEL.UFRJ, 1986. 64p. (Texto para Discussão n. 94 (Original: 1981);
- TAVARES, Maria C. *Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes*. In: TAVARES, Maria C. *Celso Furtado e o Brasil*. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000;
- TELLES, Vera. *Pobreza e Cidadania*. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2001

WEFFORT, Francisco C. *Notas sobre a 'Teoria da Dependência': teoria de classe ou ideologia nacional?* **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.1, v.1, p. 1-24, 1971;